



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Elementos da presença romana no actual concelho
de Elvas:**

Contributos para o retrato de uma sociedade

Laura Margarida Conceição Largueiras

Orientação: André Miguel Serra Pedreira Carneiro

Coorientação: Cláudia do Amparo Afonso Teixeira

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização: *Avaliação de Impacte Ambiental*

Dissertação

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Elementos da presença romana no actual concelho
de Elvas:**

Contributos para o retrato de uma sociedade

Laura Margarida Conceição Largueiras

Orientação: André Miguel Serra Pedreira Carneiro

Coorientação: Cláudia do Amparo Afonso Teixeira

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização: *Avaliação de Impacte Ambiental*

Dissertação

Évora, 2018

*À memória do meu padrinho,
Minha eterna saudade.*

*À minha mãe,
por tudo.*

ÍNDICE

RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
AGRADECIMENTOS	xiii
PREÂMBULO	1
Definição do quadro geográfico e problemática associada	1
Estudos anteriores e pertinência dos temas em estudo	2
Objetivos, metodologia e fundamentação das opções tomadas: a grelha de análise	5
1ª Fase: Recolha de informação	6
2ª Fase: Tratamento e análise dos dados: princípios adotados.....	9
3ª Fase: Redação e correlação da grelha de análise	11
CAPÍTULO 1. CARATERIZAÇÃO DO QUADRO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO	12
1.1.O Território	12
CAPÍTULO 2. BALANÇO HISTORIOGRÁFICO-ARQUEOLÓGICO NO ATUAL CONCELHO DE ELVAS	20
2.1. Ciclos de investigação local: os tempos, os trilhos e as personalidades	20
CAPÍTULO 3. O PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DOS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS NO MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS	41
CAPÍTULO 4. DAS EVIDÊNCIAS EPIGRÁFICAS ÀS PESSOAS	48
4.1. O Monumento	48
4.1.1. O contexto arqueológico e proveniência.....	48
4.1.2. Levantamento quantitativo e tipológico.....	53
4.1.3. Matéria-prima e suporte nas gravações.....	54
4.1.4. A cronologia proposta.....	57
4.1.5. Motivos decorativos	58
4.1.6. A naturalidade e a indicação da tribo	59
4. 2. A menção da idade e a questão de género	61

4.3. Reflexos da vida familiar, social e privada	65
4.3.1. As relações sociais entre os dedicantes e os defuntos	67
4.3.2. Os laços familiares e afetivos.....	68
CAPÍTULO 5. O RETRATO SOCIAL ATRAVÉS DA ANTROPONÍMIA	70
5.1. Onomástica	70
5.1. Onomástica latina.....	74
5.2. Onomástica latina em contexto indígena	76
5.3. Nomes de origem grega.....	78
5.4. Onomástica expressa em inscrições votivas.....	78
5.5. Onomástica não identificada	80
5.2. Onomástica familiar e as gerações	81
5.3. Os Grafitos	84
CAPÍTULO 6. AS MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E O HOMEM	86
6.1. As representações epigráficas	87
6.1.1. Prosérpina.....	87
6.1.2. Belona.....	94
6.1.3. <i>Dea Sancta (Burrulobrigense)</i>	96
6.1.4. Teónimo não identificado.....	97
6.2. As representações iconográficas	98
CONCLUSÃO	102
SIGLAS E ACRÓNIMOS	107
BIBLIOGRAFIA	107
ANEXOS	121
ANEXO I – MAPAS E FIGURAS	122
ANEXO II – INVENTÁRIOS	150
Inventário dos sítios de proveniência das inscrições	151
Inventário: <i>corpus</i> epigráfico identificado no concelho de Elvas.....	154
Modelo de ficha de inventário – as inscrições no Museu Municipal de Elvas.....	162
ANEXOS III - FICHAS DE SÍTIO	169
Fichas de sítios	170
ANEXOS IV – TRATAMENTO DE DADOS	187
Tabelas.....	188
Gráficos.....	199

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Naturalidade e Tribo	60
Tabela 2 – Total de indivíduos registados no <i>corpus</i> epigráfico	72
Tabela 3 – Divindades cultuadas no território elvense	87
Tabela 4 – Distribuição geográfica do culto a Prosérpina	92
Tabela 5 – Distribuição geográfica do culto a Belona.....	95
Tabela 6 - Diretores da Biblioteca Municipal e do Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas	188
Tabela 7 – Processo de incorporação das inscrições no Museu Municipal de Elvas ..	188
Tabela 8 – <i>Corpus</i> epigráfico em análise	190
Tabela 9 – Onomástica e Sociedade	193
Tabela 10 – Menção da morte por grupos etários.....	197
Tabela 11 – Relação social expressa no conjunto epigráfico	198

ÍNDICE DE MAPAS E FIGURAS

Figura 1 – Limite do quadro geográfico em estudo: concelho de Elvas	123
Figura 2 – Localização do concelho de Elvas no Alto Alentejo	124
Figura 3 – Localização de Elvas na <i>Hispania</i>	125
Figura 4 – Localização de Elvas na Península Ibérica	126
Figura 5 – Rede viária no Alto Alentejo	127
Figura 6 – Planta hidrográfica do concelho de Elvas	128
Figura 7 – Identificação dos solos para fins agrícolas no concelho de Elvas	129
Figura 8 – Declives no concelho de Elvas.....	129
Figura 9 – Passagem da falha da Messejana no concelho de Elvas	130
Figura 10 – Localização do anticlinal de Estremoz.....	131
Figura 12 – Distribuição das monumentos epigráficos no concelho de Elvas.....	132
Figura 13 – Entrada da Biblioteca Municipal de Elvas e Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas.....	133
Figura 14 – Placa “Museu Thomaz Pires”	133
Figura 15 – Panorama geral da sala de Arqueologia– Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas – António Thomaz Pires	134
Figura 16 – Panorama geral da sala de Arqueologia – Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas- António Thomaz Pires	134
Figura 17 – Placa funerária encontrada no Monte do Falcato – Biblioteca Municipal de Elvas	135
Figura 18 – Panorama expositivo na entrada da Biblioteca Municipal de Elvas e ara funerária encontrada na Alentisca do Caia	135
Figura 19 - Notícia sobre a abertura da seção de arqueologia na Biblioteca Municipal de Elvas	136
Figura 20 – Notícia sobre a aquisição de inscrições romanas para o Museu Arqueológico	137

FOTOGRAFIAS DAS INSCRIÇÕES

Figura 21 – Placa funerária encontrada no prédio nº24 da rua de João de Olivença ..	138
Figura 22 – Placa funerária encontrada no aro de Elvas	138
Figura 23 – Placa funerária encontrada na rua de S. Lourenço, prédio nº11	139
Figura 24 – Placa funerária encontrada no aro de Elvas (?).....	139
Figura 25 – árcula votiva encontrada na rua de João de Olivença.....	140
Figura 26 – Placa funerária encontrada em Elvas (?).....	140
Figura 27 – Ara funerária encontrada na Alentisca do Caia	141
Figura 28 – Estela funerária encontrada na Herdade do Almeida.....	142
Figura 29 – Ara votiva encontrada na Herdade de D. Miguel (?)	142
Figura 30 - Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem	143
Figura 31 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem	143
Figura 32 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem	144
Figura 33 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem	144
Figura 34 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem	145
Figura 35 – Placa encontrada no Monte da Nora (inédita).....	145
Figura 36 – Placa funerária encontrada no Monte da Nora (?) (inédita).....	146
Figura 37 – Ara funerária encontrada em Vila Boim.....	147
Figura 38 – Placa funerária encontrada no Monte do Falcato.....	147
Figura 39 – Ara votiva encontrada na Herdade da Fonte Branca.....	148
Figura 40 – Ara votiva encontrada na Herdade da Fonte Branca.....	148
Figura 41 – Árcula funerária encontrada no Sítio dos Papulos.....	149

MODELO DE FICHA DE INVENTÁRIO – AS INSCRIÇÕES NO MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

Figura 42 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem	162
Figura 43 – Placa funerária encontrada na rua de Olivença, nº24 em Elvas	163
Figura 44 – Placa funerária encontrada na Herdade do Falcato.....	163
Figura 45 – Placa funerária encontrada em Elvas	164
Figura 46 – Placa funerária encontrada em Elvas	165
Figura 47 – Placa funerária encontrada na rua de São Lourenço em Elvas	166
Figura 48 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem	166
Figura 49 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem	167
Figura 50 – Ara funerária encontrada na Alentisca do Caia	168

GRÁFICOS

Figura 51 – Tipologia do conjunto epigráfico em análise.....	200
Figura 52 – Contexto arqueológico	200
Figura 53 – Tipologia dos sítios de proveniência das inscrições	201
Figura 54 – Levantamento quantitativo das inscrições por sítios.....	201
Figura 55 – Distribuição das inscrições por divisões administrativas no concelho de Elvas	202
Figura 56 – Inscrições funerárias e tipologias de sítios.....	203
Figura 57 – Inscrições votivas e as tipologias de sítio	203
Figura 58 – Matéria-prima utilizada nas gravações epigráficas	204
Figura 59 – Relação entre matéria-prima e tipologia de inscrições	204
Figura 60 – Tipos de suporte utilizados nas inscrições	205
Figura 61 – Cronologia proposta do conjunto epigráfico em análise.....	205
Figura 62 – A onomástica.....	206
Figura 63 – Relação social	206
Figura 64 – Relação social expressa nas inscrições	207
Figura 65 – Menção da morte expressa em múltiplos de cinco e idades concretas	208
Figura 66 – Menção da idade da morte por grupos etários	208
Figura 67 – Distribuição por géneros nas inscrições funerárias.....	209

Elementos da presença romana no actual concelho de Elvas: Contributos para o retrato de uma sociedade

RESUMO

O presente estudo centra-se na leitura de elementos que evidenciam a presença romana no atual concelho de Elvas. Neste prisma, procedemos à análise das fontes epigráficas conhecidas até ao momento, enquanto elementos fidedignos que nos permitem aceder a um conjunto de indicadores (diretos e indiretos) referentes ao contexto sociocultural subjacente à sociedade romana que deixou marcas da sua presença no marcador territorial escolhido. Um território peculiar e estratégico, delimitado pelos afluentes do rio Caia e Guadiana, pelos solos férteis e pela passagem dos três itinerários (vias XII, XIV e XV) que estabeleciam a ligação de *Olisipo* à capital provincial, *Augusta Emerita*.

Atendendo a que a maioria destes testemunhos epigráficos integram atualmente a coleção de arqueologia do antigo Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas António Thomaz Pires, encerrado ao público desde 2004, tornou-se fundamental documentar o percurso daqueles elementos, bem como os diferentes ciclos de investigação e as personalidades que contribuíram para o panorama da arqueologia elvense e da constituição do Museu que acolheu as fontes epigráficas em estudo entre os finais do século XIX e meados do século XX.

Palavras-chave: Sociedade romana, Elvas, Fontes epigráficas, Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas António Thomaz Pires, arqueologia elvense

Elements of the Roman presence in the present county territory of Elvas:

Contributions to the portrait of a society

ABSTRACT

The present study focuses on reading elements that evidence the Roman presence in the present county of Elvas. In this perspective, we proceed to the analysis of the epigraphic sources known up to now, as reliable elements that allow us to access a set of indicators (direct and indirect ones) referring to the sociocultural context underlying the Roman society that left marks of its presence in the chosen territorial marker. A peculiar and strategic territory, bounded by the tributaries of the Caia and Guadiana rivers, by the fertile soils and by the passage of three itineraries (routes XII, XIV and XV) that established the connection from *Olisipo* to the provincial capital, *Augusta Emerita*.

As most of these epigraphic testimonies currently belong to the archeological collection of the former Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas António Thomaz Pires, closed to the public since 2004, it has become fundamental to document the course of those elements, as well as the different cycles of investigation and the personalities who contributed to the Elvas archeology panorama and the constitution of the Museum that hosted the epigraphic sources between the late nineteenth and middle twentieth century.

Keywords: Roman society; Elvas; Epigraphic sources; Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas António Thomaz Pires; Elvas's Archeology

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não teria sido possível sem a colaboração inestimável, direta e indireta, de um conjunto de pessoas e instituições, a quem quero expressar desde já o meu sincero agradecimento pela forma como partilharam pistas de investigação, documentação e sobretudo pelo incentivo à concretização do trabalho que agora se apresenta.

A minha primeira palavra de reconhecimento e de elevada gratidão é dirigida aos meus orientadores que concederam importantes direções ao longo deste processo, que se tornou mais longo do que desejava por motivos profissionais e, ainda, pela excepcional disponibilidade e exigência, pela compreensão e confiança, pelas críticas construtivas e sobretudo pelo encorajamento transmitido. Este projeto abraçou essencialmente três componentes: o território, as pessoas e o universo epigráfico tendo sido imprescindível o apoio; por um lado do Professor André Carneiro, um dos grandes conhecedores de terreno do concelho de Elvas que suscitou o interesse para a escolha da temática da presente investigação e, ainda, procurou com que fosse sempre mais além no âmbito das pesquisas, da estruturação de pensamento crítico e no desenvolvimento de análises comparativas, incentivando a transposição dos atuais limites administrativos, numa ótica de complementaridade e de conhecer as esferas envolventes, no sentido de conhecer o território como um todo; por outro lado, à Professora Cláudia Teixeira, por ter guiado sabiamente no tratamento dos testemunhos epigráficos, um universo tão complexo, porém, essencial para o estudo da sociedade.

À equipa técnica da Biblioteca Municipal Dra. Elsa Grilo, essenciais no âmbito das inúmeras pesquisas realizadas sobretudo no fundo local e nos periódicos, em particular, à Dra. Tânia Rico responsável da instituição referida que forneceu de forma digital um conjunto de artigos sobre a arqueologia elvense bem como permitiu o acesso à correspondência da Biblioteca e Museu António Thomaz Pires.

Ao Dr. Rui Jesuíno pelo auxílio no âmbito do estágio profissional na Câmara Municipal de Elvas que teve como objetivo primordial o inventário do acervo documental pertencente ao Museu Municipal de Elvas e, ainda pela partilha de informações sobre os sítios arqueológicos e por ter indicado a existência de uma epígrafe romana proveniente do Monte da Nora, elemento que incorporámos como inédito neste trabalho e, que conduziu à descoberta de uma outra inscrição funerária. Quero ainda destacar a partilha

do arquivo fotográfico do antigo Museu Municipal de Elvas, recursos inéditos que nos permitem conhecer a forma de organização e funcionamento da instituição em apreço.

À Florinda Burrinhas, pela infinda paciência tida nas longas horas na conceção das ilustrações solicitadas propositadamente para este trabalho e, ainda, pela partilha de estórias dos campos e achados em Elvas.

À antiga equipa de funcionários do antigo Museu Arqueológico e Etnográfico-António Thomaz Pires: Ângela Martins, Cristina Abreu, Manuel Neves e Romão Mimoso, pela partilha das histórias sobre a instituição, dos espólios e da organização dos respetivos inventários. Agradeço ainda à Ângela pelo fornecimento do caderno do Centro de Arqueologia Elvense e pela informação oral transmitida sobre este grupo.

Ao Professor Doutor José d'Encarnação e à Doutora Maria José de Almeida, duas referências incontornáveis, pelo vivo debate de ideias e pistas concedidas ao longo desta jornada e ainda pela útil partilha de documentação sobre as inscrições romanas e as vias romanas.

Ao Museu de Arte Romano de Mérida, em particular à Raquel Valbuera Álvarez pela simpatia com que me recebeu presencialmente na instituição, tendo preparado previamente a bibliografia solicitada sobre *Augusta Emerita* e sobre os monumentos epigráficos e, ainda, pelo envio de documentação via correio-electrónico.

Ao Professor José Mirão, pelas explicações sobre a análise geológica do território de Elvas, concedendo também uma melhor compreensão relativamente ao anticlinal de Estremoz e às escolhas da sociedade romana em estudo.

Ao Professor Jorge de Oliveira e Professora Leonor Rocha por terem concedido a oportunidade de realizar trabalhos relevantes para conhecer e compreender o panorama da investigação arqueológica do concelho de Elvas, através de estudos biográficos de figuras elvenses como é o caso de Torres de Carvalho e de Thomaz Pires que ocuparam o cargo de direção do antigo Museu Arqueológico de Elvas. Estas investigações suscitaram o interesse pelos processos epistolares como um instrumento essencial para conhecer as pessoas, as histórias dos sítios arqueológicos e da cultura material associada.

À Dra. Mónica Rolo, pela partilha de documentos e pela troca de impressões sobre as figuras e intervenções arqueológicas de Abel Viana e Dias de Deus nas necrópoles do território elvense.

À Helena Ribeiro, pela amabilidade e disponibilidade no auxílio das pesquisas realizadas no Arquivo Histórico Municipal de Elvas.

À Vânia Silva, funcionária do Centro da Ciência Viva de Estremoz, pela troca de ideias sobre os graníticos e os mármore de Estremoz e, ainda, pelas explicações sobre a história e evolução da indústria extrativa destes elementos pétreos.

À Fundação da Casa de Bragança, na pessoa do Dr. Tiago Salgueiro, pela sua disponibilidade e simpatia em procurar resolver sempre as minhas dúvidas e dar atenção a todas minhas solicitações.

À Ana Almeida e ao João Valverde, pelo apoio fundamental transmitido no processo de redação final.

Ao Eugénio Salgueiro, à Marisa Galhofas e à Rita Silva, meus confidentes, uma palavra de agradecimento pela coragem transmitida ao longo deste caminho.

Aos colegas do Museu de Arte Contemporânea de Elvas (MACE) que lidaram comigo diariamente no decurso deste trajeto, pela compreensão e pela força dada.

À Dra. Isabel Pinto que se tornou mais que orientadora no que concerne à minha participação nos programas de ocupação municipal de Elvas na área dos Museus e do Património, pela compreensão, incentivo e sobretudo pelo concebimento de inspirações e exemplo a nível profissional. Um apreço especial para esta amiga, colega e confidente que me ensinou tanto nestes últimos três anos.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Elvas, Dr. Nuno Mocinha e à Vereadora da Cultura Dra. Vitória Branco que concederam sempre a oportunidade de integrar na equipa do Património no âmbito dos programas de índole ocupacional desenvolvidos pela edilidade.

À minha Madrinha Isabel e à Manuela Direitinho, por incentivarem a dar sempre o melhor de mim. Ao meu Padrinho, eterna saudade, que me ensinou sempre a nunca desistir dos meus sonhos.

À minha Mãe, ao Alberto Costa e ao meu irmão Rafael Lagueiras, pela força imprescindível que me transmitem sempre para abraçar os objetivos pessoais e ambições profissionais e ainda, por ouvirem exaustivamente os meus devaneios, receios e sobretudo pela paciência em me ouvir falar nestes últimos tempos sobre o tema do presente projeto.

Ao meu Pai, por ter despertado desde pequena a paixão pelos “testemunhos do passado” e agradecer-lhe ainda pelas viagens históricas e os inúmeros passeios pelo o campo.

Ao Júnior, meu fiel amigo de quatro patas, sempre a meu lado.

A todos aqueles que, de alguma forma, família e amigos, que contribuíram para o alcance deste propósito final, aqui expresso o meu sincero apreço.

“El arqueólogo no excava cosas, sino gente”

Sir Robert Eric Mortimer Wheeler (*in* Correia, 2015:165)

**Elementos da presença romana no actual concelho de Elvas:
contributos para o retrato de uma sociedade**

PREÂMBULO

Definição do quadro geográfico e problemática associada

A escolha de um marcador territorial é um passo fundamental para quem estuda a sociedade num determinado período histórico. A presente investigação circunscreve-se ao território que corresponde ao atual concelho de Elvas. Definiu-se este quadro geográfico por ser um território peculiar e estratégico, delimitado pelos afluentes do rio Caia e Guadiana, pelos solos férteis e pela passagem dos três itinerários (vias XII, XIV e XV) que estabeleciam a ligação de *Augusta Emerita* ao porto marítimo de *Olisipo*.

O limite proposto a este trabalho coincide com a linha administrativa do concelho de Elvas, sendo por isso, adotada uma perspetiva micro, o que implica dar mais atenção aos detalhes, ainda que esta definição geográfica seja meramente fictícia dada a necessidade de compreender as esferas territoriais envolventes. Neste sentido, torna-se imprescindível a transposição das fronteiras modernas com o propósito de compreendermos melhor as influências (diretas e indiretas) que estes territórios detiveram na sociedade romana que viveu no aro elvense. Nesta ótica é fundamental correlacionar um conjunto de fatores como a rede viária, a proximidade geográfica com o anticlinal de Estremoz e a influência social e cultural da capital provincial. De referir ainda de que também não seria coerente definir os “limites físicos” atendendo à bacia hidrográfica, pois tal como André Carneiro esclarece “definir uma área geográfica homogénea, como a bacia hidrográfica de um curso de água, seria lógico sob o ponto de vista fisiográfico; mas a mente romana, com a sua capacidade modeladora da paisagem, não se prendia a esse tipo de apriorismos ou condicionalismos físicos” (Carneiro, 2014, vol. I:19).

Persistindo a indefinição no âmbito da investigação sobre a problemática dos limites administrativos do *territorium* emeritense, procurou-se apenas identificar os aspetos sociais, através da análise das fontes epigráficas conhecidas até ao momento com o propósito de aceder a um conjunto de indicadores que nos permitam tecer algumas reflexões sobre a continuidade com a *colonia* numa componente cultural, na perspetiva de fornecer um contributo para o retrato social da sociedade romana no atual concelho de Elvas.

A maioria do território elvense apenas foi alvo de trabalhos de prospeções e relocalizações. Alguns sítios foram intervencionados, ainda que de forma parcial de que são exemplo as necrópoles e a Quinta das Longas, o único sítio arqueológico no qual foi

desenvolvido um projeto de investigação plurianual de modo sistemático. Neste prisma, apesar de existirem inúmeras referências (fontes e bibliografia), publicadas em diferentes suportes ou existentes em distintos Arquivos, a inexistência de uma leitura de síntese sobre a rica e inúmera cultura material identificada nas diferentes categorias de sítio constitui-se como uma adversidade à presente investigação. Devemos ainda sublinhar que o espólio identificado no atual de Elvas se encontra depositado em três instituições: Museu Nacional de Arqueologia, Museu-Biblioteca da Casa de Bragança e ainda na reserva museológica, de caráter temporário, pertencente ao antigo Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas António Thomaz Pires. Estes elementos seriam fundamentais para correlacionar os elementos epigráficos com os diferentes sítios arqueológicos no sentido de alcançarmos um perfil mais autêntico do que seria a sociedade romana no atual concelho de Elvas.

Estudos anteriores e pertinência dos temas em estudo

O panorama da investigação arqueológica no concelho de Elvas tem raízes bastante profundas no tempo, tendo suscitado interesse tanto a nível da comunidade local como académica.

A imprensa periódica local foi fundamental no que concerne ao registo de achados arqueológicos. Foi ainda um marco importante a criação da Biblioteca Municipal e do Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas. Todavia, é com a publicação do *Catálogo do Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901) no *Arqueólogo Português* que se verifica a projeção da arqueologia elvense para o panorama nacional, muito em parte pelo destaque dado ao diverso espólio de cronologia romana, em especial, a epigrafia e as cerâmicas identificadas em necrópoles.

O estudo do povoamento rural em época romana é uma temática que esteve à margem das agendas de investigação até à década de 70 do século XX, tendo sido neste período que foi publicada a primeira grande monografia de Jorge Alarcão (*Portugal Romano*, 1974).

A década seguinte marca o arranque de uma progressiva consciencialização no âmbito do estudo, da conservação e valorização do património. É, neste período, publicada a tese de José de Encarnação (IRCP, 1984), intitulada *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, na qual o autor faz um levantamento exaustivo do universo

epigráfico, que integra o território de *Elvas e seu termo* (IRCP,1984:631-665). Na mesma época, verifica-se o registo da descoberta de novas inscrições romanas (Maciel e Maciel, 1985a e Maciel e Maciel, 1985b). Ainda no mesmo período é publicada uma monografia sobre a cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo (Nolen,1985) que inclui o espólio recolhido por Abel Viana e Dias de Deus nos anos 40 e 50 em diversas herdades do concelho de Elvas. Destaca-se ainda um artigo síntese de José d'Encarnação (1987) sobre a população do Nordeste Alentejano centrado nas inscrições identificadas no termo de Elvas. São publicadas ainda duas monografias sobre o povoamento romano: *Roman Portugal* (Alarcão, 1988) e *O Domínio Romano em Portugal* (Alarcão, 1988).

A partir da década de 90 acentua-se o interesse sobre o tema, visível na publicação de diversos artigos sobre intervenções arqueológicas sobretudo em *villae* como é o caso da Quinta das Longas e ainda o desenvolvimento de projetos realizados pela Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA), de forma a salvaguardar o património arqueológico no âmbito dos processos de Avaliação de Impacte Ambiental.

A partir de 2000 publica-se a tese de Maria J. de Almeida (Almeida,2000) sobre a *ocupação rural romana no actual concelho de Elvas*, na qual se apresenta uma síntese dos conhecimentos sobre os sítios. Segue-se André Carneiro que desenvolve no âmbito de tese de doutoramento um capítulo referente ao concelho de Elvas, contribuindo para uma nova leitura dos sítios arqueológicos identificados e identificando outros (Carneiro, 2014, vol. II:171-213). Também Mónica Rolo tem em curso um projeto sobre o estudo do *Mundo Funerário no Nordeste Alentejano*, no qual merecem destaque os espólios identificados nas necrópoles do território elvense recolhidos por Abel Viana e Dias de Deus no período de 1934 e 1955 (Rolo,2017a). Novamente, Maria José de Almeida (Almeida,2017) volta a apresentar leituras que incluem o território elvense no âmbito da tese de doutoramento intitulada de *leitura do território a partir da rede viária de Augusta Emerita a Olisipo por Eborá*.

No panorama nacional contamos com alguns estudos sobre a sociedade romana os quais passamos a enunciar. O trabalho de referência o trabalho de Armando Redentor sobre a *epigrafia romana na região de Bragança* (Redentor, 2002), na qual adota o mesmo tema de investigação no âmbito da tese de doutoramento sobre a *cultura epigráfica no Conventus Bracaravgstanvs (pars occidentals) - percursos pela sociedade bracara da época romana* (Redentor,2011). Alda Delicado (Delicado, 2011) na dissertação de mestrado *Contribuição para a caracterização do mundo rural olisiponense* também procurou contribuir para o estudo da sociedade romana. Sobre o tema da religião

e da sociedade, são de salientar a tese de Sara Reis sobre a *Religião e Sociedade no Municipium Olisiponense* (Reis,2014) e de Manuel Leitão (Leitão, 2015) sobre *a Religião e a Sociedade no concelho de Castelo Branco ao Tempo dos Romanos, segundo as fontes epigráficas*. Relativamente ao tema da religião temos a tese de mestrado de Sílvia M. Teixeira – *Cultos e cultuantes no Sul do território atualmente português em época romana (sécs. I a.C – III d.C) – uma aproximação à sociologia das religiões* (Teixeira, 2014).

Na bibliografia espanhola encontramos uma profusão de diversas revistas, monografias, atas e mesas redondas sobre a sociedade romana. Destaca-se a série de *Cuadernos Emeritenses* da Associação de Amigos do Museu Nacional de Arte Romano que atualmente já alcança o número 38 organizado por diferentes temáticas. Destes cadernos sublinhamos o nº13 “Las Élités sociales de Augusta Emerita” e ainda o nº31 “La sociedade romana del Conventus Emeritensis através de sus estelas funerárias”. Relativamente às monografias, *Augusta Emerita territorios, espácios, imágenes y gentes en Lusitania Romana* publicada em 2004, congrega artigos de autores estremenhos fundamentais para o estudo da sociedade em época romana como é exemplo Jonathan Edmonson, José Carlos Saquete, José Ramírez Sádaba e ainda investigadores portugueses como Jorge de Alarcão. Em 2015 temos a monografia intitulada de *Lvsitania Romana Origen de dos pueblos - origem de dois povos* que resulta de um projeto comum aos dois Países, Portugal e Espanha, que pretende reforçar a necessidade da complementaridade de estudos luso-espanhóis, realçando a identidade comum legada pela sociedade romana. Nesta obra dão contributo diferente investigadores portugueses como Carlos Fabião, António Carvalho, José d’Encarnação e Amílcar Guerra.

O *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana* resulta do labor de um conjunto de epigrafistas, linguistas e investigadores da História Antiga peninsular de diferentes nacionalidades, tendo sido publicado em 2003. Constitui-se como uma obra imprescindível para os estudos onomásticos, na medida que reúne os testemunhos de cada um dos antropónimos registados, sendo fundamental para quem pretende estudar ou contribuir para o retrato da sociedade em época romana.

Objetivos, metodologia e fundamentação das opções tomadas: a grelha de análise

O estudo da sociedade romana é uma construção mental complexa e, nesse sentido, torna-se fundamental reunir elementos desta presença, partindo da análise das fontes epigráficas e dos aspetos que se interligam com estes testemunhos.

Neste prisma, a presente investigação pressupõe a concretização de dois objetivos principais.

O primeiro pretende extrair um conjunto de indicadores (diretos e indiretos) referentes ao contexto subjacente à sociedade romana através da leitura do *corpus* epigráfico conhecido até ao momento, centrada em três grandes temas: no primeiro, procuramos congregar todos os elementos sobre o monumento, com a intenção de identificar aspetos como o contexto arqueológico e o sítio de proveniência, conceber um levantamento quantitativo e tipológico das inscrições, identificar as matérias-primas e os suportes utilizados nas gravações, a cronologia proposta, os motivos decorativos, a naturalidade e a tribo; no segundo tema, procurar refletir sobre aspetos da vida familiar, social, privada através do levantamento das relações sociais entre os dedicantes e os defuntos bem como os laços familiares e afetivos inerentes aos testemunhos epigráficos e, por último definir o retrato social através da antroponímia onde procurámos caracterizar em termos sociais os indivíduos através de uma análise global das evidências epigráficas. Em termos de manifestações religiosas procurámos refletir sobre duas representações: epigráficas e iconográficas.

O segundo objetivo prende-se com a elaboração da narrativa histórica e arqueológica do atual concelho de Elvas com o propósito de conhecer os tempos, os ciclos e as diferentes personalidades que contribuíram para o conhecimento dos sítios e para as inúmeras e variadas recolhas de espólios. Considerando que o *corpus* epigráfico em estudo se integra atualmente nas reservas museológicas do antigo Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas António Thomaz Pires, torna-se fundamental conhecer a génese deste museu local que se integra no âmbito do novo panorama da Arqueologia Portuguesa, com forte influência tutelar de Leite de Vasconcelos, resultante da ligação epistolar com os diferentes diretores e conservadores do MAEE-AT; assim, justifica-se conhecer os fundadores desta instituição, refletindo ainda sobre o papel educativo do Museu à luz dos conceitos de educação e de instrução da época; conhecer o papel dos meios de comunicação social na divulgação da função educativa do Museu e ainda realçar a

preocupação com o registo dos sítios e vestígios arqueológicos noticiada nos periódicos locais oitocentistas. No mesmo quadro de ideias, procura-se conhecer os processos de incorporação dos monumentos epigráficos no antigo Museu Municipal, numa ótica de privilegiar a memória da peça e, nesse sentido, justifica-se identificar o coletor e/ou depositante, a proveniência e o contexto arqueológico.

Como objetivos suplementares pretendemos alertar para a necessidade de realização de investigações interdisciplinares sobre a sociedade romana, centrada em uma perspectiva para lá dos atuais limites administrativos, no sentido de se alcançar uma leitura mais autêntica sobre esta época na Península Ibérica.

Em termos metodológicos, o presente trabalho foi elaborado em três fases:

1ª Fase: Recolha de informação

A consulta de **inventários de informação** centrou-se numa primeira fase no *Portal do Arqueólogo (Endovélico)* e na base *Hispania Epigraphica online database*. Adotamos os números de inventários atribuídos nestas plataformas, adotando-os nas Fichas de Sítio. Esta consulta exaustiva permitiu concluir que existem lacunas e ainda que o *corpus* epigráfico em estudo não está na totalidade incorporado nestas bases de dados.

Foi fundamental a consulta do *Inventário do Acervo Documental pertencente ao Museu Municipal de Elvas* (IADMME, 2015), realizado por Laura Lagueiras no âmbito do estágio profissional na Câmara Municipal de Elvas. Este suporte reúne os diferentes inventários e os registos das entradas de espólios, incluindo o livro de entradas das peças, desde a abertura da instituição até ao seu encerramento ao público compreendido entre os anos 1880-2002¹. Nesta ótica constitui-se uma ferramenta inédita que nos permite conhecer o trajeto das inscrições no Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas António Thomaz Pires. Considerada uma fonte que nos fornece dados relevantes como a proveniência da epígrafe e o contexto arqueológico e, na maioria dos casos, a data do achado ou a data da sua entrada para MAEE-AT e, ainda o seu coletor ou ofertante. Foi um documento importante neste trabalho, dado que permitiu a identificação de três

¹ O Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas António Thomaz Pires encerrou em 2004, porém, não se conhece mais registos de incorporação de peças até a essa data.

inscrições inéditas, duas encontradas na Herdade das Casas Velhas (nº2) e outra na Herdade das Alpedreiras (nº15) apesar de não se conhecer o texto.

No âmbito da presente investigação foi essencial o *Arquivo da Correspondência da Biblioteca e Museu António Thomaz Pires*, consultado na BME-EG, que reúne diferentes documentos, como cartas, postais, relatórios das atividades da instituição, e que permite ainda conhecer através da correspondência endereçada aos antigos diretores do Museu, todas as pessoas que assumiram o cargo desde a fundação da seção de arqueologia em 1880 até à década de 90 do século XX. Esta última listagem e os períodos de direção são dados inéditos sobre a História do Museu Arqueológico de Elvas que nos permitiu identificar as pessoas que desempenharam a função de diretor da Biblioteca e Conservador do Museu, sendo maioritariamente naturais de Elvas, à exceção de Alexandre Carvalho da Costa, natural da Alagoa (Portalegre) (**Tabela 6**). É através da leitura dos processos epistolares que conseguimos compreender o perfil dos diretores do Museu, bem como o seu funcionamento e, ainda os diferentes espólios que foram sendo doados ao longo dos anos à instituição, em virtude dos agradecimentos expressos pelos Diretores do Museu.

No tocante à informação publicada foram efetuadas **recolhas bibliográficas temáticas**, numa primeira instância, em dois fundos: local e periódicos, ambos na Biblioteca Municipal de Elvas-Dra. Elsa Grilo (BME-EG), que congregam estudos específicos e gerais, trabalhos académicos, monografias locais, correspondência trocada entre ilustres elvenses e personalidades de relevo da arqueologia nacional e ainda os números da Revista Municipal de Cultura e Património *Elvas História-Viva*. Todas estas leituras foram fundamentais para compreender a história da arqueologia elvense.

No que concerne aos **estudos epigráficos** foi essencial consultar os diferentes números do *Ficheiro Epigráfico*, os *Trabalhos de Arqueologia do Sul* (Encarnação, 1986) e ainda a obra de José d'Encarnação (IRCP, 1984), que foi a referência principal e o ponto de partida para as leituras que apresentamos, na medida em que se revela ainda trinta anos depois como o inventário mais completo sobre o *corpus* epigráfico, tendo por isso sido relevante para a sistematização e análise dos dados incorporados neste trabalho. Também foi essencial o texto de André Carneiro (Carneiro, 2010) sobre a cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo para compreendermos as distintas áreas culturais. Foram igualmente determinantes a tese de mestrado de Maria José de Almeida (Almeida, 2000) e ainda o estudo sobre o Povoamento rural romano no Alto Alentejo de André Carneiro (Carneiro, 2014, vol. I; vol. II:171-213).

No Arquivo Histórico Municipal de Elvas (AHME) foram realizadas pesquisas centradas nos **periódicos locais** (séc. XIX-XX) mais precisamente entre a data da proposta da criação da Biblioteca Municipal em 1860 até à década de 60 do século XX. Foram determinantes as consultas dos periódicos oitocentistas para compreender que estes documentos funcionaram como a âncora do conhecimento associado aos ideais liberais promovidos pelos seus editores e redatores, representando estes, muitas vezes, interesses partidários oriundos de Lisboa. Destacámos os seguintes jornais: *O Elvense*, *A Sentinella da Fronteira*, *O Trastagano*, *A Fronteira*, *Jornal de Elvas*, *Notícias de Elvas*, *Linhas de Elvas*, *Correio Elvense* e *o Ecos da Colónia*, uma vez que nos forneceram dados mais relevantes relativamente à história da arqueologia elvense, aos dados biográficos das diferentes personalidades, às relações epistolares e ainda à identificação de sítios arqueológicos e recolhas de espólio.

Também a consulta das **fontes manuscritas**, como as atas das sessões da Câmara Municipal de Elvas, nos fornece informações relevantes sobre a criação da Biblioteca Municipal (Ata nº59 da Câmara Municipal de Elvas, 31 de Outubro de 1860) e sobre a história do Museu Arqueológico de Elvas e a respetiva instalação (Ata nº24 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas, 1 de Junho de 1880), e sobre a proposta de criação da seção de arqueologia (Ata nº28 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas, 22 de Junho de 1880). Estes documentos mereceriam ser tratados de forma exaustiva noutro trabalho de investigação. Nas atas municipais, encontra-se ainda o registo da mudança do Museu para o 1.º piso do Museu do edifício do Colégio dos Jesuítas, a atribuição do nome de António Thomaz Pires ao Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas em 1913, as ofertas de espólios ou as aquisições feitas pela CME para o Museu de Arqueologia e a atribuição dos cargos de direção do MAEE-AT.

O *Dicionário* de Victorino d'Almada (sem data), acessível no AHME, é também um instrumento imprescindível para o conhecimento das primeiras referências aos sítios e vestígios arqueológicos. No mesmo estabelecimento existem **fundos documentais** relevantes para o estudo aprofundado sobre a “geração de elite” elvense que atuou na defesa do património elvense nos finais do século XIX e inícios do século XX, que integra nomes como os de Thomaz Pires, Victorino d'Almada e Torres de Carvalho². É nestes fundos que se encontram documentos que espelham o reconhecimento do contributo dado

² A maioria das cartas existentes no AHME encontram-se inéditas. Também já existem outras publicações relativas à correspondência trocada entre ilustres elvenses dada a compilação atenta de Eurico Gama, um dos antigos diretores do MAEE-AT, disponíveis na BME – EG no fundo local.

por estas personalidades à história da arqueologia, de que é exemplo o Diploma de Sócio correspondente atribuído a Thomaz Pires pela *Sociedade Archeologica Santos Rocha* em sessão de 12 de Março de 1906. Sublinhe-se que toda esta massa de informação merecia uma investigação aprofundada no âmbito de um outro projeto de investigação.

Foram ainda essenciais o acesso e a partilha de **informações** sobre a história do Museu Arqueológico de Elvas sobre as exposições, os desaparecimentos das peças e o critério que utilizavam para a conceção das Fichas, fornecidas por antigos funcionários da instituição que trabalharam de perto com os diretores, com os espólios e os inventários. No âmbito da presente investigação também nos foi concedido o acesso pela Dra. Isabel Pinto, arqueóloga do Município de Elvas ao conjunto dos diversos dossiês de inventários pertencentes ao antigo MAE-AT, os quais incorporam as fichas de inventário das inscrições romanas em estudo, tendo sido apenas incorporadas no presente trabalho as mais recentes e datilografadas uma vez que englobam os dados implícitos no inventário original (**Figura 42 a 50**). Foi ainda enriquecedor para este trabalho o acesso ao arquivo fotográfico do Museu António Thomaz Pires, autorizado pelo Dr. Rui Jesuíno. São fotografias praticamente inéditas que salvaguardam a memória do prestigiado museu local. O Dr. Rui Jesuíno, orientador do estágio profissional na área de História e Arqueologia, conhecendo o propósito da presente investigação, partilhou a existência de uma inscrição inédita localizada atualmente no Monte da Serra do Bispo. O proprietário do Monte, o Sr. Sequeira, informou-me que a recolhera em 1980 no Monte da Nora, tendo mostrado uma outra, possivelmente recolhida no mesmo local, ideia reforçada pelo suporte (placa) e pela estética idêntica. Foi esta inscrição que nos permitiu registar uma defunta de nome *Maxuma*.

2ª Fase: Tratamento e análise dos dados: princípios adotados

Os procedimentos adotados relacionam-se com o tratamento de informação dos dados extraídos das fontes epigráficas identificadas no atual concelho de Elvas. Deste **corpus epigráfico (Anexo II)** procurámos inventariar, reunir, atualizar, rever e acrescentar informações respeitantes aos monumentos, respeitando integralmente todos os dados indicados nos estudos epigráficos publicados por diversos autores e em diferentes suportes (IRCP, 1984; IADMME, 2015; FE) e, ainda, salvaguardar a memória das peças através da identificação do contexto do achado arqueológico (**Tabela 8**) e a data

do mesmo, o nome do achador/coletor ou ofertante aquando da respetiva incorporação da inscrição no Museu Etnográfico e Arqueológico António Thomaz Pires (**Tabela 6**).

Neste prisma foi fundamental a criação da base de dados no programa *Access*, com o propósito de facilitar o tratamento dos conteúdos implícitos nos diversos suportes sobre os estudos epigráficos, convertidas posteriormente para *Word* em pequenos **quadros de síntese**, que incorporamos no corpo do texto para dar uma leitura imediata, e ainda em anexo dada a dimensão do **Tabela nº9** - Onomástica e Sociedade que pretende apresentar os dados relativos aos testemunhos epigráficos, adotando um modelo simplificado e adaptado ao enquadramento do perfil da investigação. Convertemos posteriormente os dados para **gráficos (Figura 51 a 67)** dada a necessidade de concatenar e tratar estatisticamente as informações extraídas da leitura das fontes epigráficas incluída nos capítulos n.ºs 4 e 5 “Das evidências epigráficas às pessoas” e “Retrato Social através da antroponímia”, respetivamente.

No **Inventário (Anexo II)** procurámos sistematizar todos os testemunhos epigráficos conhecidos até ao momento identificados no território de Elvas. No tocante à organização, procurámos ordenar por ordem numérica a inscrição atendendo ao sítio de proveniência que se apresenta nas **Fichas de Sítio (Anexo III)** que se justificam pela necessidade de complemento aos sítios de proveniência das inscrições. Relativamente ainda ao inventário torna-se fundamental referir que as leituras interpretadas e respetivas traduções seguem os estudos dos respetivos autores, publicadas em diversos suportes. As epígrafes com os n.ºs 1; 1-A; 1-B; 1-C; 1-D; 1-E; 1-F; 1-G; 1-H; 1-I; 1-J; 1-M; 1-N; 3; 4; 5; 6; 9-A; 9-B; 9-C; 9-D; 9-E; 11; 12-A; 12-B; 13; 14; 18-A; 18-B; 19; 21 são da autoria de José d’Encarnação (IRCP, 1984) e do mesmo autor (Encarnação, 1986) com o n.º 16. Publicadas no *Ficheiro Epigráfico* temos a inscrições n.º 8 estudada por Manuel e Tarcísio Maciel e José d’Encarnação (FE, 1988: nº 116). Por Mónica Rolo e José d’Encarnação a inscrição nº 7 (FE,2017: 145). Por Manuel e Tarcísio Maciel as inscrições n.ºs 17 e 20 (FE,1985b: nº65 e 66). Foi possível constatar a existência de mais 3 inscrições (n.ºs 2-A; 2-B; 15) aquando a consulta do *Inventário do acervo documental pertencente ao antigo Museu Municipal de Elvas* (IADMME,2015), porém, só foi possível conhecer o texto da nº15. Como inéditas incorporamos duas inscrições (n.ºs 10-A;10-B), porém, dado ao estado de conservação da peça só possível efetuar a leitura da nº10-B.

Em termos ilustrativos procurámos apresentar através do recurso à **fotografia** o registo do estado atual das inscrições obtidas na reserva museológica de carácter provisório que integra o espólio do antigo MAEE-AT.

Foram utilizadas as Cartas Militares 1:25000 para as **representações gráficas**. As figuras foram criadas com recurso ao programa *Corel*, tendo por base os elementos referidos. Estes recursos visuais funcionam como complemento ao enquadramento geográfico e geológico do concelho de Elvas e como forma de evidenciar a distribuição espacial e a concentração das inscrições no marcador territorial em estudo.

3ª Fase: Redação e correlação da grelha de análise

Após a recolha bibliográfica, a consulta de diferentes fontes, procedemos ao tratamento na grelha de análise acima descrita, prosseguindo posteriormente para a redação do trabalho, correlacionando todos os suportes no ponto antecedente referidos.

Neste prisma optamos por centrar a nossa investigação mais na sistematização global das evidências epigráficas conhecidas até ao momento no concelho de Elvas, e ainda, sempre que possível, procurámos tecer reflexões do ponto de vista social e cultural. Centrámos-nos em dois grandes polos: representações epigráficas (funerárias e votivas) e ainda nas representações iconográficas; contudo, demos mais ênfase ao primeiro polo por ser o mais conhecido e porque permite ainda extrair um conjunto de informações relevantes e mais diretas atendendo à riqueza do *corpus* epigráfico identificado como proveniente do aro elvense.

Em anexo ao texto, serão apresentados todos os **recursos visuais, gráficos, figuras e tabelas**, resultantes das recolhas documentais que pretendem não apenas ilustrar como justificar, enquadrar e facilitar a interpretação dos conteúdos desenvolvidos.

CAPÍTULO 1. CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO

1.1. O Território

A caracterização dos recursos hídricos é relevante no âmbito do conhecimento do território e do espaço. Neste prisma, a amplitude das bacias hidrográficas relaciona-se com fatores de ordem geológica, geomorfológica, pedológica e fisiográfica, indicadores físicos fundamentais para o conhecimento das sociedades.

O concelho de Elvas (**Anexo I- Figura 1**) está situado na unidade de paisagem designada por “Alto Alentejo” (**Anexo I – Figura 2**) constituído atualmente por sete freguesias rurais, circundado a Norte pelo concelho de Arronches, a Noroeste pelo concelho de Campo Maior, a Este pelo rio Guadiana e Caia (Espanha), a Sul pelos concelhos de Vila Viçosa, Borba e Alandroal e a Oeste por Monforte. É o território português “mais próximo da capital da província da Lusitânia, a cidade de *Augusta Emerita*” (**Anexo I – Figura 3**), o que nos leva a colocar a probabilidade de este território ser “um natural prolongamento do ambiente emeritense para oeste” (Carneiro, 2014, vol. II:171), tanto do ponto vista geográfico como cultural.

O território correspondente ao concelho de Elvas encontra-se integrado na Região Hidrográfica nº3 (Rio Tejo) e nº4 (Rio Guadiana). Os recursos hídricos superficiais são constituídos sobretudo por um conjunto de linhas de água e de drenagem naturais, que pertencem maioritariamente aos afluentes do Rio Caia e Guadiana que se estendem do interior do concelho para a periferia³. Na zona Sul, as linhas de água constituem afluentes diretos do Rio Guadiana⁴. A Oeste encontra-se o troço inicial da Ribeira da Colónia, pertencente à Região Hidrográfica do Rio Tejo. A ponte do concelho, um festo de primeira ordem desenvolve-se em arco, separando a pequena área que está localizada na bacia hidrográfica do Rio Tejo (PDM,2009:31).

Morfologicamente, a linha de fronteira dos países vizinhos (**Anexo I – Figura 4**) é orientada em função dos cursos de água, Caia e Guadiana e pelos seus afluentes. Porém, tratam-se de limites naturais, na medida que se verifica uma homogeneidade do cenário paisagístico nas duas margens (Carneiro,2014, vol. II:171). Ainda no âmbito hidrográfico, o concelho de Elvas apresenta uma posição privilegiada dada a elevada

³ Os mais importantes pertencem à bacia hidrográfica do Rio Caia tais como: Ribeira da Argalé, Ribeira da Coutada, Ribeira da Murteira, Ribeira do Torrão, Ribeira de Chaves e Ribeira do Cêto

⁴ Os mais importantes são: Ribeira da Lã, o Ribeiro do Canção, o Ribeiro dos Mosqueiros e a Ribeira de Varche.

presença de cursos de água de pequena e média dimensão, sendo estes facilmente “domesticáveis” ou represáveis apresentando uma densidade de aquíferos notável, elementos que permitem uma excelente capacidade de armazenamento de águas subterrâneas (Carneiro, 2014, vol.II:171), uma vez que o lençol freático se encontra a uma profundidade considerável, justificando-se a existência de fontes e poços (PDM, 2009:47). Os terraços fluviais modelam o ambiente físico e com efeito terão contribuído para a implantação das diversas sociedades ao longo da história neste território, destacando-se sobretudo o troço do Guadiana que na opinião de Fernando Branco (Branco,2013:24) seria uma zona de navegação fluvial relevante, compreendendo “este troço numa estrada de indiscutível interesse, sobretudo para os tempos mais recuados”, como é o caso das comunidades pré-históricas e da sociedade romana. Porém, os terraços fluviais sofreram alterações no seu curso em diversos momentos até ao início do século XX e, com efeito terão contribuído para algumas perturbações a nível do registo arqueológico do povoamento antigo (Almeida,2000, 60-62) como é o caso da construção da barragem do Caia⁵, sendo a maior albufeira do Distrito de Portalegre, incorporando os concelhos de Elvas, Arronches e Campo Maior e, ainda o empreendimento do Alqueva⁶.

O concelho de Elvas integra-se numa espécie de “crescente fértil” (Almeida, 2000:60) caracterizado pela presença de solos bastante irrigados, justificados pelas principais linhas de água, o que lhes confere uma boa qualidade para o desenvolvimento de atividades agrícolas⁷, sendo denominados como os “barros de Elvas”. Nas cartas de Capacidade de Uso do Solo nº 33-C e nº37-A observamos que a diversidade de unidades pedológicas existentes tais como os litossolos, aluviosolos (modernos e antigos), coluviosolos, solos litólicos (não húmidos), solos calcários (pardos, vermelhos) e os barros pretos (calcários e não calcários) e os barros castanhos-avermelhados (calcários e não calcários). Verifica-se ainda a presença de todas as classes de solos, predominando as classes C, D e E, em detrimento da classe A e B.

⁵ Na ficha de sítio de Santa Catarina, André Carneiro, destaca as evidências descritas: “(...) são evidentes os materiais ao longo de uma larga extensão que se prolonga para a outra margem do regolfo da albufeira, semi-submersos nas zonas de cota mais baixa, notando-se também uma esquina de estrutura coberta pelo manto (...)” (Carneiro,2014, vol. II: 179). Neste sentido, é ainda importante referir que em anos de elevada precipitação, as águas da Albufeira sobem bastante o que chega a isolar da península o estreito braço de terra onde pontua a Ermida de Santa Catarina.

⁶ O empreendimento do Alqueva justificou a realização de trabalhos de prospeção (identificação e relocalização) no território de Elvas no perímetro que seria afetado no âmbito do processo de levantamento patrimonial na área regolfo da barragem, porém, neste caso, os sítios não sofreram danos, tendo por isso, apenas sido registados.

⁷ No Plano Diretor Municipal (PDM, 2009:44) encontramos a listagem dos solos que representam a melhor aptidão agrícola.

A caracterização pedológica do atual concelho de Elvas explica a natureza sociocultural subjacente à sociedade romana que habitou no atual quadro geográfico em estudo, o que nos permite aceder aos modos de utilização e de vivência. O estudo pedológico assenta em três componentes ou perspetivas espaciais de estudo, nomeadamente: a escala de perfil⁸; a escala do material terroso⁹ e a escala da paisagem¹⁰. Este último elemento é determinante para compreendermos a localização dos sítios arqueológicos na época romana, mais precisamente das *villae*. O território elvense é considerado o universo das grandes *villae* correspondentes a propriedades de grandes unidades de produção. Atendendo a que um dos aspetos a ter em conta por parte da sociedade em estudo residia na boa aptidão dos solos (**Anexo I– Figura 7**) se desde logo perceptível a implantação, a abundância e a dispersão das *villae* pelo quadro geográfico em estudo. Segundo Maria José de Almeida estas tipologias “parecem situar-se preferencialmente na zona de confluência do Caia e do Guadiana, no prolongamento da terra de barros da vizinha Extremadura” (Almeida, 2000:153). A mesma autora acrescenta que a escolha dos locais de implantação parece estar associada ao plano hidrográfico e à presença de bons solos agrícolas (Almeida, 2000:48) como testemunham as *villae* localizadas na Herdade do Correio-Mor e do Monte da Ovelheira, localizadas em sítios onde predominam as classes de solos de maior aptidão. É importante referir que estes núcleos residenciais deveriam estar inseridos numa órbita de acesso à rede de caminhos rurais e principais para circular as pessoas e os produtos, sendo fundamental as vias de comunicação no âmbito do desenvolvimento económico dos empreendimentos agrícolas (Almeida, 2000:160). Perante estas evidências, Maria José de Almeida, afirma que o atual território de Elvas estaria integrado na esfera *emeritensis*, independentemente do enquadramento jurídico, ideia justificada pela forte presença de povoamento romano numa região de grande potencial agrícola (Almeida, 2000:167), o que permite ressaltar desde logo que o quadro geográfico em estudo seria “um território rural profundamente romanizado nos modos de vida e ideais culturais do Império (Almeida, 2000:167). Assim, concluímos que a implantação das *villae* identificadas no território atualmente de Elvas se justifica pela análise dos indicadores externos como é o caso dos solos que apresentam um elevado rendimento agrícola; o itinerário viário e ainda os recursos hidrográficos, sendo este elemento essencial para as atividades agropecuárias e também essenciais para

⁸ Escala de perfil ou *pédon* diz respeito à morfologia do solo observável no campo.

⁹ Trata-se da análise dos constituintes do solo e a sua organização.

¹⁰ Consiste na análise da formação, classificação e variabilidade dos solos.

a recriação de sítios de *otium* e *contemplatio* como parece ter funcionado a ribeira de Chaves na Quinta das Longas. Todos estes elementos correspondem aos padrões ideais romanos, e por isso, justificam o alinhamento de sítios arqueológicos em torno do ambiente fisiográfico e geomorfológico.

Torna-se ainda oportuno sublinhar que as quintas de hoje e as *villae* apresentam características similares segundo Mariana Sá, na medida que se tratam da “residência de um proprietário abastado, articulada com estruturas de caráter lúdico e edifícios de apoio agrícola, localizados numa determinada porção de terra, cujas três principais características são a individualidade, o isolamento e a unifamiliaridade” (Sá, 2013:7). O território de Elvas caracteriza-se pela concentração das quintas e das *villae*¹¹, coincidindo estas duas realidades do passado-presente em alguns casos, no mesmo espaço físico. Nesta ótica, as quintas alentejanas parecem ter a mesma génese em termos arquitetónicos às *villae*, sendo estas últimas, estruturas socioeconómicas que representam o arquétipo da romanidade do mundo rural¹². Na mesma ótica, importa realçar que a concentração das quintas no território elvens não é uma questão alheia ao ambiente cultural vivido durante o século XIX e inícios do século XX, marcado pelo aumento populacional no território devido à presença militar e ainda de famílias nobres e eruditas. Esta “geração de elite” vive em habitações sofisticadas no núcleo urbano e ainda em quintas¹³, localizadas nas suas proximidades (Sá, 2013:3) como é o caso da Quinta do Bispo¹⁴.

A região de Elvas integra-se num maciço antigo, moldado por uma erosão intensa e por suaves ondulações de planícies. Apresenta alguma variação a nível topográfico, principalmente nos quadrantes Norte e Poente. O território em estudo possui um claro domínio em declives da classe A, correspondendo às zonas côncavas e convexas associadas aos vales dos rios Caia e Guadiana e à zona alta central aplanada de cabeceira

¹¹ Ver identificação das quintas e das *villae* no concelho de Elvas (Sá, 2013, fig. 9 e 16).

¹² Para um conhecimento mais aprofundado consultar Mariana Sá (Sá, 2013).

¹³ “Estas quintas, mandadas construir por nobres, grandes burgueses e militares de alta patente, distinguem-se em dois tipos: o primeiro, associado a grandes casas de lavoura, onde as quintas se implantam em espaços de horta e pomar preexistentes, por serem os locais mais atraentes e deleitosos da propriedade; e o segundo (...) corresponde a uma construção de raiz, de casas de veraneio com uma forte componente lúdica e ornamental” (Sá, 2013:4).

¹⁴ Foi designada anteriormente como Quinta de São Sebastião (início do séc. XVI), topónimo associado a uma ermida com a mesma invocação. Propriedade que foi ao longo dos séculos recebendo novos topónimos por ter sido residência de ilustres personalidades como Aires Varela e D. Manuel da Cunha (6º Bispo de Elvas). Este último comprou a quinta aos herdeiros do cônego Varela, tendo deixado em seu testamento à Mitra de Elvas. Também foi denominada de Quinta António Sardinha por ter vivido ali também este ilustre elvens. Deu entrada para o MAEE-AT uma lucerna fragmentada (IADMME, 2015).

de linhas de água. Contudo possui igualmente as classes B, C e D, por ordem decrescente de expressão (PDM, 2009:37-38).

Em termos genéricos, a paisagem é suave e moderada (**Anexo I – Figura 8**), variando entre os 150 a 500m de altitude. Estas evidências permitem compreender a suavidade do relevo, alterando-se este panorama dadas as elevações no sentido de noroeste/sudeste tendo estes sítios sido ocupados em diferentes períodos cronológicos pela sua posição geoestratégica como é o caso da Atalaia dos Sapateiros (Vila Boim), o alto de Segóvia e ainda a Serra da Malefa onde se implantou o Castelo de Elvas, Forte de Santa Luzia e Forte da Nossa Senhora da Graça. Verifica-se que para Sul e para Este a altitude vai crescendo até às margens das redes hidrográficas, sendo o ponto de cota mais alto localizado numa das freguesias rurais, Vila Boim (495m) e a mais baixa (154m), na margem direita da Ribeira do Caia. Em redor do núcleo urbano dominam as cotas próximas dos 300 metros.

As formações geológicas existentes no território de Elvas são agrupadas em três divisões, nomeadamente a meios porosos¹⁵, meios fissurados e meios cársicos. Relativamente à primeira divisão, os aluviões encontram-se representados em faixas descontínuas ao longo do leito do Guadiana; os terraços fluviais ocupam extensas manchas na margem direita da mesma Rede Hidrográfica e ao longo dos principais afluentes e por último, verifica-se que as formações Paleogénicas ocupam extensas manchas situadas a Leste do meridiano de Elvas, cobrindo extensões significativas do Sistema Aquífero de Elvas-Vila Boim¹⁶, localizado em rochas carbonatadas de idade câmbria (PDM, 2009:39-41), constituído por calcários cristalinos, dolomitos e calcários dolomíticos, rochas calco-dolomíticas e respetivas corneanas, associadas à intrusão de rochas hiperalcalinas, básicas, ultrabásicas e granitoides. Não sendo intenção entrarmos em pormenores litológicos e tectónicos importa referir que o Sistema Aquífero Elvas-Vila Boim é complexo e heterogéneo, sendo considerado um maciço idêntico estruturalmente em termos de dimensão e de orientação ao de Estremoz¹⁷.

Do ponto de vista geológico o concelho de Elvas apresenta uma grande variedade conforme se pode visualizar nas cartas geológicas do concelho (Gonçalves, 1970, nº37-

¹⁵ Foram agrupados sob esta designação formações com porosidade primária, maioritariamente representadas por solos de composição variável que correspondem a aluviões, terraços fluviais e formações paleogénicas (conglomerados, arenitos, margas e argilas) (PDM, 2009:39).

¹⁶ Para um conhecimento mais aprofundado sobre este sistema consultar a dissertação de Mestrado de A. M. V de Silva (1991).

¹⁷ Apresenta uma estrutura correspondente ao flanco inverso de um antiforma redobrado, com vergência para SW e possui uma área aproximada de 113 km² para o total das formações carbonatadas.

A; Gonçalves, 1972, nº33-C). A maioria das rochas existentes pertencem ao período Câmbrico, englobando sobretudo os calcários cristalinos (incluindo calcários dolomíticos), ao período Pré-câmbrico, no qual se inserem os xistos e os grauvaques e, ainda as rochas eruptivas, nas quais se identificam diversas características das rochas graníticas como o granito alcalino (porfiroide e não porfiroide), quartzo-diorito, gabros anfibólicos, brechas eruptivas e rochas hiperalcalinas. Considerando a geologia do concelho de Elvas é fulcral referir que se verifica a presença do granito e de dolomitos, rochas preferencialmente utilizadas como base de gravação epigráfica.

A proximidade geográfica entre o atual território elvense e o território estremocense, poderá explicar a relevância do quadro geográfico em estudo, atendendo à intensa exploração dos célebres “mármore de Estremoz” em época romana sendo esta relacionada com a geoestratégia imperial assente nos mercados de abastecimento e nos programas construtivos da capital provincial. Coloca-se a hipótese de existir um *pagus marmorarius* no anticlinal de Estremoz (**Anexo I – Figura 10**), associado a esta exploração pétreia, tratando-se de “um recurso estratégico da maior grandeza, que certamente estaria na órbita da capital provincial” (Carneiro, 2014, vol. I:138). As obras públicas e privadas dependiam de um elevado investimento, devendo por isso ser rigorosamente planificadas e associadas a uma boa rede viária de apoio, o que permite colocar a hipótese da via XII que estabelecia a ligação da capital provincial a *Olisipo* passando por *Ebora*, não ser certamente alheia à exploração marmórea do eixo de Estremoz-Vila Viçosa, tendo sido apelidada como “rota dos mármore” (Carneiro, 2014, vol. I: 168 e 173). Assim, é fundamental compreendermos o mármore desta região como um recurso estratégico em época romana, devendo compreender-se como uma “força decisiva na modelação da geografia humana e económica” (Carneiro, 2014, vol. I:22). É neste quadro de ideias que se torna essencial incluirmos o enquadramento geomorfológico da exploração dos mármore de Estremoz-Vila Viçosa no sentido de compreendermos o material predileto nas gravações epigráficas do tipo funerário identificadas no atual concelho de Elvas.

Não sendo o objetivo principal o estudo exaustivo dos recursos geológicos do concelho em estudo é importante sublinhar algumas particularidades. Tectonicamente o concelho de Elvas está situado no sector setentrional de Zona de Ossa Morena¹⁸ que inclui rochas aflorantes com idades que vão desde o Pré-câmbrico ao Devónico Superior

¹⁸ O Câmbrico da Ossa Morena inicia-se com a formação carbonatada (Sector Alter do chão – Elvas) e formações dolomíticas dos sectores Estremoz – Barrancos e Montemor – Ficalho.

(Machado,2012: 21). A complexidade geomorfológica do território elvense relaciona-se com a existência da grande falha tectónica, a “falha da Messejana”, que atravessa o Alentejo no sentido diagonal ascendente (**Anexo I – Figura 9**). Considera-se que a referida falha, detetada a cerca de 3 km para SW e a cerca de 6 Km para NE, possa atravessar o próprio núcleo urbano, marcado pela presença de rochas ígneas destacando-se os gabros anfibólicos e piroxénicos (Branco,2013:20). Neste contexto enfatizam-se as ocorrências minerais associadas ao complexo vulcanossedimentar Câmbrico-Ordovícico, essencialmente relacionados com as formações pré-câmblicas e volfrâmio e estanho no complexo granítico de Santa Eulália. O Maciço Ígneo de Monforte-Santa Eulália consiste numa estrutura tardivarisca que intersecta as estruturas hercínicas previamente formadas, apresentando uma forma elíptica, com eixo maior orientado E-W.

As principais alterações da paisagem são reflexo da ação antrópica, refletindo-se sobretudo no manto vegetal. Segundo Maria José de Almeida (Almeida,2000:61) a “vegetação natural seria constituída pela associação de azinho e sobro em montados cuja densidade do sub-bosque seria significativamente maior que hoje em dia”, em época romana no território elvense. Esta perspetiva é baseada numa referência sobre os montados existentes na Herdade de Fontalva: “onde duas pessoas a cavalo não se viam a trinta metros de distância tão alta que era esta vegetação arbustiva” (Andrade, 1948:29). A mesma autora acrescenta que o índice de florestação seria certamente superior dada a identificação de conjuntos de restos faunísticos em sítios arqueológicos (Almeida, 2000:61-62). Atualmente, a formações de sobro e de azinho, apesar de humanizadas, têm raízes profundas na floresta mediterrânica, constituindo-se como os ambientes biológicos mais representativos do concelho de Elvas, predominando, contudo, o montado de azinho (PDM, 2009: 11-12 e 70) à exceção do “Alto de Vila Boim” no qual se verifica uma interrupção “por um mosaico agrícola mais diversificado na proximidade dos aglomerados onde se encontram manchas representativas de olival” (PDM, 2009:69). No Plano Diretor Municipal de Elvas (PDM, 2009:69) encontramos a caracterização da paisagem do concelho, destacando-se a associação dos montados de sobro e azinho, enfatizando-se que “estes povoamentos embora constituídos por agrupamentos de plantas tipicamente mediterrânicas, já pouco ou nada têm a ver com a floresta primitiva, apesar de a maior das suas espécies provirem dela”. No mesmo suporte é ainda descrito como “um montado bem cuidado em manchas com densidades variáveis de coberto, mas em geral bastante aberto, que se prolonga em extensões quase infindáveis, interrompidas ou sobrepostas com sistemas arvenses de sequeiro e pastagens, mas com um aspecto geral

de homogeneidade e continuidade”. A homogeneidade do relevo e das condições edafo-climáticas espelham-se no coberto vegetal, devendo este ser compreendido tendo em conta o seu uso¹⁹ e práticas culturais (PDM, 2009:37).

¹⁹ “O Homem ao intervir no coberto vegetal modificou a paisagem e criou um tipo de biótopos, que hoje se encontram ameaçados pelo abandono das terras e práticas intensivas” (PDM, 2009:111).

CAPÍTULO 2. BALANÇO HISTORIOGRÁFICO-ARQUEOLÓGICO NO ATUAL CONCELHO DE ELVAS

2.1. Ciclos de investigação local: os tempos, os trilhos e as personalidades

Pretendemos apresentar uma narrativa histórica-arqueológica do concelho de Elvas, organizada de forma cronológica pelas épocas e pelos ciclos de investigação, a fim de dar a conhecer os tempos em que as intervenções foram realizadas, os nomes daqueles que contribuíram significativamente para o registo dos sítios e a recolha de espólios; no fundo, procurar delinear um quadro evolutivo da temática mencionada na região até à presente data. Desta forma, pretendemos perpetuar a história da arqueologia local e despertar novos olhares para a relevância dos ciclos de investigações realizados no território elvense.

A história da investigação arqueológica regional apresenta raízes muito profundas no tempo. Apesar de ainda ser longínquo o caminho para o reconhecimento da arqueologia enquanto ciência científica, verifica-se uma preocupação pelo registo dos elementos que testemunham a presença das diversas sociedades ao longo da história. É neste panorama que Aires Varela, Provisor do Bispado de Elvas²⁰, contribui de forma incontornável para o início do interesse colecionista como indicia a sua monografia intitulada de *Theatro das Antiguidades de Elvas com a História da mesma cidade e descrição das terras da sua comarca* (Pires, 1915), redigida no século XVII (1644 a 1655), muito provavelmente conseguida em virtude do acesso à biblioteca do Bispado de Elvas que seria na época uma das principais bibliotecas do Alentejo. Sabe-se que o plano da obra contemplava seis livros, dos quais apenas foram escritos os três primeiros e três capítulos do Livro IV (Almeida, 1999-2000:53), tendo o trabalho sido interrompido pelo falecimento do autor, ocorrido a 8 de Outubro de 1655²¹. Este trabalho constitui-se como uma narrativa sobre a evolução histórica-arqueológica regional e local, dando especial destaque ao universo epigráfico (Pires, 1915:16-17), procurando relacionar a toponímia regional com a onomástica implícita nos monumentos e em episódios da historiografia clássica. É nesta obra que encontramos também a primeira referência a alguns sítios arqueológicos, referindo-se existência de ruínas na Horta da Cortina, atribuídas aos

²⁰ Como ficou órfão muito cedo, foi educado pelo seu tio materno que o encaminhou para a carreira eclesiástica tendo sido instituído em 1641 Governador, Vigário Geral e Provisor do Bispado de Elvas. Contudo, também se dedicou ao “mundo das letras” tendo redigido diversas obras com elevado valor literário e histórico.

²¹ “Este trabalho chegou até nós através de uma cópia manuscrita de 1709, que durante muito tempo foi julgada perdida, mas que acabou por ser recuperada na Biblioteca Municipal de Elvas e publicada, em 1915, por António Thomaz Pires (Pires,1915)” (Almeida, 1999-2000).

mouros e ainda a presença de “grandes vestígios” (Pires, 1915:11-12). Em suma, esta obra reflete sobretudo o espírito humanista da época através das ressonâncias míticas e da manifestação do interesse colecionista. Aires Varela é, portanto, considerado o primeiro historiador de Elvas (utilizando um conceito atual) sendo responsável pelo arranque da investigação histórica-arqueológica a nível local²².

Até ao presente momento não constatámos a existência de fontes documentais ou bibliografia no que concerne ao panorama da investigação arqueológica do período do século XVIII, o que nos revela à partida a necessidade de estudos sobre a temática.

A segunda metade do século XIX marca a afirmação da Arqueologia enquanto disciplina em Portugal, assinalando-se desta forma a passagem do espírito colecionista para uma fase científica. Neste contexto, foi determinante a criação da “Escola dos Serviços Geológicos”, nascida da “Comissão de Trabalhos Geológicos”, fundada em 1848. Esta instituição contribuiu para a mudança epistemológica através da aproximação da arqueologia com as ciências naturais, sobretudo a nível da antropologia física e geologia que tinha como objetivo principal investigar a antiguidade do Homem, sendo centrais os geólogos Carlos Ribeiro, Pereira da Costa e Nery Delgado²³, pelos seus trabalhos arqueológicos na área da Pré-História.

Em 1850 ocorre a fundação da “Sociedade Archeologica Lusitana em Setúbal” com o objetivo de promover as escavações em Tróia e ainda o “Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas” realizado em Lisboa em 1880. As questões relacionadas com a relevância do Património Arqueológico começam a estar mais consciencializadas e enraizadas no seio da sociedade oitocentista portuguesa a nível nacional, regional e local²⁴. Com efeito, este período cronológico é marcado pela fase dos grandes protagonistas de aventuras individuais que procuram o conhecimento histórico, patrimonial e arqueológico. A sociedade elvense também não fica indiferente às questões relacionadas com a consciencialização e relevância da salvaguarda do Património Arqueológico de que é prova o aparecimento de um conjunto de periódicos²⁵ durante este

²² A obra de Aires Varela é o “ponto de partida não só por ser o primeiro trabalho onde é recolhida parte da informação que serve de base às sucessivas construções de uma imagem do passado de Elvas a partir do registo arqueológico, mas também pelo papel que a sua recuperação assume nos finais do séc. XIX, quando se assiste a um crescente interesse pela história antiga do concelho” (Almeida, 1999-2000).

²³ Joaquim Nery Delgado (1835-1908) nasceu em Elvas, filho do Tenente-coronel José Miguel Delgado (Governador Militar do Forte de N^a Sra. da Graça), foi general de engenharia do Exército Português e é um dos pioneiros da geologia em Portugal.

²⁴ Sobre a temática da imprensa oitocentista em Elvas ver artigo de Arlindo Sena (Sena, 1996).

²⁵ O surgimento da imprensa elvense aparece associado aos ideais liberais através dos seus editores e redatores, representando estes, muitas vezes, interesses partidários oriundos de Lisboa.

período que refletem o desenvolvimento do espírito crítico das elites emergentes que possuíam um elevado grau de instrução e de educação. Este contingente populacional erudito resultou da necessidade de reforçar a cidade de Elvas após a Guerra das Laranjas e das Invasões Francesas, dado o seu papel estratégico enquanto praça-forte escolhida para sede do governo militar do Alentejo, sendo por isso cognominada de “Rainha da Fronteira” ou ainda como a “Chave do Reino”.

É neste período que assistimos ao reforço do conceito de instrução e de educação do “povo”, noções profundamente liberais, associados ao Positivismo. Estas questões são refletidas no movimento periodista que até à data se centralizava praticamente nas áreas metropolitanas. É neste período que surge o maior número de periódicos elvenses²⁶, estimados em vinte e seis. De acordo com Francisco Espiguinha (Espiguinha, 2005:136) esta situação prende-se dois fatores: por um lado, a novidade que a imprensa constituía que transparece na fundação de jornais bissemanais e hebdomadários; e, por outro lado, as acentuadas lutas político-partidárias que invadiram a política e a sociedade elvense, assumindo os jornais o principal meio de difusão e proclamação dos ideais dos partidos, dos quais *O Elvense* (1880-1921) constitui uma significativa expressão desta conjuntura²⁷. Com efeito, noticiam-se recolhas de achados arqueológicos, por parte de eruditos locais, objetos que começam a ser compreendidos como testemunho da identidade e de origem de uma “nação”, encontrados dispersamente em propriedades rurais até então à mercê de atos de vandalismo.

Elvas foi uma das primeiras cidades onde foi instalada uma seção de arqueologia, localizada no mesmo espaço físico da Biblioteca Municipal²⁸. Porém, não é esta ocorrência que a torna singular, mas sim o seu ciclo de investigações e das personalidades envolvidas. Enquadra-se ainda num movimento mais amplo de desenvolvimento de museus à escala regional, centrados em coleções arqueológicas e numismática, fundados durante a segunda metade do século XIX. Esta proliferação de museus de caráter regional espelha essencialmente o desenvolvimento da atividade arqueológica que se conhece nesta centúria, consequência das mudanças ocorridas na sociedade de

²⁶ Como é o caso dos seguintes periódicos: *O Elvense* (1880-1921); *Diário d’Elvas* (1893-1896); *Correio Elvense* (1889-1949); *A Folha d’Elvas* (1886-1889); *A Sentinela da Fronteira* (1881-1891); *O Transtagano* (1860-1863) e o *Correio d’Elvas* (1884-1885).

²⁷ “Afirma-se como um jornal liberal independente, apoiante do Partido Progressista e a sua criação resulta dos confrontos ideológicos entre o então Presidente da edilidade elvense, Eusébio Nunes da Silva e João Henriques Tierno, médico e subdelegado de saúde, ambos membros do Partido Progressista” (*Revista Elvas, História Viva*, 2007, nº2:10).

²⁸ Este modelo de Biblioteca-Museu é semelhante ao da cidade de Estremoz, próxima de Elvas, cujo museu também foi instalado junto à biblioteca pré-existente, igualmente no ano de 1880.

Oitocentos com o advento do Liberalismo. Este período da Regeneração foi marcado pela criação de um conjunto de reformas administrativas e económico-sociais destinadas ao desenvolvimento do país, através das ações promovidas por Fontes Pereira de Melo, caracterizadas pelo investimento de infraestruturas e das construções de caminhos-de-ferro e das estradas, o que conduziu a uma revolução de transportes e, conseqüentemente, à facilidade de comunicações²⁹, aproximando Elvas a Lisboa.

A Biblioteca-Museu integra um conjunto das instituições de âmbito regional que nasceu numa época que ficou intitulada de “Idade de Ouro da Arqueologia Portuguesa”, resultante das investigações individuais realizadas por personalidades locais relevantes na sociedade que elegeram o “estudo dos vestígios do passado” como campo de afirmação associado à ideia de progresso, consolidada na construção de uma identidade local.

A Biblioteca de Elvas³⁰ foi instalada no rés-do-chão do antigo Colégio da Companhia de Jesus, inaugurada a 10 de Junho³¹, após vinte anos de esforços³², integrada nas comemorações realizadas do tricentenário da morte de Luís de Camões, visando o desenvolvimento cultural local (*Elvas – História Viva*, nº8: 6-7). A notícia de abertura do primeiro número d’*O Elvense* relata precisamente o caráter nacional destas comemorações: “Perante o movimento que se observava no paiz para celebrar dignamente o centenário de Camões, Elvas não podia ficar indiferente; e dispondo-se a tomar parte n’esta festa nacional, inaugura hoje solemnemente duas bibliothecas, de que hão de tirar grande proveito os estudiosos e funda um periódico (...)” (*O Elvense*, 10 de Junho de 1880). O número seguinte é integralmente dedicado à cerimónia de inauguração, descrevendo o modo como decorreu e os diferentes discursos proferidos por diversas personalidades da sociedade elvense³³. Refere ainda o papel da Biblioteca como instituição pública ao serviço “da cultura dos povos”, noção amplamente vulgarizada

²⁹ Ver artigo sobre a figura e as políticas de Fontes Pereira de Melo (Mónica, 1997).

³⁰ Fernando Anselmo Pires, irmão de Thomaz Pires, solicita a nomeação de bibliotecário sem renumeração até ao fim do ano de 1880 (*Linhas de Elvas*, 26 de Março de 1960).

³¹ Ver *Sentinela da Fronteira*, 1882 (25 de Fevereiro; 11, 18, 25 e 29 de Junho e 2 de Julho); *O Elvense*, 1880 (17 de Junho).

³² Foi ainda em 1860 que surgiram os primeiros trabalhos para a fundação da Biblioteca por iniciativa de João Ferreira Alves³² (*Linhas de Elvas*, 26 de Março de 1860), sendo esta proposta apresentada em sessão camarária de 31 de Outubro de 1860 pelo Vereador João Manuel de Oliveira (*O Transtagano*, 11 de Novembro de 1860, nº56), aprovada a 6 de Novembro de 1860 (*O Transtagano*, 18 de Novembro de 1860, nº58).

³³ Nomeadamente os Srs. Vereadores Nunes da Silva e Manoel da Costa e Menezes Feio, Capelão de Cavalaria 1 que discursou de forma entusiasta realçando o papel das bibliotecas no “adeantamento da civilização”. Cf. *O Elvense*, nº 2 de 17 de Junho de 1880.

durante todo o período liberal, associada aos conceitos de “educação” e instrução, presentes nas instituições de carácter cultural.

A proposta da seção de Arqueologia junto à Biblioteca Municipal foi apresentada a 5 de Janeiro de 1880 por Manuel Joaquim da Silva Matta numa das comissões organizadas pela Biblioteca noticiada n’*O Elvense* a 24 de Junho de 1880 (**Anexo I-Figura 19**), tendo a Câmara tido conhecimento desta proposta a 7 de Janeiro. Esta seção foi inaugurada a 22 de Junho de 1880 (*A Fronteira*, 24 de Setembro de 1911). A associação de bibliotecas-museus espelham o espírito da época, considerando estes espaços como uma espécie de “guardiões” e de “templos” que reúnem todo o saber, ligado à evolução dos povos, compreendida pelos diversos espólios. Estas instituições tornam-se reflexo do desenvolvimento das ciências como a Arqueologia e a Etnografia, sendo neste contexto que se constitui a seção de arqueologia, enquadrada no espírito do final do século XIX, tendo como principais objetivos: a reunião dos objetos antigos com valor histórico e civilizacional com base nas “*antigualhas*” que estavam em poses de particulares e ainda todos aqueles que fossem descobertos futuramente; a união e difusão do conhecimento através da divulgação destes espólios junto do público para que através deles possam compreender a evolução da nação e do território, marcado por diferentes civilizações, percebendo ainda o que as caracteriza e distingue; salvaguardar o património histórico-cultural das ações de vandalismo; e, por último, instruir todos aqueles que não têm a posse do conhecimento, através do acesso gratuito (*O Elvense*, 24 de Junho de 1880).

O município desempenhou um papel de relevo no projeto do Museu Arqueológico, através da doação das peças, adquiridas ou recebidas a título de ofertas, para a sua coleção ou depósitos (**Anexo I – Figura 20**). Na leitura do *Catalogo do Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901) é possível obtermos a leitura acima referida que nos permite compreender o elevado interesse manifestado pelo próprio município de Elvas na constituição da coleção do museu que contribuiu através da compra direta dos objetos ou pela recolha dos mesmos, num total de 109 peças do conjunto das 165 que estavam em depósito na instituição aquando a publicação do *Catalogo*. Para tal, foi fundamental a figura de Thomaz Pires, funcionário municipal que contribuiu para a afirmação do museu, tendo sido um dos interlocutores preferenciais do Museu Etnológico Português. A aquisição de peças era frequentemente noticiada nos periódicos locais: “A camara adquiriu já duas pedras para o projectado museu archeologico: uma com inscripção romana, que infelizmente ao extrahir-se do local em que se achava, (...) e outra, que tem

esculpida uma cruz latina em baixo relevo sobre um disco, e que serviu, como inculcam os archeólogos, para marcar o sepulchro dos cavalheiros cristãos em cemiterios comumuns a outras religiões, desde o tempo do imperador Constantino, e esta se julga por isso coeva da conquista d’Elvas aos mouros, senão mais antiga” (*O Elvense*, 5 de Agosto de 1880); “ da herdade da Alentisca de Caia sita n’este concelho, foi por ordem da camara municipal transportada para esta cidade em 11 do corrente uma lapide sepulchral do tempo dos romanos (...)” (*Sentinela da Fronteira*, 14 de Maio de 1881).

A Biblioteca Municipal e o Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas contaram sempre com figuras de alto-relevo literário e cultural (**Anexo IV– Tabela 6**) no que concerne a cargos de direção, tendo estes contribuído expressivamente para o panorama da história da investigação arqueológica elvense como é o caso de António Thomaz Pires, António José Torres de Carvalho, Domingos Lavadinho e Eurico Gama. Não é intuito conceber um levantamento biográfico exaustivo daqueles que adotaram a arqueologia como um campo epistemológico preferencial, a par da etnografia, do jornalismo, da história e do folclorismo, porém, torna-se oportuno dar a conhecer esta “geração de elite” e os seus contributos para o panorama da arqueologia elvense.

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, a cidade de Elvas é marcada por uma forte presença militar, o que determina o nascimento de uma “geração de elite”, resultante da residência e das visitas de personalidades relevantes a nível nacional e internacional. Este período caracteriza-se pelas investigações individuais, ainda hoje, referências incontornáveis, por parte de um grupo de ilustres locais, nomes acima indicados, que procuraram identificar, recolher e salvaguardar os elementos históricos-arqueológicos, privilegiando-se numa primeira fase e com mais incidência a área da pré-história e mais tarde o período romano. *O Elvense* documenta a primeira ideia:

“O Sr. Dr. De Santa Clara e o nosso collega Victorino d’Almada foram na sexta-feira ve’r dois dólmens, um dos quaes existe num olival do Sr. João José Ferreira e Silva, à quinta de S. José ou do Sardinha, e outro n’um olival do Sr. António da Costa, à quinta de Val de Mouros.

Com estes dois dólmens completa-se o número de treze conhecidos neste concelho.

O sr. Atilano Rijo foi quem comunicou a existência d’estes dois dólmens, prestando-se da melhor vontade a servir de guia para achar-se o de Val de mouros.”

O Elvense, 28 de Janeiro de 1883

Nesta época, os dólmens eram compreendidos como símbolos culturais da existência de uma “raça” comum a Portugal, Espanha e França (*O Elvense*, 21 de

Novembro de 1880), salientando-se desta forma a necessidade de salvaguardar os “vestígios do passado” como forma de testemunho de identidade. É deste modo que o conceito de nação se vai tornando cada vez mais objeto de estudo, em detrimento do conceito de Humanidade. Ao estudo do povo-língua-território, elementos caracterizadores de uma nação, a geração de intelectuais, que compreende nomes como os de Victorino d’Almada e Thomaz Pires, acrescentava-se também o estudo arqueológico, na medida de que este possibilitava a recolha de informações que sustentavam a unidade étnico-cultural desde o mais remoto passado. É, portanto, a época de consolidação dos estudos de Arqueologia Pré-Histórica, um pouco à semelhança de muitos outros países europeus, com o propósito de obter respostas relativamente às origens do Homem. É neste período que os diversos monumentos megalíticos localizados no concelho de Elvas despertam o interesse de investigadores, destacando-se Émile Cartailhac que se desloca até Elvas com a intenção de conhecer e intervir em alguns destes monumentos³⁴, trabalhos desenvolvidos no âmbito do seu estudo intitulado *Les ages pré-historiques de l’Espagne et du Portugal* (Cartailhac,1886; *A Sentinela da Fronteira*, 28 de Setembro de 1881; *A Sentinela da Fronteira*, 25 de Novembro de 1881), que levou ao reconhecimento internacional de Portugal nos domínios científicos no final do século XIX. Possidónio da Silva, fundador e presidente da *Associação dos Arquitetos Civis e dos Arqueólogos Portugueses*, foi outra personalidade relevante no panorama da arqueologia elvense tendo realizado escavações no concelho de Elvas (*A Sentinela da Fronteira*, 21 de Setembro de 1881), na mesma época de Cartailhac.

António Thomaz Pires, nasceu em 1850 em Elvas, descendente de uma tradicional família da média burguesia local. Iniciou as suas funções na administração local a 29 de Abril de 1868, como empregado particular do escrivão e seu pai com o intuito de o auxiliar nas tarefas de secretaria desde a arrumação de livros do cartório a pesquisas. Em 1878 torna-se Secretário da Câmara Municipal de Elvas, o que lhe possibilitou o contato com a população local e o acesso às fontes documentais existentes no Arquivo Histórico e Museu Arqueológico e Etnográfico e Biblioteca Municipal de Elvas. Em 1860-70 presta alguns serviços na Conservatória do Conselho e fica encarregado, na Secretaria da Câmara, do expediente e da seção de expostos (1970); em 1872 é nomeado amanuense

³⁴ António Thomaz Pires acompanhou e guiou todas as visitas aos locais, o que lhe concedeu um agradecimento por parte de Cartailhac na sua obra aquando se refere aos dólmenes explorados nas margens do Guadiana “ *O, est aux envions d’Elvas, vers le sud, que je l’ai parcourue sous la conduit de MM. Antonio Pires et de plusieurs officiers de la garnison d’Elvas* ” (Cartailhac, 1886:167).

da 3ª repartição, tendo em 1878 ocupado o lugar que fora do seu pai, como escrivão da Câmara. Prestou serviços à Câmara Municipal de Elvas durante 30 anos, sendo o seu trabalho elogiado pelo executivo conforme se pode perceber pelas atas municipais. Apesar de ocupar um lugar de municipalidade muito importante, ocupava as suas horas vagas na cultura das letras e na investigação. É então em 1881 que se estreia nas lides jornalísticas, começando a colaborar em diversos periódicos, noticiando assuntos municipais, notícias históricas e arqueológicas e, ainda os temas do folclore e das cantigas populares, tendo desta forma despertado a atenção de especialistas nacionais e estrangeiros. É considerado o verdadeiro iniciador³⁵ do Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas, por ter desempenhado um papel fundamental na seção de arqueologia. Na consulta do *Inventário do Acervo Documental do Museu Municipal* (IADMME, 2015), verifica-se a doação de inúmeras peças para o Museu Arqueológico por parte de Thomaz Pires, recolhidas sobretudo nas propriedades rurais pertencentes ao concelho de Elvas. Thomaz Pires chegou a efetuar algumas explorações nas antas que, por falta de tempo, os Srs. Possidónio da Silva e Cartailhac não chegaram a ver (Almada, 1888-1891, Tomo II: 237), sendo este período marcado pelo interesse no estudo dos monumentos megalíticos da região, tendo esta riqueza arqueológica despertado a atenção de grandes especialistas a nível internacional que se deslocam até Elvas para visitar os diferentes sítios.

Os diversos museus regionais começaram a seguir o mesmo modelo de organização aplicado no Museu Etnológico de Lisboa ditado na pessoa de José Leite de Vasconcelos, na medida que este era considerado um protótipo de organização pluridisciplinar que contemplava as áreas de Arqueologia, Etnografia e de Antropologia (Gouveia, 1998:114). É neste prisma que se compreende o programa de apoio, estabelecido através de um processo epistolar entre os diferentes responsáveis dos museus locais³⁶ e Vasconcelos, no qual se evidenciam as ligações pessoais³⁷ e científicas. Leite de Vasconcelos, diretor do Museu Etnológico de Lisboa, procurava que os eruditos elvenses fossem os seus interlocutores a fim de incentivar à recolha de informações, angariação de espólio e à criação de condições para ações no terreno, contudo, a principal

³⁵ Dedicou especial atenção, tratando da sua instalação, catalogação de livros e classificação de objetos, tendo recolhido ainda valiosos materiais, principalmente da época pré-históricas e romana.

³⁶ Esta relação é evidente através do acervo epistolar existente no Arquivo Histórico Municipal de Elvas, do qual é possível consultar a correspondência trocada entre Vasconcelos e Thomaz Pires.

³⁷ O Doutor Leite de Vasconcelos foi convidado para o casamento de Thomaz Pires (*Jornal de Elvas*, 1962, 1 de Março).

intenção residia na tentativa de que estes garantissem a salvaguarda dos valores pátrios e da memória histórica das civilizações que povoaram o território em estudo.

É neste panorama que surge o *Catalogo do Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901), publicado numa edição no *Archeologo Portugues*, resultando na projeção da arqueologia elvense no panorama nacional, o que conduziu à inclusão desta informação em outras obras relevantes³⁸. Trata-se de uma sistematização e classificação de todas as peças em depósito na instituição até à data, divididas em duas seções, nomeadamente a “época prehistorica” (Pires, 1901:3-6) e “época histórica” nos quais se inclui os objetos romanos (Pires, 1901: 6-18) e os objetos portugueses” (Pires, 1901:18-29), sumariando-se 165 peças, número que rapidamente se tornou superior, sendo ainda hoje, uma referência incontornável para o estudo dos espólios, em termos de proveniência e contexto dos achados arqueológicos. Esta publicação espelha ainda a rede de cooperação entre o Doutor Leite de Vasconcelos com Thomaz Pires, revelando a intenção de promover um museu local que poderia ser um apoio ao Museu Etnológico Português. De acordo com Henrique Coutinho Gouveia “o carácter nacional do Museu Etnológico residiria fundamentalmente no facto de ter como finalidade contribuir para o conhecimento das origens, vida e características do povo português (...)” (Gouveia, 1998:114). No entender de José Leite de Vasconcelos, os museus regionais e locais eram imprescindíveis, na medida de que estes funcionavam como os principais instrumentos da ação mobilizadora no âmbito da salvaguarda do património nacional. Henrique Gouveia defende mesmo que a ação de José Leite de Vasconcelos se reveste de um carácter inovador na formulação de um novo conceito de museu regional, assente num modelo de documentação, interpretação e divulgação específica (Gouveia, 1998:114).

Tal como já foi referido, apesar de Thomaz Pires ter a maioria do seu tempo ocupado nas lides jornalísticas e no cargo de municipalidade, procurou sempre auxiliar aqueles que se lhe dirigiam no âmbito de três grandes temas: arqueologia, história e etnografia, como é o caso do Sr. Joaquim Possidónio Narciso da Silva³⁹, Adolfo Coelho

³⁸ A título de exemplo: Alarcão, 1988.

³⁹ Tendo saído de Elvas o “archeologo e epigrafista de muitos recursos, tabelião de notas” (Almada, 1888-1891:236), Francisco Rafael da Paz Furtado, que estudava alguns monumentos epigráficos que a Câmara de Elvas ia adquirindo na época para a secção arqueológica da biblioteca pública municipal, deu conta de diversos dólmenes nas herdades do concelho. Neste sentido, o Sr. Joaquim Possidónio Narciso da Silva, presidente da *Real Associação dos Architectos civis e Archeologos portugueses*, pede a António Pires que lhe faça chegar os desenhos desses monumentos megalíticos. Neste prisma o operário elvense tratou de satisfazer o seu pedido, assim, foi ao encontro de bons desenhadores, deslocando-se até aos campos onde estavam localizados os dólmenes identificados com o intuito de se fazer os desenhos de plantas e alçados. Estes desenhos despertaram interesse por parte dos geólogos como foi o caso de Carlos Ribeiro e do Sr. Joaquim Filipe Nery Delgado, os quais solicitaram cópias deles a fim com a intenção destes integrarem na

(Gama, 1969b:1-84; Gama, 1970, vol.22:383-462), Teófilo Braga (Gama, 1973:29-100), Rocha Peixoto (Gama, 1966c: 89-120) e Aníbal Thomaz Pires (Gama,1970, vol.22:17-52).

António José Torres de Carvalho, nasceu em Elvas a 18 de Setembro de 1865, descendente de uma honrada família. O seu progenitor ocupou cargos importantes sendo Provedor da Santa Casa da Misericórdia, empresário das carreiras ordinárias de trens para a estação do caminho de ferro, tendo tido presença nas comissões constituídas para defesa dos interesses da cidade (Gama, 1966b:7), o que se espelhou na sua educação. Torres de Carvalho era sobrinho de um outro erudito elvense, o Dr. Francisco de Paula Santa Clara (1808-1887), considerado um dos melhores latinistas do seu tempo, tendo realizado algumas traduções de autores clássicos e colaborado com Victorino d'Almada na obra *Elementos para um Dicionário de Geografia e História Portuguesa*, sendo considerando um dos cronistas da história de Elvas. Torres de Carvalho ocupa o cargo de Escrivão da Misericórdia, tendo coligido um elevado número de apontamentos sobre a história desta instituição. Em 1911 exerce o cargo de Administrador do Concelho. Em 1913 com o falecimento do seu amigo António Thomaz Pires, recebe a nomeação de Bibliotecário Municipal e Conservador do Museu de Elvas, tendo sido durante este cargo que realizou a sua obra máxima de editor e bibliófilo. É ainda no mesmo ano que o *Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901) passa a designar-se como *Museu Arqueológico e Etnográfico António Thomaz Pires*, como forma de homenagear o seu verdadeiro iniciador (Livro 5.^a das Atas da Câmara Municipal de Elvas, 1913). Também Torres de Carvalho troca correspondência com Leite de Vasconcelos, revelando igualmente como Thomaz Pires, o seu interesse pela arqueologia. Neste prisma, o ilustre elvense responde aos pedidos sobre os achados encontrados nas herdades do concelho de Elvas tal como se compreende no postal de 20 de Fevereiro de 1914, no qual se comenta o espólio romano e os desenhos dos monumentos megalíticos:

Museu Etnológico Português

Belém (Lisboa)

20- II- 914

Carvalho

Sr. António

secção geológica da *Academia Real das Ciências*. Estes desenhos, juntamente com as memórias descritivas feitas por António Pires, determinou a vinda a Elvas do Sr. Possidónio da Silva, a fim de proceder a explorações; e pouco depois, a de Mr. Emile Cartaichac, que estudava então os *monumentos megalíticos da Península*, por comissão especial do governo da República Francesa (Almada, 1888-1891:237).

*Deve ter recebido folhas que lhe enviei com o retrato e biogr. do nosso amigo ° Pires. Devolver-lhe-ei o retrato q me emprestou. Á Exm a enviarei um ex. da Ver. Lusit, não dispondo de mais..No Museu encontrei uns papeis com desenhos de Paz Furtado, obtidos por mim há annos. Nestes desenhos figuram uns dolmens do concelho de Elvas, e duas **inscrições romanas** magnificas, uma da Herdade das Terras da Aldeia, próximo de St. a Eulalia, outra do casal da herdade do Falcato. Peço-lhe que me diga:*

- 1) *Alguma cousa a respeito de Raphael da Paz Furtado, quem e d'onde era, onde viveu, qd o morreu, etc*
- 2) *Se estas lapides ainda existem.*

*Um abraço do amigo
Leite de Vasconcelos*

Cartas de Leite de Vasconcelos ao bibliófilo António José Torres de Carvalho (Gama, 1966b)

Um nome que merece igualmente destaque é o de Victorino d'Almada⁴⁰, contemporâneo de Thomaz Pires. Almada foi convidado em 1879 para assumir o cargo de vogal da Comissão instaladora da Biblioteca de Elvas, porém, nunca chegou a ocupar o cargo de direção da Biblioteca-Museu de Elvas. Contudo foi um dos maiores contribuintes no que concerne à oferta de espólio, de diferentes épocas, que deu entrada no *Museu Archeologico de Elvas*. Porém, o seu mais significativo contributo para a História de Elvas, para além da sua colaboração como redator nos diversos periódicos, é sem dúvida a obra sobre os *Elementos para um Dicionário de Geographia e Historia Portugueza- Concelho d'Elvas e Extinctos de Barbacena, Villa Boim e Villa Fernando* (Almada, 1888-1891)⁴¹, referência incontornável para a história, os lugares e as personalidades, obtida através da consulta dos documentos originais. A maioria dos sítios arqueológicos conhecidos no atual concelho de Elvas tem a sua primeira referência nos escritos de Victorino d'Almada, constituindo-se como um repositório de informação determinante no que concerne sobretudo ao contexto dos achados e a localização dos sítios. Victorino d'Almada noticiava as descobertas arqueológicas que ocorriam no concelho, tendo procedido ainda à realização de algumas intervenções, nomeadamente, em monumentos megalíticos. A informação recolhida por este autor resulta de um profundo conhecimento de terreno (Almeida, 1999-2000:58), o que permitiu a recolha de inúmero espólio, sendo este oferecido ao Museu Arqueológico de Elvas. Também

⁴⁰ Para um conhecimento mais aprofundado sobre Victorino d'Almada consultar a monografia publicada por Eurico Gama intitulada de *Vitorino de Almada – cronista-mor de Elvas* (Gama, 1971).

⁴¹ No âmbito das comemorações dos 500 anos de elevação de Elvas a cidade, a autarquia elvensê, reeditou esta obra, constituída por três volumes (Tomo I, II e III), finalizando num artigo da “Biblioteca Municipal”. Neste sentido, esta obra encontra-se praticamente inédita, podendo, todavia, ser consultada no Arquivo Histórico Municipal de Elvas.

Almada trocou correspondência com o Doutor Leite Vasconcelos como testemunham os 7 postais do período de 1883 a 1891 do qual o tema mais abordado é a Linguística da região alentejana e, ainda pontualmente o da arqueologia (Gama, 1969a:290-298). É na carta redigida a 21 de Fevereiro de 1891 que Vasconcelos escreve sobre as inscrições romanas dedicadas a Prosérpina existentes no Museu de Elvas, informando Thomaz Pires que existem mais outras duas ou três encontradas no século XVI, sendo provenientes “in agro Helvensi” como afirmara Huber.

Torres de Carvalho é sucedido por Domingos Lavadinho no cargo de direção da Biblioteca-Museu. Elabora um novo Catálogo do Museu, tendo por base o realizado por António Thomaz Pires (Pires, 1901), noticiando-se esta ação no *Correio Elvense* (20 de Julho de 1941; 20 de Agosto de 1944) e no *Jornal de Elvas* (26 de Março de 1953). O esquema do Catálogo do Museu foi organizado por dez seções. A primeira, denomina-se de Arqueologia, no qual se inseria a categoria de 1) - “Prehistórica: Paleolítica”; 2) - “Prehistórica: Neolítica”; 3) - “Protohistórica: Idade do Bronze”; 4) “Protohistórica: Idade do Ferro”; 5) “Romano”; 6) “árabe”; 7) “Portuguesa”. A segunda seção denomina-se de Etnografia, a terceira de arte sacra, a quarta de Belas Artes, a quinta de Numismática, a sexta de Medalhística, a sétima de Histórica e Militar que se subdividia em histórica e militar, separadamente, a oitava de Metrologia; a nona de Serralheira e a décima por Vária, havendo ainda uma à parte denominada de 2-A por Etnografia Colonial (*Esquema do Catálogo do Museu*, [s.d]). Prestou colaboração em trabalhos de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses, sendo delegado concelhio da 2.^a subsecção (Antiguidades, Escavações e Numismática) da 6.^a Secção da Junta Nacional da Educação (*Jornal de Elvas*, 26 de Março de 1953).

Eurico Gama, sucede por sua vez a Domingos Lavadinho. Ocupa o cargo de diretor entre 1963-1969, regressando em 1974 até à data da sua morte em 1977. Este ilustre elvense recebe a distinção de sócio correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, sendo ainda membro da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Portuguesa de História. O Centro Elvense de Arqueologia desenvolveu alguns trabalhos no Museu Municipal sob autorização do então diretor. Eurico Gama publica a correspondência trocada entre os ilustres elvenses como Thomaz Pires, Torres de Carvalho e Victorino d’Almada com personalidades importantes da arqueologia portuguesas como é o caso de Rocha Peixoto e Vasconcelos, conseguida provavelmente

pelo acesso às fontes documentais existentes na Biblioteca Municipal⁴², tendo publicado esta sistematização de cartas em revistas conceituadas como é o caso da *Revista da Universidade de Coimbra*, nas quais acrescentava notas complementares que nos fornecem informações bastante úteis do ponto de vista destas interligações e sobre os espólios arqueológicos.

Em suma, a cidade de Elvas é marcada por um ambiente cultural e erudito durante o século XIX e XX. Resultante do protagonismo concedido pelos cargos municipais ocupados e pela paixão da cultura, os ilustres elvenses⁴³, dedicam-se a um processo de recolha e salvaguarda dos elementos históricos-arqueológicos, perpetuando a memória e a história do sítio⁴⁴, desenvolvendo um papel fundamental numa conjuntura condicionada pelo ambiente político e social vivido no país⁴⁵, tendo por isso conseguido alcançar o lugar de sócios e, ainda, sido premiados por diversas associações de História, de Escrita, de Folclore e de Arqueologia⁴⁶, com forma de reconhecimento dos seus trabalhos, pesquisas, auxílios e publicações em diversas revistas, periódicos e monografias.

O “tempo da investigação” de excelência da arqueologia elvense regista-se até às primeiras décadas do século XX. Após este período temporal, praticamente não há registo de trabalhos arqueológicos na região, com especial relevo para as décadas de 20 e 30 reflexo da conjuntura social e política vivida no país (Almeida, 2000:21). Porém, é ainda na década de 30 e 40 que Manuel Heleno, diretor do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, está também ligado à investigação arqueológica de Elvas (Heleno, 1951), contudo, inicia uma polémica dado afirmar que Dias de Deus não teria o enquadramento teórico e institucional para o estudo de sítios relevantes como é o caso da necrópole da Chaminé e da *villa* do Carrão, alegando nesse sentido que seria responsável o museu mencionado para a realização dos trabalhos arqueológicos locais (Almeida, 1999-2000:63; Almeida, 2000:26). A atividade arqueológica é marcada igualmente pelos

⁴² Atualmente estes processos epistolares encontram-se acessíveis no Arquivo Histórico Municipal de Elvas.

⁴³ Como é o caso de Thomaz Pires, Victorino d’Almada, Torres de Carvalho, Domingos Lavadinho e de Eurico Gama.

⁴⁴ Alguns destes materiais encontram-se atualmente desaparecidos, o que torna fundamental os registos legados por estas personalidades a fim de conhecer melhor os sítios arqueológicos.

⁴⁵ Verifica-se uma rutura na dinâmica (pessoal e científica) estabelecida através da troca de correspondência até à primeira década do século XX com os ilustres elvenses e outras personalidades de relevo resultante certamente das crises políticas, económicas e institucionais do final do século XIX e inícios do século XX.

⁴⁶ Os diretores da Biblioteca Municipal e do Museu Arqueológico e Etnográfico António Thomaz Pires (Thomaz Pires, Torres de Carvalho, Domingos Lavadinho e Eurico Gama) foram todos eles sócios de pelo menos uma das instituições de Arqueologia à época como é o caso da Real Associação dos Arquitetos e Arqueólogos Portugueses, a Sociedade Arqueológica Santos Rocha e do Instituto Português da Arqueologia, História e Etnografia.

trabalhos de Afonso do Paço e o casal Leisner⁴⁷ realizados nos trinta e cinquenta do século passado, resultando numa série de ações junto de alguns monumentos megalíticos da região. Na década de trinta, Afonso do Paço chefia uma equipa na Herdade de Fontalva com o intuito de conhecer os contextos dos enterramentos e dos materiais a estes associados.

A segunda vaga da investigação arqueológica centra-se na década de quarenta e cinquenta do século XX resultante da “tractorização da agricultura portuguesa” (Carneiro, 2014, vol. II:174), fenómeno que marcou a alteração das paisagens rurais e a descoberta das realidades arqueológicas ocultas, contribuindo significativamente para o registo e a memória dos sítios. É neste quadro de trabalhos que se destacam a dupla de António Dias de Deus⁴⁸ e Abel Viana⁴⁹ com as intervenções nos espaços funerários. Em 1934 Dias de Deus e António Luís Agostinho, funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando⁵⁰ e, ocasionalmente, o pároco local Henrique da Silva Louro, começam a ocupar os seus tempos livres nas “pesquisas” arqueológicas. Numa primeira fase, centraram-se na exploração de dólmenes, alguns destes ainda identificados no século XIX, contudo, é a partir de 1940 que estas intervenções passam a incidir em arqueossítios romanos e tardo-antigos (Rolo, 2017a:59). Segundo Mónica Rolo (Rolo, 2017a:59) o fenómeno da mecanização da agricultura aliado ao plano de criação de melhoramento de infraestruturas permite explicar as diversas notícias sobre achados arqueológicos, o que por sua vez, nos torna possível compreender melhor os trabalhos desenvolvidos por Dias de Deus e Abel Viana⁵¹, na medida que os sítios foram intervencionados em contextos de salvamento, ou seja, já apresentavam a consciência da prática do atual conceito de arqueologia

⁴⁷ O trabalho de Georg e Vera Leisner centrou-se sobretudo ao nível do inventário, levantamento gráfico de monumentos e do estudo de determinadas coleções de materiais, fornecendo dados relativos à localização de sítios e de desenho de materiais. É nesta época que surge pela primeira vez uma listagem exaustiva dos monumentos, bibliografia e materiais. O casal percorria intensamente os montes e herdades do concelho de Elvas com o objetivo de procurar informações inéditas.

⁴⁸ Alguns dos materiais identificados nas necrópoles intervencionadas como é o caso de Santo António da Terragem foram oferecidos por António Dias de Deus ao Museu Municipal de Elvas, na mesma época que decorria os trabalhos arqueológicos.

⁴⁹ Em finais de 1948, Domingos Lavadinho, então diretor da Biblioteca Municipal de Elvas e do Museu Arqueológico António Thomaz Pires, comunica a Abel Viana os espólios recolhidos por Dias de Deus, o que suscita a deslocação a Elvas de Viana em 1949, no sentido de conhecer a coleção mencionada, conhecendo então Dias de Deus.

⁵⁰ Centro Correccional para jovens delinquentes que funcionou entre 1895-2007.

⁵¹ “A partir de 1949, e tendo já falecido A. Luís Agostinho em 1944, o arqueólogo Abel Viana iniciou a sua colaboração com A. Dias de Deus, procurando, por um lado, imprimir uma orientação científica aos trabalhos de campo, e, por outro, gerir o estudo do espólio recolhido e a divulgação dos resultados. Posteriormente ao falecimento de A. Dias de Deus, em Abril de 1955, Abel Viana não viria a dar continuidade à realização de intervenções arqueológicas na região alto alentejana, mas haveria de prosseguir com a inventariação do espólio e a publicação dos dados” (Rolo, 2017a:59).

preventiva, como os próprios descrevem: “escavações de realização relativamente fácil e pouco dispendiosa, em que acudimos, na medida do possível e dentro de curto prazo, sob pena das lavouras já determinadas tudo destruírem sem remédio. Assim se sucedeu na Torre das Arcas, nos Serrones, na Horta das Pinas, na Chaminé e outras estações de igual tipo” (Deus, Louro e Viana, 1955:576). A colaboração entre o funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando e Abel Viana são ainda hoje referências incontornáveis para o estudo da ocupação romana do concelho de Elvas⁵², constituindo-se como uma base documental extremamente fiável dado o profundo conhecimento do terreno (Almeida, 1999-2000:62), publicada em uma série de publicações portuguesas e espanholas entre 1950 e 1957. Neste contexto é pertinente aludir ao projeto em curso no âmbito da tese de doutoramento de Mónica Rolo intitulado “O Mundo Funerário Romano no Nordeste Alentejano” que se centra no estudo dos espólios funerários das necrópoles da região, o qual integra os materiais provenientes destes espaços na área de Elvas⁵³, tendo como ponto de partida as escavações realizadas por Abel Viana e António Dias de Deus nos anos de 1934 a 1955.

Alexandre Carvalho Costa, natural de Portalegre (Alagoa), é nomeado a 10 de Março de 1955⁵⁴ para Bibliotecário e Conservador do Museu Municipal de Elvas, tendo ocupado o cargo entre Abril de 1955 a Outubro de 1962. O período mencionado é talvez o menos conhecido no que concerne à arqueologia, explicado pelo facto de Alexandre Costa dirigir mais os seus interesses no âmbito da sua formação em Filologia Clássica obtida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, apesar de responder sempre às solicitações sobre as peças existentes no Museu Arqueológico como testemunha o acervo da documentação relativa ao período de direção da instituição, constituído essencialmente por cartas e postais⁵⁵. Porém, torna-se importante referir que seria uma pessoa metódica, característica relevada pelo cuidado e rigor expresso nos diversos relatórios das atividades⁵⁶, fontes inéditas que integram atualmente o *Arquivo da*

⁵² Fornecem informações importantes sobretudo do ponto vista da localização, alguns dos sítios estão atualmente destruídos e outros são de difícil identificação no terreno (Almeida, 1999-2000: 62). Os seus trabalhos não se limitavam às escavações de carácter mais apelativo como é o caso das necrópoles e das grandes *villae*, incluíam também sítios de pequena dimensão.

⁵³ A maior parte destes materiais encontram-se no Museu de Caça e Arqueologia de Vila Viçosa, no Museu Nacional de Arqueologia, estando algumas peças na reserva do antigo Museu Municipal de Elvas.

⁵⁴ Durante 1955 a 1956 foi professor no Colégio Elvense.

⁵⁵ Esta documentação é consultada na atual Biblioteca Municipal de Elvas – Dra. Elsa Grilo.

⁵⁶ Estes relatórios eram realizados anualmente, dividindo separadamente a atividade da Biblioteca Municipal e a do Museu Arqueológico e Etnológico, incluindo informações como os movimentos de leitores e visitantes, as aquisições, os contribuintes, entre outros elementos.

Correspondência da Biblioteca e Museu António Thomaz Pires, consultáveis na Biblioteca Municipal de Elvas – Dra. Elsa Grilo.

Tal como já foi referido é na década de 60 e 70 que Eurico Gama assume o cargo de Conservador do Museu tendo autorizado uma sala para o grupo do Centro de Arqueologia Elvense⁵⁷ desenvolver os seus trabalhos neste espaço físico, permitindo-lhes o tratamento e inventariação de espólios. Os jovens elvenses apresentavam um espírito crítico e com efeito, comentam a organização do Museu de Elvas como se compreende no seguinte excerto: “é frequente vêr-se no jardim ou pátio, peças de extrema importância e nalguns casos bastantes sensíveis à intempérie” (*Cadernos do Centro de Arqueologia*, 1978:5), destacando o facto de os mosaicos estarem assentes em cimento, e dos monumentos epigráficos serem colocados nas paredes ou sob o pavimento do pátio.

Entre as décadas de 70 e 80 desenvolveram-se trabalhos de escavação na Herdade de Segóvia⁵⁸, sítio identificado por Teresa Gamito e José Arnaud. Este sítio foi recentemente estudado por Patrícia Santos (Santos, 2017) no âmbito da tese de doutoramento.

A década de oitenta marca novamente o arranque de uma progressiva consciencialização relativa à salvaguarda do património arqueológico, noticiando-se sítios que foram alvo de danos significativos bem como a descoberta de alguns materiais, sobretudo no campo epigráfico (Carneiro, 2014, vol. II:175). Neste prisma, foram noticiados os achados arqueológicos encontrados na Herdade do Paço (Maciel e Maciel, 185a) e na Herdade da Alfarófia (Maciel e Maciel, 1985b). No mesmo período é publicada uma monografia sobre a cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo (Nolen, 1985) que incorpora as cerâmicas recolhidas nas intervenções realizadas por Abel Viana e Dias de Deus no concelho de Elvas.

A Revista *Trabalhos de Arqueologia do Sul* procurou ser um espaço destinado à publicação dos resultados da responsabilidade dos “Serviços Regionais de Arqueologia do Sul” e da comunidade de arqueólogos que pretendessem dar o seu contributo numa ótica de “arqueologia de salvamento ou de emergência”, conceito e prática vulgarizada

⁵⁷ É criado em 1972 constituído por um grupo de jovens elvenses com idades compreendidas entre os 12-14 anos, tendo terminado em 1978. Funcionou numa pequena casa que foi cedida pelo Sr. Padre Acácio Marques, tendo posteriormente sede na Torre Fernandina até 1979. Publicaram alguns cadernos com apontamentos históricos-arqueológicos sobre os sítios, realizaram algumas exposições temáticas e contribuíram para a proteção do património arqueológico de Elvas.

⁵⁸ O Centro de Arqueologia Elvense fez diversas visitas ao local, recolhendo alguns materiais encontrados à superfície (*Cadernos do Centro de Arqueologia Elvense*, 1978, nº3: 10-11), tendo-os oferecidos ao Museu Municipal de Elvas (IADMME, 2015).

na Europa pós-guerra e que só nos finais da década de 70 entra no vocabulário arqueológico português quando surgem estruturas oficiais responsáveis pela salvaguarda do património arqueológico (*Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1986). A criação dos “Serviços Regionais de Arqueologia do Sul”, pertencentes ao antigo IPPC, permitiu proceder a intervenções de emergência como foi o caso das empreendidas na necrópole do Monte de Alcobaça e no sítio de São Romão⁵⁹ (Almeida, 2000:28).

Ainda na década de 80 é publicada a síntese de referência sobre o universo epigráfico conhecido até à época da autoria de José d’Encarnação (IRCP, 1984) tendo como principal objetivo colocar à disposição o catálogo inédito do conjunto epigráfico, que inclui os monumentos que se encontravam dispersos em capelas e herdades e, ainda, aqueles que integravam em museus bem como incorpora todas as referências a estes monumentos encontradas em diversos suportes (correspondência, jornais, manuscritos, entre outros). No mesmo seguimento, José de Encarnação (Encarnação, 1986) publica, nos *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, novos dados epigráficos encontrados no território elvense, destacando-se um fragmento de placa funerária no Monte do Paço; um fragmento na Herdade da Amoreirinha dos Arcos⁶⁰ e a reinterpretação da árula de mármore branco encontrada na Herdade das Caldeiras (Encarnação, 1986:105-107).

Na década seguinte as notícias são emitidas no âmbito da aplicação da legislação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) que determinou o desenvolvimento de trabalhos de prospeções no concelho de Elvas em áreas que viriam a ser afetadas pela realização de três empreendimentos públicos, nomeadamente, a rede nacional de gás natural, a autoestrada (A6-Marateca-Elvas) e o empreendimento do Alqueva. Estes trabalhos permitiram a identificação e realocização⁶¹ de alguns sítios arqueológicos e de vestígios romanos⁶². Os sítios identificados no âmbito do EIA são na totalidade 13 sendo que 3 foram identificados no âmbito da rede nacional de gás (Herdade das Pereiras e da

⁵⁹ O Centro de Arqueologia também desenvolveu “trabalhos arqueológicos” no Monte de Alcobaça e no Monte de São Romão tal como permite testemunhar os relatórios preliminares sobre as saídas de campo realizadas em 1986 enviados à Câmara Municipal de Elvas. Estes documentos integram atualmente o *Arquivo da Correspondência da Biblioteca e Museu Arqueológico António Thomaz Pires*.

⁶⁰ Atualmente designada de Herdade do Correio-Mor.

⁶¹ A título de exemplo, a Herdade de S. Rafael já era conhecida, nesse sentido, torna-se fundamental o cruzamento entre os dados obtidos no âmbito dos trabalhos de prospeção desenvolvidos no terreno e as publicações mais antigas (Pires, 1931:106; Deus, Louro, Viana, 1955: 573).

⁶² Os relatórios destes sítios, apesar de essenciais relativamente à interpretação dos mesmos, transparecem do caráter preventivo com que os trabalhos foram efetuados, sobretudo devido aos prazos temporais bastante reduzidos, o que condiciona a investigação arqueológica. Segundo Maria José de Almeida (Almeida, 1999-2000:66) o caráter da arqueologia preventiva conduz a uma “falsa imagem” da distribuição espacial de sítios funcionando assim estes dados como o “estado da questão”, resultante da forma, do tempo e da área que foi abrangida os respetivos trabalhos de prospeção.

Vinagreira, Barrancas do Caia); 3 no âmbito da construção da A6 (Valbom, Monte da Nora e Ribeira dos Mosqueiros) e 7 no âmbito da prospeção da área do Regolfo da Barragem do Alqueva (Monte do Sobral 2 e 4, Monte da Cuveta, Caldeiras do Guadiana, Avessadas 3 e 4 e S. Rafael). Alguns sítios foram totalmente destruídos (Valbom); outros parcialmente afetados (Monte da Nora) e dois alvos de escavação (Herdade da Vinagreira e da Herdade das Pereiras). Os sítios identificados em prospeção na área do Regolfo da Barragem do Alqueva apenas contaram com a descrição sucinta, não sendo necessário realizar qualquer proposta de medidas de minimização.

Nos séculos XX e XXI foram desenvolvidos alguns projetos como é o caso do “Circuito das Antas de Elvas” e os trabalhos de preservação na Praça da República aquando da construção do Parque de Estacionamento na cidade de Elvas (*Elvas – História Viva*, 2009, nº8:10-11). O primeiro projeto mencionado foi coordenado pela Dra. Ana Carvalho Dias tendo como objetivos principais a realocização, a inventariação e a limpeza dos monumentos megalíticos da região⁶³. Em 1989, o Serviço Regional da Arqueologia do Sul, em colaboração com a Autarquia, iniciou o projeto de salvaguarda, de valorização e avaliou as potencialidades turísticas-arqueológicas das antas do concelho de Elvas⁶⁴. Os percursos turísticos-arqueológicos visavam a sensibilização do visitante para a proteção da paisagem histórico-cultural e para a complexidade das comunidades megalíticas. A partir de 1997, o projeto adquire nova dinâmica pela preparação de dois circuitos, um ao longo das margens do Guadiana e o outro, na envolvência da aldeia de Barbacena (Dias e Albergaria, 2000). Este projeto resultou na valorização dos “monumentos esquecidos” na paisagem e permitiu a identificação do primeiro cromeleque da região denominado como o “Cabeço do Torrão”, constituído por 10 menires de granito. O segundo projeto adveio da escassez de estacionamento e, ainda da dificuldade da circulação automóvel em torno da Praça da República de Elvas que vinha agudizar ao longo dos tempos no centro da cidade de Elvas. Perante as necessidades, a autarquia promoveu a construção de um parque subterrâneo no local, resultando no início de uma nova atitude face ao património arqueológico, implícita na ideia da continuidade

⁶³ Apesar dos noventa e três monumentos megalíticos conhecidos, constatou-se o desaparecimento de cerca de um terço, colocando-se a probabilidade deste fenómeno estar relacionado com a introdução da “mecanização agrícola”, o que contribuiu para a destruição de alguns sítios arqueológicos.

⁶⁴ Este processo implicou por parte dos proponentes o estabelecimento de acordos com os proprietários das herdades dada a localização dos monumentos megalíticos em propriedades privadas, a conceção e montagem dos painéis informativos junto de cada monumento e a divulgação do projeto através de folhetos, postais e do roteiro.

das propostas apresentadas mediante o registo arqueológico⁶⁵. Realizou-se sondagens prévias, prospeções, escavações e o acompanhamento durante a obra da responsabilidade das empresas OCRIMIRA (Calvo, 2004) e da OZECARUS (Batata e Borges, 2004) e, ainda da Arqueóloga do Município de Elvas, a Dra. Isabel Pinto.

Inicia-se ainda na década de 90 a investigação arqueológica da Quinta das Longas⁶⁶, perdurando até 2005. Sublinhe-se que se trata do único sítio arqueológico onde se desenvolveu um projeto de investigação plurianual de modo sistemático e rigoroso no concelho de Elvas que permitiu pôr a descoberto um dos mais significativos conjuntos edificadas de uma *pars urbana* (Carneiro, 2014, vol. II: 175-176). Segundo André Carneiro “a *villa* demonstra uma inequívoca inserção nos circuitos da *Lusitania*, com uma cultura material vinculada à capital provincial (nas cerâmicas de paredes finas e lucernas, por exemplo, onde as produções emeritenses esmagadoramente dominam), mas também aos territórios costeiros, como se torna evidente nos protótipos anfóricos” (Carneiro, 2014, vol. II: 196). Para além destas evidências, a Quinta das Longas é um sítio singular considerando o elevado investimento escultórico e cénico, embora, do ponto de vista arquitetónico apresente um plano modesto e conservador.

A nível académico existem dois trabalhos de referência sobre o povoamento romano. O primeiro projeto foi realizado no âmbito da tese de mestrado de Maria José de Almeida (Almeida, 2000) constituindo-se como uma síntese de conhecimentos e de identificações de questões resultantes da informação disponível. O segundo foi realizado no âmbito da tese de doutoramento da autoria de André Carneiro sobre o povoamento rural romano no Alto Alentejo, referindo ao longo do primeiro volume inúmeras vezes sítios localizados no concelho de Elvas (Carneiro, 2014, vol. I), dedicando ainda um capítulo específico no segundo volume ao território em apreço (Carneiro, 2014, vol. II: 171- 213). Ambos os investigadores identificaram sítios inéditos de época romana⁶⁷.

⁶⁵ Possibilitou ainda a aproximação da população autóctone com os testemunhos patrimoniais dado desenvolvimento dos trabalhos em plena urbe, além disso, foi colocado no parque subterrâneo vitrinas registando fotograficamente os diversos momentos dos trabalhos arqueológicos, algumas estruturas identificadas e os materiais recolhidos durante o projeto, registando desta forma a memória a ocupação do sítio.

⁶⁶ O sítio da Quinta das Longas é conhecido desde finais do século XIX dado a entrada de materiais romanos provenientes deste sítio no Museu Arqueológico, recolhidos sobretudo por Victorino d’Almada.

⁶⁷ Maria José de Almeida (Almeida, 2000) identifica como inédito o sítio de Monte Velho de Fontalva, Pombal, Torre da Sequeira 2, Malhadas de Alcobaça, Ponte Lagarto, Nora Úveda e Farisôa. Posteriormente, André Carneiro (Carneiro, 2014, vol. II) identifica igualmente como inédito os seguintes sítios: Botafogo 2, Monte do Chacim e Pena Clara.

Com a passagem do tempo, houve a progressiva separação entre Bibliotecas e Museus, o caso de Elvas, não foi excepcional⁶⁸. Em 2005, assiste-se à definitiva separação da convivência de ambos os espaços⁶⁹ por decisão da autarquia que decide reabilitar o espaço da biblioteca no âmbito da sua integração na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas⁷⁰. Este processo implicou alterações profundas, resultando no encerramento do edifício para remodelação do espaço, só voltando a reabrir a 3 de Novembro de 2007, abrangendo somente os serviços de Biblioteca que perduraram até hoje. É neste contexto que se assiste ao encerramento do antigo Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas António Thomaz Pires, um dos mais antigos a nível nacional, tendo os espólios sido integrados em diversas reservas museológicas de carácter temporário sob responsabilidade da edilidade elvense.

Após o desmantelamento do antigo Museu Municipal de Elvas o município elvense decidiu desenvolver um projeto educacional intitulado “O Museu vai à escola” sendo o público-alvo os alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Elvas no âmbito da disciplina de História e Geografia de Portugal referente à temática “A Península Ibérica Romanizada” com o objetivo de dinamizar o espólio de época romana em reserva museológica e desenvolver uma série de objetivos educacionais e patrimoniais⁷¹. Neste contexto, desenvolveu-se um atelier de desenho que tinha como objetivo a concretização de um painel de mosaico, recriando a planta de uma *domus* romana. É ainda nos mesmo prisma que o município através da Revista Municipal de Cultura e Património intitulada de *Elvas – História Viva*, procura colmatar a extinção do MAEE-AT, noticiando assuntos relacionados com o panorama da arqueologia de Elvas, com os ciclos de investigação e ainda, informando dos projetos em curso. Neste Boletim Municipal na seção “peça do

⁶⁸ Para um conhecimento mais aprofundado sobre a temática, consultar artigo sobre a Biblioteca Municipal de Elvas (*Elvas - História Viva*, 2007, nº2:7) e ainda sobre a recuperação do edifício do colégio de Santiago (*Elvas - História Viva*, 2007, nº3: 10).

⁶⁹ A Biblioteca Municipal e o Museu Arqueológico funcionaram no mesmo espaço desde a sua fundação em 1880. Só em Dezembro de 1982, o Museu passa a ocupar o primeiro andar do edifício e a biblioteca o rés-do-chão.

⁷⁰ Ver artigos sobre a Biblioteca Municipal de Elvas em *Elvas - História Viva*, 2007, nº: 1:6; *Elvas - História Viva*, 2007, nº4:7.

⁷¹ Quanto aos objetivos educacionais, procurou-se: desenvolver um novo conceito de Museu e a sua relação com a sociedade; redefinir a leitura do conceito de coleção em reserva museológica, através da emergência do campo da educação, comunicação e interpretação; reforçar o papel educativo do Museu, na perspetiva da educação patrimonial. Quanto aos objetivos patrimoniais, procurou-se transmitir o conceito de reserva museológica, desenvolver o conceito de ensino-aprendizagem (o “aprender-fazendo”) através do contato direto por parte dos alunos com os mosaicos e apreender os conceitos de romanização, vestígios arqueológicos, mosaico, tessela, *villa* romana e mosaísta (*Elvas – História Viva*, 2007, nº 7: 14).

mês” procurou-se dar a conhecer o diverso espólio que constituía as coleções da instituição em apreço.

A Câmara Municipal de Elvas é a herdeira do riquíssimo e diversificado acervo do antigo Museu Municipal que se encontra em reserva museológica. Neste prisma, torna-se oportuno referir que o Município de Elvas se encontra atualmente a desenvolver a proposta de reabilitação e adaptação da antiga Manutenção Militar a Museu de Arqueologia e Etnografia António Thomaz Pires, prevalecendo o nome dado à instituição desde a sua morte, em 1913. Deu início no mês de Agosto de 2018 a obra comparticipada por fundos da União Europeia no antigo assento, testemunho importante da arquitetura militar, que se pressupõe a requalificação deste espaço e posterior adaptação a núcleo museológico que irá funcionar a partir do cruzamento entre a coleção de arqueologia com a de etnografia do Grémio da Lavoura de Elvas, previsto abrir ao público no final do ano 2020 (*Boletim Municipal de Elvas*, 2018, nº171: 8).

CAPÍTULO 3. O PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DOS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS NO MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

Para compreendermos o processo de entrada das inscrições epigráficas no antigo Museu Municipal de Elvas tornou-se necessário conhecer a conjuntura em que esta instituição foi fundada bem como identificar o percurso e a diversidade de personalidades que elegeram como campo de afirmação preferencial o estudo e as recolhas dos “vestígios do passado”, associado à ideia de progresso e à consolidação da construção de uma identidade local. Estes ciclos de investigações integram-se num complexo processo da construção do conhecimento do passado, particularizado pela rede de cooperação entre a “geração de elite” que viveu em Elvas no século XIX e XX, que se inserem na categoria de “amadores das antiguidades”⁷² e conhecedores dos campos, figuras tutelares como é o caso do Doutor Leite de Vasconcelos.

O Museu Municipal de Elvas deve grande parte da sua coleção a inúmeros colecionadores e “amadores” que abraçaram o referido projeto, destacando-se neste quadro os nomes de Thomaz Pires, Victorino d’Almada e Torres de Carvalho. Estas personalidades foram determinantes para a afirmação do museu local, em função do apoio logístico dado às intervenções arqueológicas e dos esforços realizados para integrar no domínio público os objetos recolhidos no terreno, resultantes das suas “explorações” e dos achados fortuitos.

Thomaz Pires, considerado verdadeiro iniciador da Biblioteca Pública e do Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas, publicou o *Catálogo do Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901). Este catálogo trata-se da primeira síntese e classificação das peças que estavam em depósito no Museu até à data da publicação estimada em 165, organizada por duas seções: época pré-histórica (n. os 1 ao 15) e época histórica, compreendida entre “objetos romanos” (n. os 16 e 76); “objetos portugueses” (n. os 77 e 159) e por último, “objetos romanos – já oferecidos e prontos a entrar no museu” (n. os 160-165)⁷³.

⁷² Segundo Elisabete Pereira o termo *amador* é apenas empregue “numa época em que eram muito poucos os atores que se dedicavam à arqueologia a tempo inteiro e em que a palavra amadora pretendia designar aquele que ama”, não possuía ainda o sentido diminutivo que veio a adquirir com a profissionalização das várias ciências científicas” (Pereira, 2018:313).

⁷³ Após a publicação, foi criado um apêndice das peças que deram entrada para o Museu Arqueológico de Elvas organizado da seguinte forma: “appendix – objectos romanos”; “objectos portugueses”; “I – época prehistorica”; “II – Epoca historica” “a) objectos romanos”; “objectos visigoticos”; “III- Epoca historica”: “b) objectos arabes”; IV Epoca historica - “c) objectos portuguezes” e “numismatica”.

Nesta publicação, que projetou a arqueologia elvensê para o panorama nacional, temos conhecimento do modo como a coleção do museu começou a ser constituída, ou seja, dá-se relevo à forma de aquisição das peças, quer eram oferecidas ou adquiridas pelo Município de Elvas. Relativamente ao modo de aquisição das peças é possível constatar que do total das 165, 56 foram compradas pela CME, 53 resultam de doações de particulares e, em igual número, são provenientes de recolha direta em trabalhos arqueológicos, por ocasião de trabalhos agrícolas ou em contexto de obras de construção civil e, ainda, de que apenas 3 das peças é desconhecido o seu contexto de incorporação. No *Catálogo* (Pires, 1901) e no *Apêndice ao Catálogo do Museu Arqueológico de Elvas* (sem data) damos conta da entrada de inscrições romanas para a seção de arqueologia logo no início da mesma. Ambos os suportes são ainda hoje uma referência incontornável em termos de proveniência e de contextos arqueológicos.

Tal como já foi referido, a forte presença militar na cidade de Elvas contribuiu para a existência de uma elite com interesses culturais e eruditos, constituída por um elevado corpo de oficiais. A imprensa local é expressão das ideias e do debate político da época sendo frequentemente noticiado as recolhas de achados arqueológicos por parte de eruditos locais ou de outras pessoas que manifestavam interesse pelos “vestígios do passado”. É neste contexto social que se encontra a justificação para o início da coleção do Museu Arqueológico de Elvas, espelhando assim, o processo de incorporação das peças o espírito da época. No final da publicação do *Catálogo do Museu Archeologico de Elvas* consta uma lista intitulada “corporações e particulares que teem contribuído para a formação do Museu” (Pires, 1901:29-30), o que permite desde logo verificar que havia a preocupação em perpetuar a memória e os nomes dos ofertantes, preocupação que se visualiza facilmente na consulta das inúmeras fichas (**Anexo II – Figura 42 a 50**) e dos inventários, independentemente de serem redigidos à mão ou datilografadas, nas quais se destaca privilegiadamente a forma de aquisição e os respetivos nomes, ignorando-se por vezes, a proveniência dos materiais.

É nesta ótica que se compreende que o Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas e as suas coleções são o reflexo do espírito de uma época marcada sobretudo pelo conhecimento individual e pelas motivações de cada personalidade, ligadas ou não a instituições que manifestavam interesse no âmbito do processo de constituição da coleção do museu, resultando na oferta direta de espólios. Neste quadro de personalidades destacam-se os indivíduos que pertenciam às elites locais e regionais e que desempenhavam funções ao serviço do Estado, possuidores de uma posição

socioeconómica privilegiada como é o caso de engenheiros, militares, padres, secretários municipais, administradores do concelho, entre outros, ocupações que lhes conferiam distinção social, prestígio pessoal e reconhecimento coletivo (Pereira, 2018:305). Em termos de funções municipais Thomaz Pires e Torres de Carvalho, assumiram o cargo de direção do Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas. Também as personalidades que desempenharam carreiras político-administrativas contribuíram significativamente para a entrada de inscrições no MAEE-AT como é o caso do Comendador Francisco Lobão Rasquilha⁷⁴ e o do Presidente da Câmara Municipal de Elvas José Vicente de Abreu⁷⁵. O primeiro, natural de Arronches, foi capitão-mor da Companhia de Ordenanças e sargento-mor da Companhia de Ordenanças de Arronches e ainda lavrador na Herdade de Revelhos, localizada no mesmo concelho. Deste sítio deu entrada uma inscrição em 1882 no Museu, oferecida pelo Comendador Rasquilha (Pires, 1901: nº19). Fez parte da Comissão da Exposição Agrícola d'Elvas (*O Ocidente*, 11 de Outubro de 1882) juntamente com outros nomes ilustres com o Dr. João Henriques, Augusto Massano, Comendador Eusébio Nunes, Dr. António Larcher Marçal, Luís Lúcio Lopes do Couto, Joaquim Dias Barroso. Os dois últimos ofereceram inscrições romanas ao Museu Arqueológico. Regista-se no *Catalogo do Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901) a entrada de duas inscrições votivas dedicadas a Prosérpina encontradas em 1886 por ocasião de trabalhos agrícolas na Herdade da Fonte Branca, que foram oferecidas a 10 de Novembro de 1903 por Luís Lúcio Lopes do Couto (Pires, 1901: nº160 e nº161). O outro membro da Comissão da Exploração Agrícola d'Elvas, João Joaquim Bagulho, ofereceu ao Museu a placa que estava embutida na parede do Monte do Falcato (Pires, 1901, nº21).

Francisco da Silva Lobão Rasquilha oferece ao Museu de Arqueologia em 1887 a estela funerária de granito descoberta na Herdade do Almeida (Pires, 1901: nº28), localizada na freguesia de Santa Eulália em Elvas, e ainda, uma inscrição funerária encontrada na Herdade de Reguengos do Caia (Pires, 1901: nº24), localizada em Arronches. Estas foram das primeiras peças a dar entrada para a instituição, como se compreende pela atribuição do número de inventário (Pires, 1901), tendo ainda sido oferecidos mosaicos encontrados nas proximidades da Quinta das Longas (Pires, 1901: nº73), descobertos por António Torres de Carvalho.

⁷⁴ Prestou a Thomaz Pires muitas informações etnográficas, que por sua vez eram transmitidas ao Doutor Leite de Vasconcelos e Adolfo Coelho (Gama, 1969b:45).

⁷⁵ Foi Presidente da Câmara Municipal de Elvas por nomeação, vereador da Câmara Municipal de Elvas, Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Elvas e Vice-Presidente do Grémio da Lavoura de Elvas.

José Vicente de Abreu ofereceu em 1905 um fragmento de ara encontrado no Monte da Ovelheira, juntamente com um ladrilho (Pires, 1901: nº 672-673), ambos encontrados avulsamente. José Vicente de Abreu fez intervenções parlamentares nas IX Legislatura (1965-1969) e X Legislatura (1969-1973): na 2.ª sessão (1966-1967) discute o assunto da barragem do Caia e a sua importância para os concelhos de Elvas e Campo Maior; na 3.ª Sessão legislativa (1967-1968) refere-se à necessidade de criação de um liceu em Elvas e ao estado da linha férrea do Leste, solicitando ainda, a criação da zona de turismo do concelho de Elvas; na 4.ª Sessão (1968-1969) fala novamente na criação do liceu e pede ainda ao Governo a reforma urgente da linha de caminho de ferro do Leste, requerendo, ainda nesta sessão, ao Ministério da Educação Nacional informações sobre o destino e recuperação de obras de arte do templo dos frades dominicanos em Elvas; na 1ª sessão legislativa (1969-1970) aconselha a remodelação das instalações fronteiriças do Caia e a renovação do caminho de ferro do Leste; revela ainda a preocupação dos diversos problemas que afetavam a lavoura do Alto Alentejo.

Do conjunto das personalidades que desempenharam funções militares, destaca-se Victorino d'Almada e Major João A. de Sousa Nobre, sendo o primeiro o achador e o segundo o depositante da inscrição encontrada a cobrir um cano no quintal do prédio n. 11 da rua de S. Lourenço em Elvas (Pires,1901: nº22). Também João Carlos Rodrigues da Costa, Governador da Praça de Elvas, ofereceu uma epígrafe encontrada em 1904 ao Museu, estando esta atualmente desaparecida.

Relativamente aos proprietários, destaca-se o nome de Francisco Marques da Silva Pinto⁷⁶, mencionado numa nota de Thomaz Pires sobre o sítio das Casas Velhas: “o Paço já não existe mas apareceram as suas fundações quando ha três annos o ex.^{mo} Sr. Francisco Marques da Silveira Pinto, actual dono da herdade, nella mandou proceder a trabalhos para a construção de um bom edificio. E, pelos materiais encontrados nas excavações, muitos de fino marmore, se conheceu ter sido o Paço obra grandiosa”. Seria igualmente uma pessoa atenta aos vestígios do passado, tendo depositado no Museu de Arqueologia em 1906 uma base de um pedestal de uma antiga coluna (Pires,1901: nº702). Este proprietário ofereceu ainda ao MAEE-AT duas inscrições funerárias descritas como “latinas”, das quais se desconhece, contudo, o seu texto e o seu atual paradeiro (IADMME,2015). Proveniente do mesmo sítio, também foi oferecido ao museu a 19 de Maio de 1947 um “dado de barro vermelho, com os pontos gravados de 1 a 6

⁷⁶ Francisco da Silva Lobão Rasquilha fez parte da Comissão promotora de benefícios e ensino juntamente com Francisco Marques da Silveira Pinto.

(IADMME,2015) por João Dias de Deus, funcionário da Colónia Agrícola de Vila Fernando. Este nome parece ter sido mal grafado, pois, pela descrição das funções e pelo período temporal, pode efetivamente tratar-se de António Dias de Deus. Esta investigador encontrou duas inscrições na Herdade da Camugem (nº9-C; 9-E), local do qual provêm mais três, sendo que duas foram oferecidas por Francisco da Silveira Pinto em Julho de 1906 (Pires, 1901 [manuscritos] nº698).

António Fausto Namorado, natural de Estremoz, cirurgião de brigada, descendente de cirurgião militar António Joaquim Namorado (Almada,1888-1891, Tomo I: 105-106), oferece a 26 de Outubro de 1880 ao Museu Arqueológico uma placa funerária, encontrada durante o procedimento de demolição de uma antiga casa no centro histórico de Elvas (Pires,1901: nº23)

Também o padre Henrique da Silva Louro, apesar de não ter oferecido nenhum espólio, fez referência a alguns monumentos epigráficos nas propriedades rurais de Elvas e ainda a estruturas romanas (Louro,1948; Louro, 1964; Louro, 1966; Louro, 1969; Louro,1970).

Considerando que a maioria dos testemunhos epigráficos em estudo integram atualmente a coleção de arqueologia do MAEE-AT, torna-se oportuno o conhecimento do processo de incorporação destas peças no antigo Museu Municipal de Elvas. O tabelamento dos dados (**Anexo IV – Tabela 7**) permitiu constatar que a maioria das inscrições foram encontradas no século XIX e outras já no início da centúria seguinte, o que espelha em primeiro lugar a consciencialização dos testemunhos do passado como símbolo de identidade, associado à ideia de progresso, como já referimos anteriormente e, ainda, o processo de abertura de estradas e de caminhos-de-ferro promovidos no contexto do Fontismo, período marcado por ações de fomento de obras públicas centradas no desenvolvimento e modernização das infraestruturas do País. A título de exemplo, temos o caso da árula funerária encontrada por António Torres de Carvalho em 1897 “no topo de duas sepulturas de lages brutas, à profundidade de meio metro, no sítio do Papúlos, por ocasião da reconstrução da estrada municipal que da estrada real de Campo Maior conduz à Ponte das Hortas, suburbios de Elvas” (Pires, 1901: nº20; Pires, 1931:80). Deste local também foi recolhida por Torres de Carvalho uma “lucerna romana⁷⁷, de barro

⁷⁷ Encontra-se nas reservas museológicas pertencentes ao antigo Museu Municipal de Elvas, tendo atualmente o número de inventário nº 4593. Pela coroa poderá estar representado Hélios, porém, esta interpretação é cautelosa, provavelmente o mais certo era ser uma divindade que sofre processo sincrético com o sol (Mitra?).

alvadio, partida em dois pedaços, tendo no disco um busto em relevo”, encontrada no interior de uma sepultura, tendo sido encontrados também alguns restos osteológicos (Pires,1901: nº41-42). Atualmente, não é possível localizar o sítio, dada a intensa urbanização da área. O sítio dos Papulos ocupava um espaço que se estendia desde a Horta do Moreno, passando por Gil Vaz até à Estação de Melhoramento de Plantas, próximo da estrada real de Elvas em direção a Campo Maior (Jesuino, 2016:278).

O ano da entrada das epígrafes no Museu é um campo basicamente ignorado; só em casos pontuais se faz essa referência (exemplo n. os 1-C; 15; 18-A; 18-B). A omissão deste campo permite considerar que as peças poderiam ter sido incorporadas na instituição na data que foram encontradas.

Considerando o conjunto epigráfico inventariado, constituído por 43 inscrições, apenas foi possível averiguar que 25 deram entrada no Museu, 16 foram oferecidas à instituição, ignorando-se a forma de aquisição das restantes. O espólio pertencente ao antigo MAEE- AT, está armazenado nas reservas museológicas, de carácter temporário, contudo, permitiu registar o desaparecimento ou desconhecimento do paradeiro de 5 (n. os 1; 1-B; 2-A; 2-B; 15). Torna-se importante referir que conhecemos as inscrições nº1 pelo trabalho de José d’Encarnação (IRCP, 1984: nº641). Pelas descrições do autor e pelas fotografias dos monumentos, sabemos que a inscrição estava fragmentada em dois no sentido vertical.

Contudo, seria ainda fundamental identificar o paradeiro das inscrições nº2-A e nº2-B que foram encontradas na Herdade das Casas Velhas, elementos que considerámos inéditos dado o seu conhecimento aquando a consulta do *Inventário do Acervo documental pertencente ao antigo Museu Municipal de Elvas* (IADMME,2015). Os formulários epigráficos das peças poderiam dar um contributo importante para a compreensão do sítio descrito pelo Padre Henrique da Silva Louro (Louro,1966:5): “a poucas dezenas de metros da estrada de Elvas, na herdade do Paço, defronte do Instituto de Reeducação ainda conhecem vestígios duma grande casa romana e um pouco mais acima na encosta se acharam sepulturas da mesma época”. Atendendo à cultura material proveniente do sítio, isto é, uma base de um pedestal de coluna e de uma peça interpretada como de jogo, poderia tratar-se de uma *villa*, ideia reforçada pela presença dos “finos mármore” encontrados aquando a construção do edifício do antigo proprietário, Francisco da Silveira Marques, e ainda pelos registos do pároco Henrique da Silva Louro.

Nem sempre foi possível identificar a forma de aquisição bem como o nome dos depositantes. Sabemos apenas que 3 inscrições foram identificadas, uma por Mário Saa,

encontrada na Herdade de D. Miguel (nº25); e outras duas por António Dias de Deus, na Herdade da Camugem (n. os 9-C; 9-E). As restantes inscrições, estimadas em 16, foram oferecidas por diversos nomes ilustres da sociedade local ou regional desde proprietários rurais, comendadores, governadores da Praça a Presidentes de câmara, tal como anteriormente referimos. O nome que merece maior destaque é o de Francisco Marques da Silveira Pinto, proprietário rural que ofereceu 5 inscrições ao MAEE-AT, duas encontradas na Herdade das Casas Velhas (n. os 2-A; 2-B), duas na Camugem (n. os 9-B; 9-D) e, por último, uma em Vila Boim (nº 12-A).

Devemos ainda enfatizar que nem sempre a pessoa que ofereceu as peças ao Museu Municipal foi a mesma pessoa que as encontrou, como é o caso da inscrição nº1-E oferecida por Major João Nobre e descoberta por Victorino d'Almada; e ainda a inscrição nº12-A, oferecida por Francisco M. da Silveira Pinto, encontrada pelo viajante inglês, Eduardo S. Dogson.

A história do antigo Museu Municipal de Elvas e o processo de entrada dos diversos espólios na instituição, para serem compreendidos, devem ser colocados à luz do percurso e da diversidade de personalidades que integraram o complexo processo da construção do conhecimento do passado. Apesar de serem considerados “amadores” foram as personalidades que concederam a identidade e particularidade à história da arqueologia elvense.

Neste prisma, torna-se imperativo resgatar a memória destas personalidades que desenvolveram um conjunto sequencial de ações, doações e trabalhos que permitiram produzir o conhecimento a partir dos espólios e das coleções que hoje conhecemos e incorporam o acervo do antigo *Museu Arqueológico e Etnográfico – António Thomaz Pires*. São personalidades que estão praticamente esquecidas na historiografia contemporânea, contudo, foram os responsáveis pela mobilização dos espólios e como tal devem conquistar a respeitabilidade e reconhecimento dos seus nomes.

Segundo Elisabete Pereira “os objetos arqueológicos fundamentam e ilustram a história do território, mas também documentam a história das pessoas que os recolheram, os apreciaram, estudaram, comercializaram, colecionaram e construiriam museus” aos quais “não se concede proeminência à dimensão do seu contributo no processo de formação do conhecimento arqueológico” (Pereira, 2018:314).

CAPÍTULO 4. DAS EVIDÊNCIAS EPIGRÁFICAS ÀS PESSOAS

4.1. O Monumento

Neste capítulo procedemos à agregação do conjunto epigráfico conhecido até ao momento no atual concelho de Elvas na perspetiva de contribuímos para o conhecimento do perfil da sociedade romana no quadro geográfico em estudo, sendo por isso fundamental extrair destes testemunhos o máximo de indicadores (diretos e indiretos) para caracterizarmos o estatuto socioeconómico e cultural das populações e indivíduos que ali habitaram.

É neste contexto que se torna essencial um olhar de pormenor sobre a pedra e para além da pedra. Mais do que sistematizar os dados disponíveis, importa relacioná-los e justificar as evidências presentes, subjacentes e ausentes deste universo epigráfico em estudo. Os dados apresentados resultam da informação recolhida nos estudos epigráficos (IRCP, 1984; FE) e no *Inventário do Acervo Documental pertencente ao antigo Museu Municipal de Elvas* (IADMME, 2015) resultante da conceção gráfica obtida através da leitura quantitativa dos dados relativos às inscrições em apreço (**Anexos I, II, III e IV**).

4.1.1. O contexto arqueológico e proveniência

O contexto arqueológico é bastante relevante para o enquadramento da peça, contudo, é o campo mais ignorado conforme se pode constatar na documentação consultada relativamente ao *corpus* epigráfico identificado no atual concelho de Elvas como se compreende da consulta das Fichas de Inventário do Museu Municipal (**ANEXOS I - Figura 42-50**) e do registo da entrada das peças no antigo Museu Municipal de Elvas (IADMME, 2015), havendo em casos pontuais a referência ao contexto do achado no *Catálogo do Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901; *Apêndice ao Catálogo do Museu Arqueológico de Elvas*, [s.d]). Esta lacuna verifica-se nos diversos inventários pertencentes ao antigo MAEE-AT (manuais, datilografados, originais, duplicados e temáticos), que passaram ao longo dos tempos por diversos colaboradores, revelando desigualdade em termos de registo. Houve épocas em que se ignorava a proveniência, outras em que se privilegiavam os nomes do achador e/ou depositante,

outras em que apenas se registava e descrevia a peça de forma sucinta, sem atribuição de número de inventário⁷⁸.

Tendo em conta este contexto, procurámos revisar, atualizar e, quando possível, acrescentar novos dados na perspetiva de apresentarmos uma leitura crítica das referências bibliográficas no que diz respeito à proveniência das inscrições, através do cruzamento entre diversos suportes, de que são exemplo o *Catalogo do Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901), os periódicos disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Elvas e o *Inventário do Acervo Documental pertencente ao antigo Museu Municipal de Elvas* (IADMME, 2015).

A identificação da proveniência das inscrições é essencial para a leitura complementar do sítio e sobretudo para análises espaciais. Em termos de proveniência, a maioria das inscrições, estimadas em 14 (28%) foram identificadas no “aro de Elvas” (entre os n. os 1 a N^o1-N) e, por isso, inseridas no topónimo coletivo que corresponde a Elvas (n^o1). Este número de inscrições, embora significativo, não nos acrescenta informações relevantes do ponto de vista da ocupação romana no atual concelho de Elvas pelo facto de estes vestígios se constituírem como achados descontextualizados. Existe, portanto, uma “sombra” no que diz respeito à verdadeira proveniência das inscrições, o que condiciona desde logo a leitura arqueológica. Deste modo, estas evidências materiais⁷⁹ e os trabalhos arqueológicos⁸⁰ desenvolvidos até ao momento, não revelam ocupação anterior ao século X⁸¹. Segundo Maria J. de Almeida (Almeida, 2017:131) “a

⁷⁸ A Sra. Cristina Abreu (antiga funcionária do Museu Municipal) partilhou algumas informações relativas à forma como os inventários eram concebidos. Neste sentido, informou que estes documentos são reflexo da área de formação/interesse dos diretores do Museu Arqueológico, e ainda, assinalou que os critérios e as metodologias eram diferentes de pessoa-para-pessoa, enfatizando que uns solicitavam que os funcionários organizassem por tipologia de peças, outros por salas/seções/temáticas e ainda outros, por ordem alfabética. Também existiam dossiês intitulados de “Inventário original” e outros “Inventários duplicados”, este último, método aplicado no âmbito da salvaguarda das informações relativas aos espólios. Também havia o “Livro de entradas” do Museu, porém, bastante incompleto. Desta forma, verifica-se uma heterogeneidade no que concerne à organização dos inventários do antigo Museu Municipal de Elvas.

⁷⁹ Foram identificados em diversos momentos materiais de cronologia romana, descontextualizados, como provenientes igualmente de “Elvas” fragmentos de mosaicos; medalhão em mármore; diversos elementos cerâmicos; “*phalus* em ouro”; uma “ara de pedra calcárea, tem na face lateral esquerda uma pátera” e vidros (“gargalos de três unguentários de vidro”; “vasilha de vidro”); estes dois últimos recolhidos nas ruínas do antigo Mosteiro de Nossa Senhora Da Consolação da Ordem de S. Domingos ([s.d], *Apêndice ao Catálogo do Museu Arqueológico de Elvas*).

⁸⁰ Foram ainda encontrados na Praça da República aquando o acompanhamento e trabalhos de escavação, espólio romano como tégulas e *terra sigillata*, no decurso obras para a construção do atual parque subterrâneo de Elvas - Comendador Rondão Almeida.

⁸¹ Consultar relatórios finais sobre os trabalhos realizados na Praça da República de Elvas, de prospeção pela empresa de *Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Lda.* (Batata e Borges, 2004) e da empresa *Ocrimira – Investigação Arqueológica & Patrimonial, Lda* (Calvo, 2004). Nestes trabalhos foram identificadas a existência de cinco fases construtivas associadas a três períodos cronológicos: época medieval islâmica e cristã, época moderna e contemporânea.

inexistência de uma ocupação de caráter urbano na colina onde se implantou a cidade medieval não invalida, contudo, que existisse uma densa ocupação rural na planície circundante”. Acrescente-se que o aglomerado urbano de Elvas está implementado num monte íngreme que, tanto para sul como para oeste, apresenta um declive, assemelhando-se a uma espécie de anfiteatro. Além disso, Elvas está ainda ladeada por dois obstáculos: a norte, o Forte da Graça, situado na serra da Malefa, e do lado oposto, o Forte de Santa Luzia. Atendendo ao relevo escarpado, resultante da complexidade geomorfológica que lhe é conferida pela passagem da “falha da Messejana” no centro histórico Elvense, não se verifica que haja à partida as condições essenciais para a fixação desta sociedade numa área tão condicionada, sobretudo pelas características da paisagem e ainda pela dificuldade de acesso à água. Deste modo, coloca-se a hipótese de a cultura material identificada, atribuída genericamente ao “aro de Elvas”, ser proveniente da área rural descrita por Maria J.de Almeida (Almeida, 2017:131). Atendendo aos inúmeros vestígios e sobretudo à riqueza epigráfica, colocamos a hipótese de que esta cultura material tenha sido eventualmente transportada nos séculos XVIII e XIX, período marcado pelo interesse antiquarista e pelo espírito colecionista centrado na Antiguidade, no qual os “testemunhos do passado” se agregavam como símbolo de identidade e de nação, sobretudo por parte dos eruditos locais. É ainda neste período temporal que são identificados e incorporados a maior parte dos testemunhos epigráficos em estudo realizado para a seção de arqueologia do Museu de Elvas.

Do conjunto das 14 inscrições provenientes de “Elvas”, conhecemos apenas o contexto de achado arqueológico de 4 tendo estas sido recolhidas em casas de habitação de particulares, o que reforça a ideia descrita anteriormente. Referimo-nos à placa funerária recolhida na rua de João de Olivença “durante o procedimento de demolição de uma antiga casa sobre cujas ruínas se edificou o prédio nº24” (nº1-C) (Pires, 1901:nº23); da placa funerária proveniente da rua de São Lourenço (nº1-E) respeitante a *Gaius Iulio Gallus*, natural de Mérida, encontrada a “cobrir um cano de águas no quintal do prédio nº11” (Pires,1901: nº22); da árula votiva dedicada à deusa *Burrulobrigense*, encontrada na casa nº5 da rua de João de Olivença durante os trabalhos para a abertura de um vão para uma janela em Dezembro de 1903 (nº1-G) (*Apêndice ao Catálogo do Museu Arqueológico de Elvas*, [s.d]); e por último, da inscrição funerária encontrada na “casa de um fidalgo” (nº1-A) (Resende, 2009:350:351).

O *Inventário* do antigo Museu Municipal de Elvas (IADMME, 2015) permitiu identificar a recolha de duas inscrições funerárias descobertas na Herdade das Casas

Velhas (n. os 2-A; 2-B) no âmbito de uma “escavação” que se realizou na herdade; e de uma epígrafe votiva recolhida na Herdade das Alpedreiras (nº15). Contudo, não foi possível localizar as peças descritas na reserva museológica do antigo Museu Municipal, nem as respetivas fichas de inventário⁸². Deu ainda entrada no Museu uma base de ara recolhida no Monte da Ovelheira, juntamente com um ladrilho.

Em relação às fontes orais transmitidas, sabemos que foi identificada uma base de ara anepígrafa no Monte da Algramassa e 2 fragmentos de placas recolhidas nos anos 80, provenientes do Monte da Nora (n. os 10-A; 10-B).

Relativamente à placa funerária encontrada na Herdade do Falcato (nº14), para além de sabermos que estaria embutida numa parede do monte (Pires, 1901: nº21; Almeida, 2000: nº65), conseguimos ter conhecimento de que esta foi achada juntamente com outras por “uns homens que lavravam na herdade” (*O Elvense*, 25 Dez, 1880). Estes elementos epigráficos podem revelar a existência de uma área de necrópole no local, possivelmente associada à *villa* da Algramassa que se localiza nas proximidades.

A inscrição com maiores dimensões identificada no concelho de Elvas é proveniente da Alentisca do Caia⁸³ (nº4) conforme o testemunham os periódicos (*Fronteira*, 1881; *O Elvense*, 1887) e o *Catalogo do Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901:18).

É oportuno relacionar a proveniência das inscrições com a tipologia de sítio, de forma a potenciar a interpretação arqueológica. Do conjunto das 43 inscrições (funerárias, votivas e indeterminadas), verificamos que a maioria foram identificadas apenas por essa recolha epigráfica (59%), seguidamente em sítios interpretados como necrópole (18%). Com menos representatividade, foram identificados em sítios interpretados como *villae* (9%), casal (9%) e em *vicus* (5%). Desta forma, concluímos que apesar do conjunto epigráfico ser expressivo, a proveniência não nos permite obter um melhor conhecimento sobre as “gentes”, sobretudo das *villae*. Só se conhece o texto da epígrafe encontrada na *villa* do Correio-Mor (nº16) e das seguintes necrópoles: Camugem (nº9), Papulos (nº21),

⁸² É desconhecido o número de inventário das peças. Somente sabemos da sua incorporação no MAEE-AT no livro de registo das entradas, informação que foi transcrita uma base-de-dados em formato *Excel* no âmbito do estágio profissional (IADMMME, 2015). De referir ainda que houve recentemente a transferência do espólio pertencente ao antigo museu Municipal para diversos reservas temporárias sob responsabilidade do Município para o início das obras no antigo edifício da Manutenção Militar, lugar onde se encontrava a maioria do espólio do MAEE-AT e onde se instalará o futuro *Museu Arqueológico e Etnográfico – António Thomaz Pires*.

⁸³ Sítio também denominado de Terras de Aldeia (IRCP, 1984:582).

Fontalva (nº7) e Caldeiras (nº17). Conhece-se também o texto da inscrição identificada no Monte do Paço (nº20), sítio interpretado como *villa*.

Torna-se ainda oportuno referir que os elementos mais significativos em termos culturais foram identificados em Elvas, como é o caso da epígrafe dedicada a *Gaius Iulius Gallus*, natural de Mérida (nº1-E), da inscrição funerária referente a um cidadão inscrito na tribo Papíria (nº1-A; nº12ºB) e ainda, de um presumível imigrante que expressa a sua condição de veterano da legião XX (**Tabela 1**).

Do conjunto epigráfico em análise foi possível conhecer o contexto do achado de 25 inscrições (**Anexo IV – Tabela 8**). Do tratamento de dados efetuado constatamos o desconhecimento do contexto de achado implícito em 18 inscrições (42%). Seguidamente, registamos 5 epígrafes (12%) identificadas no decurso de trabalhos agrícolas (n.ºs 7; 14; 17; 18-A; 18-B). De sublinhar que incluímos nesta categoria a inscrição encontrada na Herdade do Falcato (nº14) em virtude da referência noticiada n.º *O Elvense* (25 de Dezembro de 1880) relativa à sua descoberta por trabalhadores aquando a lavra da terra, e que posteriormente foi embutida numa parede do monte, onde foi identificada antes da sua incorporação no MAEE-AT. Em casas de particulares, foram identificadas 4 epígrafes (n.ºs 1-A; 1-E; 1-G; 22) (9%). Foram identificadas 4 inscrições reaproveitadas em igrejas/ermidas (n.ºs 4; 8, 12-B; 19) (9%) e outras 3 inscrições em sítios próximos de/ou incorporadas em monumentos (n.ºs 1-B; 1-J; 3) (7%). Foram ainda identificadas 4 inscrições em contexto de sepultura⁸⁴ (n.ºs 9-A; 9-E; 9-C; 13) (9%) e 4 no âmbito da realização de obras foram encontradas (9%), uma no Sítio de Papulos (nº21), uma durante as obras de uma casa particular (nº1-C) e 2 no decurso de escavações⁸⁵ que se realizaram nas Casas Velhas (n.ºs 2-A; 2-B). Foi por último identificada 1 inscrição (3%) à superfície, junto ao canal de irrigação do Caia no Monte do Paço (nº20), juntamente com um cipo anepígrafo de granito.

Em termos cartográficos, os vestígios epigráficos evidenciam concentrações por divisões administrativas do concelho. A análise quantitativa que apresentámos releva

⁸⁴ Duas inscrições encontradas na Camugem (nº9) parecem estar “reaproveitadas já que se encontram com a inscrição voltada para dentro formando a parede de topo [IPCP,1985: nº585] uma e outra uma das lajes de cobertura [IRCP,1984: nº 597] (Almeida, 2000: nº56).

⁸⁵ No registo da entrada das inscrições para o MAEE-AT é referido que estas duas inscrições foram descobertas no âmbito de trabalhos de escavação. Contudo, numa nota de Thomaz Pires podemos compreender que o termo “escavação” não corresponde ao conceito de escavação arqueológica: “o Paço já não existe mas apareceram as suas fundações quando ha três annos o ex.^{mo} Sr. Francisco Marques da Silveira Pinto, actual dono da herdade, nella mandou proceder a trabalhos para a construção de um bom edificio. E, pelos materiais encontrados nas excavações, muitos de fino marmore, se conheceu ter sido o Paço obra grandiosa”.

sobretudo a história da investigação arqueológica (identificação e/ou recolha) destes elementos. Desta forma temos 14 inscrições provenientes de “Elvas” (32%), 10 epígrafes localizadas na área da Terrugem e Vila Boim (23%); 8 na de Caia, São Pedro e Alcáçova (19%); 5 em Santa Eulália (12%); 2 em Barbacena e Vila Fernando (5%); 2 em Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso (5%) e com 1 inscrição cada em São Brás e São Lourenço (2%) e em São Vicente e Ventosa (2%). Apesar dos marcos miliários não serem objeto de estudo, podemos sublinhar que os 5 elementos testemunham a passagem dos itinerários romanos pelas atuais freguesias de Barbacena e Vila Fernando⁸⁶.

Em suma, os dados sistematizados fornecem indicadores relevantes quanto ao enquadramento da peça, na medida que nos revelam uma evidente diversidade de contextos e de sítios de proveniências.

4.1.2. Levantamento quantitativo e tipológico

Até ao presente momento da investigação, foram identificados 43 elementos epigráficos⁸⁷, distribuídos de acordo com a sua tipologia da seguinte forma (**Anexo IV– Figura 51**):

- Epigrafia- Funerária: 33 (77%)
- Epigrafia-Votiva: 8 (18%)
- Epigrafia-Indeterminada: 2 (5%)

Os dados apresentados permitem, numa primeira instância, aferir que a esmagadora maioria das inscrições identificadas são do tipo funerário, o que revela à partida um “índice” de povoamento romano significativo nesta área em particular.

É pertinente averiguar a relação quantitativa por tipologia epigráfica com a tipologia de sítio, com base na proveniência (topónimo) da recolha destes elementos. Deste modo apresentemos os dados obtidos:

⁸⁶ Para um conhecimento mais aprofundado, consultar a proposta apresentada por Maria José de Almeida sobre a rede viária de *Augusta Emerita* a *Olisipo* por *Ebora* (Almeida, 2017) e ainda a monografia sobre as vias romanas de André Carneiro (Carneiro, 2008).

⁸⁷ Deste conjunto, excluímos os testemunhos anepígrafos, representado em três: cipo anepígrafo em granito” (FE, 1985a: n°65) aquando a descoberta da placa funerária no Monte do Paço (n°20); “ara anepígrafã, de pedra calcária” foi encontrada em Maio de 1907 nas ruínas do extinto Convento de Nossa Senhora da Ordem de São Domingos, tendo sido incorporada no Museu Municipal de Elvas (IAMME,2015) e ainda a base de ara identificada na Herdade da Algramassa (n°56). Excluímos ainda uma base de ara recolhida no Monte da Ovelheira que deu entrada no MAEE-AT. As inscrições dedicadas aos Deuses serão abordadas no capítulo seis dedicado às manifestações religiosas religião, no qual incluímos ainda os grafitos e as representações iconográficas e escultóricas.

Nas **epígrafes-funerárias** foram identificadas 21 em sítios identificados pela respetiva identificação de inscrição (64%); seguidamente de 8 foram identificados em sítios identificados como necrópoles (24%). Com menos representatividade foram encontradas 2 inscrições em *villae* (6%); 1 em *vicus* (3%); e outra em casal (3%) (**Anexo IVI – Figura 56**).

Em relação às **epígrafes-votivas**, foram identificadas 5 em sítios dada a identificação destas inscrições integrados na categoria de “achados isolados” (vestígio) (63%); 2 em sítio interpretado como santuário (25%) e apenas 1 em casal (12%) (**Anexo IV – Figura 57**).

Quanto às **epígrafes-indeterminadas**, foram apenas identificadas 2, uma em Elvas (nº1-L) e outra no Monte da Nora (nº10-A) sítio interpretado como *vicus*.

4.1.3. Matéria-prima e suporte nas gravações

Não foi possível identificar a matéria-prima de 13 epígrafes (30%) dada a falta de informação nas referências bibliográficas consultadas (**Anexo IV– Figura 58**). Do conjunto epigráfico em estudo, verificou-se a predominância da utilização do mármore de Estremoz/Vila Viçosa, identificado em 19 inscrições (44%). No tocante ao mármore, ignorando-se neste a respetiva proveniência, foram ainda identificadas 6 inscrições (14%), das quais 1 é proveniente de mármore de Pardais (nº4). Com menos representatividade, temos apenas 5 inscrições em granito (12%).

Tal como tivemos oportunidade de referir no enquadramento geomorfológico do território em estudo não se verifica a presença de mármore no concelho de Elvas. Esta ausência e a proximidade geográfica com o anticlinal de Estremoz são indicadores relevantes. No quadro geográfico em estudo verifica-se desde logo um intenso uso do mármore, o que nos leva a supor que esta escolha denuncie os gostos e as exigências da pessoa que encomendou, espelhando um “apuro formal” (Carneiro,2014, vol. II:211), expresso nos monumentos epigráficos. O mármore de Estremoz é considerado um recurso pétreo de qualidade, de elevada pureza e suavidade, e permite ainda, um excelente trabalho de talhe e polimento. Esta rocha era particularmente apreciada na *Hispania* dada singularidade na natureza, e que, com o tempo, adquiria uma pátina de tom marfim (Carneiro,2014, vol. I:212). Contudo, também se verifica no anticlinal de Estremoz-Borba-Vila Viçosa uma paleta de tons de enorme variedade cromática e distintas purezas de grão (Carneiro,2014, vol. I:212-213). Do conjunto epigráfico em analisado apenas registamos uma inscrição (nº4) gravada em mármore de Pardais, descrita por José

d'Encarnação como “ara funerária em mármore branco, de Pardais, com ligeiras e esparsas venulações cinzento-azuladas” (IRCP, 1984:582). Segundo André Carneiro este mármore é mais escuro dada a presença de grafite, os que os singulariza porque apresenta os característicos veios de um subtil rosa ou cinza (Carneiro, 2014, vol. I:212).

Passamos agora para a apresentação dos dados de forma quantitativa resultantes do cruzamento entre o levantamento tipológico com a matéria-prima utilizada.

Das epígrafes-funerárias, foram identificadas 25 inscrições de mármore, sendo 19 do tipo Estremoz/Vila Viçosa e apenas 1 de granito encontrada na Herdade do Almeida (nº5). Em relação às epígrafes-votivas, verifica-se o inverso. Assim, identificou-se 1 caso de inscrição em mármore (nº1-G) e 4 em granito (n.ºs 6; 8; 18-A; 18-B) (**Anexo IV– Figura 59**).

Os suportes utilizados para as gravações epigráficas apresentam alguma diversidade, porém, acentua-se o evidente domínio do uso de placa. Em termos quantitativos, 20 inscrições (47%) encontram-se em placas, 9 em aras (21%); 3 em árulas (7%) e 1 estela (2%). Desconhecemos o suporte utilizado em 10 inscrições (23%) (**Anexo IV– Figura 60**).

Ainda no mesmo âmbito, verifica-se diversidade de matéria-prima face aos suportes utilizados. No caso das aras, verifica-se o uso de mármore em 4 (1 de Estremoz/Vila Viçosa e uma outra de mármore de Pardais) e de granito em 5. Nas árulas, foi identificado mármore apenas em 3 casos, sendo que 2 são do tipo Estremoz/Vila Viçosa (n.ºs 1-G; 21). A única estela identificada até ao momento (nº5) é de granito. É, portanto, nas placas onde há efetivamente o maior registo de mármore, estimado em 18 inscrições. Neste suporte não foi identificado até ao momento o uso de granito. Face aos dados analisados, torna-se importante sublinhar que continua na sua essência, válida a teoria de José d'Encarnação em relação ao tipo de suporte e matéria-prima⁸⁸ (IRCP, 1984:843).

Confirmou-se ainda o uso dos formulários clássicos por parte de uma população com elevado nível de erudição expresso na “utilização fácil do mármore” e da “placa moldurada” (IRCP, 1984:842). Relativamente à epigrafia votiva predomina o uso do

⁸⁸ José d'Encarnação (IRCP, 1984, p.843) afirma que independentemente dos fatores socioculturais, a existência de determinado material terá influenciado a escolha do tipo de monumento predominante em cada zona, assim, explica que “o xisto acomoda-se bem as esteias, o mármore presta-se para as placas e aras trabalhadas, o granito adapta-se melhor a pequenas aras, o calcário aos cipos e aras do Algarve...”.

granito, registando-se apenas uma epígrafe funerária em granito, que, por sinal, é o único exemplar de estela identificado até ao momento no território elvense.

Apesar de não ser objetivo uma comparação dos materiais pétreos, mármore e granito, torna-se oportuno salientar algumas características que poderão estar subentendidas na escolha de cada rocha em termos tipológicos de inscrição. Analisando os dados disponíveis, parece-nos existir uma opção pelo granito para monumentos votivos como é o caso das epígrafes identificadas na Herdade da Fonte Branca (n. os 18-A; 18-B); Monte da Rocha (nº8) e no Monte de D. Miguel(?) (nº6). As perceções descritas poderiam estar relacionadas com a própria esfera votiva, atendendo a que a carga simbólica é um elemento fulcral que expressa a devoção como algo que se pretende perpetuar e resistir à passagem do tempo, contudo, parece-nos todavia mais plausível o facto destas evidências graníticas estarem mais relacionadas com a simples existência a Norte (n. os 5; 6; 8) e a Este (n. os 18-A; 18-B) destas rochas, o que pode, por isso, apenas espelhar a relação deste tipo de matéria-prima com a rocha existente no sítio de proveniência da inscrição, em cujas proximidades poderiam existir locais de pedreiras associados a esta exploração pétrea. A teoria apresentada reforça-se ainda pela presença de calcários cristalinos (incluindo calcários dolomíticos) e granito nas áreas que correspondem atualmente às freguesias de Barbacena e Vila Fernando, nomeadamente, na Herdade da Alcarapinha, na Herdade da Alcobaca, Barbacena, no Sítio das Cabanas e ainda na Herdade dos Campos (ou Janemigo). Do conjunto de marcos miliários 3 foram gravados em granito, subsistindo além destes, 1 inscrição em calcário e 1 outra na qual não é identificada a matéria-prima utilizada.

Em termos globais, o território elvense poderá ter funcionado efetivamente como circuito de passagem integrado em rotas comerciais que provavelmente atravessariam o espaço correspondente a parte do atual território do concelho de Elvas. Não é por acaso que a via XII, apelidada de “rota dos mármore”, passa pela área geográfica em estudo. Além disso, verifica-se a presença de diversos elementos marmóreos⁸⁹ em contexto de *villae*⁹⁰, o que nos leva a considerar que esta rocha seria decididamente um elemento económico de excelência, utilizado em revestimentos e ornatos decorativos (Carneiro, 2014, vol. II:210), o que poderá igualmente ter ocorrido com as epígrafes funerárias que

⁸⁹ Desde o século XIX que há referências a diversas identificações e recolhas de elementos marmóreos nos sítios arqueológicos de época romana. Porém, nunca houve um estudo de proveniência destes inúmeros elementos do qual apenas é enfatizado tratarem-se de “mármore”, ignorando-se a proveniência destes.

⁹⁰ Para um conhecimento mais aprofundado sobre os mármoreos ver a título de exemplo o caso da *villa* da Quinta das Longas Almeida e Carvalho, 2003 e Carneiro, 2014, vol. II: 08.38.

também nos revelam a eleição desta rocha ornamental. De acordo com José d'Encarnação (IRCP, 1984:822) “o mármore branco, cristalino que designamos vulgarmente «do tipo Estremoz/Vila Viçosa»” é considerado “um material nobre” por nele serem “trabalhados os monumentos mais importantes erguidos fora da sua «área de influência»”, predileção que, em consequência, nos pode igualmente revelar a existência de população romanizada com um elevado estatuto/poder económico que faz aquisições conscientes para demonstrar a sua posição na sociedade⁹¹.

Os jazigos de famílias, estruturas grandiosas e ricamente decoradas, revelam a existência de poder económico. Temos um único caso onde muito provavelmente teríamos uma lápide que pertenceria a um jazigo (IRCP, 1984:641), isto é, a placa funerária de *Caius Axonius* (nº1-A)⁹².

Em suma, a análise formal dos dados revela escolhas conscientes e seletivas sobretudo em termos de matéria-prima, associada a gostos e preferências, como se pode testemunhar pela predominância do mármore em inscrições funerárias e do granito em epigrafia-votiva e miliários. Permite ainda espelhar as tendências da indústria extrativa, os ideais estéticos e as exigências da sociedade no período de tempo em estudo e ainda o poder económico dos indivíduos que viveram no quadro geográfico em estudo.

4.1.4. A cronologia proposta

Procurámos respeitar integralmente a proposta cronológica estabelecida pelos autores dos trabalhos (IRCP, 1984; Manuel e Tarcísio Maciel e Mónica Rolo e José d'Encarnação); contudo, apesar da epigrafia ser um dos campos que permite efetuar datações fidedignas atendendo ao registo paleográfico e estilístico, do conjunto epigráfico em análise constituído por 43 inscrições, não foi possível identificar a cronologia de 20 inscrições (49%).

Deste modo, foram identificadas 16 inscrições datáveis do séc. I d.C (37%), sendo apenas uma do tipo votivo (nº8); 4 do século II d.C (9%); 1 entre o século I-II d.C (2%); e 2 na transição do século II para o século III d.C (5%), este último elemento excepcional

⁹¹ Veja-se o caso atual da utilização do granito no cemitério de Estremoz. No cemitério de Elvas verifica-se o predomínio do mármore branco, contudo, esta tendência tem vindo a alterar-se, sendo que as mais recentes sepulturas são escolhidas em granito.

⁹² Este tipo de monumento associado a este defunto revela a escolha pelo espaço sepulcral ainda em vida, o que demonstra também que o território de Elvas foi influenciado diretamente pela presença de legionários, resultante possivelmente da proximidade com a capital provincial.

na medida que verifica a decadência do hábito epigráfico neste período (**Anexo IV-Figura 61**).

4.1.5. Motivos decorativos

Torna-se necessário sublinhar alguns pormenores que permitam demonstrar que a adoção de um determinado suporte e o modo de expressão manifestado pelas decorações na pedra estão certamente relacionados com o elevado grau de erudição e de cultura, a par da mensagem eterna que se pretendiam transmitir. Além disso, haveria também modelos estéticos que seriam universais e importados (IRCP, 1984:827).

As ocorrências epigráficas identificadas no território que corresponde ao atual do concelho de Elvas distinguiu-se ao longo do século I. d.C. pelo uso da placa moldurada, feita em mármore, predominantemente como monumento funerário, registando-se a utilização de formulários clássicos. Quanto ao tipo de moldura, verificaram-se 5 exemplos de moldura de gola encurtada (n.ºs 1-C; 1-D; 1-F; 3; 9-C) e outros 5 de moldura de gola direta (n.ºs 7; 9-B; 9-D; 11; 14), sendo 1 de moldura de garganta reversa. No que diz respeito às placas, foi apenas identificado um caso distinto dos outros exemplos, uma vez que se apresenta arredondamento nos cantos superiores (nº20).

Em relação ao único exemplar conhecido de estela (nº5), verificou-se a terminação superior em frontão triangular.

Relativamente às ámulas e aras, verifica-se que são trabalhadas nas quatro faces, representando geralmente jarros, páteras, toros, báculos, flóculos e em alguns casos emolduradas. De sublinhar apenas que a ara identificada em Vila Boim (12-A) apresenta a tipologia, a estrutura de texto e os motivos decorativos semelhantes à inscrição identificada na Alentisca do Caia (nº4), elementos que conduzem José d'Encarnação (IRCP, 1984:662) a colocar a hipótese de terem saído “possivelmente da mesma oficina epigráfica”, tendo-lhes atribuído a cronologia dos finais do século II d.C. Ambos os testemunhos epigráficos estão atualmente na reserva temporária do MAEE-AT. José d'Encarnação põe a hipótese dos motivos decorativos terem sido feitos pelo mesmo autor (IRCP,1984: 582; IRCP,1984: 599), uma vez que se identificam elementos idênticos na decoração lateral; do lado direito, interpretando como uma pátera, uma de bordo em relevo e *umbo* central, sem cabo (nº12-A) e a outra em relevo, sem pega, *umbo* em forma de corola, bordo com sulco (nº4); do lado esquerdo são igualmente idênticas; numa verifica-se metade inferior dum jarro em relevo, pé em relevo, de traçado elegante (nº12-A), e na outra, um vaso tipo “oinochoe” em relevo (nº4). Apesar das inscrições terem sido

identificadas em sítios distintos e com considerável distância geográfica, é pertinente referir que ambas as inscrições foram encontradas fora do seu contexto original, uma na igreja paroquial na Alentisca do Caia (nº4), freguesia de Santa Eulália, e a outra atribuída genericamente a Vila Boim (nº12-A). Deste modo, apesar do contexto arqueológico não nos relevar pistas relevantes no que concerne ao verdadeiro sítio de proveniência de ambas as inscrições, podemos, todavia, salientar a estética dos monumentos e sobretudo o perfeito acabamento, elementos que poderão revelar a proveniência de uma oficina epigráfica comum dado o trabalho cuidadoso, pormenorizado e “estereotipado” dos elementos decorativos.

4.1.6. A naturalidade e a indicação da tribo

Basta pensarmos que “se, hoje, a nossa identificação em documentos oficiais não prescinde da naturalidade, raro é que tal informação conste num epitáfio, até porque se parte do princípio que são, na sua maioria, os naturais de uma freguesia que ficam sepultados no cemitério local” (Encarnação, 2004:1). Deste modo, a indicação da naturalidade atualmente é semelhante ao que seria na época romana, constituindo-se como um elemento excepcional, mencionada em circunstâncias específicas, como no caso do âmbito militar ou quando se pretende acentuar o orgulho pela terra natal.

A tribo a que determinado indivíduo pertenceria fornece-nos informações preciosas do ponto-vista geográfico, mas também de *status* social (Encarnação, 2010:98), uma vez que “só os cidadãos romanos de pleno direito detêm o privilégio de pertencer a uma tribo” (Encarnação, 2010:97)⁹³. No lote epigráfico em estudo identificamos três epígrafes com indicação de tribo, o que constitui, na época, um índice seguro de cidadania. Contudo, infelizmente, todos estes testemunhos foram identificados fora do seu contexto original.

⁹³ A partir do Édito de Caracala (212 d.C.), que estendeu a cidadania a todos os habitantes livres do Império, a menção da tribo perde importância e entra em desuso (Encarnação, 2010:100).

Tabela 1 – Naturalidade e Tribo

Nº DE INVENTÁRIO	PROVENIÊNCIA	NOME	TRIBO	LEGIÃO	NATURALIDADE
1-A	Elvas (casa de um nobre)	<i>Caius Axonius</i>	Papíria	Legião XX	<i>Colónia Firmum Picenum</i> (Fermo) – Península Itálica
1 - D	Elvas	<i>Quintus Attius</i>	Sérgia	(?)	(?)
1-E	Elvas (rua de São Lourenço)	<i>Caius Iulius Gallo</i>	Não é referido	Veterano da VII Legião Gémea Félix	Mérida
12-B	Vila Boim (Igreja de S. João Baptista)	<i>Cornelius Gallus</i>	Papíria	(?)	(?)

A inscrição nº 1-A apresenta um testemunho bastante peculiar na medida que nos indica a presença exterior à *Hispania* de um indivíduo presumivelmente imigrante de nome *Caius Axonius*, que expressa a sua condição de veterano da legião XX⁹⁴, o que nos permite desde logo salientar a ligação a *Augusta Emerita*; a inscrição revela ainda a sua naturalidade situada na *Colonia Firmum Picenum* (Fermo), localizada no nordeste da atual Itália. Perante os dados apresentados, a tribo Papíria não corresponde à da cidade de origem, mas provavelmente à do local para o qual foi transferido ou se estabeleceu após o licenciamento (IRCP, 1984:576)⁹⁵. O gentílico *Axonius* ocorre também em Beja (IRCP, 1984:287) e em Alcácer do Sal. É importante destacar que esta inscrição foi encomendada em vida para dois irmãos, sendo o único exemplar deste género identificado no conjunto epigráfico em estudo.

Na inscrição nº 1-E identifica-se um veterano. A onomástica é claramente latina. O indivíduo apresenta-se também como natural de *Emerita*. A menção da naturalidade numa inscrição romana representa uma exceção. José d'Encarnação (IRCP, 1984:577)

⁹⁴ Somente se conhece na Península Ibérica três inscrições de veterano da legião XX inscrito na tribo Papíria, uma encontrada em Villamesías e ainda uma outra próxima de Cáceres (*Norba*).

⁹⁵ André Carneiro (Carneiro, 2014, vol. II:232) comenta que “continuamos sem saber o ponto de povoamento em que se estabeleceu este veterano que pertencia provavelmente ao contingente de povoadores estabelecido em tempo de Augusto, e terminou a sua vida ainda na primeira metade do séc. I d.C”.

põe a hipótese de se tratar de um veterano ao qual lhe teria “sido atribuída alguma propriedade na área de Elvas, não longe da sua terra natal, onde viria a falecer”.

Na inscrição encontrada na Igreja de S. João Baptista em Vila Boim (nº12-B) identificamos uma encomenda de *Cornelius Gallus*, inscrito na tribo Papíria. Por último, temos um outro indivíduo *Quintus Attius Rusticus* (nº1-D) que presumimos tratar-se de um imigrante, porquanto estava inscrito na tribo *Sergia* (Encarnação, 1987:169), sendo possivelmente originário de Península Itálica. Esta *gens* ocorre em Faro (IRCP, 1984:16; IRC,1984:25), Miróbriga (IRCP, 1984:144), Tróia (IRCP,1984:202) e ainda em Mérida. A dedicante possui um gentílico (*Numitória*) documentado em Barcelona e Tarragona.

4. 2. A menção da idade e a questão de género

Dos 33 monumentos funerários inventariados foi possível apenas registar a menção da idade do defunto em 14 indivíduos, sendo que duas das menções se encontram gravadas no mesmo epitáfio, dos quais, porém, apenas se conhece o nome de um membro (nº1-C). Do mesmo grupo tipológico podemos concluir que em 3 inscrições se evidencia seguramente a ausência da idade da morte (n.ºs 1-D; 9-C; 9-D); verificou-se ainda a presença da idade da morte do indivíduo pelo uso da sigla *AN*, contudo, dado o estado de conservação das peças, não foi possível conhecer-se em 4 casos (n.ºs 1-F; 1-J; 7; 13). Nos restantes testemunhos não dispomos de dados seguros para garantir a presença/ausência do registo etário, em virtude do estado fragmentário das peças, das reservas impostas pela leitura interpretada da inscrição ou ainda pelo simples facto de apenas se conhecer o texto do monumento de forma parcial dadas as referências bibliográficas. Deste modo, excluimos este considerável grupo da presente análise, não descartando a hipótese de estas terem tido essa menção.

Perante os condicionalismos mencionados apenas foi possível utilizar os dados de 13 epitáfios. Passamos de seguida para a análise dos defuntos em função dos intervalos etários identificados (**Anexo III- Tabela 10; Anexo IV - Figura 66**). Numa leitura geral, verificamos que a idade mais baixa regista neste conjunto epigráfico é a de 9 anos (nº14) e a mais alta, atestada igualmente uma única vez, de 75 anos de idade (nº12-B). Avaliando a idade dos defuntos em função dos grupos etários. Temos um único caso encontrado no Monte do Falcato (nº14) inserido no grupo etário do 0-9; 2 inscrições (14%) respeitantes ao grupo dos 10-19, uma encontrada no Sítio dos Papulos (nº21) e outra na Camugem

(nº9-A)⁹⁶; na faixa etária dos 20-29 identificamos 3 indivíduos (22%), um registado na inscrição (nº1-C), outro na Alentisca do Caia (nº4) e um outro na Herdade da Camugem (nº9-B). É no grupo balizado entre os 30-39 que encontramos o número superior de registo etário, estimado em 4 indivíduos, o que perfaz uma percentagem de 29%. Estes elementos estão referidos em 3 inscrições (n.ºs 1; 1-C; 9-E;19). No penúltimo grupo compreendido entre os 50-59 apenas registamos 1 indivíduo (7%), memorado na ara encontrada na Herdade das Caldeiras (nº17). Relativamente ao último grupo, dos 70-79, foi possível identificarmos 3 indivíduos (n.ºs 1-E; 5; 12-B). Neste grupo regista-se indivíduo que se apresenta como um veterano da VII Legião Gémea Félix (nº1-E) e um outro inscrito na tribo Papíria (nº12-B). Um interessante caso já comentado em outros pontos é a inscrição nº1-A na qual o indivíduo pertencente à tribo Papíria como o antecedente e que manda fazer o monumento em vida para ele e para o seu irmão, o que torna lógico a ausência do registo etário com que faleceram.

Considerando as 14 menções documentadas relativamente à idade, esta surge 11 vezes (79%) sob a forma de múltiplos de cinco e apenas 3 casos onde há referência a idades concretas (21%) (**Anexo IV – Figura 65**). Neste último grupo insere-se a placa funerária encontrada no Monte do Falcato (nº14) onde a idade da defunta é a de 9 anos. José d’Encarnação (IRCP, 1984:583) comenta que a “tenra idade de *Cominia* justifica a graciosidade inocente das duas aves”. Também n’*O Elvense* (25 de Dezembro de 1880) encontramos comentários a esta representação singular do lote epigráfico em estudo: “no claro que fôrma o meio da segunda linha estão esculpidos dois passarinhos voltados a uma folha d’hera, allusão aos brinquedos de creança, e á amizade mutua que ligava os paes e a filha”. Recentemente, José d’Encarnação (Encarnação, 2016:38) volta a comentar a tenra idade de *Cominia Avita*, afirmando que neste epitáfio apenas se pretendeu efetivamente reforçar a ideia do “tempo de quem tão pouco viveu”, sublinhando-se a compreensão dos motivos decorativos gravados, figurando-se duas pombas, voltadas uma para a outra. O mesmo autor acrescenta que esta escolha decorativa na qual a ave parece debicar um cacho de uvas, pode interpretar-se simbolicamente como um reconforto, uma vez que ocupa o espaço entre as duas palavras: “anos” e “nove”. Deste modo, parece ter

⁹⁶ No *Ficheiro Epigráfico* (FE,1988:116) alusivo a esta inscrição, José d’Encarnação, interroga se terá sido aos 15 anos que falecera efetivamente, baseando-se nas informações sobre os restos osteológicos que se descobriram juntamente com a lápide, os quais não pareceram segundo o informaram tratar-se de uma jovem, além disso, não é garantido que estes restos mortais pudessem pertencer à esposa de *Cornelius*. Na mesma linha de ideias, Encarnação, vai mais longe, afirmando que “em todo o caso, não será desprecienda a hipótese de ter havido da parte do ordinator, má interpretação do habitual nexu cursivo formado pelo X com o L, - quarenta e cinco anos seria, de facto, mais plausível”.

havido intenção de enfatizar a morte precoce. Segue-se outro exemplo encontrado na Alentisca do Caia (nº4) na qual se interpreta que o indivíduo falecera aos 21 ou 22 anos de idade. Por último, temos a inscrição encontrada na Nossa Senhora da Graça (nº19) na qual é expresso que a defunta tinha 32 anos de idade.

No que concerne à distribuição por géneros, constata-se, independentemente da presença ou ausência da idade da morte dos 25 indivíduos, que 13 pertencem ao sexo masculino (52%) e 12 ao sexo feminino (48%), o que espelha um equilíbrio entre géneros. Na mesma linha de ideias, regista-se um casal em uma das inscrições da Camugem (nº9-C), dois irmãos do género masculino (nº1-A) e outros dois elementos (nº1-C), sendo um do sexo feminino e o outro desconhecido.

Considerando exclusivamente as inscrições nas quais se verifica a menção da idade, observa-se um número semelhante em termos de género dos indivíduos sepultados, na medida que se constatou a presença de 6 indivíduos do sexo masculino (46%) e 7 de mulheres (50%). Inserimos na categoria indefinida o caso de um indivíduo (7%) sepultado com 30 anos de idade (nº1-C) por não ser possível identificar-se o seu género dada a erosão da inscrição (**Anexo IV– Figura 67**). Torna-se ainda fundamental notar que as mulheres morrem mais cedo do que os homens, verificando-se a morte de uma jovem com apenas 9 anos (nº14), sendo também que a defunta mais idosa regista 32 anos de idade (nº19). Em contrapartida, não se registou nenhum indivíduo sepultado do género masculino no patamar inferior aos 20 anos, sendo que, neste grupo, a idade máxima registada é a de 75 anos.

O arredondamento da idade, prática que segundo José d’Encarnação⁹⁷ acontecia com frequência, parece ajustar-se à presença intensiva dos “múltiplos de cinco”, neste conjunto epigráfico. Curiosamente, neste *corpus*, não se constata mortes no grupo etário dos 40 anos de idade, facto salientado por José d’Encarnação (Encarnação, 2010:129). Neste prisma, esta ausência pode assumir um carácter simbólico centrado na perspectiva de se “ter vivido em plenitude” (Encarnação, 2010:130). No mesmo seguimento é ainda oportuno referir que a proposta apresentada há mais de 30 anos por

⁹⁷ A título de exemplo (Encarnação, 2000:241; Encarnação,2010:128-130). José d’Encarnação comenta que a idade surge arredondada em lustros por consequência de quatro factores: reflexo do desconhecimento exato da idade do defunto; por influência do recenseamento quinquenal; por simplesmente obedecer a uma intenção estética por parte do *ordinator* e por último, a questão simbólica, assente na adoção do carácter simbólico que a aculturação implica.

José d'Encarnação (IRCP, 1984:781), no seu estudo sobre o *Conventus Pacensis*, continua na sua essência válida, verificando-se a morte entre o grupo etário dos 20 aos 39 em 7 casos (n.ºs 1; 1-C [2x]; 22; 9-B; 1-C; 9-E; 19), sendo estes os intervalos etários nos quais se regista um maior número de defuntos.

Torna-se ainda essencial salientar que os dados existentes não permitiram relacionar o aparente arredondamento das idades com os diferentes contextos, uma vez que a menção da idade surge tanto em ambiente indígena como em contexto plenamente latino. Assim, verifica-se que há intenção de fazer menção à idade, contudo, mas que este elemento não supõe uma precisão cronológica relativamente ao tempo exato que os indivíduos efetivamente faleceram.

A referência ao registo etário expresso nas inscrições apenas se deve compreender, neste trabalho, como um reflexo do estado atual do conhecimento, não podendo em nenhum momento considerar-se como um estudo demográfico sobre estas pessoas que em época romana viveram no atual concelho de Elvas. Acresce que estes dados devem ser encarados como apenas uma amostra do universo epigráfico que terá possivelmente existido na área geográfica em estudo, justificando-se esta perspetiva pela concentração de espaços de morte identificados até ao momento no território elvense. Contudo, não podemos avançar com suposições atendendo ao facto de nenhuma necrópole ter sido intervencionada de forma integral, apesar dos inúmeros esforços por parte de Dias de Deus e Abel Viana, não tendo havido uma investigação sobre os restos osteológicos por géneros e faixas etárias das pessoas sepultadas nestes espaços. Porém, existe um projeto em curso sobre a cultura material identificada nas necrópoles localizadas no território elvense, da autoria de Mónica Rolo, tendo como ponto de partida as escavações realizadas por Abel Viana e António Dias de Deus nos anos de 1934 a 1955, como em outro momento já tínhamos sublinhado.

Em suma, os dados apresentados são apenas o reflexo das leituras interpretadas dos monumentos, o que não nos permite discutir os resultados no âmbito da demografia antiga nem tão pouco tecer comentários a nível estatístico sobre a esperança média de vida. Na opinião de A. Redentor (Redentor, 2002:224) “a indicação da idade dos defuntos, ou a falta dela, é em si, um aspecto bastante condicionado por comportamentos que estarão ligados a factores culturais, económicos e, naturalmente psicológicos”.

4.3. Reflexos da vida familiar, social e privada

José d'Encarnação (Encarnação, 2010:80) explica que o modo de identificação varia conforme o ambiente, as funções exercidas e a própria intimidade existente entre os indivíduos, elementos que denunciam o seu estatuto e as relações sociais.

O tratamento dos dados epigráficos permite diferenciar socialmente os indivíduos. É importante realçar que nem sempre foi possível identificar o estatuto de cada indivíduo no conjunto em análise.

No atual território de Elvas registam-se 16 indivíduos que se identificam simplesmente com um único nome. Segundo Armando Redentor (Redentor, 2002:219) “o facto de o nome ser grego ou latino não assegura, indubitavelmente, que um individuo é escravo, nem tão-pouco o nome indígena assevera o contrário”, colocando a hipótese destas evidências poderem serem interpretadas como um processo de simplificação onomástica. Considerando este ponto de vista, optamos por concentrar mais a atenção nos possíveis libertos baseando a análise nas evidências epigráficas expressas no texto ou ainda nas suposições colocadas pelos investigadores (Manuel J. Maciel, Tarcísio Maciel, José d'Encarnação e Mónica Rolo).

No conjunto epigráfico proveniente do atual território elvense registamos apenas um caso de uma mulher que expressa de forma clara a sua condição de liberta (nº1-E); contudo, interpretamos ainda um outro caso como o de uma possível família de libertos (nº9-C). Temos ainda outro testemunho no qual não conseguimos identificar de forma segura o estatuto social dos indivíduos, interpretando-se ainda assim, com algumas reservas, a possibilidade de serem libertos ou escravos (nº17).

Assim, no tocante ao *status* de libertos, temos uma evidência clara mencionada na inscrição nº1-E, na qual a dedicante *Iulia Prima*, expressa a sua condição de liberta e esposa, dedicando o monumento a *Gaius Iulius Gallus*, natural de *Emerita* e veterano da VII Legião. Estas evidências poderão representar que “após ter cumprido o serviço, libertou a escrava com quem eventualmente já vivia e casou com ela; daí, a utilização de *patronus* em vez de *maritus* (IRCP, 1984:577).

Também na inscrição nº1-M, do tipo votivo, se lê uma dedicatória de *Gaius Iulius Parthenopaeus* a *Proserpina Sancta*. Considerando o seu cognome de origem provavelmente helénica, poderia este indivíduo tratar-se de um liberto. Temos ainda mais um caso plausível de poder tratar-se de uma família de libertos, perspectiva obtida

considerando a onomástica gravada na inscrição nº9-C descoberta na Herdade da Camugem (IRCP, 1984:597).

A ara funerária descoberta na Herdade das Caldeiras (nº17) é o exemplar no qual residem as nossas maiores dúvidas. A dedicante de nome *Helpis*, de origem presumivelmente grega, homenageia seu marido *Festivus*, cognome latino⁹⁸. Tal como já foi referido, interrogamo-nos sobre a verdadeira origem de *Helpis*, colocando a hipótese de se tratar de uma escrava local bem como o seu marido. Segundo M. Maciel e T. Maciel (FE, 1985:66) “podemos estar na presença de escravos-cuja posição social o uso do vocábulo «marito» (reservado aos *ingenui*) pretendia ocultar”. Deste modo, este monumento é o único exemplar até ao momento em que se poderá reconhecer a presença de escravos no atual território elvense.

Em suma, foi possível contabilizar quatro inscrições que possivelmente representam indivíduos de condição servil. Deste conjunto, excluimos os *incerti*, os indivíduos aos quais não é possível atribuir com segurança o seu estatuto legal, resultante do desconhecimento do texto (n. os 2-A; 2-B); os textos constituídos apenas por fórmulas funerárias (nº16); os textos praticamente ilegíveis e irreformável (n. os 10-A; 12-A; 1-N; 1-L); a inscrição nº18-A pelo facto de apenas identificarmos o nome do *pater*, desconhecendo-se todo o texto que identifica o cultuante e, por último, a epígrafe desaparecida, da qual não subsiste texto na bibliografia (nº22).

De um modo geral estes dados permitem constatar que possivelmente houve um acesso ao registo epigráfico por parte dos que tinham um estatuto privilegiado na sociedade, incluindo os indivíduos “recém-romanizados”. Por outro lado, a população servil registada no conjunto epigráfico parece-nos pouco representativa, na medida em que o número de gentes desta condição seria certamente superior, atendendo ao universo das *villae* e de alguns casais localizadas no território elvense. Torna-se pertinente referir que se há dificuldade em saber quem eram os donos das *villae*, muito mais há, quanto às “gentes” que os serviam.

As mensagens transmitidas nos testemunhos epigráficos, sobretudo do tipo funerário, permitem-nos aceder indiretamente à vida privada dos indivíduos, o que nos possibilita refletir sobre aspetos da vida familiar e social dos indivíduos.

⁹⁸ Veja-se a título de exemplo o testemunho *Epaphoditus* (nº14) e *Arator* (nº20), ambos com onomástica greco-latina encontrados no atual território de Bragança (Redentor, 2002:219) que presumivelmente seriam escravos.

Segundo José de Encarnação (IRCP, 1984:785) todos os familiares intervêm, sem discriminação, na derradeira homenagem aos seus entes queridos, independentemente da idade em que faleceram. Do conjunto epigráfico estudado apenas foi possível identificar em 18 inscrições (44%) a menção da relação social entre indivíduos. Neste âmbito, verifica-se em 17 inscrições o registo claro da relação/grau de parentesco entre o dedicante e o(s) defunto(s). Apenas se conhece a relação do dedicante em inscrição votiva num caso em particular, no qual o marido expressa um voto de agradecimento a Prosérpina (nº1-H) pela esposa. O estado débil de conservação das inscrições e o facto de não conhecermos o texto epigráfico de alguns monumentos impossibilitou-nos obter informações deste tipo no tocante a 25 inscrições (56%) do lote epigráfico em estudo (**Anexo IV – Figura 63**).

4.3.1. As relações sociais entre os dedicantes e os defuntos

Considerando o lote epigráfico acima referido, optamos por registar as frequências face às relações sociais expressas no momento das dedicatórias em sete grupos, nomeadamente: esposa e filhos-marido; mulher-marido; marido-mulher; mãe-filhos(as); pais-filhos(as); filhos-pais e por último entre irmãos.

Neste âmbito observamos que as dedicatórias mais frequentes foram mandadas fazer de pais para filhos. Assim, registamos 5 casos (28%) onde há a identificação de pais para filhos, 1 em que a dedicatória é feita pelo pai ao filho (nº1); 1 pelos pais ao filho (nº4); 2 de pais para a filha (n.ºs 7 ;14) e um caso no qual existe dedicatória de pai para filha e a outro elemento no qual não é possível identificar com segurança o grau de parentesco (nº1-C). De mãe para filha foram identificados 2 exemplares (11%), 1 na Herdade da Camugem (nº9-B) e um outro no sítio dos Papulos (nº21). Seguidamente, registamos 3 casos (17%) em que o monumento é mandado construir pela mulher para o marido (n.ºs 1-D; 1-E; 17) e 1 outro (5%) de mulher e filhos para marido (nº9-D). De marido para mulher registam-se curiosamente outros 3 testemunhos (17%), 2 encontrados na Herdade da Camugem (n.ºs 9-A; 9-E) e 1 outro na Nossa Senhora da Graça (nº19). Pela mulher, encontrou-se, apenas 1 agradecimento, expresso em texto votivo (6%). Em relação ao parentesco de irmãos (11%) registou-se 1 inscrição onde é expressa a dedicatória de irmã para irmão (nº1-F) e uma outra, sendo este o único exemplo mandado construir em vida para dois irmãos (nº1-A), interpretado como pertencente a um jazigo familiar. De filho para pais apenas existe um exemplar (6%) encontrado na Herdade da Camugem (nº9-C) (**Anexo IV – Tabela 11- Relação social**).

Em suma, os testemunhos epigráficos permitiram identificar o grau de parentesco entre os dedicantes e os defuntos, revelando diretamente os laços sanguíneos e/ou afetivos, destacando-se as relações de primeiro grau, na medida que este conjunto apresenta três elementos repetidos: pais, filhos, irmãos. Neste sentido foi possível aferir o conhecimento de 18 inscrições agrupadas nos seguintes tipos de parentesco: civil (marido-mulher) e parental (pais-filhos). Não se registou em nenhuma inscrição de parentesco de 2º e/ou 3º grau. Deste modo, podemos concluir que na área geográfica em estudo havia certamente a intenção de perpetuar a memória do defunto e a sua relação com o mesmo, comprovando-se pelo significado para “lá da pedra” que expressa as relações sociais e afetivas entre os indivíduos.

Deste universo epigráfico foi possível registarmos em 3 exemplares (n. os 1-A; 1-C; 9-C) mais do que um indivíduo sepultado. Recorrendo ao mesmo exemplo contemporâneo, ainda hoje, se verifica o igual modo de sepultar à “moda romana”, ou seja, há ainda muitas pessoas que compram em vida o local de sepultura, como nos surge na inscrição nº 1-A no qual o monumento é mandado construir por um indivíduo, para si e para o irmão. Deste modo, podemos destas evidências indiretas compreender que por um lado havia a intenção de juntar na mesma sepultura mais que um membro da família, revelando-se não apenas as relações familiares e afetivas como possivelmente o seu *status* económico. Um outro exemplo deste fenómeno reside na inscrição nº9-C encontrada na Herdade da Camugem alusiva a um casal, mandada fazer pelo filho. Por último, registamos outro caso onde se encontram sepultados dois elementos, dos quais, porém, só se conhece o nome de um: *Marcia Tusca* (nº1-C).

4.3.2. Os laços familiares e afetivos

Do lote epigráfico analisado identificarmos 4 exemplares os quais deixam transparecer a ternura familiar e afetiva.

Na inscrição encontrada na Herdade das Caldeiras (nº17), a dedicante *Helvis*, dedica ao seu marido *Festivus* o monumento, utilizando a expressão “beneme-/renti” (FE, 1985b, nº66), a qual se traduz por “digno de merecimento”. Este epitáfio evidencia a estima e orgulho pelo seu marido, espelhando assim, a harmonia vivida entre o casal. Um exemplo similar encontra-se na inscrição nº1-E na qual a dedicante se apresenta como liberta e esposa do defunto, mandando fazer para o seu patrono tão digno de mérito. Nesta placa parece existir sentimento de orgulho pelas funções militares, que constituem um

elemento de prestígio pelo facto de *Gaius Iulius Gallus* se apresentar como natural de *Emerita* e estar inscrito na VII Legião Gémea Félix.

Os adjetivos que expressam um elogio ao defunto foram registados em duas inscrições, uma proveniente do aro de Elvas e outra da Alentisca do Caia. A primeira *Pomponia Celerina* memora seu irmão *Lucius Pomponius*, descrevendo-o como de “coração magnânimo” (nº1-F); na segunda, temos a dedicatória dos pais para o seu filho considerado “modelo de piedade” (nº4). Ambas pretendem enfatizar as boas qualidades do ente querido que partiu.

CAPÍTULO 5. O RETRATO SOCIAL ATRAVÉS DA ANTROPONÍMIA

5.1. Onomástica

A chegada ao atual território elvense de “gentes” oriundas de outros locais encontra-se bem evidenciada nos monumentos epigráficos, como é o caso da inscrição nº 1-E, que testemunha a presença de um indivíduo de nome *Caius Iulius Gallus*, natural de *Emerita* e veterano do VII Legião Gémea Felix; ou do indivíduo *Caius Axonius* (nº1-A) que construiu em vida um monumento funerário para si e para o seu irmão, *Quintus Axonius*, dos quais o primeiro nomeia a sua condição de veterano da *Legio XX* e ainda de ser natural da *Colonia Firmum Picenum*, localizada no nordeste de Itália. Estes elementos revelam-nos desde logo aspetos relevantes do ponto de vista social e cultural.

É através destes dos textos epigráficos, que nos propomos tecer algumas reflexões e comentários sobre aspetos socioculturais no atual concelho de Elvas em época romana. Neste prisma, procuramos responder ao objeto principal do presente trabalho que reside na questão de identificar elementos caraterizadores da população que, no tempo dos Romanos, ali viveu, nomeadamente que grau de cultura possuíam, qual a esfera de influência dos territórios envolventes, e se constituiriam uma sociedade homogénea ou heterogénea.

O panorama sociocultural do conjunto epigráfico em estudo é moldado por duas regiões desenvolvidas, a Sudoeste por *Ebora Liberalitas Iulia* e a Este por *Augusta Emerita*. Segundo Mónica Rolo (Rolo,2010:153) “ambas as cidades controlariam um vasto *territorium*, marcado pelo desenvolvimento e prosperidade da atividade agrícola”. Porém, é pertinente sublinhar que na capital da *Lusitânia* se assiste à instalação de veteranos das legiões V e X no seu *ager*. Há ainda que ressaltar a passagem dos três itinerários (vias XII, XIV e XV) que faziam ligação de *Olisipo* à capital provincial, *Augusta Emerita*, que de certa forma influenciou a troca de ideias, de costumes, de produtos e de gentes. Desta forma, os centros urbanos proporcionaram o contato com a população emigrante e as atividades comerciais, o que poderá ter contribuído para o perfil da sociedade que habitou no atual quadro geográfico em estudo.

Neste sentido a análise dos testemunhos epigráficos funcionou mais como ponto de partida do que ponto de chegada pelo facto de existir um longo e estreito caminho a percorrer para conhecermos uma sociedade que viveu num determinado período de

tempo, numa área geográfica e geomorfológica peculiar pelos motivos mencionados no âmbito do enquadramento do território, a qual terá sido certamente influenciada pelos territórios envolventes, o que lhe confere desde logo uma esfera específica. Ainda assim, as evidências epigráficas traduzem-se nos indicadores mais diretos que nos permitem obter uma perspetiva demográfica, religiosa e cultural de indivíduos e/ou famílias. Porém “saber quem eram e de que forma influenciaram as estruturas de povoamento e as relações de convivialidade é, contudo, bem mais complexo” (Carneiro, 2014, vol. I:232), na medida que esta perspetiva implica que haja um estudo centrado mais na esfera intimista que implicaria uma abordagem sociológica e psicológica mais próxima da metodologia da história das mentalidades.

O conjunto epigráfico apresentado não representa a totalidade da população que viveu em época romana no atual território elvense, mas revela essencialmente o historial da identificação/recolha destes elementos tal como já foi referido. Além disso, considerando o elevado perímetro estimado e associado ao espaço funerário, constituído por necrópoles e por sepulturas, além dos testemunhos que eventualmente terão desaparecido com o tempo e, ainda a probabilidade de existirem outras inscrições.

A análise onomástica consiste num processo bastante complexo, na medida que permite conhecer sob forma direta através do nome e de forma indireta pelo modo de identificação, quem eram as pessoas. Deste modo, procurámos centrar a nossa abordagem na leitura global das evidências epigráficas, não sendo propósito do presente trabalho a discussão sobre as problemáticas relativas às origens antroponímicas, optando por incorporar no campo onomástico as caracterizações e hipóteses colocadas pelos autores de referência destas inscrições. Deste modo, procedemos à caracterização social dos indivíduos, resultante do tratamento dos dados incorporados na tabela síntese (**Anexo IV – Tabela 9**).

Do conjunto epigráfico constituído por 43 monumentos, verifica-se a utilização de 111 antropónimos, sendo que 56 são respeitantes a nomes de defuntos, 15 em inscrições do tipo votivo e apenas 1 em epigrafia-indeterminada. No que concerne aos antropónimos dos dedicantes, na esfera funerária, registaram-se 39.

Sob este prisma, e de acordo com os antropónimos⁹⁹, foi possível interpretarmos etimologicamente cerca de 18 inscrições de onomástica latina, 9 em contexto indígena-

⁹⁹ José d’Encarnação (Encarnação, 1987:167) tinha apresentado uma relação percentual relativamente à etimologia presente nas inscrições do território elvense (40 antropónimos latinos, 1 indígena e 5 latinos utilizados em contexto indígena).

romanizado, sendo que deste conjunto, são maioritárias as placas funerárias recolhidas na Herdade da Camugem (nº9) a que acrescem 5 cujos elementos não permitem uma identificação fidedigna, que incluímos no campo “discutível”. No tocante a nomes de origem grega, identificamos três possíveis casos (n. os 1-M; 17; 20). Nos restantes casos não foi possível obter a mesma linha de análise dado o desconhecimento do texto ou a impossibilidade de reconstituição do texto resultante sobretudo do estado de conservação. De um modo geral, concluímos pela análise onomástica que “aqui, na vida como na morte, o quadro parece ser plenamente do poder instalado” (Carneiro, 2014, vol. II: 212).

No *corpus* onomástico do atual território elvense verifica-se um número elevado de indivíduos que ostentam *tria nomina* e *duo nomina*, sendo este último o grupo predominante (Tabela 2).

Tabela 2 – Total de indivíduos registados no *corpus* epigráfico

* 100	1 NOME						DUO NOMINA					TRIA NOMINA				
	Def.	Ind.	Ded. Def.	Ded. Deu.	T	%	Def.	Ded. Def.	Ded. Deu.	T	%	Def.	Ded. Def.	Ded. Deu.	T	%
H	3	1	3	3	10	29	4	1	0	5	38	8	5	4	17	33
M	3	0	3	0	6		10	6	0	16		0	1	0	0	

Desta forma, registam-se 21 indivíduos (38%) com *duo nomina* (atestado em 5 mulheres e em 16 homens) mais concretamente, 14 em defuntos e 7 em dedicantes expresso em contexto funerário. Seguidamente, verificamos a presença em 18 indivíduos com os *tria nomina*¹⁰¹ (33%), expresso em 8 defuntos; 6 em dedicantes em contexto funerário (5 em homens; 1 em mulher) e apenas 4 em nomes de indivíduos em contexto votivo. Com menos representatividade temos apenas 16 indivíduos (29%) com apenas um nome, 6 identificados em defuntos (3 em homens; 3 em mulheres); 6 em indivíduos (3 homens; 3 mulheres) apresentados em contexto funerário (dedicantes) e apenas 3 casos em contexto votivo (dedicantes), todos em indivíduos do género masculino. É importante realçar que, neste último grupo descrito estatisticamente, podem existir lacunas

¹⁰⁰ Legenda: G.= Género (H.= Homem; M.= Mulher); T.= Total; Def.= Defuntos; Ind.= Indeterminado; Ded. Def.= Dedicantes (defuntos); Ded. Deu. =, Dedicantes (Deuses).

¹⁰¹ Sublinhe-se a título ilustrativo algumas frequências dos cognomes no território elvense como: *Severo/a* (n. os 1-B; 9-A); *Silvanus* (n.os 1-H; 1-I); *Modestus/a* (n. os 4; 9-B); *Maxumo/a* (n. os 7; 9-B; 9-C; 9-D; 10-B; 21), sendo este último o mais frequente.

interpretativas pelo facto de apenas se terem contabilizado os nomes que atualmente são legíveis¹⁰².

A análise estatística da onomástica expressa nos testemunhos epigráficos permite evidenciar uma população rural com poder económico. Para além da questão dos nomes, a matéria-prima utilizada no contexto das gravações epigráficas tanto no quadro geográfico em estudo como na capital provincial parece refletir a “moda romana de utilizar el mármol como suporte epigráfico” (Anta, 2005:227), situação que não se atesta nos territórios espanhóis que pertenceriam ao *Conventus Emeritensis*, dado que se verifica a utilização dos materiais pétreos mais próximos¹⁰³.

A forma de identificação de um indivíduo subentende um significado bem como a sua frequência, maior ou menor, em determinada área geográfica, o que nos revela informações relevantes do ponto de vista histórico-cultural. É neste prisma que os gentílicos são essenciais para determinar possíveis relações familiares ou famílias locais com base nos *nomina* expressos nos testemunhos epigráficos.

As evidências epigráficas permitiram identificar uma possível família local pelo facto de estarem memorados 4 ou 5 membros da família Márcia (Encarnação, 1987:169). Na placa funerária encontrada na rua de João de Olivença (nº1-C) encontra-se a referência a *Marcia Tusca*, filha de Quinto, e a outro elemento de nome desconhecido, possivelmente irmão, dado a dedicatória ter sido mandada fazer pelo pai; na placa funerária descoberta na Herdade da Camugem (nº9-D), está presente uma dedicatória a *Cnaeus Marcius Naso*, feita pela sua mulher e filhos e ainda numa outra inscrição, que não incorporamos no nosso inventário por ser proveniente de Campo Maior (IRCP, 1984:593) (que, porém, à época, pertenceria ao mesmo *territorium*), na qual surge o nome *Gaius Marcius Tusculanus*, encontrada junto à Quinta de S. Pedro. Segundo José d’Encarnação, o defunto aqui mencionado poderá ter provindo da Península Itálica, a avaliar pela onomástica e por se autoneomiar de *Tusculanus*, colocando a hipótese de este pertencer à família Márcia bem representada em Elvas (Encarnação, 1989:93).

¹⁰² A título de exemplo, destaquemos dois casos onde pela possível fragmentação da inscrição não temos conhecimento da totalidade dos nomes existentes à época da gravação epigráfica. Referimo-nos à inscrição encontrada no Monte do Paço (nº20), da qual apenas sabemos que o dedicante seria um indivíduo de nome Narcisso; e na placa proveniente do Monte da Nora(?) (nº10-B) onde apenas identificamos o nome de “Máxima” por só se conhecer somente o canto superior direito da inscrição.

¹⁰³ “El uso del granito es mayoritario en los territorios del norte de la colonia, sobre todo en Badajoz, mientras que en el sur hay una variedad de materiales, concentrándose los tipos de mármol cerca de la frontera con la Bética, donde también fue habitual el uso de este material como soporte epigráfico” (Anta, 2005:228).

Na inscrição nº9-D, anteriormente referida, é possível ainda verificar que esta *gens* surge associada a outra família, tradicionalmente latina com o *nomen Cominius*, cuja importância local se poderá deduzir da existência de mais um documento epigráfico a seu respeito, memorando pai e filha (IRCP, 1984:583), mais precisamente, *Marcus Cominius Clemens* e *Cominia Avita* (nº14). Desta família encontram-se testemunhos epigráficos no município de *Olisipo* e um exemplar em *Augusta Emerita*. As inscrições identificadas em Elvas confirmam que os membros desta família já estavam estabelecidos na Lusitânia no século I d.C.¹⁰⁴. Os *Cominii* identificados na Herdade do Falcato (nº14) e na Herdade da Camagem (nº9-D) e ainda *Gaius Marcius Tusculanus* (IRCP, 1984:593), identificado em Campo Maior, permitem-nos supor assim uma presença itálica na região.

O nome *Iulius* registado no território elvense (n. os 1;1-G;1-M) também se concentra no *territorium emeritense*¹⁰⁵.

Segundo José d'Encarnação (Encarnação, 2010:83), em certas famílias destacadas havia mulheres que oficialmente usavam *praenomen*, considerado sinal de prestígio. Embora não disponhamos de dados que nos permitem aferir o estatuto de *Lucia Curia Atiliana* (FE, 2017:145), que no entanto se apresenta com *tria nomina* (nº7).

5.1. Onomástica latina

Tal como foi referido anteriormente, procuraremos tecer uma reflexão global sobre o conjunto epigráfico conhecido até ao momento através da interpretação onomástica, com o propósito de identificar a sua origem e ainda estabelecer alguns paralelismos entre os testemunhos epigráficos encontrados na mesma área geográfica em estudo e em outros locais do território da *Hispania*.

Do conjunto proveniente ao “aro de Elvas”, três inscrições apresentam etimologia latina. Na inscrição nº1-B apenas sabemos que encontra gravado o nome *Severa* (...). Seguidamente, na inscrição nº1-C encontramos memorada a defunta *Marcia Tusca*, e o dedicante, o pai *Lucius Marcus*. Segundo José d'Encarnação (IRCP,1984:591), a onomástica é latina e característica da zona. Na última inscrição atribuída genericamente

¹⁰⁴ “No necesariamente existe una relación directa entre los *Cominii* hispanorromanos y los procuradores itálicos pertenecientes a la familia *Cominia* que ocuparon sus cargos en las provincias hispanas a finales del siglo II. La presencia de sus ramas en la Península Ibérica está documentada con anterioridad, siendo *Olisipo* una de las ciudades donde el establecimiento de los *Cominii* fue importante y donde alcanzaron un buen nivel económico, como fue el caso de *C. Cominius Atilianus*” (Herreno, 2001).

¹⁰⁵ Segundo Ramírez Sábada (Sábada,1993:136) é em Mérida que os “*Iulii* mantienen una proporción de 1:7 sobre los principales nomina republicanos”.

a Elvas (nº1-F) verifica-se a presença de onomástica latina, expressa pelo gentílico do dedicante *Pomponius* que surge também documentado em Elvas, na inscrição encontrada na Nossa Senhora da Graça (nº19). Nesta última, verifica-se uma onomástica perfeitamente latina.

Na inscrição encontrada na Herdade da Coutada (nº3) não é possível reconstituir-se o texto, porém, José d'Encarnação interpreta nela o *nomen Bovius*. A dedicante e não defunta, como sugere o Padre Henrique Louro (Louro, 1970:106), identifica-se com o gentílico *Valeria* e um cognome terminado em -NA (IRCP, 1984:581).

Na inscrição encontrada na Alentisca do Caia (nº4), o texto apresenta onomástica latina, verificando-se a correta transmissão do gentílico. Segundo José d'Encarnação (IRCP, 1984:582) *Blaesidienus* parece *nomen* próprio desta zona, pois surge também em Arronches (IRCP, 1984:580), ligado por tradição local ou familiar ao cognome *Marcellus*. Sublinhe-se ainda que se verifica o *praenomen* do pai por extenso, interpretado pelo mesmo autor como necessidade de paginação ou vontade de pôr em relevo o uso dos *tria nomina* (IRCP, 1984:582).

Na inscrição identificada na Herdade do Almeida (nº5), verifica-se a presença de onomástica latina no nome do defunto que se identifica com os *tria nomina*: *Marci Licinii Maxumi*.

A placa funerária descoberta na Herdade da Fontalva (nº7) memora a defunta pertencente à *gens Atilia*. Encontram-se também testemunhos deste nome no *conventus Pacencis* em Silves (IRCP, 1984:60) e na *villa* de Pisões (IRCP, 1984:290). Quanto aos nomes dos dedicantes é interpretado por José d'Encarnação e Mónica Rolo (FE, 2017:145) o nome da mãe de *Atilia* como *Lucia Curia Atiliana*, constituindo exemplo único no território de Elvas até ao momento de identificação de um indivíduo do sexo feminino com *praenomen*. De referir que o nome de *Atilius* é frequente no *conventus Pacensis*, sendo significativo no termo de *Olisipo*; e no sul da Lusitânia, encontra-se também uma inscrição gravada em “estátua prateada dedicada a Júpiter Ótimo Máximo *in memoriam L(ucii) Atili(i) Maximi Severiani* mandada fazer pelos pais *L(ucius) Atil(ius) Atilianus* e *Artulia Severa* (FE, 2017:145). Quanto ao nome do pai, apenas sabemos um nome: *Servatus*. Segundo José d'Encarnação e Mónica Rolo (FE, 2017:145) trata-se de um *cognomen* pouco frequente na epigrafia peninsular, dado que apenas se conhecem dois testemunhos, um proveniente de Tarragona (HE: nº19629) e outro de Cáceres (HE: nº21660), sendo este último gravado em granito. A consulta do *Atlas Antroponímico* (2003:298) permitiu ainda identificar um outro testemunho encontrado em Mérida.

Na inscrição encontrada na Herdade de Valbom (nº11) identifica-se o gentílico de *Lucretius* que, eventualmente, se poderia tratar do defunto. Há a identificação do pai e/ou patrono que poderá ser *Catullus* (IRCP, 1984:590).

Na inscrição encontrada no Monte do Falcato (nº14) verifica-se uma onomástica transmitida pelos pais de forma tradicional uma vez que do pai recebe o *nomen* e da mãe o *cognomen*. Todos os nomes identificados surgem sempre em contexto latino (IRCP, 1984:583).

Na inscrição encontrada no Sítio de Papulos (nº21) a defunta é apresentada com o gentílico *Scribonius* que se documenta por exemplo em Miróbriga (IRCP, 1984:157/158).

5.2. Onomástica latina em contexto indígena

No momento em que os Romanos contactam com as sociedades indígenas, ocorre o processo de assimilação, por parte das últimas, do modo de identificação latino (Encarnação, 2010:83). Este processo da instalação de poder imperial deve compreende-se como “o de gestação de uma cultura que articulou elementos romanos com elementos indígenas” (Alarcão, 2015:273) implicando uma reestruturação na sociedade.

No atual território em estudo foi observada uma pequena amostra de inscrições de onomástica em contexto indígena, pertencendo maioritariamente a este grupo as cinco placas funerárias descobertas na Herdade da Camugem (nº9), sendo talvez as que ilustram melhor este fenómeno no atual território em estudo.

Na placa funerária descoberta numa sepultura destruída (nº9-A), verifica-se que o dedicante *Quintus Cornelius Vitulus* se identifica com *tria nomina*, ao modo romano, com onomástica latina, porém, sem a indicação da filiação, o que, apesar do carácter latino dos nomes adotados, pode deixar transparecer a sua qualidade de indígena romanizado (FE,1988:116). Esta “recém romanização”, sem conflitos¹⁰⁶, verifica-se ainda no modo de identificação da defunta, *Calaetica*. A memoranda, *Calaetica Severa*, apresenta um antropónimo indígena. A omissão da filiação de *Cornelius Vitulus* demonstra inequivocamente que se trataria de um casal indígena, enquadrado, contudo, nos moldes clássicos (Carneiro, 2014, vol. I:235). A *gens Cornelia* (nº9-A) é ainda conhecida num

¹⁰⁶ Este testemunho epigráfico revela-nos uma assimilação do círculo cultural, de forma rápida bem como a pretensão de integração da nova ordem, adotando os requisitos que a cultura romana exigia (Carneiro, 2014 vol.: 235).

outro testemunho epigráfico, encontrado descontextualizado na Igreja de S. João Baptista (nº12-B), no qual se identifica um *Cornelius Gallus*, acompanhado da menção à tribo Papíria. Curiosamente, as inscrições n.ºs 9-A e 12-B foram identificadas em territórios que correspondem atualmente à freguesia de Vila Boim.

Relativamente à placa funerária nº9-B, verificamos a identificação à maneira indígena de fresca data significa (IRCP, 1984:594) da mãe e filha; porém, esta última apresenta presumivelmente uma adaptação do cognome latino de seu pai, *Maxumus*, frequente na região de Elvas.

Na placa nº9-C, o dedicante (filho) é de origem latina, porém, José d'Encarnação (IRCP, 1984:597) comenta que “pela onomástica trata-se porventura duma família de libertos”. *Catinia* figura como *gens* senatorial em Évora (IRCP, 1984:381).

Na inscrição 9-D temos um defunto identificado com os *tria nomina*, porém, sem a filiação. *Naso* é cognome latino. Quanto ao *nomen* da dedicante, *Cominia*, encontra-se também documentado na inscrição identificada no Monte do Falcato (nº14) o que reforça a ideia de ser “uma importante família local” (IRCP, 1984:592). Na inscrição nº9-E verifica-se a presença de dois cognomes latinos, o da mulher *Avita* e do marido, *Rufinus*. José d'Encarnação interpretou à época do estudo (IRCP, 1984:585) *Falicia*, reconhecendo, todavia: “Hoje, mais de vinte anos passados, as dúvidas mantêm-se e...aumentaram. Um *nomen Falicia* não é conhecido no *onomasticon* latino” (Encarnação, 2006:84).

Na inscrição nº1 atribuída às “áreas de Elvas-Évora” a nomenclatura é latina, porém, é tão ilustre que muito provavelmente se trata de uma imitação do nome do imperador. Nesta ótica, o *praenomen Caius*, que associado ao gentílico *Iulius*, fornece-nos um índice cronológico¹⁰⁷. Segundo José d'Encarnação a “identificação pelos *tria nomina* e omitindo o pai o seu nome, pode ser indício de estarmos perante um indígena romanizado” (IRCP, 1984:651). O *nomen Iulius* documenta-se também na inscrição nº1-E na qual se memora um defunto e ainda na inscrição votiva nº1-H. São três testemunhos que podem indiciar a presença de uma família local. José d'Encarnação propõe a cronologia para a inscrição nº1 “a ausência da invocação aos deuses Manes e a simplicidade com que é expressa a relação familiar levam-nos a datar esta inscrição da

¹⁰⁷ Segundo José d'Encarnação (Encarnação, 2010:84) “(...) a adopção, mormente por parte dos indígenas romanizados, de uma onomástica latina, se prende com a moda, ligada amiúde ao imperador que reina no momento em que assumem a cidadania ou o estatuto de peregrini. É por esse motivo que nós pensamos que os Tiberii Claudii epigraficamente registados são do tempo do imperador Cláudio, verosimilmente; que os Titi Flavii são contemporâneos dos Flávios (69-96), que os Publii Aelii viveram ao tempo de Adriano, imperador que se chamava P. Aelius Hadrianus. E assim por diante”.

primeira metade do século I” (IRCP, 1984:651) e Patrick Le Roux para a inscrição nº1-E que, segundo o autor, o monumento data-se da 1ª metade do século II, acrescentando que o indivíduo entrou ao serviço nos anos 70 e 90 (IRCP, 1984:577). Perante estas propostas cronológicas, torna-se possível colocar a hipótese desta *gens* ter existido no atual aro elvense pelo menos desde o século I ao século II d.C.

5.3. Nomes de origem grega

Com menor representatividade temos alguns testemunhos epigráficos onde atestam a presença de gentes com nomes de origem helénica.

O primeiro caso onde se verifica esta presumível presença centra-se na inscrição nº1-M, do tipo votivo, dado cognome do dedicante ser *Parthenopaeus*.

Na ara funerária encontrada na Herdade das Caldeiras (nº17) encontramos a dedicatória de *Helpis* a *Festivo*, seu marido. O nome da esposa é de origem grega, encontrando-se poucos testemunhos na Península. Contudo, esta onomástica suscita-nos indagações a respeito da origem de *Helpis*, interrogando-nos se seria oriunda da Península Helénica ou se seria uma escrava local a quem deram o nome *Helpis* e que acaba por casar com o seu patrono? Ou ainda seria o marido também um liberto que adotou o nome do seu antigo senhor? Vindos de onde? Um externo e outro local? Segundo os autores (Maciel e Maciel, 1985b:66) “podemos estar na presença de escravos-cuja posição social o uso do vocábulo «marito» (reservado aos *ingenui*) pretendia ocultar”.

Na inscrição encontrada no Monte do Passo (nº20) encontramos uma defunta de nome *Aponia Narcissa*. Regista-se por exemplo um outro *Aponius* em Tróia (IRCP, 1984:214). Relativamente ao cognome, de raiz grega, documenta-se também num ex-voto dedicado a Endovélico (IRCP, 1984:540).

5.4. Onomástica expressa em inscrições votivas

Quanto às inscrições votivas, apenas iremos tecer sucintos comentários pelo facto deste tema ser abordado pormenorizadamente no sexto capítulo. Passemos a descrever sucintamente o conjunto descontextualizado atribuído genericamente ao aro de Elvas (nº1) e seguidamente os monumentos votivos em relação aos quais é possível atribuir com segurança a sua proveniência.

Quanto ao primeiro grupo, a inscrição nº1-G suscita dúvidas relativamente ao epíteto da divindade. Segundo Vasconcelos (Vasconcelos, 1905:174-175) tratar-se-ia de “*dea sancte*” Atégina, divindade indígena, porém, José d’Encarnação (IRCP, 1984:566)

coloca a hipótese de se tratar da divindade *Burrubrigensis*. Também André Carneiro (Carneiro, 2010: XX) acrescenta “esta peça levou à especulativa hipótese de atribuição do topónimo *Burrolobriga* ao local de implantação da cidade de Elvas”, local que suscita dificuldades no que concerne à atribuição de uma terminologia segura no âmbito da ocupação romana, motivada pelo facto dos materiais encontrados no perímetro urbano terem sido identificados fora do seu contexto original, ideia enfatizada no capítulo do enquadramento geográfico e geomorfológico. Quanto ao nome do dedicante, existem algumas reservas, apesar de a identificação incluir os *tria nomina*: *Quintus Iulius Emeritus*. O *cognome* é pouco atestado no masculino (IRCP, 1984:566), ideia confirmada pela consulta do *Atlas Antroponímico da Lusitânia* (Atlas, 2003:166), sendo apenas dois testemunhos desta génese identificados em Mérida, enquanto que o género feminino já se documenta nas seguintes localidades: Idanha-a-Velha, Melides, Évora e ainda em Mérida.

No que respeita à inscrição nº1-M, Vasconcelos apresenta a mesma hipótese semelhante à da inscrição anteriormente referida relativamente ao epíteto *sanctae* (*Proserpina sancta*, *atégina sancta*) para justificar a identificação das duas divindades. O dedicante *Gaius Iulius* poderá tratar-se de um possível liberto, atendendo ao seu cognome de origem grega (*Parthenopaeus*), associado com frequência ao meio servil e alguns casos indivíduos de condição incerta (Solin, 1982:51).

A inscrição nº1-J atesta o cognome latino *Severus* (IRCP, 1984:586). Porém, não é possível é afirmar tratar-se de um cidadão considerando o desconhecimento do restante texto.

Nas inscrições n.ºs 1-H e 1-I verifica-se o mesmo cognome: *Silvanus*. O caso significativo do núcleo dos *Helvii* está bem representado na capital provincial, *Augusta Emerita*, na península itálica e na *Baetica*¹⁰⁸. André Carneiro (Carneiro, 2014, vol. II:218) coloca a hipótese de que alguns dos *Helvii* documentados se dedicassem às atividades mineiras porque conhecemos um caso de *M. Helv. M [...]* grafado em lingotes de chumbo recuperados no naufrágio Port Vendres II com o *Helvius* (nº1-I) encontrado no aro de Elvas.

Apesar das inscrições dedicadas a *Proserpina* serem abordadas num outro capítulo sublinhe-se apenas que na inscrição nº18-A temos um dedicante cujo nome não se conhece, mas que seria filho de *Rustro* (IRCP, 1984:573).

¹⁰⁸ A força social da família está comprovada na Península Itálica, na *Baetica* e em *Augusta Emerita*, onde vários membros desempenharam cargos de relevo.

Na inscrição nº18-B verifica-se que o “teónimo parece ter sido apresentado em abreviatura, sintoma da sua popularidade na região” (IRCP, 1984:574). O dedicante é *Toncius = Tongius*, paralelo antropónimo pré-romano.

A inscrição relativamente à qual existem mais reservas é a presente na ara interpretada como proveniente da Herdade de D. Miguel¹⁰⁹ (nº6), da qual não é possível fazer uma reconstituição integral do texto; porém, José d’Encarnação (IRCP, 1984:575) e André Carneiro (Carneiro, 2010:XIX) interpretam como possível cognome do dedicante *Victorinus*, que dedica a um teónimo indeterminado.

Já no tocante à ara votiva encontrada em Santa Catarina (nº8) foi possível atestar a presença onomástica latina em contexto indígena. Segundo os autores, Manuel J. Maciel, Tarcísio Maciel e José d’Encarnação “trata-se de um indígena cuja família já detinha algum convívio com a realidade sociocultural romana, o que se encontra bem patente na escolha do cognome *Valgius*” pelo facto de este “exercer na vulgar onomástica latina, as funções de gentílico”¹¹⁰ (FE, 1994:94). Sílvia Teixeira (Teixeira, 2014:229) acrescenta “é de notar ainda a grafia da filiação por extenso, e não em abreviatura, como habitual, servindo a origem latina deste patronímico também como reflexo de um contacto com a realidade sociocultural romana”. Contudo, esta inscrição, particulariza-se pela dedicatória ser feita por um indígena a uma divindade clássica romana: *Belona* (deusa da guerra), localizando-se testemunhos deste culto no termo de Norba e de Trujillo, mais precisamente no território atualmente de Cáceres¹¹¹ (Espanha).

5.5. Onomástica não identificada

Do lote epigráfico em estudo não foi possível identificar a onomástica presente em alguns monumentos pelo facto de ser desconhecido o texto das inscrições, como é o caso das encontradas na herdade das Casas Velhas (n. os 2-A; 2-B); pela presença de líquenes nas inscrições de Vila Boim (nº12-A) e do Monte da Nora (nº10-A); na primeira, observam-se mossas na superfície epigrafada, o que nos possibilita o conhecimento do

¹⁰⁹ O André Carneiro (Carneiro, 2010: XIX) avança ainda com a proposta de proveniência desta inscrição uma vez que esta poderá ser “a mesma epígrafe que Mário Saa encontrou Entre Esquilas e S.ta Eulália, não longe do M. te de D. Miguel” pela seguinte descrição “apareceu uma ara consagrada à deusa Victória” (Saa, 1956, p. 195).

¹¹⁰ No *Ficheiro Epigráfico*, 1994:46 discute-se brevemente a adoção peninsular deste gentílico. Também no Atlas Antropónimo (Mérida, 2003:335) se documenta Valgius como *nomen* em dois sítios, nomeadamente, em Caparide, S. Domingos de Rana (Cascais) e Idanha-a-Velha.

¹¹¹ Ver na base *Hispania Epigrafica online database* os seguintes números: 6903; 20209; 21067; 21068; 21069; 21070; 24288; 24298; 24975; 24976.

campo epigráfico. Ainda assim, José d'Encarnação (IRCP, 1984:589) propõe que na estrutura do texto se encontraria a identificação do defunto com *tria nomina*. Relativamente à segunda inscrição, apesar de fragmentada e com densa camada de líquenes, poderá revelar-nos preciosos dados caso se faça uma limpeza minuciosa. Por último, na placa proveniente do Monte da Nora (nº10-B), da qual apenas podemos presumir que a defunta teria o cognome de *Maxuma*, os dados não permitem assegurar a possível origem latina. As placas de mármore que agora se apresentam pela primeira vez, provenientes do Monte da Nora (nº10), poderão ser, senão a chave, pelo menos um contributo para compreendemos tipologicamente o sítio de proveniência¹¹² (nº10).

Na inscrição encontrada na atual Herdade do Correio-Mor (nº16) não é possível reconstituir o texto (Pires,1931:13-14; Encarnação, 1986:107). O único caso onde não é conhecido o texto é o da inscrição funerária de mármore que servia de soleira de porta na Herdade da Silveira (nº22), identificada por Mário Saa (Saa,1956:197). Na inscrição encontrada na Herdade das Alpedreiras (nº15) apenas se lê DII[S] MANIBVS.

Na inscrição do tipo indeterminada encontrada no sítio de Varche (nº13) apenas se identificou uma *Elvia*, filha de Marco¹¹³. Encontra-se este nome (sem H) em S. Miguel da Mota (Alandroal) (IRCP,1984:514). José d'Encarnação comenta a irregularidade deste texto, uma vez que “depois da filiação era mais natural vir um cognome do que a indicação da idade” como acontece neste testemunho (IRCP,1984:587).

5.2. Onomástica familiar e as gerações

Segundo José d'Encarnação (Encarnação, 2010:91), na época romana o filho habitualmente tomava o *praenomen* do pai. De igual forma, a identificação do patronímico é considerada um indicador da condição sociojurídica, uma vez que atestaria a condição livre (*ingenuus*) do indivíduo. No *corpus* epigráfico estudado foi possível conhecer a identificação do *patres* em 16 indivíduos.

¹¹² Para um conhecimento mais aprofundado sobre o sítio, veja-se Gonçalves, Posselt, Moran e Theichner, 1999.

¹¹³ Aires Varela, Provisor do Bispado de Elvas procura encontrar o significado do topónimo de Elvas através da onomástica romana como se pode ler no *Teatro das Antiguidades de Elvas*: “Entrou na Lusitania Cayo Elvio com poderoso exercito p.^{la} p.^{te} da Betica, e passado o rio Anas, agora chamado Guadiana, que lhe fás termo, o assentou nas margens de hua caudoza ribra, que nos fresquissimos valles o acomodou. Deste sítio rendeo aos Celtas, ou por força, ou com afagos; mas sempre os romanos vencerão mais com estes, que com aquella. Glorioso deste sucesso, o Capitão Cayo Elvio, por ser o primeiro que os Romanos pella parte da Betica tiveram na Lusitania, para eternizar o nome Romano, do seu apelido pôs ao rio o nome de Caia, e ao povo o de Elvio (...)” (Pires, 1915:6-7).

Na inscrição nº1 sabemos que o monumento foi mandado fazer pelo pai, porém, o seu nome não é referido. Na inscrição nº1-A temos sepultados dois irmãos, ambos filhos do mesmo pai, circunstância expressa pela sigla abreviada de f(*ilius*). Em ambos os indivíduos verificamos o mesmo gentílico *Axonius*, sendo um de nome *Gaius* e outro *Quintus*, este último com o mesmo nome do pai. A placa funerária nº1-C foi mandada fazer pelo pai *Lucius Marcus a Marcia Tusca* e a um outro elemento do qual não é possível identificar-se em virtude da erosão da inscrição¹¹⁴.

Na inscrição nº1-D temos registadas três gerações na medida que temos sepultado um indivíduo com *tria nomina* (*Quintus Attius Rusticus*), filho de Lúcio, tendo o monumento sido mandado fazer por *Numitoria Maxuma*, filha de Quinto. José d'Encarnação (Encarnação, 2010:36) interroga-se sobre quem seria *Numitoria* dada a omissão do grau de parentesco com *Rusticus*, colocando a probabilidade de a omissão estar relacionada com os laços presentes na comunidade. Perante estas circunstâncias, prevalece a dúvida do que estará por detrás deste facto, concluindo-se apenas que neste epitáfio “não se figura apenas o defunto, há igualmente um dedicante” (Encarnação, 2010:36).

A inscrição nº 1-F menciona um indivíduo que se identifica com *tria nomina* de nome *Lucius Pomponius Celer*?, tendo a irmã Pompónia Celerina mandado construir o monumento. Na inscrição nº 1-J, temos um indivíduo de nome *Severus*, filho de Cefalão. Na ara funerária encontrada na Alentisca do Caia (nº4), temos a dedicatória dos pais para o filho que tem o gentílico do pai: *Clodius*. A placa funerária encontrada na Herdade da Fontalva (nº7) memora a defunta *Atilia Maxima* homenageada pela mãe *Lucia Curia Atiliana* e pelo pai *Servatus*.

Relativamente ao conjunto epigráfico constituído por cinco inscrições encontradas na Herdade da Camugem (nº9), em contexto indígena ou recém-romanizado, apenas foi possível identificarmos a filiação de quatro indivíduos que passamos a descrever. Verifica-se, na inscrição nº9-A, a presença de filiação da defunta *Calaetica Severa*, filha de Lúcio; já na inscrição nº9-B, encontra-se expressa a filiação da defunta, filha de *Maxumo*, e da dedicante mãe, filha de Gémeo. Este exemplar é o único epitáfio do qual é expressa a filiação de defunto e dedicante. Seguidamente, na inscrição nº9-C, o dedicante identifica-se apenas com único nome, tendo mandado construir a placa para

¹¹⁴ Ver comentários na tese de José d' Encarnação (IRCP, 1984:591).

seus pais. Por último, na inscrição nº9-D, a mulher que expressa a sua filiação (filha de *Marcus*), e os filhos do defunto que mandam erigir o monumento.

Na inscrição encontrada no sítio de Varche (nº13), interpretada como possivelmente funerária pelo uso da sigla *AN*, encontramos *Elvia*, filha de Marco.

Na placa funerária encontrada no Monte do Falcato (nº14) os pais, *Marcus Cominus Clemens* e *Vibia Avita*, dedicaram à sua filha *Cominia Avita*; a dedicante (mãe) e a defunta apresentam a filiação, ambas filhas de Marco. Perante estas evidências, observa-se em primeiro lugar que a defunta, que recebe o gentílico do pai, seria filha legítima e que o reforço da palavra *filia*, encontrada no início e no término da inscrição, permite supor a intenção de robustecer a ligação, não só familiar, mas também afetiva.

Fechando a análise das inscrições do tipo funerário temos o caso da *defunta Scribonia Maxima*, filha de Paterno, tendo o monumento sido mandado fazer pela mãe, cujo nome é, contudo, omitido (nº21); a filiação encontra-se ausente na inscrição nº1, dedicada a *Caius Iulius Proculus* pelo *pater*. Em ambas as inscrições apenas se reforça a ideia de que foram estes os parentes que mandaram fazer o monumento.

Nas inscrições votivas há casos nos quais os indivíduos se apresentam de forma sumária como nos parece ter sido o caso das inscrições encontradas em Santa Catarina (nº8) e na Herdade da Fonte Branca (nº18-A). Na primeira o indivíduo expressa claramente ser filho de *Marcus*; na segunda, desconhecemos o nome do dedicante devido à erosão da inscrição; contudo, o texto remanescente permite ler a filiação (filho de *Rustro*). As restantes inscrições desta tipologia¹¹⁵ podem enquadrar-se na perspetiva apresentada por José d'Encarnação (Encarnação, 2010:92), na medida que “a filiação pode ser omitida, sem que isso detenha outro significado para além da humildade perante a divindade”, transparecendo assim apenas o vínculo religioso.

Do restante conjunto epigráfico não foi possível aferir a presença de filiação em 8 inscrições em virtude do seu estado de conservação.

¹¹⁵ Nas restantes inscrições votivas apenas é identificado a divindade cultuada, não havendo expressa a filiação do dedicante (n. os 1-G; 1- H; 1-N; 1-M; 25; 76; 18-B).

5.3. Os Grafitos

Até ao momento apenas foram encontrados quatro elementos cerâmicos com *grafitti*, dois em *dolium*, identificados em sítios interpretados como *villae*, um na Quinta das Longas e outro no Monte do Paço (nº20); e ainda dois fragmentos de *sigillata*, um identificado na Herdade das Pereiras, sítio interpretado como *villa* e ainda, um outro na Herdade da Chaminé, sítio interpretado como necrópole.

Na Quinta das Longas foi identificado um *dolium* que serviu de suporte a um grafito, encontrando-se o texto epigrafado a cerca de 10 cm abaixo do bordo. É neste espaço¹¹⁶ que lê com toda a limpidez o texto que corresponde à designação antroponímica de *Tertiolius* (Guerra, Carvalho, Almeida, 2006/7:121). A sequência onomástica permite concluir que estaríamos perante um indivíduo que se identificaria com um antropónimo de origem latina. Segundo os autores anteriormente citados, o nome pessoal encontrado neste grafito é frequente nas regiões ocidentais, com incidência em Itália, Gália, África e Hispânia, porém, com pouca frequência em cada uma delas (aproximadamente uma dezena de ocorrências). Na epigrafia hispânica encontram-se pelo menos mais dez inscrições, com ampla distribuição geográfica¹¹⁷, destacando-se a epígrafe encontrada em Mérida com o mesmo nome: *Iulia Terti[la]?* (*Atlas*, 2003:318)

Segundo os autores (Guerra, Carvalho, Almeida:2006/2007:124) “a presença de um *Tertiolus* na área rural emeritense não deve surpreender. A circunstância de a gravação se ter verificado ainda com a pasta fresca, faz pensar que o nome deve corresponder a alguém ligado com o processo de produção dos grandes *dolia* necessários ao armazenamento de produtos agrícolas, nomeadamente de vinho e azeite”. Atendendo ao facto de a produção de contentores estar associada às *villae*, compreende-se a presença de gentes que se enquadrem na esfera dos artífices especializados, fundamentais no quadro económico, apesar de socialmente pouco relevantes. É nesta linha de ideias que os autores (Guerra, Carvalho, Almeida, 2006/2007:124) colocam a hipótese de este indivíduo ser alguém à margem da vida pública, possuindo provavelmente uma ligação ao mundo servil, ideia confirmada pela onomástica de outros indivíduos documentados

¹¹⁶ Segundo os autores (Guerra, Carvalho, Almeida, 2006/2007:121) o facto de a sequência inscrita se encontrar completa e do fragmento conservado apresentar margens laterais bastante reduzidas e ainda uma configuração semi-retangular, fazem supor que este fragmento foi intencionalmente recortado após a inutilização do contentor, de modo a manter a integridade da parte epigrafada.

¹¹⁷ Ver quadro 1 – atestações epigráficas do nome pessoal *Tertiolus*, -a em contexto hispânico; e Figura 8 – distribuição do antropónimo *Tertiolus* /-a na epigrafia romana da Península Ibérica (Carvalho: Almeida, Guerra, 2006/2007: 123-124).

no âmbito hispânico¹¹⁸. Do conjunto dos 44 fragmentos de *dolium* identificados no Monte do Paço (nº20) um apresentava gravado: MAX.F.

Relativamente aos fragmentos de *sigillata*, foi encontrado um fragmento de fundo de *sigillata sudgálica* com grafito– NERI na Herdade das Pereiras e outro fragmento na Herdade da Chaminé com a palavra “MAXVMA”.

¹¹⁸ Em contexto peninsular o nome *Tertiolus* associa-se com alguma frequência a pessoa de baixa condição e especificamente ao mundo servil, situação social semelhante à do oleiro *Tertiolus* identificado na Quinta das Longas.

CAPÍTULO 6. AS MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E O HOMEM

O estudo das religiões, em perspetiva sociológica, é uma tarefa bastante complexa, primeiro porque a própria definição de religião do ponto vista social é variável de autor para autor¹¹⁹ tal como deixa compreender o enquadramento temático realizado por Sílvia Teixeira (Teixeira, 2014:18-19) na tese de mestrado; segundo, porque se verifica uma multidimensionalidade do próprio fenómeno religioso (Teixeira, 2014:19-21). A mesma autora afirma que “o fenómeno religioso na sua acepção mais lata encerra não apenas um vasto universo simbólico, no qual se insere a epigrafia votiva, mas também uma apreciável diversidade de elementos interligados” (Teixeira, 2014:20) de carácter pessoal, social, cultural.

Considerando desde logo os condicionalismos acima mencionados, procuramos apenas tecer algumas reflexões globais sobre as referências que se integram neste universo complexo, tanto a nível epigráfico como iconográfico, conhecidas até ao momento no atual quadro geográfico em estudo.

André Carneiro (Carneiro, 2010) apresenta a cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana, a qual procura identificar o contexto arqueológico e a proveniência das epígrafes votivas. Esta sistematização permite-nos desde logo compreender a existência de distintas áreas culturais como o autor explica: “ temos por um lado âmbito noroeste, no arco de Avis, Ponte de Sôr, Gavião, Nisa, Castelo de Vide e Marvão, onde as epígrafes são numericamente mais escassas e estão claramente vinculadas, quer no campo antroponímico, quer teonímico, a um fundo cultural onde a romanização parece ser mais superficial ou epidérmica” ; o atual concelho de Elvas, insere-se no lado sudeste, caracterizado por um ambiente “multicultural, plenamente romanizado, aberto inclusive a influências alógenas, com divindades de âmbito oriental e dedicantes de onomástica grega, configurando um universo cultural de sólida adesão à mundividência clássica” (Carneiro, 2010:95). O autor acrescenta que o espaço da bacia do Guadiana funcionou como um “prolongamento natural das influências civilizacionais que irradiam a partir da capital provincial”, sendo neste quadro cultural que se enquadra de Elvas.

¹¹⁹ A título de exemplo ver Carmo, 1994:54; Bobineau e Tank-Storper,2008:127.

O quadro das epígrafes votivas apresentadas primeiramente por José d'Encarnação (IRCP, 1984) e posteriormente por André Carneiro (Carneiro, 2010:95; Carneiro; 2014, vol. I: 223-224), continua válido tal como se pode confirmar na **Tabela 3**:

Tabela 3 – Divindades cultuadas no território elvense

REPRESENTAÇÃO	DIVINDADE	QUANT.	PROVENIÊNCIA
EPIGRAFIA	Prosérpina	5	Herd. da Fonte Branca
			Herd. da Fonte Branca
			Aro de Elvas
			Aro de Elvas
			Aro de Elvas
	Belona	1	Monte da Rocha
	<i>Dea Sancta (Burrulobrigense)</i>	1	Elvas (Rua de João de Olivença)
Indeterminada	1	Herd. de D. Miguel ?	
ICONOGRÁFICAS	Epona	1 (mosaico)	Herd. do Carrão (<i>villa</i>)
	Ísis e Serápis	1 (lucerna)	Herd. do Padrão (necrópole)
	Hélios?	1 (lucerna)	Sítio dos Papulos (necrópole)
	Diana, Ísis, Mercúrio, Marte, rapto de Ganimedes	21 Lucernas com figuração mitológica	Herd. da Torre das arcas (necrópole)

Perante as evidências epigráficas e iconográficas apresentadas procuramos identificar as divindades cultuadas e os respetivos dedicantes para traçarmos o panorama religioso em época romana conhecido até ao momento no atual concelho de Elvas. Deste modo, torna-se oportuno identificar o contexto arqueológico, a proveniência e tipologia do sítio no qual foi identificado os testemunhos epigráficos e por último, identificar a extensão geográfica do respetivo culto. Seguimos a mesma ordem do quadro.

6.1. As representações epigráficas

6.1.1. Prosérpina

Dos cinco ex-votos dedicados a Prosérpina, apenas se sabe a proveniência exata de dois (n.ºs 18-A; 18-B) encontrados na Herdade da Fonte Branca (nº18) tal como se pode confirmar no *Catálogo do Museu Archeologico de Elvas* (Pires, 1901: 160-161), atestando-se a entrada destas duas aras, de granito, encontradas por ocasião da surriba

para plantação de vinha em 1886, tendo apenas sido oferecidas ao MAEE-AT¹²⁰ posteriormente a 10 de Novembro de 1903 por Luís. Lúcio Lopes do Couto ao Museu.

São ainda conhecidas outras três (n.^{os} 1-H; 1-I; 1-M) a partir da descrição de André de Resende que as viu em Vila Viçosa (Resende, 2009:204) atribuídas genericamente ao “aro de Elvas” (Vasconcelos, 1895:245-246; IRCP, 1984:570-572). A concentração deste conjunto com a mesma dedicatória leva André Carneiro a colocar a hipótese de pertencerem todas ao mesmo local (Carneiro,2010:91-93) atendendo ao facto de que as atribuídas genericamente a Elvas foram encontradas em depósito no Paço de Vila Viçosa pelo provável depositante Abel Viana, figura que desenvolveu diversas intervenções arqueológicas no concelho de Elvas.

Independentemente das incertezas e das propostas no que concerne à proveniência das inscrições (n.^{os} 1-H; 1-I; 1-M), verifica-se que as duas epígrafes encontradas em Fonte Branca (n.^{os} 18-A; 18-B) se caracterizam por uma notável homogeneidade, verificável no uso do mesmo suporte epigráfico (ara), na escolha da matéria-prima (granito) e nos motivos decorativos, sendo ambas trabalhadas nas quatro faces¹²¹. Contudo, as aras em depósito do MAEE-AT são aquelas que nos fornecem menos dados em termos onomásticos pelo facto de os textos se apresentarem praticamente ilegíveis, observando-se uma elevada deterioração superficial em virtude da abundância de líquenes e ainda algumas fraturas no monumento, já observadas no estudo de José d’Encarnação (IRCP, 1984); atualmente, o estado de conservação é ainda mais precário conforme se pode comprovar pelas fotografias das inscrições.

Apesar da análise onomástica já ter sido realizada no capítulo antecedente, sublinhe-se que na inscrição 18-A não é possível identificarmos o nome do dedicante, lendo-se apenas que é filho de Rustro[?]; já na inscrição nº18-B temos um único nome: *Toncius*. Nas restantes inscrições, em relação às quais há reservas no tocante à proveniência, verificamos em termos onomásticos um conjunto mais relevante expresso nos nomes dos dedicantes, os quais usam os *tria nomina* como se pode ver: *Quintus Helvius Silvanus* (nº1-I); *Gaius Iulius Parthenopaeus* [?] (nº1-M) e *Caius Vettus Silvinus* (nº1-H). No primeiro caso trata-se claramente de um cidadão romano; no segundo caso identifica-se cognome de origem grega e interpreta-se como possível liberto de uma *gens Iulia*, elementos de relevante conotação cultural, segundo Sílvia Teixeira; já o terceiro

¹²⁰ Foram das primeiras peças a dar entrada para o antigo MAEE – AT como se compreende pela atribuição do número de inventário: 160 e 161 (Pires, 1901).

¹²¹ Ver pormenores decorativos em José d’Encarnação (IRCP, 1984: 573 e 574).

caso, o dedicante é cidadão romano, porém, dedica o voto de agradecimento pela esposa *Eunois Plautilla*: o primeiro nome parece ter uma origem grega, sendo considerado uma raridade, e o cognome latino, é pouco difundido no mundo romano, levando Sílvia Teixeira a considerá-la de condição incerta (Teixeira, 2014:366).

Retomamos a nossa análise ao sítio de proveniência das inscrições dedicadas a Prosérpina. No sítio da Fonte Branca (nº18) poderia existir um santuário ou outra estrutura cultural de porte significativo¹²², reforçada pela descrição de Victorino d'Almada sobre uma estrutura em alvenaria que identifica como “atalaia” localizada no sítio da “torre da fonte branca” (Almada [s.d]); Pires, 1931:18), descrevendo que resta uma só face e alegando ainda que poderá ter sido destruída pelos espanhóis durante a “guerra da aclamação”. Através das referências legadas por Victorino d'Almada, Maria José de Almeida assegura de que esta estrutura se trata “de uma atalaia de Época Moderna, implantada sobre um sítio de ocupação romana, que reaproveitou materiais de construção anteriores” (Almeida, 2017:86). Esta ideia é também sustentada por André Carneiro, depois de trabalhos de prospeção realizados no terreno no qual identificou alguns materiais cerâmicos que poderão revelar uma estrutura romana, à qual eventualmente se devem alguns taludes salientes no terreno e que marcam a própria topografia do local (Carneiro,2014, vol. II: 08.44).

As inscrições descobertas na Herdade da Fonte Branca (nº18) ostentam a existência de um santuário dedicado a Prosérpina, inferido pela concentração dos elementos epigráficos e também pela estrutura que ainda subsiste no local interpretada, como acima se sublinhou, como “atalaia” (Carneiro,2014, vol. I:169). Segundo André Carneiro “dado o carácter salvífico e celebratório das epígrafes é de supor que estivessem inseridas em estrutura cultural de grande visibilidade pública”. Neste sítio podia existir manifestações culturais organizadas e enquadradas por uma “moldura arquitetónica” (Carneiro, 2014, vol. I:225).

André Carneiro (Carneiro,2014, vol.I:229) coloca a possibilidade da homogeneidade formal de alguns núcleos epigráficos suscitarem a existência de oficinas de cantaria nas proximidades; na nossa opinião, poderá ter sido o caso do sítio da Fonte Branca (nº18) atendendo à relativa proximidade com a Herdade das Alpedreiras (nº15),

¹²² O sítio poderá tratar-se eventualmente de um santuário dada a carga religiosa perceptível na epigrafia votiva encontrada no local. Além disso, apresenta uma relação espacial e visual com o itinerário viário, tratando-se possivelmente da via XII que cruzaria o Guadiana um pouco mais a Este, próximo de Alfarófia (Carneiro,2014, vol. II:08.44).

sítio que ao longo dos tempos recebeu diversos topónimos como “sítio da Pedreira”, “Alpedrede” e “Albufeiras”, todos associados à existência de pedreiras e albufeiras no local. Victorino d’ Almada (Almada,1888-1891:338-339) regista a presença de ocupação romana no local dadas as construções associadas possivelmente a estabelecimentos industriais pela utilização das águas recolhidas nas albufeiras. Também foram identificadas no local diversas sepulturas romanas, algumas com espólio. Contudo, aludimos a este lugar, considerando a referência do mesmo autor que nos informa que “não longe d’este sitio foram também achadas recentemente duas pedras pequenas, com letreiros que não se podem traduzir satisfatoriamente” (Almada,1888-1891:338-339). Atendendo à breve descrição do ilustre elvense, podemos colocar a hipótese de se tratar de alguma epígrafe? Temos conhecimento de que em 1904 foi oferecido ao MAEE-AT por António da Nazaré Lopes uma inscrição funerária encontrada na Herdade das Albufeiras com as seguintes letras: “DII[S] MANIBVS” (nº15). Nestas circunstâncias, poderemos colocar a probabilidade desta peça ser uma das descritas por Victorino d’Almada?

Rui Jesuíno no livro sobre a *Toponímia do concelho de Elvas* informa da existência de duas albufeiras e de uma grande pedreira que terá sido utilizada desde a época romana até ao século XIX (Jesuíno, 2016:14). Considerando os vestígios epigráficos e sobretudo a presumível interpretação tipológica, não é despidendo relacionar o sítio da Fonte Branca (nº18) com as Albufeiras (nº15), ambos localizados numa área granítica, o que nos leva a colocar a hipótese, ainda com bastantes reservas, de o sítio das Alpedreiras ter funcionado como uma oficina de cantaria, de onde saíam os suportes identificados no sítio da Fonte Branca.

Torna-se oportuno tecer algumas reflexões sobre a mitologia grega e romana associada à divindade cultuada. Prosérpina é uma divindade latina, considerada a deusa dos Infernos, assimilada desde cedo à Perséfone grega. O mito do rapto de Perséfone/ Prosérpina por Hades/Plutão¹²³ e sua instalação no Averno, confere-lhe, em associação com sua mãe Deméter e ainda como a protetora da fertilidade agrícola, estando relacionada com as tarefas sazonais do calendário agrícola. Considerando os dados

¹²³“Hades, o deus dos infernos, raptou Perséfone quando ela colhia flores com as ninfas suas companheiras. Sua mãe, Deméter andou errante pela terra durante nove dias, sem comer ambrósia nem beber néctar, com tochas acesas, em busca da filha. Ao décimo dia, Hélios, que tudo vê, revelou-lhe o sucedido”; “(...) a deusa, irada, revela a sua identidade e manda que lhe construam um templo, logo que este se completa encerra-se nele” (Pereira, 2003:311-312). Neste instante, os campos deixam de produzir e Zeus vê-se na necessidade de mandar chamar Perséfone. O rapto da sua filha leva Deméter a ensinar aos reis de Elêusis a agricultura e os mistérios.

mitológicos, a natureza do culto é claramente agrária, ligada à fertilidade das terras, à germinação das plantas, associada as ambas as divindades, Deméter/Ceres e sua filha Perséfone/Prosérpina.

Torna-se oportuno sublinhar que a ocorrência do possível santuário a Prosérpina pode ser interpretada com duas leituras: uma relacionada com os conteúdos agrícolas, considerado que esta divindade organiza os ciclos produtivos e proporciona a fertilidade dos solos; e outra relacionada com o possível prolongamento do ambiente emeritense.

Numa primeira leitura e tendendo em conta a proximidade geográfica com *Augusta Emerita*, uma *colonia* de legionários convertidos em agricultores, não seria despiciente colocar a probabilidade de estes terem vivido e falecido no território elvense, propício à exploração agrícola pelos solos férteis. A segunda perspetiva, já é mais sugestiva, dada a localização do sítio da Fonte Branca (nº18), apresentar uma possível ligação à via XII, o que nos a interpretar que nesta área existisse um caminho de passagem e de articulação capital-territórios envolventes. Considerando esta perspetiva e a própria orografia do terreno que permitira um ponto de passagem com contato visual, no sentido de “ver e ser visto”, implicaria uma forte preponderância simbólica, o que parece ser também o caso da invocação a *Dea Sancta* identificada na Herdade da Defesinha (Campo Maior), confirmada pelo teónimo. Nesta ótica, podemos estar perante um fenómeno de interpretativo, de romanização de uma divindade anterior.

No que concerne ao universo funerário destaca-se o exemplar no qual se conhece a causa que determinou o agradecimento a Prosérpina: o cumprimento do voto como forma de gratidão (nº1-H) por *Silvinus* cuja alegria, manifesta na expressão *sibi restituta*, remete para a restituição da esposa doente e já curada pela intervenção da divindade. A consulta da base *Hispania Epigraphica online database* permitiu identificar apenas 12 inscrições dedicadas a Prosérpina, verificando-se à partida de que este culto na *Hispania* não dispõe de uma grande abundância de testemunhos epigráficos tal como Sílvia Teixeira recentemente tinha constatado, concentrando-se estes sobretudo no território de Elvas com 5 inscrições e alguns testemunhos na Bética. Segundo Sílvia Teixeira (Teixeira, 2014:73), a área de distribuição deste culto mantém-se restrita, não ultrapassando o Guadiana para Norte, conforme podemos averiguar pelo levantamento dos testemunhos epigráficos incorporados na base acima mencionada (**Tabela 4**).

Tabela 4 – Distribuição geográfica do culto a Prosérpina

Nº HE	PROVENIÊNCIA	MATÉRIA-PRIMA	SUPORTE
863	Castiblanco de los Arroios (Sevilha)	----	----
4708	Alcalá del Río (Sevilha)	----	----
5483	Garrovilla (Badajoz)	Mármore branco	Ara
5568	Salvatierra de los Barros (Badajoz)	Granito	----
21480	Mérida	----	----
21481	Pantano de Prosérpina (Mérida)	Mármore	Placa emoldurada
23299	Valencia de Alcántara, Cáceres	Mármore	Ara
21232	Elvas	----	----
21233	Elvas	----	----
21234	Elvas	----	----
23834	Fonte Branca (Elvas)	Granito	Ara
23835	Fonte Branca (Elvas)	Granito	Ara

No que concerne ao quadro geográfico em estudo, o núcleo epigráfico é significativo e permite validar a probabilidade já apresentada por José d'Encarnação (IRCP, 1984) independentemente deste conjunto estar associado a Atégina (Teixeira, 2014:74). Relativamente ao conjunto encontrada na Herdade da Fonte Branca (nº18), na inscrição nº18-A (IRCP,1984:574), a divindade é evocada como *dea Proserpina*, já a inscrição nº18-B (IRCP, 1984: 574) observa-se a abreviatura do teónimo (IRCP, 1984:574).

A inscrição nº 21481, encontrada em Mérida, merece alguns comentários¹²⁴. Esta epígrafe estava no século XVIII no muro da presa chamada de La Albuera¹²⁵, verifica-se um reaproveitamento da peça, observado num dos cantos. Este lugar foi ao longo dos tempos recebendo várias designações como Albuera, La charca, porém, recebe o nome de Prosérpina em virtude da descoberta desta inscrição por D. Gregorio Fernández e Pérez. Existem no local cantarias de mármore, exploradas em época romana para as construções e elementos de adorno dos edifícios *emeritensis*, o que pode explicar a escolha do mármore nesta gravação epigráfica. Nas proximidades, também foi encontrado um sarcófago romano, no sítio chamado de *La Calera*. Sabe-se que esta peça foi

¹²⁴ Veja-se nos *Cadernos Emeritensis*, nº19 (Buruaga,2002) os artigos do autor José Alvarez S. de Buruaga sobre a história, a proveniência e o contexto arqueológico da epígrafe dedicada a Prosérpina encontrada em Mérida.

¹²⁵ J. Alvarez Buruaga é da opinião que apesar de não se conhecer a verdadeira proveniência, acredita que a inscrição deve ter-se encontrado nas proximidades “quíçá al cavar los cimentos de las construcciones del mismo lavadeira, fijándola después en la pared de la presa” (Buruaga,2002:245).

transferida para Mérida para a casa de um particular, Don Antonio Pacheco, sendo apenas realocizada em 1955.

Manuel S. de Frías e Joana R. Cortéz (Frías e Cortéz, 2002:286) defendem que existe uma peculiar relação entre as correntes religiosas e o desenvolvimento da rede viária, testemunhado pela distribuição das epígrafes que atestam a existência de um culto associado à deusa indígena *Ataecina* e às deusas romanas, Prosérpina e Ceres. O primeiro culto foi estudado por J. M Abascal em 1995, que, reunindo todos os testemunhos epigráficos da *Hispania*, verificou que deste conjunto o nome da deusa é variável, podendo sintetizar-se na sequência *dea Ataecina Turibrigensis*¹²⁶. Segundo os autores mencionados a difusão do culto a *Ataecina* localizado também na Lusitânia está relacionado com “las condiciones creadas por la fundación de Mérida y por la red viária que partía desde ella las que posibilitaron dicha difusión” (Frías e Cortéz, 2002:288). Os mesmos autores defendem que a identificação entre Atégina e a deusa romana Prosérpina é testemunhada em Mérida e nos seus arredores, como se identifica nas inscrições n. os 21480 e 21481 encontradas em Mérida e na epígrafe nº 5568 encontrada na *Salvaterra de los Barros*, nas quais se verifica o sincretismo de ambas as divindades (*Dea Sancta Ataecina Turibrigensis Proserpina*). Apesar da associação entre as divindades Atégina e Prosérpina¹²⁷, observável nas inscrições encontradas em Mérida, não se constitui como um elemento satisfatório para afirmar que todas as dedicatórias a Prosérpina evidenciem também o culto a Atégina e vice-versa. J. M. Abascal (Abascal, 2002:53) acrescenta ainda de que não se terá verificado uma completa assimilação entre ambas as divindades, tendo por isso cada uma ter mantido a sua identidade. Na mesma linha de ideias Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1905:160-161), com base no elevado número de epígrafes, propõe a existência de santuários a Atégina¹²⁸ na área de Mérida¹²⁹ e em Elvas, contudo, Sílvia Teixeira (Teixeira, 2014) exclui a última hipótese apresentada, baseando-se nas duas presumíveis dedicatórias a esta divindade, justificando o facto de nelas figurar o

¹²⁶ Segundo Manuel Frías e Joana Cortéz o único elemento que se pode relacionar com o passado pré-romano de *Ataecina* é o adjetivo *Turibrigensis*, que relacionada esta deusa com a cidade de *Turobriga* ou *Turibriga*, lugar que surge mencionado por Plínio entre as cidades da Bética céltica, depois de *Arucci* e antes de *Lastigi*. Estas evidências permitem compreender que *Ataecina* seria uma deusa originária ou bem representada neste local, contudo, verificamos uma difusão do seu culto na Lusitânia, estimado em 15 dedicatórias.

¹²⁷ No contexto da assimilação, ter-se-ia transferido os atributos de natureza produtiva e infernal de uma para a outra.

¹²⁸ Trata-se da divindade indígena mais cultuada no Sul peninsular, seguidamente de Endovélico (IRCP,1984: 800).

¹²⁹ Também J. M Abascal interpreta Mérida como possível centro de culto a Atégina, localizando todos os santuários na área de Cáceres (Abascal,2002:55).

epíteto “*dea sancta*”, uma encontrada em Elvas (IRCP, 1984:566) e a outra em Campo Maior¹³⁰ (FE 8, 1984, n°32).

Em suma, esta divindade foi cultuada na Lusitânia (*conventus emeritensis*) e na Bética. Verifica-se uma considerável diversidade em termos de matéria-prima expressa quer no uso do mármore quer no uso do granito¹³¹. Em termos de suporte epigráfico, verifica-se a predileção pelas aras, destacando-se apenas um exemplo de placa emoldurada no caso da inscrição encontrada em Mérida (n°21481).

6.1.2. Belona

Foi encontrada em Santa Catarina (n°8) uma inscrição na qual se documenta a colocação de um altar a Belona por *Valgius*. Reconhece-se a adaptação desta peça a elemento de construção, observada na parte superior do capitel e de toda a molduração da base. Este sítio foi denominado como Santa Catarina da Alentisca do Caia dada a existência da Ermida¹³² com o mesmo nome. Esta epígrafe foi encontrada em Agosto de 1993, no leito seco da barragem do Caia, no meio das pedras que serviam de base ao altar, em ruínas, da antiga capela (FE, 1994:207) que segundo o Padre Henrique Louro (Louro, 1969:6) assentaria sobre construções romanas. Há dúvidas em relação à tipologia do local, interpretando-se como um possível casal no qual foi encontrado um fragmento de peso de lagar, estruturas habitacionais, uma área de necrópole e no qual há referências a uma ponte antiga, hoje submersa (Carneiro, 2014, vol. II:08.09). Independentemente da tipologia do local, torna-se oportuno compreender a origem e a extensão deste culto.

Esta divindade, originária da Ásia Menor, terá sido assimilada à deusa *Virtus* pelos romanos, que a designaram de Belona. É por vezes considerada como a mulher do deus Marte, associada à guerra, às fúrias e aos ideais de coragem viril.

Sílvia Teixeira (Teixeira,2014:89-90) apresenta a extensão geográfica deste culto, sublinhando desde logo que se documenta na Lusitânia, do qual procede a sua totalidade do *conventus Emeritensis*. A maioria das inscrições foram identificadas na região de Cáceres, conforme se pode facilmente visualizar na **Tabela 5**, resultante da pesquisa na base *Hispania Epigraphica online database*.

¹³⁰ Incluí o território de Campo Maior nesta área geográfica, dado que em época romana, os locais se inseriram no mesmo termo, tal como a área de Arronches e Monforte (IRCP,1984:631).

¹³¹ Ver tabela n°4 – Distribuição geográfica do culto de Prosérpina.

¹³² A Ermida de Santa Catarina foi restaurada em 2006. Atualmente localiza-se na Herdade o turismo rural denominado de Casa da Ermida de Santa Catarina.

Tabela 5 – Distribuição geográfica do culto a Belona

Nº HE	PROVENIÊNCIA	MATÉRIA-PRIMA	SUPORTE
421	Montánchez (Cáceres)	Granito	Ara
6405	Villamesías (Cáceres)	Granito	Placa
6903	Santa Ana (Cáceres)	Granito	Ara
14384	Madroñera (Cáceres)	Granito	Ara
15125	Aceituna (Cáceres)	Granito	Ara
16773	Madroñera (Cáceres)	Granito	Ara
18906	Reus (Tarragona) * ¹³³	----	----
19370	Bohonal de Ibor (Talavera la Vieja, Cáceres)	----	Ara moldurada
20209	Santa Marta de Magasca (Cáceres)	Granito	Ara
20359	Monroy (Cáceres) *	Granito	Bloco
20773	Cumbre (Cáceres)	----	----
21067	Plasenzuela (Cáceres)	Granito	----
21068	Benquerencia (Cáceres)	----	Estela
21069	Benquerencia (Cáceres)	Granito	Estela
21070	Benquerencia (Cáceres)	Granito	Estela
22065	Trujillo (Cáceres)	----	----
22793	Santa Eulália (Elvas)	Granito	Ara
24288	Herguijuela (Cáceres)	Granito	Ara
24298	Herguijuela (Cáceres)	Granito	Ara
24975	Herguijuela (Cáceres)	----	Ara
24976	Ruanes (Cáceres)	----	Ara

Na mesma tabela é claramente observável a homogeneidade do uso do granito para as gravações epigráficas que documentam o culto a Belona, não se conhecendo, até ao momento, nenhum exemplar de outro tipo de matéria-prima. Na mesma linha de ideias, verifica-se a predileção pelo uso da ara, verificando-se apenas a existência de três estelas.

Perante este levantamento é perceptível que o testemunho epigráfico encontrado em Santa Catarina (nº8) é singular, na medida que é o único exemplar conhecido até ao momento que documenta o culto a Belona no território atualmente português. Segundo os autores do estudo desta inscrição (FE 46,1994:nº207) verifica-se uma estrutura textual peculiar, embora existam outros exemplos na epigrafia lusitana¹³⁴ encabeçados pela identificação do dedicante, seguida da menção da oferenda, do teónimo em dativo e da fórmula votiva. Esta estrutura poderá ser explicada pelo facto de a ara se destinar ao santuário da divindade, onde os dedicantes seriam distinguidos de acordo com a sua identificação (FE 46,1994: nº207).

No que concerne ao modo de identificação do dedicante, trata-se de um indígena cuja família já evidenciava alguma integração na realidade sociocultural romana,

¹³³ * =. Há dúvidas sobre a dedicação a Belona.

¹³⁴ Veja-se em IRCP,1984:804 a explicação sobre as estruturas dos textos.

deduzível da escolha do nome *Valgius*¹³⁵, da grafia da filiação por extenso e não em abreviatura, e a origem latina do patronímico (Teixeira, 2014:229).

No *Ficheiro Epigráfico* no qual foi publicada esta epígrafe, os autores consideram singular esta inscrição dada a dedicatória ser feita por um indígena a uma divindade romana, Belona, a deusa da guerra. O culto a Belona foi possivelmente trazido pelos veteranos vindos de Oriente que se estabeleceram num acampamento militar em *Castra Caecilia*, junto a Cáceres, o que explicaria a concentração de testemunhos nesta região¹³⁶ (FE 46, 1994, nº 207).

6.1.3. *Dea Sancta (Burrulobrigense)*

Foi encontrada na rua de João de Olivença, na casa nº5, em Dezembro de 1903, durante os trabalhos de abertura do vão para uma janela, uma inscrição (nº1-G) dedicada a *Dea Sancta Burrolobrigensis* (Pires,1901:460) a qual memora um indivíduo detentor de cidadania romana, identificado com os *tria nomina*, grafados através de siglas. Esta peça é única árula encontrada até ao momento no território elvense bem como é igualmente o único exemplar, do tipo votivo, gravado em mármore creme do tipo Estremoz-Vila Viçosa. Relativamente aos motivos decorativos, importa sublinhar que esta epígrafe foi trabalhada nas quatro faces, é de moldura de gola encurtada em cima e reversa em baixo; nas faces laterais, apresenta uma palma com pé, em relevo (IRCP,1984:566). Constata-se a existência de uma base praticamente desaparecida, dado a de um considerável espaço do lado esquerdo. Esta inscrição foi das primeiras a dar entrada no MAEE-AT dado o número de inventário atribuído à peça 460, registado no *Apêndice ao Catálogo do Museu Arqueológico de Elvas* [s.d].

Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1905:174-5) atribui esta inscrição a Atégina dado na linha 1.1 se ler *dea sancta*, epítetos associados a esta divindade. Porém, José d'Encarnação (IRCP, 1984:566) contradiz esta teoria, baseando-se nas duas linhas seguintes, nas quais Vasconcelos sugere que se encontra a identificação do dedicante, e no qual este autor interpreta um epíteto local da divindade *Burrolobrigensis*, apesar das

¹³⁵ *Valgius* surge na onomástica latina sob forma de gentílico, registando-se em Caparide, S. Domingos de Rana (Cascais) e Idanha-a-Velha (*Atlas Antroponímico*, 2003:335). Como cognome, apenas se documenta na inscrição encontrada em Elvas.

¹³⁶ Contudo, segundo J. Alvar “os movimentos militares levados a cabo pela região durante a campanha de Metelo não têm continuidade com a existência de um culto que se documenta quase três séculos mais tarde” (Alvar,2002:208).

reservas e do desconhecimento deste topónimo. Deste modo, o autor, avançou para a identificação do dedicante (QIEM) interpretando as siglas do seu nome: Q(uitus) I(ulius) EM(eritus). Tal como José d'Encarnação (IRCP, 1984:566) já tinha sublinhado o cognome é pouco atestado no masculino¹³⁷.

Sílvia Teixeira (Teixeira, 2014:74) sublinha que o culto de Prosérpina é o segundo culto de uma divindade isolada praticado no sul do Território atualmente português, juntamente com o da *dea sancta*¹³⁸. A maioria das inscrições provém do território de Elvas tal como já foi mencionado, contudo, a identificação de Atégina com Prosérpina, na inscrição nº1-G, revela-se problemática em termos interpretativos, além de que, segundo José d'Encarnação (IRCP, 1984:566), a *deusa Burrolobrigense* poderá designar uma divindade tutelar autóctone ao invés de Atégina como aponta Vasconcelos. Existe uma outra inscrição, igualmente gravada numa árula moldurada, com toros e fóculos, na qual se homenageia a “deusa santa” (FE, 1984: nº32; Encarnação, 1986:106), encontrada na Herdade da Defesinha (Ouguela, Campo Maior), atribuída a Atégina por M. Dias Diogo (FE, 1984: nº32). J. d'Encarnação (Encarnação, 1986:106) constata que a escrita do teónimo por siglas se deve ao facto de o monumento muito provavelmente se destinar ao habitual lugar de culto, o que não justificava a identificação completa tal como parece ter ocorrido na inscrição dedicada a Prosérpina (nº 18-B).

6.1.4. Teónimo não identificado

Do conjunto epigráfico analisado a inscrição nº6 é a que suscita mais dúvidas em relação ao contexto de proveniência e ao próprio texto. Mário Saa (Saa,1956:195) encontrou entre o Monte das Esquilas e Santa Eulália, não longe da Herdade de D. Miguel (nº25) uma “ara consagrada à deusa Vitória”. Também o Padre Henrique Louro no livro sobre *Santa Eulália* alude a esta peça “próximo da herdade de D. Miguel foi achada uma ara dedicada à Deusa Vitória” (Louro,1969:7).

Recentemente, André Carneiro (Carneiro,2010: XIX) coloca a hipótese de esta inscrição ser a mesma que Mário Saa descreveu, baseando a sua perspetiva nas dificuldades de leitura do texto. Esta inscrição deu entrada no MAEE-AT, porém, desconhece-se a data de incorporação. Esta ara de granito foi dada a conhecer por José

¹³⁷ No *Atlas Antroponímico* (Atlas, 2003:166) o cognome *Emeritus* é atestado em Mérida. Sílvia Teixeira (Teixeira, 2014:218) tendo em conta a onomástica do dedicante coloca a hipótese de estarmos perante uma eventual relação com África.

¹³⁸ Veja-se a tabela 1 na tese de Sílvia Teixeira (Teixeira, 2014).

d'Encarnação (IRCP, 1984:575), já incorporada na altura no Museu de Elvas, considerando-a como “iné dita” e atribuindo-a genericamente e com reservas a Elvas no seu trabalho.

José d'Encarnação apenas nos fornece a leitura interpretativa (texto em latim), não sendo possível a reconstituição/tradução do texto. Relativamente ao texto desta inscrição, o autor mencionado, interpreta *Secundytius* como um vocábulo, o que na sua opinião representa mais um gentílico do que um teónimo, o que justifica a sua interpretação do cognome *Victorinus* na linha 1.2, expressando que preferia “ler *Victoriae* – e assim ficava resolvido o problema do teónimo” (IRCP, 1984:575). André Carneiro partilha da mesma ideia: “é possível que se trate de uma epígrafe dedicada por um *Victorinus* a um teónimo indeterminado” (Carneiro, 2010: XIX).

Em suma ainda hoje persistem reservas no que concerne ao contexto de proveniência e à divindade cultuada.

6.2. As representações iconográficas

Foram apenas encontradas até ao momento com representações iconográficas associadas à esfera religiosa, vinte e uma em lucernas e outra em mosaico.

Na Herdade do Padrão, sítio interpretado como necrópole, foram identificadas quatro lucernas, uma delas com representação no disco de Ísis e Serápis. Abel Viana e Dias de Deus (Viana e Deus, 1950:241) encontraram um paralelismo com a lucerna estudada por Gil Farrés que se encontrava à época no Museu de Mérida. A consulta no *MatrizNet* permitiu encontrar a peça que parece ser a correspondente e referenciada em termos comparativos e figurativos por Abel Viana e D. de Deus com o exemplar encontrado em Elvas. A peça integra atualmente a coleção do Museu Nacional de Arqueologia (nº32829) e é dada como proveniente de Santa Amália em Mérida. A descrição que encontramos na ficha¹³⁹ desta lucerna é precisamente idêntica à ilustração que Viana e Deus publicaram (Viana e Deus, 1950:246). Os autores mencionados tinham sublinhado que a cor das peças eram exatamente iguais e, baseando-se nas características da lucerna de Mérida, datam a lucerna encontrada na Herdade do Padrão entre a transição

¹³⁹ “Lucerna de bico redondo e asa de fita do tipo Dr./Lamb. 28 A. Incompleta. Decoração moldada de bustos de Ísis e Serápis no disco. Orla decorada com meios círculos gravados e quiçá folhas e flores no bico, do tipo Loeschke VIIIa. Serápis era coroado por um *modius* - Medida de cereais e símbolo de fertilidade. Ísis surge coroada por cornos de vaca - crescente lunar enquadrando o disco - chama solar” (acedido: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=118544>).

do século I-II d.C.¹⁴⁰, colocando ainda a hipótese de estes dois exemplares terem saído do mesmo molde (Viana e Deus, 1950:242).

Ísis é uma deusa egípcia, que não pertencia à mitologia helénica nem romana, inserida no grupo das divindades designadas “greco-egípcias” ou “alexandrinas”, juntamente com o seu par masculino, Serápis¹⁴¹. Ambas as divindades entraram no mundo romano e foram cultuadas em África e na Hispânia. Sílvia Teixeira (Teixeira,2014:53-55) apresenta o estado do conhecimento das dedicatórias a estas divindades em suporte epigráfico na área de Tarraconense, da Bética e da Lusitânia, destacando que o culto de Serápis é menos representativo na Hispânia do que o de Ísis¹⁴².

No Sítio dos Papulos foi descoberto diverso espólio romano por Torres de Carvalho aquando a reconstrução da estrada municipal denominada de Gil Vaz. No topo de duas sepulturas de lajes brutas, à profundidade de meio metro foi encontrada a inscrição nº21 (Pires,1901: nº20). No interior das sepulturas, e ao longo delas, foi encontrado dois anéis, restos osteológicos, pregos e cerâmica comum. Foi encontrada uma “lucerna romana, de barro alvadio (partida em dois pedaços), tendo no disco um busto em relevo (Pires,1901: nº41-42). Todas as peças deram entrada no MAEE-AT tendo sido oferecidas pelo seu achador. Atualmente a lucerna encontra-se nas reservas temporárias do antigo Museu Municipal tendo sido atribuído o nº4593, tendo sido restaurada. A visualização da peça permite interpretar a possível figuração de Hélios dada a coroa.

Na Herdade do Carrão, sítio interpretado como *villa*, foi identificado no painel de mosaico nº1 uma figuração de Epona. Manuel Heleno descreve brevemente este painel: “mosaico a vermelho, amarelo e branco e azul muito escuro, com circunferências inscrevendo vários motivos: trevos, entrelaços, estrelas, cruz, flores, etc. No centro, dentro de um quadrado de encordoado, uma figura de mulher sobre burro ou muar, com o corpo lançado para a garupa, e uma das mãos separando a rédea. Tratar-se-á, possivelmente, de Epona, divindade gaulesa” (Heleno, 1951:92). Contudo, esta referência isolada não permite avançar para uma análise mais profunda. Sabe-se que neste local foi encontrado por “ocasião da debulha os trabalhadores tinham achado uma cabeça de estátua, com a qual se divertiram, atirando-a uns aos outros, à maneira de bola” (Viana e

¹⁴⁰ Na ficha da lucerna encontrada em Mérida confirma-se esta datação.

¹⁴¹ Ver sobre Ísis e Serápis na África Romana (Martínez, 2015).

¹⁴² Segundo José d’Encarnação (IRCP:182) o culto oriental de Ísis terá deixado mais vestígios, particularmente nas regiões mais “romanizadas” do Sul Peninsular, tendo sido possivelmente importado por mercadores que acompanhavam os exércitos durante a época republicana.

Deus, 1950: 296). Este elemento escultórico nunca mais voltou a aparecer e, também nos é desconhecido a divindade cultuada. Perante estes condicionalismos de análise torna-se complexo compreender a figuração identificada no mosaico nesta *villa*.

Na Herdade da Torre das Arcas foram encontradas 21 lucernas com representações mitológicas (Diana, Ísis, Mercúrio, Marte, rapto de Ganimedes) e cenas eróticas, no decurso de escavação arqueológica por parte de Dias de Deus e de Abel Viana (Deus, Louro, Viana, 1955:575). Estes elementos necessitariam de um estudo mais aprofundado tendo em conta o contexto arqueológico em que foram encontrados, porém, torna-se necessário localizar o seu atual paradeiro nos acervos museológicos.

Apesar de não ser objetivo refletirmos sobre pormenorizadamente sobre as representações escultóricas¹⁴³, devemos ainda destacar o ninfeu da Quinta das Longas¹⁴⁴. Em primeiro lugar é importante sublinhar que existem reservas face ao carácter funcional que terá tido este espaço, não sendo possível determinar se funcionou como um espaço religioso, cultural e celebratório ou se apenas se enquadraria numa esfera cenográfica (Carneiro,2014, vol. II:121 e 229). Todavia, apesar de terem sido identificados mosaicos pouco expressivos, em contrapartida, existe um conjunto escultórico impressionante¹⁴⁵, podendo este espaço ter funcionado como um espaço de *delectatio* e fruição¹⁴⁶ (Carneiro,2014,vol.II:99).

Em suma, as representações epigráficas e iconográficas apresentadas permitiu-nos o conhecimento sobre as devoções religiosas identificadas em época romana no atual quadro geográfico em estudo. Constatou-se uma diversidade de sistemas religiosos identificados nos quais se registam cultos e divindades de origem romana – Prosérpina e Belona; de origem oriental - Ísis e Serápis, e ainda de natureza indígena, testemunhada pela presença de Atégina e *Dea Sancta*, cuja associação levanta, no entanto, algumas reservas.

¹⁴³ Ver sobre o programa decorativo da Quinta das Longas Basarrate, Carvalho, Almeida (2002).

¹⁴⁴ A *pars urbana* desta *villa* apresenta um plano arquitetónico modesto, excetuando-se o ninfeu, interpretando por André Carneiro como a grande peça ornamental do ambiente doméstico e o seu conjunto estatuário (Carneiro,2014, vol. II:195).

¹⁴⁵ Veja-se em Barrasate, Carvalho e Almeida (2002) sobre o programa escultórico da Quinta das Longas.

¹⁴⁶ André Carneiro alega que o curso de água da ribeira de Chaves possuía um papel determinante na *arquitectura cénica*, potenciada pelo facto de o ninfeu estar implementado nas suas proximidades (Carneiro, 2014, vol. II:193-194).

As representações associadas à esfera religiosa permitem-nos aproximar do conhecimento das vivências da sociedade num contexto peculiar entre espaço-tempo; para isso, torna-se essencial ultrapassar a gravação implícita na pedra. Não menos importante é conhecer o contexto arqueológico e o sítio de proveniência, os dois elementos por vezes mais difíceis de aclarar e ainda analisar a frequência ou ausência destas representações em determinadas áreas geográficas. Concluimos desta forma que é um tema que merece um estudo mais aprofundado e que necessita de se conjugar mais fatores para se obter uma leitura mais autêntica sobre a esfera religiosa que embora complexa nos permite aceder ao perfil social e cultural das pessoas.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo primordial reunir elementos da presença romana no atual concelho de Elvas e, nesse sentido, partimos da análise de elementos epigráficos e dos aspetos que se interligassem com esses testemunhos. Através da narrativa histórica-arqueológica procurou-se dar a conhecer o cenário dos bastidores desta cultura material, no sentido de se identificar o sítio de proveniência, o contexto arqueológico e ainda, os coletores/depositantes deste espólio no antigo Museu Arqueológico e Etnográfico António Thomaz Pires.

A análise realizada sobre os diferentes ciclos de investigação e das diferentes personalidades a eles associadas, permitem-nos atestar a relativa singularidade do panorama da arqueologia elvense entre os finais do século XIX e os inícios do século XX. Thomaz Pires e Victorino d'Almada foram os protagonistas, numa primeira fase, de uma “geração de elite”, seguindo-se Torres de Carvalho. Torna-se oportuno referir que esta geração é a responsável pelo acesso às fontes epigráficas estudadas, que, por sinal, espelham igualmente uma sociedade com um perfil social peculiar.

Procurámos congregar o máximo de indicadores diretos que nos possibilitassem aceder ao conhecimento do retrato social das pessoas que viveram em época romana no atual aro elvense. Neste prisma, a leitura global das fontes epigráficas e das representações iconográficas remeteu-nos para o mundo funerário e para as diferentes manifestações religiosas e destas diferentes evidências, aliadas ao registo arqueológico sobre o povoamento rural romana nesta área transparece a ideia de que estas “gentes” se enquadrariam num quadro coerente de uma realidade social, económica e cultural surgido sob a esfera do *territorium emeritense*. A perspetiva descrita justifica-se tendo em conta que o marcador territorial estudado reunia os requisitos correspondentes aos padrões-ideais que combinava os aspetos geomorfológicos, a pedologia e fisiográfica e ainda, a geoestratégica do território, elemento que se prende à questão da rede viária que possibilitou a troca de costumes, mercadorias e de movimentos de “gentes”.

Concluimos que a sociedade romana que viveu no território elvense é o reflexo das influências dos centros urbanos, facilitadas pelo seu posicionamento geográfico junto a três itinerários (vias XII, XIV e XV) que estabeleciam a ligação de *Augusta Emerita* a *Olisipo* passando por *Ebora*. Atendendo à concentração de marcos miliários, elementos chave-de-percurso, identificados nas atuais freguesias de Barbacena e Vila Fernando,

reforça-se a ideia acima enunciada. As *gens* identificadas no território elvense também se atestam na capital provincial e no seu porto marítimo, verificando-se, contudo, uma elevada incidência no território de *Emerita*.

A ideia mais forte reside no facto do território em apreço ser um território de passagem, mas também, de uma elevada fixação populacional, testemunhada pelos diversos sítios arqueológicos e pela qualidade dos elementos epigráficos. Seriam pessoas com uma forte capacidade aquisitiva, ideia confirmável pela concentração e monumentalidade das *villae*, tipologia de sítio predominante. Estas “gentes” transportaram para as residências de campo os *urbana ornamenta*, o que deixa transparecer a intensa conexão entre cidade-campo.

A paisagem do atual concelho de Elvas é marcada pelo universo das grandes *villae* implementadas em solos férteis e próximas das linhas de água, principalmente no corredor natural do Caia e Guadiana, estando algumas associadas às atividades agrícolas como é o exemplo o Monte da Ovelheira e da Herdade do Carrão dadas as estruturas identificadas e os pesos de lagar. Por outro lado, também se concentram significativamente ao longo da via XII, associada à exploração do anticlinal de Estremoz, sendo por isso apelidada de “rota dos mármore”. Deste modo, torna-se perceptível que havia duas “categorias” de *villae*, ambas ancoradas aos domínios da cultura clássica: por um lado, tínhamos aquelas que estariam associadas a atividades agropecuárias e, por outro lado, as que se encontram estruturadas para a vivência do *otium* e para a *contemplatio* como é o caso da Quinta das Longas. Estas evidências enquadram-se na esfera da autorrepresentação e do cenário adequado à vida pública, própria do espaço urbano, fenómeno designado de *urbs in rure*. Neste contexto, concluímos que estas “gentes” seriam uma população rural, mas que, contudo, estariam indubitavelmente associadas a hábitos culturais de uma significativa impregnação urbana, tal como nos evidenciam os elementos espelhados nas *villae* e ainda os monumentos epigráficos.

A análise antroponímica permitiu constar a diversidade de “gentes” expressa no modo de identificação, registando-se um conjunto significativo de indivíduos que ostentam *tria nomina*, elementos que revelam o estatuto de cidadão romano, que coexistem com uma presença pontual de indivíduos com nomes de raiz helénica e ainda com outros cuja onomástica é indígena em contexto latino. Para além da forte influência do centro de poder de *Augusta Emerita*, acresce a presença de gentes, vindas provavelmente de Itália ou de outras cidades mais romanizadas da *Hispania*, o que nos

leva a considerar que estes imigrantes contribuíram também para a diversidade do retrato sociocultural das “gentes que ali viviam.

As mensagens transmitidas pelos testemunhos epigráficos encontrados no território elvense possibilitaram uma incursão, ainda que indireta, ao conhecimento da vida privada, social, familiar e demográfica dos indivíduos que viveram na época romana no quadro geográfico em apreço. Trata-se de uma sociedade homogênea vinculada aos valores clássicos, perspectiva atestada na leitura dos aspetos sociais e culturais, de que são exemplo os próprios formulários, os suportes epigráficos, a onomástica implícita e ainda a predileção dos elementos marmóreos na esfera funerária, elementos que nos denunciam uma população rural com um elevado poder económico.

A sistematização das manifestações religiosas permitiu reconhecer diversas devoções dada a heterogeneidade das divindades que coexistem no mesmo sistema religioso. Verifica-se a presença de divindades de origem romana – Prosérpina e Belona; de origem oriental – Ísis e Serápis, e ainda de natureza indígena, testemunhada pela presença de Atégina e *Dea Sancta*, cuja associação levanta, no entanto, algumas reservas. A multiplicidade de divindades é um indicador de vitalidade cultural, embora este seja um universo complexo. Estas manifestações merecem um estudo mais aprofundado, através de uma leitura complementar associada ao sítio de proveniência e a outros elementos de cultura material que possibilitem novas pistas de investigação na perspectiva de se alcançarem os seus verdadeiros significados e a razão da sua presença no atual concelho de Elvas.

Em suma, podemos concluir que o aro atualmente elvense estaria na época romana enquadrado na realidade sociocultural e económica da capital provincial atendendo ao conjunto epigráfico estudado e em especial às inscrições que memoram indivíduos na tribo Papíria. Estes últimos elementos aliados aos sítios arqueológicos, possibilitam assegurar que o quadro geográfico estaria na zona de influência *emeritense* dentro do *conventus*, sem, contudo, atribuir o território estudado diretamente ao seu *ager*. É neste contexto que sublinhamos que a leitura mais forte é sem dúvida a da sua profunda e íntima ligação com a *Emerita*, fator que determinou as estruturas de povoamento, tornando o perfil social destas “gentes” singular em função dos contatos potenciados, dos intercâmbios comerciais, da difusão da cultura e da língua latina.

A leitura das fontes epigráficas funcionou como ponto de partida, mas, suscitou ainda a necessidade de a elas se somarem outros elementos e contributos para melhor se

compreender a presença romana no quadro geográfico estudado. Neste contexto deixamos algumas perspetivas que deverão ser desenvolvidas de futuro:

- A necessidade da complementaridade dos estudos para lá dos limites dos atuais estados ibéricos, com o propósito de caracterizar e definir de forma mais aproximada o perfil da sociedade em época romana, o que torna imperativo a transposição das fronteiras modernas, no sentido de se conhecer o território como um todo, evitando assim as “falsas leituras” demasiado centralizadas unilateralmente em cada um dos atuais territórios.

- Um estudo exaustivo sobre as diferentes personalidades que contribuíram para o panorama da arqueologia elvense, atendendo a que foram os protagonistas que nos transmitiram nos séculos XIX e XX, referências únicas relativamente aos sítios arqueológicos e aos materiais neles recolhidos, os quais, em alguns casos, se encontram destruídos de forma parcial. Os seus dados biográficos poderão auxiliar no conhecimento mais aprofundado da coleção de arqueologia pertencente ao antigo Museu Municipal de Elvas. É neste contexto que se justificaria um estudo sobre a relação epistolar desta “geração de elite” com outras figuras de alto relevo como é o caso de Leite de Vasconcelos;

- Traçar a história do Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas – António Thomaz Pires desde as propostas para a sua criação até à sua fundação e extinção, englobando diversos aspetos desde o modo de funcionamento, os critérios e metodologias utilizados na conceção dos inventários, as diferentes personalidades que assumiram o cargo de diretor e conservador, os contribuintes, os processos de incorporação dos espólios, a separação entre a biblioteca e a seção da arqueologia, a identificação das salas temáticas e as suas coleções. Seria ainda interessante compreender o novo discurso museográfico proposto para o futuro Museu que receberá o nome de António Thomaz Pires como forma de homenagem ao seu iniciador, cuja inauguração se prevê para finais de 2020. Neste prisma, seria oportuno fazer a (re)leitura dos espólios museológicos, numa perspetiva centrada na componente imaterial, de forma a estabelecer pontes com a comunidade local e historiografar o conhecimento e a evolução do território do atual concelho de Elvas.

O papel do arqueólogo não deve ser compreendido na perspectiva daquele que apenas intervenciona os sítios. O estudo da cultura material recolhida das intervenções arqueológicas é fundamental para se compreender as vivências das sociedades, como nos indica a frase de abertura que reflete esta situação “el arqueólogo na escava cosas, sino gente”. Contudo, é necessário termos a consciência de que o conhecimento das pessoas (ou de uma sociedade) não se deve resumir ao estudo dos seus pertences, na medida em que ainda que fosse hipoteticamente possível, conhecê-los a todos, dificilmente conheceríamos o modo de pensar, de sentir, os gostos e os comportamentos de cada um.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AHME. = Arquivo Histórico Municipal de Elvas

BME-EG. = Biblioteca Municipal de Elvas – Dra. Elsa Grilo

CNS. = Código nacional de Sítio

EIA. = Estudo de Impacte Ambiental

FE. = *Ficheiro Epigráfico*

HE. = *Hispania Epigraphica online database* (<http://eda-bea.es/>)

Herd. = Herdade

IADMMME. = Inventário do acervo documental do Museu Municipal de Elvas (2015)

IRCP. = Encarnação, 1984

MAEE-AT= *Museu de Arqueologia e Etnografia – António Thomaz Pires*

PDM. = Plano Diretor Municipal (2009)

BIBLIOGRAFIA

- FONTES

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ELVAS –DRA. ELSA GRILO

António Thomaz Pires (Cota: ATP999).

Correspondência do Museu e Biblioteca.

- [s.d], *Apêndice ao Catálogo do Museu Arqueológico de Elvas.*

- [s.d], *Esquema do Catálogo do Museu* – organizado por Domingos Lavadinho.

- Relatórios da Biblioteca Municipal e do Museu Arqueológico e Etnografia de Elvas.

- Centro de Arqueologia Elvense.

FONTES: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ELVAS

A Fronteira, 10 de Agosto de 1913, Ano III, 114.

A Fronteira, 24 de Setembro de 1911, Ano I, 17.

A Sentinela da Fronteira, 11 de Junho de 1882, Ano II, 125.

A Sentinela da Fronteira, 14 de Maio de 1881, Ano I, 18.

A Sentinela da Fronteira, 18 de Junho de 1882, Ano II, 127.

A Sentinela da Fronteira, 2 de Julho de 1882, Ano II, 131.

A Sentinela da Fronteira, 21 de Setembro de 1881, Ano I, 50.

A Sentinela da Fronteira, 25 de Junho de 1881, Ano I, 23.

A Sentinela da Fronteira, 25 de Junho de 1882, Ano 129.

A Sentinela da Fronteira, 25 de Novembro de 1881, Ano I, 68.

A Sentinela da Fronteira, 28 de Setembro de 1881, Ano I,52.

A Sentinela da Fronteira, 29 de Junho de 1882, Ano II,130.

A Sentinela da Fronteira, 7 de Setembro de 1881, Ano I,46.

ALMADA, V. d'. [s.d], *Elementos para um dicionário de Geografia e História Portuguesa: concelho de Elvas e extintos de Barbacena, Vila Boim e Vila Fernando - Adiantos*. Elvas.

Ata nº 24 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 1 de Junho de 1880.

Ata nº 28 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 22 de Junho de 1880.

Ata nº 59 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 31 de Outubro de 1860.

Ata nº5/82 da Sessão da Câmara Municipal de Elvas de 3 de Fevereiro de 1882.

Ecos da Colónia, Outubro/Novembro, 1947, Ano 11,19 e 20.

Jornal de Elvas, 1 de Setembro de 1949, Ano 24, 1095.

Jornal de Elvas, 12 de Julho de 1947, Ano 22,978.

Jornal de Elvas, 12 de Junho de 1938, Ano 12, 542.

Jornal de Elvas, 14 de Outubro de 1954, 1363.

Jornal de Elvas, 15 de Janeiro de 1953, 1271.

Jornal de Elvas, 26 de Março de 193, 1281.

Jornal de Elvas, 28 de Setembro de 1941, Ano 16, 687.

Jornal de Elvas, 3 de Abril de 1938, Ano 52, 533.

Linhas de Elvas, 1 de Outubro de 1966, Ano VII, 826.

Linhas de Elvas, 10 de Setembro de 1966, Ano XVII, 823.

Linhas de Elvas, 15 de Agosto de 1959, Ano IX, 457.

Linhas de Elvas, 18 de Fevereiro de 1961, Ano XI, 534.

Linhas de Elvas, 19 de Julho de 1952, Ano II, 97.

Linhas de Elvas, 2 de Março de 1964, Ano XIV, 695.

Linhas de Elvas, 20 de Outubro de 1951, Ano II, 58.

Linhas de Elvas, 24 de Fevereiro de 1951, Ano I, 25.

Linhas de Elvas, 29 de Março de 1952, Ano II, 81.

Livro 5.^a das Atas da Câmara Municipal de Elvas, 1913.

O Correio Elvense, 18 de Junho de 1949, Ano XLIX,961.

O Correio Elvense, 24 de Março, Ano XL.

O Correio Elvense, 25 de Agosto de 1945, Ano XLV,767.

O Elvense, 17 de Junho de 1880, Ano I, 2.

O Elvense, 19 de Abril de 1883, Ano III, 251.
O Elvense, 23 de Abril de 1882, Ano II, 129.
O Elvense, 24 de Junho de 1880, Ano I, 3.
O Elvense, 25 de Dezembro de 1880, Ano I, 29.
O Elvense, 31 de Janeiro de 1884, Ano IV, 313.
O Elvense, 5 de Agosto de 1880, Ano I, 9.
O Elvense, 5 de Novembro de 1882, Ano III, 184.
O Elvense, 9 de Setembro de 1880, Ano I, 14.
O Elvense, 28 de Julho, Ano VIII, 677.
O Ocidente, 11 de Outubro de 1882.
O Transtagano, 11 de Novembro de 1860, 66.
O Transtagano, 18 de Novembro de 1860, 58.
O Transtagano, 23 de Dezembro de 1860, 68.

FONTES CEDIDAS PELO MUNÍCIPIO DE ELVAS

CALVO, Ever (2004), *Relatório das escavações Arqueológicas da Praça da República*, Elvas. Ocrimira Investigação Arqueológica & Patrimonial, Lda.
BATATA, C., BORGES, N. (2004), *Relatório final- Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça da República (Elvas)*. Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Lda.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge (1960-1961), Algumas peças de terra sigillata na secção arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa, *Conímbriga* II-III, p. 181-201.
ALARCÃO, Jorge (1968), Vidros romanos de Museus do Alentejo e Algarve. *Conímbriga* VII, Coimbra, p.7-39.
ALARCÃO, Jorge (1974), *A vida rural no Alentejo na época romana*. Projeto de investigação apresentado como prova complementar de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Coimbra, FLUC.
ALARCÃO, Jorge de (1983), *Portugal Romano*. Lisboa, Editorial Verbo.
ALARCÃO, Jorge de (1988a), *Roman Portugal*. Londres, Warminster, & Phillips.
ALARCÃO, Jorge de (1988b), *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
ALARCÃO, Jorge de. (2006), As vias romanas de Olisipo a Augusta Emerita. *Conímbriga*, 45, 211–251.

ALARCÃO, Jorge de. (2015), “As cidades da *Lusitania*: imagens de um processo cultural Augusta Emerita”, BASSARATE TRINDADE, Nogales [cord.], Monografias Emeritenses 8, Museo de Arte Romano.

ALMADA, Victorino d’ (1888-1891), *Elementos para um dicionário de Geographia e História Portuguesa: concelho de Elvas e extintos de Barbacena, Vila Boim e Vila Fernando*. Elvas, Typographia de Samuel F. Baptista, Tomo I, II e III.

ALMEIDA, M. J (1999-2000), Testemunhos da ocupação romana no concelho de Elvas: elementos para a história da arqueologia regional. *A Cidade* nº 13-14, p. 53-76.

ALMEIDA, M. J.; CARVALHO, A (1998), Ânforas da *villa* romana da Quinta das Longas (Vicente e Ventosa, Elvas): resultados de 1990-1998. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa Vol. 1(2), p. 137-163.

ALMEIDA, Maria José de (2000), *Ocupação rural romana no atual concelho de Elvas*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ALMEIDA, Maria José de (2005), *Villa romana da Quinta das Longas (Elvas, Portugal): a lixeira baixa-imperial*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 8(1), p. 299-368.

ALMEIDA, Maria José de (2017), *De Augusta Emerita a Olisipo por Eborac: uma leitura do território a partir da rede viária*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa Faculdade de Letras.

ALVAR, J. (2002), “Cultos orientais e místéricos na província da Lusitânia”, RIBEIRO, J. C. (coord.), *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 205-210.

ANDRADE, Rui de (1948), *Font'Alva: Alfredo d'Andrade*, Lisboa, Tipografia Duarte.

ANTA, Maria Teresa (2005), *La sociedad romana del Conventus Emeritensis a través de sus estelas funerarias*. Museo Nacional de Arte Romano, Asociación de Amigos del Museo Nacional de Arte Romano y Fundación de Estudios Romanos. Mérida, nº 31.

Atlas antroponímico de la Lusitania romana (2003), CABALLERO, M. N; Milagros; SÁDABA, J.L [eds], Grupo Mérida, Fundación de Estudios Romanos; Bordeaux: Ausonius.

BARRERO, Pedro Dámaso Sánchez (2004), “La estructuración del territorio emeritense: la organización espacial del paisaje en las proximidades de la colonia”, BASSARATE, T. N [cord.], *Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana*, Monografias emeritenses, 8, Museo Nacional de Arte Romano, p. 69- 91.

BOBINEAU, O.; TANK-STORPER, S. (2008), *Sociologia das religiões*. Mem-Martins: Publicações Europa-América, Coleção Saber, 266.

Boletim Municipal de Elvas, 2018, Câmara Municipal de Elvas, nº171.

BRANCO, Fernando (2013), *Elvas na Idade Média, Edições Colibri*, CIDEHUS-Universidade de Évora, p. 19-26.

BRAZUNA, Sandra Lopes (2004), “Intervenção arqueológica do Lote 3^a do Gasoduto Nacional. Escavação de emergência na villa da Herdade das Pereiras (Elvas)”, *Arqueologia na rede de transporte de gás 10 anos de investigação*, BUGALHÃO, Jacinta [ed.] *Trabalhos de Arqueologia* 39.

BUGALHÃO, Jacinta (1998), O povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da arqueologia preventiva, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 1998. Vol.1 (2), p. 123-136.

BUGALHÃO, Jacinta (2004), “O abrigo tardo-romano da Vinagreira, Elvas, Arqueologia na rede de transporte de gás 10 anos de investigação”, BUGALHÃO, Jacinta [ed.] *Trabalhos de Arqueologia* 39, p.97- 108.

BURUAGA, José Alvarez Saenz (1916-1995), El hallazgo de la lápida de Proserpina, de Mérida, *Revista de Estudios Extremeños* Vol. 11 (1955), p. 325-337.

Cadernos do Centro Elvense de Arqueologia – (Janeiro-Março 1978), nº 3.

CARDOSO, João Luís, José Leite de Vasconcelos (1858-1941): o médico, o humanista e o homem, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 126, nº1-12, Janeiro-Dezembro, 2008, p.73-83.

CARMO, F. (1994), *Religião e sociedade em análise: uma abordagem sociológica*, Angra do Heroísmo: Livraria do Seminário Episcopal.

CARNEIRO, André (2004), *Povoamento Romano no atual concelho de Fronteira*, Câmara Municipal de Fronteira/Câmara Municipal de Cascais/Edições Colibri.

CARNEIRO, André (2008), *Itinerários Romanos do Alentejo: Uma releitura de «As Grandes Vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio» de Mario Saa, cinquenta anos depois*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Lisboa.

CARNEIRO, André (2010), *Para uma cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana*, *Espaços e Paisagens Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*, OLIVEIRA, Francisco; OLIVEIRA, Jorge; PATRÍCIO, Manuel [Eds]; Imprensa da Universidade de Coimbra, ANNABLUME, Vol. III, p.81-97.

CARNEIRO, André (2014), *Lugares, tempos e pessoas – Povoamento rural romano no Alto Alentejo*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, vol. I e vol. II.

CARTAILHAC, Émile (1886), *Les ages préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, Paris, Ch. Reinwald.

- CARVALHO, A.; ALMEIDA, M. J.; NOGALES BASARRATE, T. El programa decorativo de la Quinta das Longas (Elvas, Portugal): modelo excepcional de las villas de la Lusitania. In Actas da IV Reunião Sobre Escultura Romana da Hispania (Lisboa/Cascais, 7 a 9 de Fevereiro de 2002).
- CARVALHO, A.; ALMEIDA, M.J.; (2003) “A água e o mármore na villa baixo-imperial da Quinta das Longas. S. Vicente e Ventosa, Elvas”, *Elvas, Caia. Revista Internacional de Cultura e Ciência*, nº 1, p. 113-126.
- CHAMIZO, José Carlos Saquete (1997), Las elites sociales de Augusta Emérita, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, *Colección Cuadernos Emeritenses* 13.
- CHAMIZO, José Carlos Saquete, (1999), Dos nuevos centuriones de la Legio VII Germina en Augusta Emérita, *Archivo Español de Arqueología*, Vol. 72, p. 265-271.
- CHAMIZO, José Carlos Saquete, (2003), Las elites sociales de Augusta Emerita, *Conimbriga*, Vol. 42 (2003), p. 242-248.
- CORDERO RUIZ, Tomás; Uma nueva propuesta sobre los limites del *ager emeritensis* durante el Imperio Romano y la Antigüedad Tardía. *Zephyrus*, Salamanca, v. 65, p.149-165, 2010.
- CORREIA, V.H (2015), “Vivir y morir en sociedad, en la lusitania romana”, *Lusitania Romana Origen de dos Pueblos Origen de Dois Povos*, Museu Nacional de Arte Romana p.163-174.
- DELICADO, Alda (2011), *Contributo para a caracterização do mundo rural lisiponense*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa Faculdade de Letras.
- DEUS, A.D; LOURO, H. S; VIANA, A. (1955) - Apontamentos de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal), *III Congresso Arqueológico Nacional (Galicia 1953)*. Zaragoza, 1955. p. 568-578.
- DIAS, Ana Carvalho; ALBERGARIA, João (2000), *Antas de Elvas*. Roteiros da Arqueologia Portuguesa, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Roteiros da Arqueologia Portuguesa; 6.
- DIOGO, M. Dias (1984), Ara votiva de Ouguela, Campo Maior (Conventus Pacensis), *Ficheiro Epigráfico* 9.
- EDMONDSON, Jonathan (2000), Conmemoración funeraria y relaciones familiares en Augusta Emerita, *Sociedad y cultura en Lusitania romana*. IV Mesa Redonda Internacional, p.299-327.

EDMONDSON, Jonathan (2001), *Imagem y memoria: monumentos funerarios con retratos en la colonia Augusta Emerita*, *Real Academia de la Historia*; Mérida, Museo Nacional de Arte Romano.

EDMONDSON, Jonathan (2007), Hallazgo de dos epitafios de "veterani" en Mérida: vidas paralelas de dos soldados "Augustani" (emeritenses) a finales del siglo I d. C., EDMONDSON, Jonathan, MARTÍN, L. A. H [eds.], Mérida: Excavaciones arqueológicas Vol. 10, p. 479-508.

Elvas - História Viva, Revista municipal de cultura e património, 2007, nº2.

Elvas - História Viva, Revista municipal de cultura e património, 2007, nº4.

Elvas - História Viva, Revista municipal de cultura e património, 2008, nº6.

Elvas - História Viva, Revista municipal de cultura e património, 2008, nº7.

Elvas - História Viva, Revista municipal de cultura e património, 2009, nº8.

ENCARNAÇÃO, José d' (1975), *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal. Subsídios para o seu estudo*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda Lisboa.

ENCARNAÇÃO, José d' (1977), Inscriptions mal connues du *Conventus pacensis*: cinq plaques funéraires du Musée de Elvas (Portugal). *Conimbriga XVI*, p. 45-57.

ENCARNAÇÃO, José d' (1984), *Inscrições Romanas do Conuentus Pacencis*. Coimbra, Instituto de Arqueologia Faculdade de Letras de Coimbra.

ENCARNAÇÃO, José d' (1986), *Inscrições romanas do conventus Pacensis aditamento*, *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, Serviço Regional de Arqueologia do Sul, Évora, Instituto Português do Património Cultural.

ENCARNAÇÃO, José d' (1987), A População Romana do Nordeste Alentejano, *1º Jornadas de Arqueologia do nordeste alentejano* 85, p.167-170.

ENCARNAÇÃO, José d' (1989), A população romana de Campo Maior, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia Porto, p. 83-98.

ENCARNAÇÃO, José d' (1991), O Nordeste Alentejano ao tempo dos Romanos – Balanço e perspectivas da investigação, *Conimbriga XXX*, p.23-37.

ENCARNAÇÃO, José d' (2000), Morrer aos 40 anos na Lusitânia romana, GORGES. J.G e Basarrate T.N [cord.], *Sociedad y Cultura en Lusitania romana, Separata de la IV Mesa Redonda Internacional Vol 13 Serie Estudios Portugueses*, p.241-247.

ENCARNAÇÃO, José d' (2006), A epígrafe latina como elemento didáctico (XIX). *Boletim de Estudos Clássicos*. Coimbra. Universidade de Coimbra, nº 45, p.81-85

- ENCARNAÇÃO, José d' (2010), *As pedras que falam*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2.ª Edição.
- ESPIGUINHA, Francisco (2005), Subsídios para a História da Imprensa Republicana em Elvas”, *Elvas Caia, Revista Internacional de Cultura e Ciência*, 2005, p. 135-154.
- Estudos dos recursos hídricos subterrâneos do Alentejo – sistema aquífero Elvas-Vila Boim* (2000), Centro de Geologia, Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa.
- FABIÃO, Carlos (1998), *O Mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FERREIRA, Octávio da Veiga (1951), Antiquidades de Fontalva (Elvas) II: Lucerna romana. *Revista de Guimarães*. Guimarães.
- FIGUEIREDO, Borges de (1887), Inscrições romanas em Elvas. *Revista Archeologica e Historica*. Vol.1, p. 97-99.
- FRANCO, Maria (1991), Elvas vista numa perspectiva geográfica, *Caderno Cultural*, nº3, Câmara Municipal de Elvas, p.12-37.
- GALÁN, Manuel Bendala (2011), En torno a Augusta Emerita: Urbs, suburbium y territorium”, MARTÍNEZ, J.M.A; CRUZ, P.M [eds], *Actas Congreso Internacional el Yacimiento Emeritense 1910-2010*, (Martínez, José Mª Álvarez Cruz [Eds]. p 247-266.
- GAMA, Eurico (1964), *Cartas de J. Leite de Vasconcellos a António Tomás Pires: folclore, filologia, etnografia e arqueologia*. Prefácio e notas de Eurico Gama. Lisboa: Faculdade de Letras.
- GAMA, Eurico (1966a), O Museu Municipal de Elvas, *Separata da Revista MVSEV*, Segunda Série, nº11, 1967/1969, Tipografia Rocha, Porto, p.5-8.
- Gama, Eurico (1966b), Cartas de Leite de Vasconcelos ao Bibliófilo António José Torres de Carvalho (1913-1935), *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, p.4-41.
- Gama, Eurico (1966c), Cartas de António Augusto da Rocha Peixoto a António Tomás Pires e a António José Torres de Carvalho (1899-1907), *Póvoa de Varzim Boletim Cultural*, Póvoa de Varzim, vol. V, nº2, p. 89-120.
- GAMA, Eurico (1969a), 7 Postais do Doutor Leite de Vasconcelos para o escritor elvense Vitorino de Almada (1883-1891) (Linguística-Arqueologia), *Separata da Revista de Portugal – Série A: Língua Portuguesa*, vol. 34, p. 290-298.
- GAMA, Eurico (1969b), Cartas de Adolfo Coelho a António Tomás Pires (1882-1904) Etnografia-filologia, *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 22, p.1-84.
- GAMA, Eurico (1970a), Cartas de Aníbal Fernandes Tomás a António Tomás Pires (Ex-librismo-etnografia-folclore) *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 22, p.17-52.

GAMA, Eurico (1970b), Correspondência endereçada a António José Torres de Carvalho (1901-1910), *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 22, p.53-60.

GAMA, Eurico (1971), *Vitorino de Almada cronista-mor de Elvas*, Lisboa.

GAMA, Eurico (1973), Cartas de Teófilo Braga a António Tomás Pires (1883-1911), *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 23.

GAMITO, Teresa Júdice (1981), A propósito do Castro de Segóvia (Elvas): resistência a Roma no Sudoeste Peninsular, *História*. Vol.29, p.32-43.

GARCÍA.A; BELLIDO, A (1958); Las colonias romanas de la provincia Lusitania, *Arqueologia e História, Lisboa*, v. 8, p. 13-23.

GONÇALVES, A.; MORAN, E.; POSSELT, M.; TEICHNER, F., (1999), New aspects of the romanization of the Alto Alentejo (Portugal): evidence from a geophysical and archeological survey at the Monte da Nora (Terrugem), *Arqueologia*, Porto, 22, pp. 101-110.

Gonçalves, F (1970) - Carta Geológica de Portugal à escala 1/50.000 e Notícia Explicativa, Folha 37-A, Elvas, Serviços Geológicos de Portugal.

Gonçalves, F (1972) - Carta Geológica de Portugal à escala 1/50.000 e Notícia Explicativa, Folha 33-C, Campo Maior, Serviços Geológicos de Portugal.

GORGES, J.G., MARTÍN, F.G. (2004), “Los territorios antiguos de Mérida. Un estudio de territorium emeritense y de sus áreas de influencia – *Augusta Emerita*”.

BASSARRATE, T. N [cord.], *Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana*, Monografias emeritenses, 8, Museo Nacional de Arte Romano p. 93- 128.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Leite de Vasconcelos e o Museu Etnológico Português. Plano nacional e projecto regional e local”, *Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1998, p. 114-116.

GUERRA, A., CARVALHO, A., ALMEIDA, M.J., (2006/2007), *Tertiolus: um antropónimo na villa romana da Quinta das Longas (Elvas, Portugal)*. *Anas* 19-20, p.117-125.

HELENO, Manuel (1951), Arqueologia de Elvas. Notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*, Série II, nº 1, p. 83-94.

HELENO, Manuel (1951), Arqueologia de Elvas. Notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*, Série II, nº 1, p. 92-93.

Inventário do Arquivo Documental pertencente ao Museu Municipal de Elvas. Trabalho desenvolvido no âmbito do estágio profissional na área de História e Arqueologia desenvolvido na Câmara Municipal de Elvas.

- JESUÍNO, Rui (2016), *A toponímia do concelho de Elvas*. Edições Colibri, Câmara Municipal de Elvas.
- LAVADINHO, Domingos (1950), *Elvas – estudos de toponímia*, Tipografia Progresso, Elvas.
- LEÃO, Natália Munaro de (2015), *Influências greco – romanas na hispânia: colonização, arquitetura e urbanismo de emérita augusta (Seculos I A.C ao D.C)*, Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LEITÃO, Manuel de Jesus Marques (2015), *A Religião e a Sociedade no concelho de Castelo Branco ao Tempo dos Romanos, segundo as fontes epigráficas*, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta.
- LOPES, Luís (2007), O triângulo do Mármore - Estudo Geológico, *Revista Monumentos*, Nº27, Vila Viçosa, pp. 158 - 167. Lisboa: IPPAR/IRHU.
- LOURO, Henrique da Silva (1948), Inscrição cristã de há 1600 anos encontrada na Terrugem, *Etnos*, Vol 3, p.347-348.
- LOURO, Henrique da Silva (1961), *Vila Boim e a sua História*. Évora, Gráfica Eborense.
- LOURO, Henrique da Silva (1964), *Terrugem*, Évora, Gráfica Eborense.
- LOURO, Henrique da Silva (1966), *Monografia História de Vila Fernando*. Évora, Gráfica Eborense.
- LOURO, Henrique da Silva (1969), *Freguesia de Santa Eulália*, Évora, Gráfica Eborense.
- LOURO, Henrique da Silva (1970), *Inscrições romanas de Barbacena*. Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia. Lisboa: 1970. Vol.2, p. 105-106.
- LOURO, Henrique da Silva (1970), *Inscrições romanas de Barbacena*. Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa, vol. II, p.105-106.
- Machado, Joana (2012), *Petrografia, Parâmetros Magnéticos e Geoquímica Isotópica do Complexo Plutónico de Santa Eulália*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Universidade do Porto.
- MACIEL, M. J. P.; MACIEL, Tarcísio D. P. (1985a), Fragmento de placa funerária do Monte do Passo, Elvas (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico* 15, nº 65.
- MACIEL, M. J. P.; MACIEL, Tarcísio D. P. (1985b), Árula funerária da Herdade das Caldeiras, Elvas (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico* 15, nº 66.
- Mantas, V. G. (2012), *As vias romanas da Lusitania*, Merida, Museu Nacional de Arte Romano.

MARTÍNEZ, Álvaro Medina (2015), *Isis y Serapis en el África Romana*, Trabalho apresentado para o fim de curso Arqueologia.

MARTÍNEZ, José María Álvarez (1947), “Espectáculos y sociedad en Augusta Emérita”, *Sociedad y Cultura en la Lusitania romana. IV Mesa Redonda Internacional* (2000), p. 185-202.

MATALOTO, Rui (2002), “Fortins e recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.5, nº1, pp.161-220.

MÓNICA, Maria Filomena (1997), Um político, Fontes Pereira de Melo, *Análise Social*, vol.23, pp. 731-745.

NOLEN, Jeannette U. Smit (1985) *Cerâmica comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança.

OLIVEIRA, Cristina de (1995-2005), Mosaicos romanos: balanço de uma época de investigação em Portugal, *Conimbriga*, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. XLV (2006), p. 275-299.

PAÇO, Afonso do, FERREIRA, Octávio da Veiga; VIANA, Abel (1957), Antiquidades de Fontalva: neo-eneolítico e romano. *Zephyrus*. Salamanca, p. 111-133.

PEREIRA, Elisabete Jesus dos Santos (2018), *Actores, Coleções e Objetos, Coleccionismo Arqueológico e Redes de Circulação do Conhecimento – Portugal, 1850-1930*.

PIMENTEL, Cristina (2005), *O Sistema Museológico Português (1833-1991) em direcção a um modelo teórico para o seu estudo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

PIRES, António Thomaz (1901), *Catalogo do Museu Archeologico de Elvas. O Archeologo Português VI*.

PIRES, António Thomaz (1931), *Estudos e notas elvenses. XIII Excerptos de um estudo sobre a toponymia elvense*. Elvas, Tipografia Progresso.

Plano Director Municipal – Revisão (Junho, 2009), Relatório, Fase 3 – proposta plano, Câmara Municipal de Elvas, Lodo.

QUINTELA, A.C; CARDOSO, J. L.; MASCARENHAS, J.M (1987), *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo: contribuição para a sua inventariação e caracterização*. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território.

RAMÍREZ SÁDABA, José L. (1990), Estructura demografica y económico-social de Augusta Emerita según se infiere de los colectivos mas humildes, *Actes de la table ronde internationale du CNRS “Les Villes de Lusitanie Romaine - Hiérarchies et territoires”* (Talence, le 8-9 décembre 1988), Paris, p. 293-311.

- RENTOR, Armando (2002), *Epigrafia romana na região de Bragança*. Trabalhos de Arqueologia 24.
- RENTOR, Armando José Mariano (2011), A cultura epigráfica no conventus bracavstanvs (pars occidentalis) percursos pela sociedade brácara da época romana. Faculdade Letras da Universidade de Coimbra, 2011 (vol I e II).
- REIS, Maria Pilar (2004), *Las termas y balnea romanos de Lusitania*, Stvdia Ivsitana, Série Monográfica do Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 1.
- REIS, Sara Henrique dos (2014), *Religião e Sociedade no Municipium Olisiponense*, Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- RESENDE, André (2009), *As Antiguidades da Lusitânia*. (R. M. R. Fernandes, Ed., S. T. Pinho, Trad.). Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Roldan Hervás, J. M. (1975), *Itineraria Hispana: fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Peninsula Iberica*, Valladolid, Departamento de Historia Antigua, Universidad de Valladolid.
- ROLO, M.; ENCARNAÇÃO, J. d' (2017b), Fragmento de Placa funerária da Herdade de Font'alva (Elvas), *Ficheiro Epigráfico* 145, nº593.
- ROLO, Mónica (2010), *A necrópole romana da Rouca* (Alandroal, Évora). Tese de Mestrado apresentado na Universidade de Lisboa Faculdade de Letras em Arqueologia.
- ROLO, Mónica (2017a), *O contributo dos trabalhos de Abel Viana e António Dias de Deus para o conhecimento do mundo funerário romano no termo sul do Alto Alentejo (Portugal) e o arqueossítio da Chaminé como caso de estudo*. Cuadernos de Arqueologia, Universidad de Navarra 25, p. 57- 89.
- SÁ, Mariana (2013), Rusticidade e recreio na Arquitectura das Quintas do concelho de Elvas, *III Encontro CITCEM Paisagem*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, p.1-21.
- SAA, Mário de (1956-1967), *As grandes vias da Lusitânia: O itinerário de Antonino Pio*. Lisboa (edição de autor, impressão da Tipografia Astória).
- SÁBADA, Ramírez (1993), La demografía del territorium emeritense (excepto el casco urbano) según la documentación epigráfica, *Studia Historica*, Historia Antigua Vol. 10-11, p. 132-147.
- SÁBADA, Ramírez (1994), "La Baeturia Céltica Y Los Limites con Lusitania", *Actas del II Congreso de Historia de Andalucía, Historia Antigua Separata*, publicaciones de

la consejería de cultura y medio ambiente de la junta de anadalucia y obra social y cultural cajasur, Córdoba, p.345-353.

SANTOS, Patrícia (2017), O Castro de Segóvia – um estudo monográfico de um sítio arqueológico no Alto Alentejo. Tese apresentada em História, na especialidade de Arqueologia à Universidade de Letras de Lisboa.

SAQUETE, J. C: (1997), “Las élites sociales de Augusta Emerita”. Museo Nacional de Arte Romano, Asociación de Amigos del Museo Nacional de Arte Romano y Fundación de Estudios Romanos. Mérida, nº 13.

SAQUETE, José Carlos (2015), *Territorios y gentes en el contexto histórico de la fundación de la colonia Augusta Emerita*, BASSARRATE, T. N [cord.], *Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana*, Monografias emeritenses 8, Museo Nacional de Arte Romano, p.373-397).

SENA, Arlindo (1996), A Imprensa Oitocentista em Elvas, *Actas do 2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*, p. 174-182.

SENA, Arlindo, “A Imprensa Oitocentista em Elvas”, *Actas do 2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*, 1996, p. 174-182.

SEPÚLVEDA, E; CARVALHO, A. G (1998), Cerâmicas de paredes finas no Museu Municipal de Elvas, *Conimbriga*. Coimbra. 37.

SILVA, A. M. V (1991), Hidrogeologia de uma área do Sistema Aquífero de Elvas-Vila Boim. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa.

SILVA, António Carlos (1999), *Salvamento arqueológico no Guadina*. Memórias d’Odiana Estudos Arqueológicos do Alqueva, Beja, Empresa de Desenvolvimento e Estruturas do Alqueva,1.

SOLIN, H. (1982), *Die griechischen Personennamen in Rom: ein Namenbuch*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 3 vol.

SOROMENHO, Paulo Caratão (1963), *Papéis de António Tomás Pires, À Sombra do Aqueduto Estudos Elvenses*, GAMA, Eurico [ed], Elvas.

TEIXEIRA, Sílvia Monteiro (2014), *Cultos e cultuantes no Sul do território actualmente português em época romana (sécs. I a. C. – III d.C.) uma aproximação à sociologia das religiões*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Lisboa Faculdade de Letras.

VARELA, Aires (1915), *Theatro das antiguidades d’Elvas com a historia da mesma cidade e descrição das terras da sua comarca*. Elvas, Typ. António José Torres de Carvalho.

- VASCONCELOS, J. L. (1905), *Religiões da Lusitânia*, Lisboa: Imprensa Nacional, vol.II.
- VASCONCELOS, J.L. de (1914), Marcos Miliários do Museu Etnográfico Português. *O Arqueólogo Português*, 19, p. 249-251.
- VIANA, A (1953), Notas da Arqueologia alto-alentejana: cerâmica luso-romana do Museu Arqueológico de Vila Viçosa. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1953. Vol.10 (33-34), p. 235-258.
- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1950a), “A exploração de algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas”, A.A.V.V., *XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Pro-gresso das Ciências, 7ª Secção, Ciências Históricas e Filológicas* (Lisboa, 1950), Tomo VIII, Lisboa, p. 67-74.
- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1950b), “Necropolis celtico-romanas del concejo de Elvas (Portugal)”, *Archivo Español de Arqueologia*, n.º 23, Madrid, p. 229-254.
- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1952), Exploración de algunos dólmenes de la region de Elvas. Portugal”, *Separata de la Crónica del II Congreso Arqueológico Nacional (Madrid, 1951)*, Cartagena, p.185-201.
- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1955), Nuevas necropolis celto-romanas de la region de Elvas (Portugal)”, *Archivo Español de Arqueologia*, n.º 28, Madrid, p. 33-68.
- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1958), “Campos de urnas do concelho de Elvas”, *O Instituto*, n.º 118, 133-193, Coimbra.
- VIANA, Abel (1950), “Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas”, *Trabalhos de An-tropologia e Etnologia*, n.º 12 (3-4), Porto, p. 289-322.
- VIANA, Abel. (1956), *Algumas notas sobre António Dias de Deus e suas pesquisas arqueológicas no concelho de Elvas*. Beja, Minerva Comercial.

ANEXOS

ANEXO I – MAPAS E FIGURAS

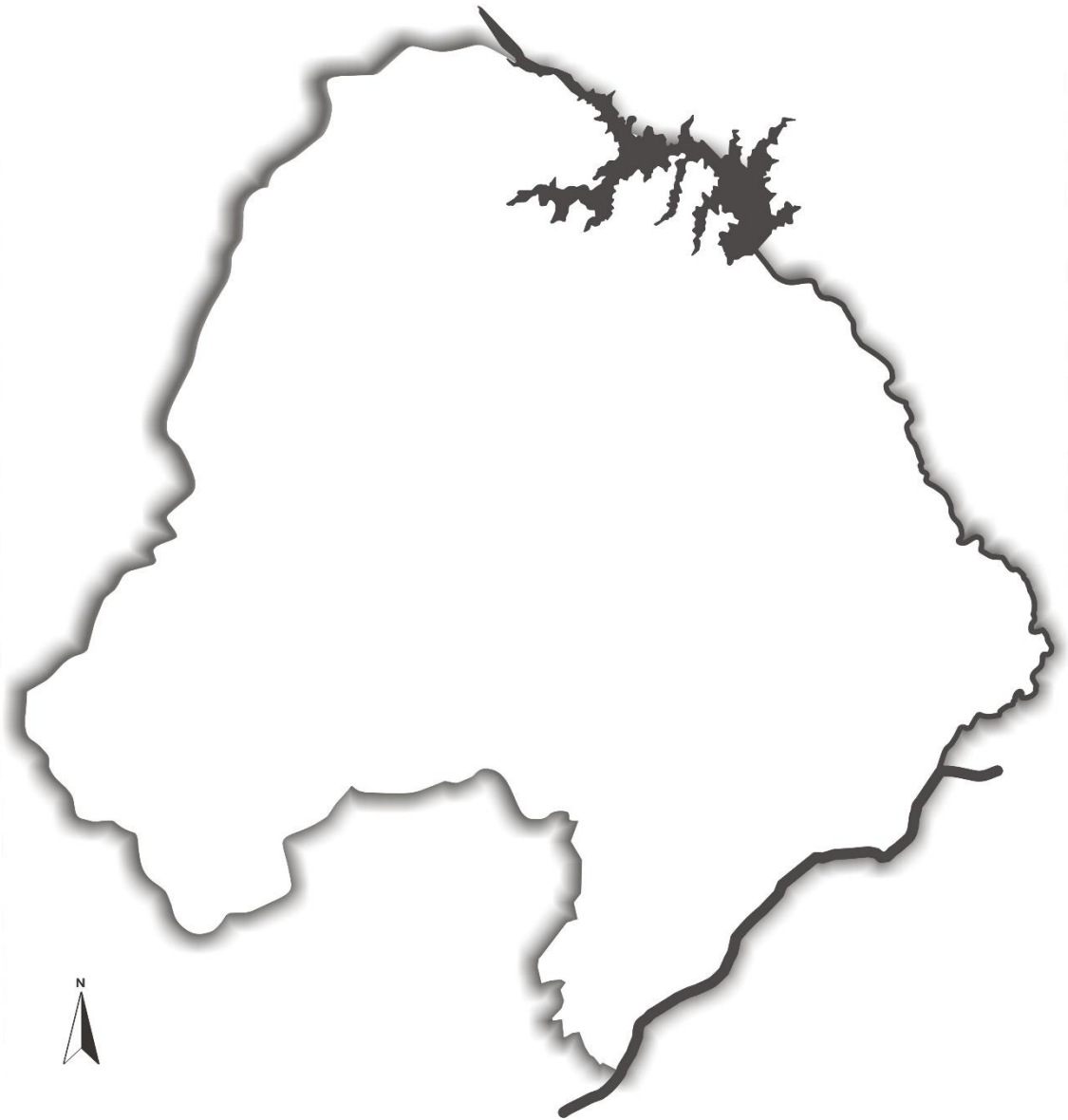


Figura 1 – Limite do quadro geográfico em estudo: concelho de Elvas

Desenhado por Florinda Burrinhas

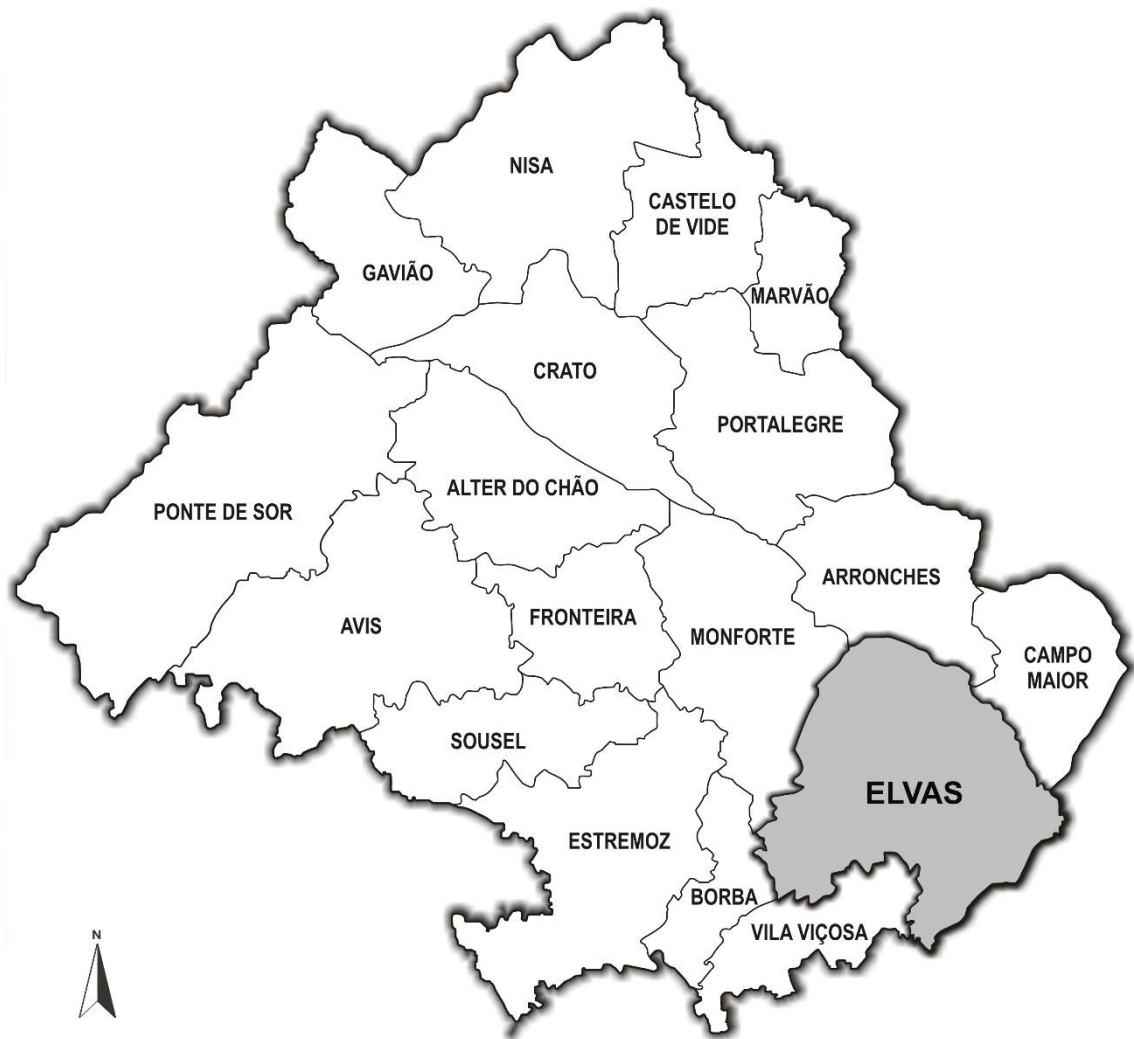


Figura 2 – Localização do concelho de Elvas no Alto Alentejo

Desenhado por Florinda Burrinhas



Figura 3 – Localização de Elvas na *Hispania*

Desenhado por Florinda Burrinhas

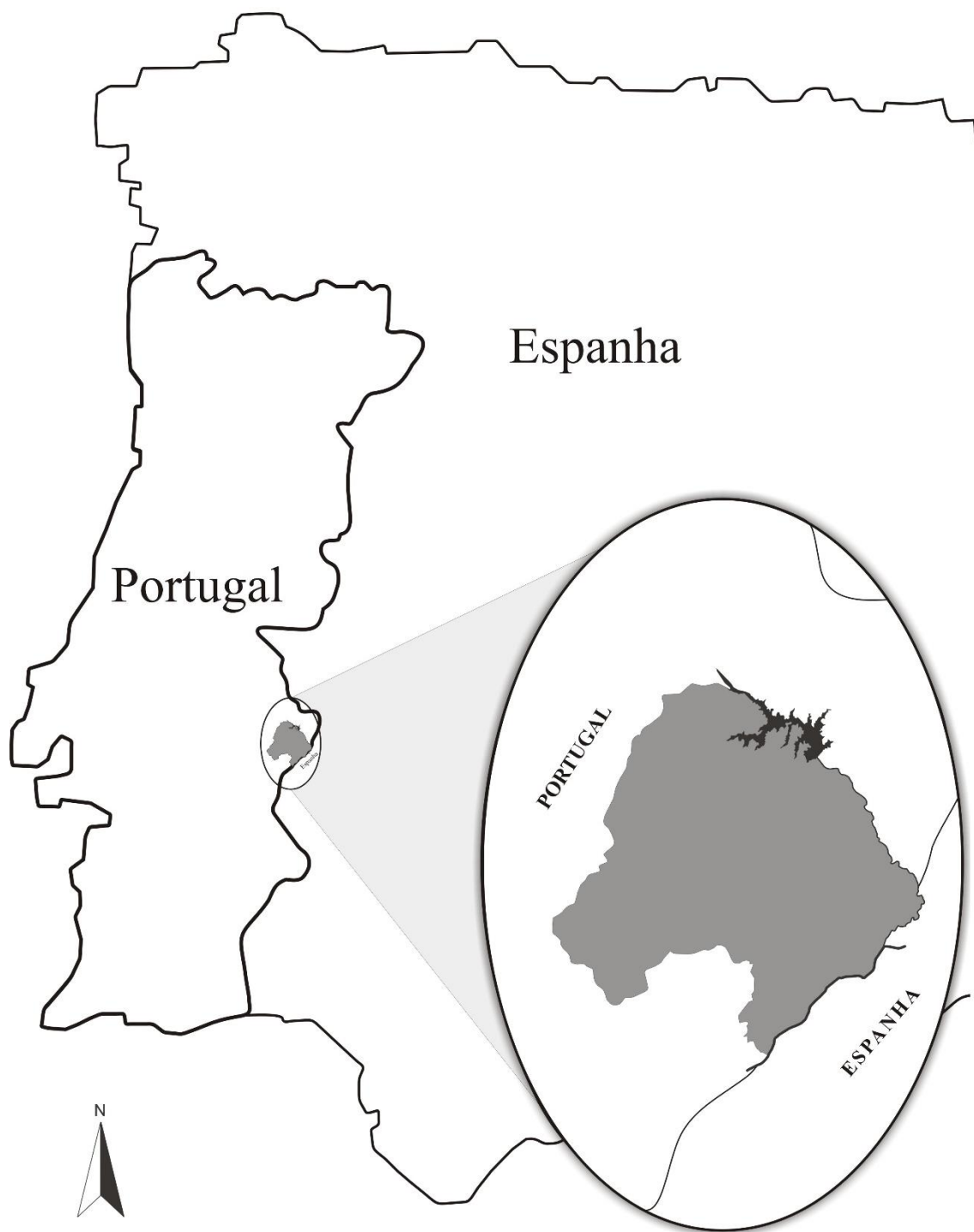


Figura 4 – Localização de Elvas na Península Ibérica

Desenhado por Florinda Burrinhas



Figura 5 – Rede viária no Alto Alentejo

Desenhado por Florinda Burrinhas segundo a proposta apresentada por André Carneiro (Carneiro, 2014, vol.: 376)

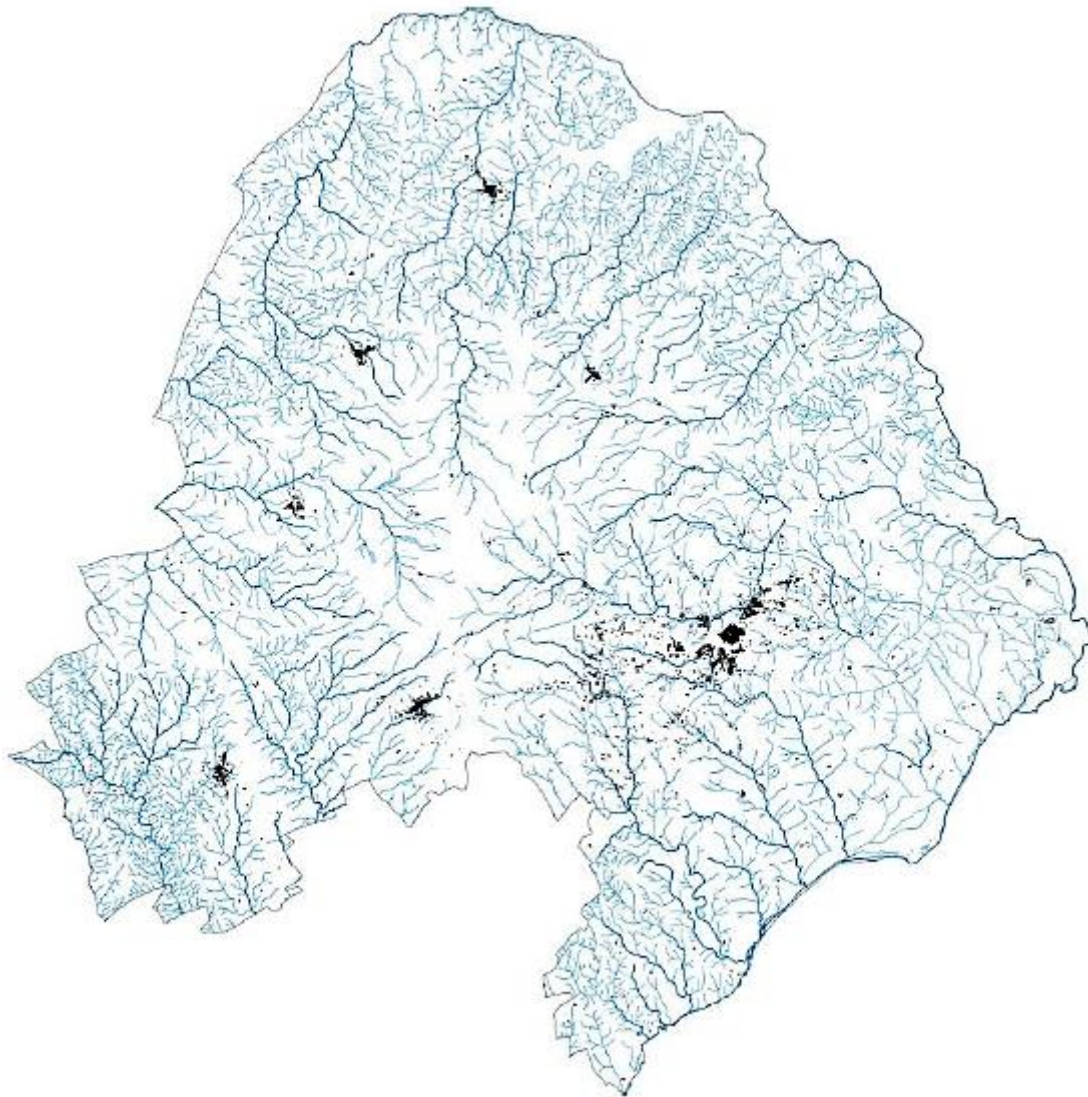


Figura 6 – Planta hidrográfica do concelho de Elvas

Desenhado por Mariana Sá (Sá, 2013)

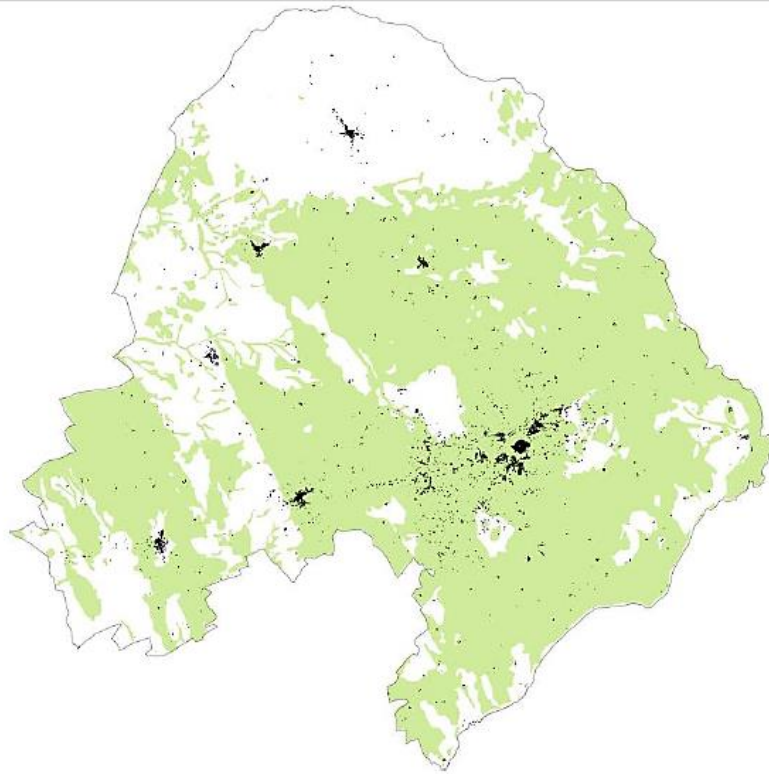


Figura 7 – Identificação dos solos para fins agrícolas no concelho de Elvas

Desenhado por Mariana Sá (Sá, 2013)

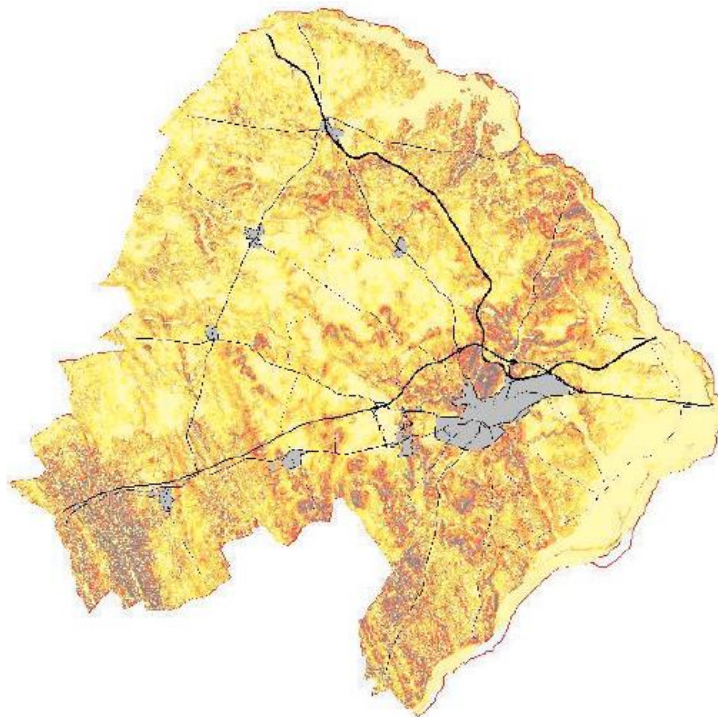


Figura 8 – Declives no concelho de Elvas

Plano Diretor Municipal (2009)

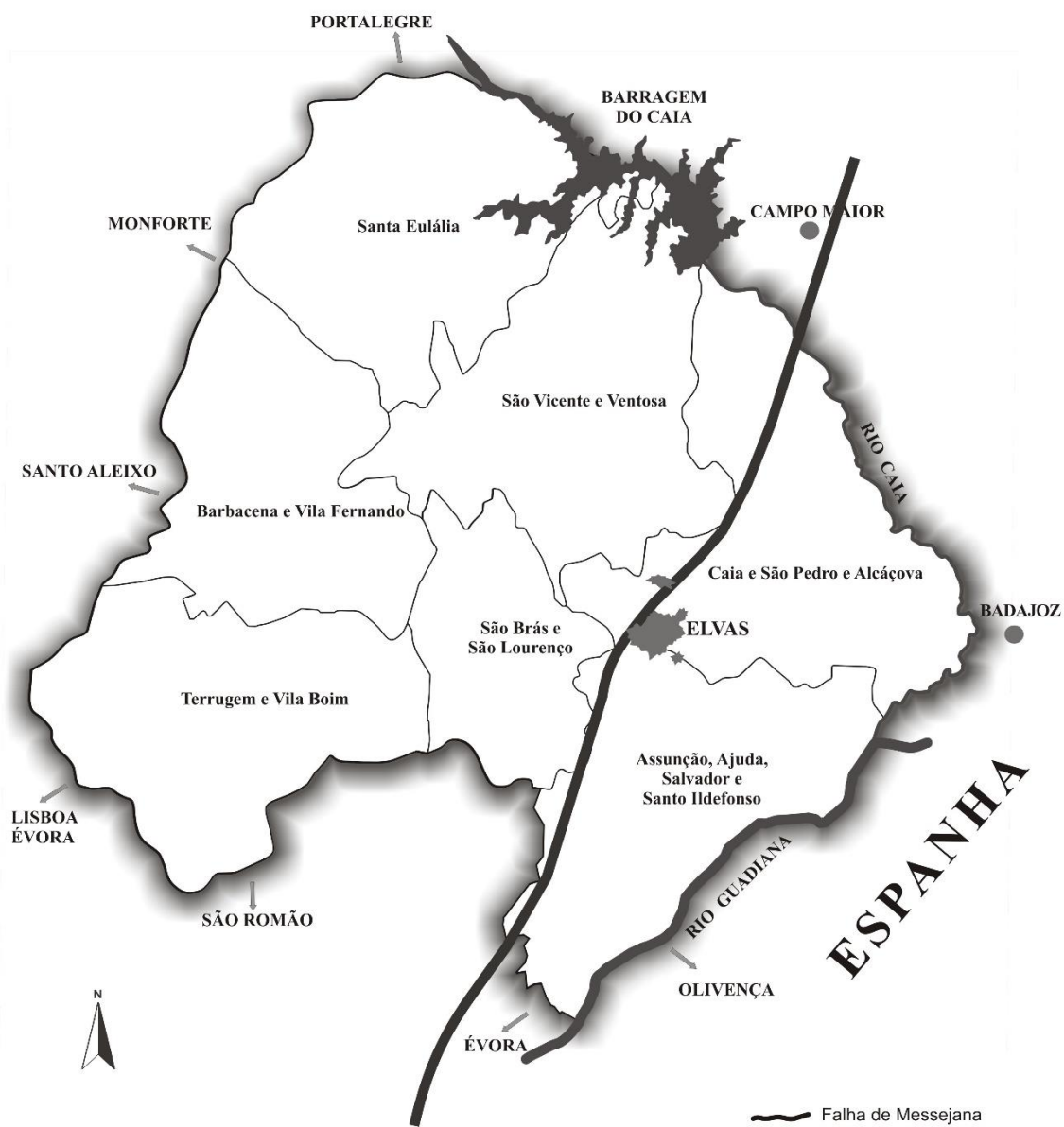


Figura 9 – Passagem da falha da Messejana no concelho de Elvas

Desenhado por Florinda Burrinhas



Figura 10 – Localização do anticlinal de Estremoz

Desenhado por Florinda Burrinhas

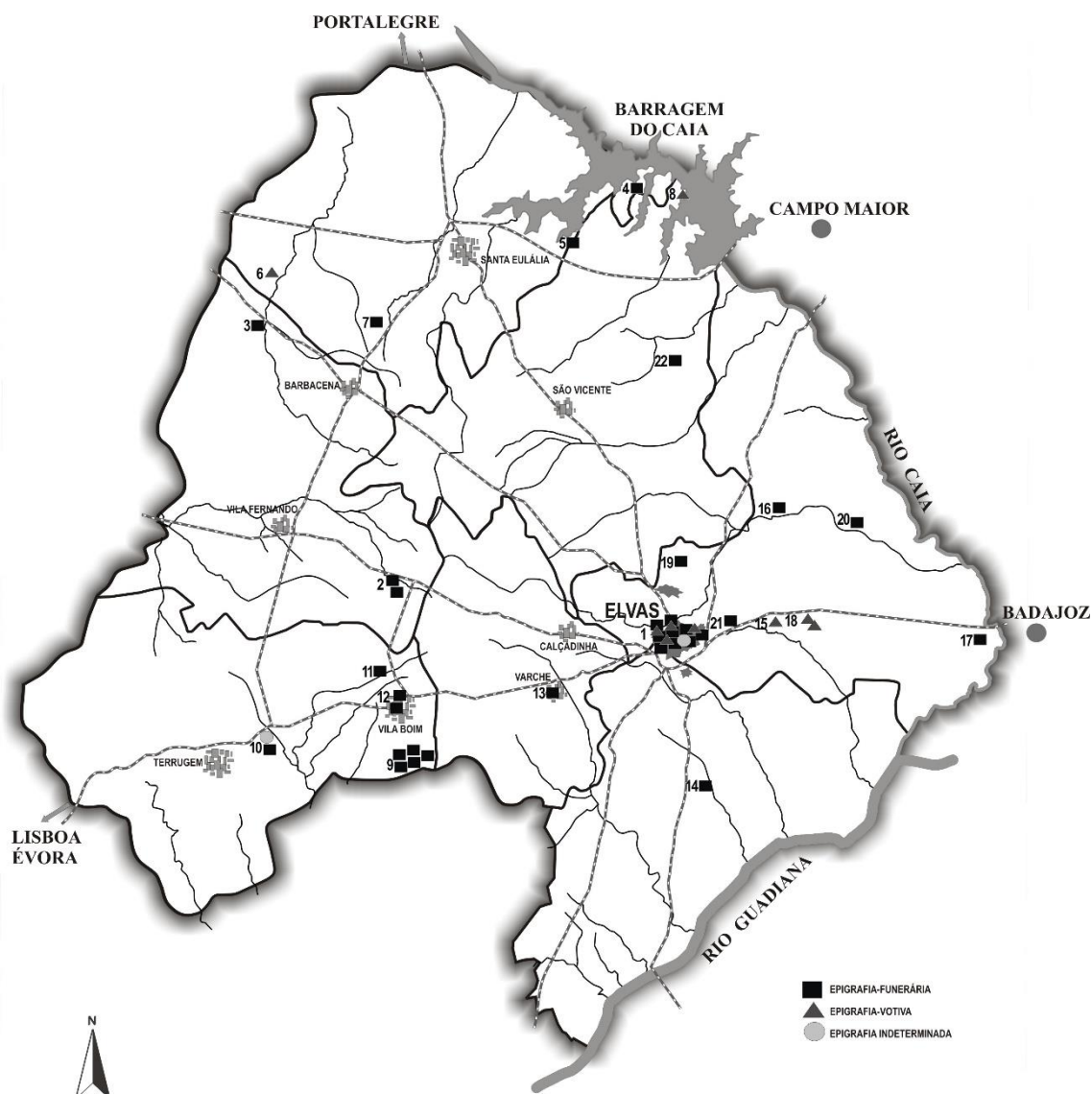


Figura 11 – Distribuição das monumentos epigráficos no concelho de Elvas

Desenhado por Florinda Burrinhas

Legenda:

- | | |
|-----------------------------|--|
| 1- Elvas | 13- Sítio de Varche |
| 2- Herdade das Casas Velhas | 14- Herdade do Falcato |
| 3- Herdade da Coutada | 15- Herdade das Alpedreiras/Albufeiras |
| 4- Alentisca do Caia | 16- Herdade do Correio-Mor |
| 5- Herdade do Almeida | 17- Herdade das Caldeiras |
| 6- Herdade de D. Miguel | 18- Herdade da Fonte Branca |
| 7- Herdade da Fontalva | 19- Nossa Senhora da Graça |
| 8- Santa Catarina | 20- Monte do Paço |
| 9- Herdade da Camugem | 21- Sítio de Papulos |
| 10- Monte da Nora | 22- Herdade da Silveira |
| 11- Herdade de Valbom | |
| 12- Vila Boim | |



Figura 12 – Entrada da Biblioteca Municipal de Elvas e Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas

Fotografia cedida por Rui Jesuíno



Figura 13 – Placa “Museu Thomaz Pires”

Fotografia cedida por Rui Jesuíno



Figura 14 – Panorama geral da sala de Arqueologia– Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas – António Thomaz Pires

Fotografia cedida por Rui Jesuíno



Figura 15 – Panorama geral da sala de Arqueologia – Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas- António Thomaz Pires

Fotografia cedida por Rui Jesuíno



Figura 16 – Placa funerária encontrada no Monte do Falcato – Biblioteca Municipal de Elvas

Fotografia cedida por Rui Jesuíno



Figura 17 – Panorama expositivo na entrada da Biblioteca Municipal de Elvas e ara funerária encontrada na Alentisca do Caia

Fotografia cedida por Rui Jesuíno



Figura 18 - Notícia sobre a abertura da seção de arqueologia na Biblioteca Municipal de Elvas

O Elvensense, 24 de Junho de 1880

O ELVENSE

Responsavel—ANTONIO ALVES DOS SANTOS

Assignatura para Elvas
6 mezes..... 240 réis
Fora d'Elvas, augmenta o
porte do correio.
Avulso 10 réis.

1.º ANNO, 1880 — * * * * * — NUMERO 9
Publica-se ás quintas-feiras
ELVAS—QUINTA-FEIRA 5 D'AGOSTO

Annuncios, linha de réis
repetições..... na off.ª.
Toda a correspondencia
deve ser dirigida á rua
d'Alcamin, 37, C—Elvas.

ARCHEOLOGIA

Conforme o que dissemos no numero 3 d'esta folha, a camara municipal resolveu, em sessão de 22 de junho, crear junto á bibliotheca uma secção d'archeologia, segundo o pensamento do sr. Silva Mata, que o sr. Eusebio Nunes perfilhou promptamente, convencido das vantagens que d'uma tal creação hão de resultar, quando tenha attingido um certo desenvolvimento, para o estudo pratico do progresso das artes, e dos costumes dos povos que viveram em seculos tão afastados de nós.

A camara adquiriu já duas pedras para o projectado museu archeologico: uma com inscripção romana, que infelizmente ao extrahir-se do local em que se achava, se partiu em 4 partes, e outra, que tem esculpida uma cruz latina em baixo relevo sobre um disco, e que serviu, como inculcam os archeólogos, para marcar o sepulchro dos cavalleiros christãos em cemiterios communs a outras religiões, desde o tempo do imperador Constantino, e esta se julga por isso coeva da conquista d'Elvas aos mouros, senão mais antiga.

A inscripção romana, que foi, quando ainda completamente intelligivel, copiada ha 4 annos por quem preza estas anti-

gualhas, foi traduzida agora pelo sr. tabelião F. Rafael da Paz Furtado, cavalheiro muito versado na lingua latina, e afeiçoado tambem aos antigos monumentos, o qual communicou noticia da sua existencia ao sr. Eduardo Augusto Allen, director do museu archeologico do Porto, e ao sr. Emilio Hubner, de Berlin, os quaes são concordes na sua traducção, segundo cartas que vimos endereçadas ao mesmo sr. Furtado.

Contêm estas letras:

G. JULIO. GALLO.
EMERITESI. VETERNO.
EG. VII. G. F. STIPENDIS.
EMERITIS. ANN. LXX.
H. S. E. S. T. T. L. IVLIA PRIMA.
LIB. ET. CONIVX. PATRONO.
SVO BENEMERITO. D. P. S. F.

Traducção: A Caio Julio Gallo, emeritense, veterano dos soldados de Mérida, da septima legião Gemella Feliz, de 70 annos d'idade. Aqui jaz. A terra te seja leve. Julia Prima, liberta e esposa, ao seu benemerito protector erigiu á sua csta este monumento.

Ambas estas pedras foram recolhidas na sala da bibliotheca municipal, onde as podem ver as pessoas que apreciam taes monumentos.

N'esta inscripção trata-se da septima legião do imperio ro-

mano, que era, como se diz hoje, um corpo d'exercito. A septima legião, que foi cognominada Gemella Feliz, foi creada pelo imperador Augusto, e collocada na Dalmacia; veio depois servir na peninsula, no tempo do imperador Vitellio, no anno de 69 da nossa era.

Uma vez em Espanha, fundou a cidade de Leão, dando-lhe o seu nome. Legio Septima Gemella, mais tarde capital do reino do seu nome, a que o norte de Portugal esteve sujeito na ultima metade do seculo XI.

Tambem se allude na inscripção á viuva de Caio Julio Gallo, quando se declara que mandou erigir aquelle janigo a seu marido, dizendo ella propria, que era sua escrava livre. Com effeito a lei Aelia Sentia permitia que o senhor desse carta d'affrancia a qualquer escrava para casar com ella.

Estes são os esclarecimentos que podemos fornecer a menos versados n'estas velhas rias, e devemos-os em grande parte ao proprio sr. Furtado, a quem d'aqui agradecemos o serviço que acaba de prestar-nos

NOTICIAS DIVERSAS

A bibliotheca municipal foi frequentada no mez de julho por 263 leitores, dos quaes 194 pediram jornaes, e 69 diversas obras.

Figura 19— Notícia sobre a aquisição de inscrições romanas para o Museu Arqueológico

O Elvensense, 5 de Agosto de 1880

FOTOGRAFIAS

Nota: As fotografias que se seguem ilustram o estado atual das inscrições em reserva de caráter temporário no Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas – António Thomaz Pires, da autoria de Laura Lagueiras. Seguem a ordem de inventário do *corpus* epigráfico.



Figura 20 – Placa funerária encontrada no prédio nº24 da rua de João de Olivença

Nº de inventário = **1-C** / Nº de inventário atual MAEE-AT= 4746



Figura 21 – Placa funerária encontrada no aro de Elvas

Nº de inventário = **1-D**



Figura 22 – Placa funerária encontrada na rua de S. Lourenço, prédio nº11

Nº de inventário = **1-E** / Nº de inventário atual MAEE-AT= 4899



Figura 23 – Placa funerária encontrada no aro de Elvas (?)

Nº de inventário = **1-F**



Figura 24 – árcula votiva encontrada na rua de João de Olivença
Nº de inventário = 1-G / Nº de inventário atual MAEE-AT= 3266



Figura 25 – Placa funerária encontrada em Elvas (?)
Nº de inventário = 1-N / Nº de inventário atual MAEE-AT= 4862



Figura 26 – Ara funerária encontrada na Alentisca do Caia
Nº de inventário = 4 / Nº de inventário atual MAEE-AT= 4691



Figura 27 – Estela funerária encontrada na Herdade do Almeida

Nº de inventário = 5



Figura 28 – Ara votiva encontrada na Herdade de D. Miguel (?)

Nº de inventário = 6



Figura 29- Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem
Nº de inventário = **9-A** / Nº de inventário atual MAEE-AT= 6949



Figura 30 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem
Nº de inventário = **9-B** / Nº de inventário atual MAEE-AT= 4689



Figura 31 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem
Nº de inventário = **9-C** / Nº de inventário atual MAEE-AT= 4941



Figura 32 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem
Nº de inventário = **9-D** / Nº de inventário atual MAEE-AT= 4744



Figura 33 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem
Nº de inventário = **9-E** / Nº de inventário atual MAEE-AT= 4944



Figura 34 – Placa encontrada no Monte da Nora (**inédita**)
Encontra-se atualmente no Monte da Serra do Bispo; Nº de inventário = **10-A**



Figura 35 – Placa funerária encontrada no Monte da Nora (?) (**inédita**)
Encontra-se atualmente no Monte da Serra do Bispo; N° de inventário = **10-B**



Figura 36 – Ara funerária encontrada em Vila Boim

Nº de inventário = 12-A



Figura 37 – Placa funerária encontrada no Monte do Falcato

Nº de inventário = 14 / Nº de inventário atual MAEE-AT= 4747



Figura 38 – Ara votiva encontrada na Herdade da Fonte Branca

Nº de inventário = **18-A**



Figura 39 – Ara votiva encontrada na Herdade da Fonte Branca

Nº de inventário = **18-B**



Figura 40 – Árula funerária encontrada no Sítio dos Papulos

Nº de inventário = **21**

ANEXO II – INVENTÁRIOS

Inventário dos sítios de proveniência das inscrições

Nº INV	TOPÓNIMO	LOCALIZAÇÃO		TIPOLOGIA (Sítios e Vestígios)	REF. ^{as} PRINCIPAIS AOS SÍTIOS ¹⁴⁷	
		FREGUESIA			AUTOR	TIPOLOGIA
1	----	Elvas		Epigrafia-votiva Epigrafia-funerária	ALMEIDA,2000: n°44	<i>Vincus</i>
2	HERDADE DAS CASAS VELHAS	Barbacena e Vila Fernando		Epigrafia-funerária (INÉDITO)	LOURO,1966, p. 4-5 PIRES,1931,p. 48-49	----
3	HERDADE DA COUTADA	Barbacena e Vila Fernando		Casal Epigrafia-funerária	IRCP, 1984: n° 581	Epigrafia-funerária
					ALMEIDA, 2000: n°3	Epigrafia-funerária/casal
4	ALENTISCA DO CAIA	Santa Eulália		Epigrafia-funerária	ALMEIDA,2000: n°2	Epigrafia-funerária
					IRCP, 1984: n°582	Epigrafia-funerária
5	HERDADE DO ALMEIDA	Santa Eulália		Epigrafia-funerária	IRCP, 1984: n° 589	Epigrafia-funerária
					ALMEIDA, 2000: n°1	Epigrafia-funerária
6	HERDADE DE D. MIGUEL	Santa Eulália		Epigrafia-votiva (?)	IRCP, 1984: n° 575	----
					CARNEIRO, 2010:251-252	----
7	HERDADE DA FONTALVA	Santa Eulália		Necrópole Epigrafia-funerária	ALMEIDA, 2000:n°5	<i>Villa (?)</i> Necrópole
					CARNEIRO,2014: n° 08.01	Necrópole
					FE, 2017: n° 592	Epigrafia-funerária
8	SANTA CATARINA	Santa Eulália		Epigrafia-votiva Casal (?)	FE 46 n°207	Epigrafia-votiva
					CARNEIRO, 2010:251	Epigrafia-votiva
					CARNEIRO, 2014: n° 08.09	Casal (?)
9	HERDADE DA CAMUGEM	Terrugem e Vila Boim		Necrópole Epigrafia-funerária	IRCP, 1984: n°585, n° 592, n° 594, n°597	Epigrafia-funerária
					FE, 1988: n°116	Epigrafia-funerária

¹⁴⁷ Por uma questão de espaço apenas são referidos os trabalhos dos autores principais no que concerne ao estudo dos sítios arqueológicos romanos e aos estudos sobre as inscrições encontradas no território elvense.

				ALMEIDA, 2000: n°56	Necrópole Epigrafia-funerária
				CARNEIRO, 2014: n°08.48	Necrópole
10	MONTE DA NORA	Terrugem e Vila Boim	<i>Vicus</i> (?) Epigrafia-funerária Epigrafia-indeterminada (INÉDITO)	ALMEIDA, 2000: n°52	<i>Vicus</i>
				CARNEIRO, 2014: n°08.31	<i>Vicus</i> (?)
11	HERDADE DE VALBOM	Terrugem e Vila Boim	Epigrafia-funerária	IRCP, 1984, n°590	Epigrafia-funerária
				ALMEIDA, 2000: n°54	Epigrafia-funerária <i>Villa</i> (?)
				CARNEIRO, 2014: n°08.27	<i>Villa</i>
12	VILA BOIM	Terrugem e Vila Boim	Epigrafia-funerária	IRCP, 1984:599	Epigrafia-funerária
				ALMEIDA, 2000: n°55	Epigrafia-funerária Indeterminado
13	SÍTIO DE VARCHE	São Brás e São Lourenço	Epigrafia-funerária	IRCP, 1984: n°587	Epigrafia-indeterminada
				ALMEIDA, 2000: n°58	Epigrafia-funerária
				ALMEIDA, 2017: n°134	Epitáfio
14	HERDADE DO FALCATO	Assunção, Ajuda, Salvador e Idefonso	Epigrafia-funerária	IRCP, 1984: n°583	Epigrafia-funerária
				ALMEIDA, 2000: n°65	Epigrafia-funerária
15	HERDADE DAS ALPEDREIRAS/ALBUFEIRAS	Caia, São Pedro e Alcáçova	Necrópole Pedreira (?) Epigrafia-votiva (INÉDITO)	IADMME, 2015	----
16	HERDADE DO CORREIO-MOR	Caia, São Pedro e Alcáçova	<i>Villa</i> Epigrafia-funerária	ALMEIDA, 2000: n°29	<i>Villa</i>
				CARNEIRO, 2014: n°08.40	<i>Villa</i>
17	HERDADE DAS CALDEIRAS	Caia, São Pedro e Alcáçova	Epigrafia-funerária	FE, 1985: n°66	Epigrafia-funerária
				ALMEIDA, 2000: n°49-a	Epigrafia-funerária Via
				ALMEIDA, 2017: n°34	Necrópole Ponte Epitáfio
18	HERDADE DA FONTE BRANCA	Caia, São Pedro e Alcáçova	Epigrafia-votiva Santuário	Pires, 1901, n°160-161	“ara votiva”
				IRCP, 1984, n°573 e n°574	Epigrafia-votiva

				ALMEIDA, 2000: n°46	Epigrafia-votiva
				CARNEIRO, 2014: n° 08.44	Templo (?)
				ALMEIDA, 2017: n°37	Edifícios Aras Epígrafes
19	NOSSA SENHORA DA GRAÇA	Caia, São Pedro e Alcáçova	Epigrafia-funerária	IRCP, 1984: n° 588	Epigrafia-funerária
				ALMEIDA, 2000: n°43	Epigrafia-funerária
20	MONTE DO PAÇO	Caia, São Pedro e Alcáçova	<i>Villa</i> Epigrafia-funerária	FE, 1985: n°65	Epigrafia-funerária
				ALMEIDA, 2000: n°31	<i>Villa</i>
				CARNEIRO, 2014: n° 08.41	<i>Villa</i>
21	SÍTIO DE PAPULOS	Caia, São Pedro e Alcáçova	Necrópole Epigrafia-funerária	Pires, 1901: n° 20	“cipo funerário”
				IRCP, 1984, n°596	Epigrafia-funerária
				ALMEIDA, 2000: n°45	Necrópole Epigrafia-funerária
				ALMEIDA, 2017: n°125	Necrópole Epitáfio
22	HERDADE DA SILVEIRA	São Vicente e Ventosa	Epigrafia-funerária	Saa, 1956	-

Inventário: *corpus* epigráfico identificado no concelho de Elvas

Nota: As epígrafes com os n.ºs 1; 1-A; 1-B; 1-C; 1-D; 1-E; 1-F; 1-G; 1-H; 1-I; 1-J; 1-M; 1-N; 3; 4; 5; 6; 9-A; 9-B; 9-C; 9-D; 9-E; 11; 12-A; 12-B; 13; 14; 18-A; 18-B; 19; 21 são da autoria de José d'Encarnação (IRCP, 1984) e do mesmo autor (Encarnação, 1986) com o n.º 16. Publicadas no *Ficheiro Epigráfico* temos a inscrição n.º 8 estudada por Manuel e Tarcísio Maciel e José d'Encarnação (FE, 1988: n.º 116). Por Mónica Rolo e José d'Encarnação a inscrição n.º 7 (FE, 2017: 145). Por Manuel e Tarcísio Maciel as inscrições n.ºs 17 e 20 (FE, 1985b: n.ºs 65 e 66). Foi possível constatar a existência de mais 3 inscrições (n.ºs 2-A; 2-B; 15) aquando a consulta do *Inventário do acervo documental pertencente ao antigo Museu Municipal de Elvas* (IADMME, 2015), porém, só foi possível conhecer o texto da n.º 15. Como inéditas incorporamos duas inscrições (n.ºs 10-A; 10-B), porém, dado ao estado de conservação da peça só possível efetuar a leitura da n.º 10-B.

Nº 1

Área de Elvas-Évora

LEITURA INTERPRETADA

C(aius) IVLIVS PROCVLVS / AN(norum) XXXV (triginta quinque) H(ic) S(itus)
E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) / PATER P(onendum) C(uravit)

TRADUÇÃO

Aqui jaz Gaio Júlio Próculo, de trinta e cinco anos. Que a terra te seja leve. O pai mandou colocar.

Nº 1-A

Elvas

LEITURA INTERPRETADA

C(aius) AXONIVS Q(uinti) F(ilius) PAP(iria tribu) / LEG(ionis) XX(<vigesimalae)
NAT(us) COL(onia) / FIR(mo) PICENO SE VIVO / MONIMENT(um) FEC(it)
SIBI ET / FR(atri) Q(uinto) AX(onio) Q(uinti) F(ilio)

TRADUÇÃO

Gaio Axónio, filho de Quinto, da tribo Papíria, da XX legião, natural da Colónia Firmo Piceno, fez em vida o monumento para si e para o irmão, Quinto Axónio, filho de Quinto.

Nº 1-B

Elvas

LEITURA INTERPRETADA

FLAVIA / [S]EVER[A] / [...]

TRADUÇÃO

Flávia Severa

Nº 1-C	Elvas
---------------	-------

LEITURA INTERPRETADA

MARCIA Q(uinti) · F(ilia) · TVSCA / ANN(orum) · XX (viginti) · MAN[...]
CA / GERMAN[...]
ANN(orum) · XXX (triginta) · [H(ic) · S(itae) · S(unt) · S(it) · V(obis) · T(erra)] [?] L(evis) / L(ucius) · M[AR]CIVS · TVS[CVS?] / PATER · F(aciendum) C(uravit)

TRADUÇÃO

Aqui jazem Márcia Tusca, filha de Quinto, de vinte anos; ..., de trinta anos. Que a terra vos seja leve. Lúcio Márcio..., o pai, mandou fazer.

Nº 1-D	Aro de Elvas
---------------	--------------

LEITURA INTERPRETADA

Q(uintus) · ATTIVS · L(ucii) · F(ilius) · SER(gia tribu) / RVSTICVS · H(ic) · S(itus) · E(st) · S(it) · T(ibi) · T(erra) · L(evis) · / NVMITORIA · Q(uinti) · F(ilia) · / MAXVMA / F(aciendum) C(uravit)

TRADUÇÃO

Aqui jaz Quinto Átio Rústico, filho de Lúcio, da tribo Sérgia. Que a terra te seja leve. Numitória Máxima, filha de Quinto, mandou fazer.

Nº 1-E	Elvas
---------------	-------

LEITURA INTERPRETADA

G(aio) IVLIO [G]ALLO / EMERI[TENSI? V]ETERANO / [L]EG(ionis) VII(septimae) [G(eminae) F(elicis)] STIPENDIS / EMERITI[S] ANN(orum) LXX(septuaginta) / H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) IVLIA PRIMA / LIB(erta) ET CONIVX PATRONO / BENEMER(enti?) D(e) S(uo) F(aciendum) C(uravit)

TRADUÇÃO

A Gaio Júlio Galo, natural de Mérida, veterano da VII Legião Gémea Félix, que cumpriu honradamente o tempo de serviço e faleceu com setenta anos. Aqui jaz. Que a terra te seja leve. Júlia Prima, liberta e esposa, mandou fazer, a expensas suas, para o patrono tão digno de mérito

Nº 1-F	Aro de Elvas?
---------------	---------------

LEITURA INTERPRETADA

L(ucius) PO[M]PONIVS CE[?]/LER AN(norum) [... H(ic) S(itus) E(st)] / S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) PO[M]PONIA[?] / CELERINA F(ratri?) [INDV]/LCENTISSVMO / F(aciendum) C(uravit)

TRADUÇÃO

Aqui jaz Lúcio Pompónio (?) Céler (?), de ... anos. Que a terra te seja leve. Pompónia (?) Celerina mandou fazer para o irmão (?) de coração magnânimo.

Nº 1-G	Elvas
---------------	-------

LEITURA INTERPRETADA

DEE SANCTE / BVRRVLOBR[I]/[G]ENSI Q(uitus?) l(ulius?) EM(eritus?)/
[A(nimo)] L(ibens) V(otum) S(olvit)

TRADUÇÃO

À Deusa Santa Burrulobrigense(?). Quinto(?) Júlio(?) Emérito(?) cumpriu de boa vontade o voto.

Nº 1-H	Aro de Elvas
---------------	--------------

LEITURA INTERPRETADA

PROSERPINAЕ / SERVATRICI / C(aius) VETTIVS SIL/VINVS PRO EV/NOIDE
PLAVTIL/LA CONIVGE SIBI / RESTITVTA / V(otum) S(uum?) A(nimo) L(ibens)
P(osuit)

TRADUÇÃO

A Prosérpina protectora. Gaio Vécio Silvino colocou de bom grado o seu voto, pela esposa, Eunois Plautila, que lhe foi restituída.

Nº 1-I	Aro de Elvas
---------------	--------------

LEITURA INTERPRETADA

Q(uitus) HELVIVS / SILVANVS / PROSERPIN/AE VOTVM / S(uum?) AN(imo)
L(ibens) P(osuit)

TRADUÇÃO

Quinto Hélvio Silvano colocou o seu voto de boa vontade a Prosérpina.

Nº 1-J	Elvas
---------------	-------

LEITURA INTERPRETADA

FEL (?) CEP<H?>AL/ONIS F(ilius) SE/VERVS AN(norum) [...] /

TRADUÇÃO

... Severo, filho de Cefalão, de ... anos.

Nº 1-L	Elvas
---------------	-------

LEITURA INTERPRETADA

P]roculus / [- - -] h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)

TRADUÇÃO

Próculo (...) aqui está sepultado. Que a terra te seja leve.

Nº 1- M	Aro de Elvas
----------------	--------------

LEITURA INTERPRETADA

Proser/pinae / sanctae / G(aius) Iulius / Parthenop/aeus vot(um) / quot fecit / a(nimo)
l(ibens) p(osuit)

TRADUÇÃO

A Prosérpina Santa. Gaio Júlio Partenopeu cumpriu de bom grado o voto que fizera.

Nº 1-N	Elvas?
---------------	--------

LEITURA INTERPRETADA

[...] / [...]ESIA / [...] H(ic) · S(ita,us) · E(st) · / [S (it) T(ibi)] T(erra) L(evis)

TRADUÇÃO

(...) Aqui está sepultado. Que a terra te seja leve.

Nº 2-A; 2-B	Herdade das Casas Velhas
--------------------	--------------------------

LEITURA INTERPRETADA

Não há referência ao texto

Nº 3	Herdade da Coutada
-------------	--------------------

LEITURA INTERPRETADA

M(*arcus*) BOV[IVS?] [...] / MIPA[...] / ANN[*orum*] / VALERIA [...] / NAVSXOR [F(*aciendum*) C(*uravit*)] [?] / [...] [?]

Nº 4	Alentisca do Caia
-------------	-------------------

LEITURA INTERPRETADA

D(*is*) M(*anibus*) S(*acrum*) / M(*arcus*) CLODIVS IVLI[A]/NVS ANN(*orum*) XXII[I?] (*unius vel duorum et viginti*) / H(*ic*) S(*itus*) E(*st*) S(*it*) T(*ibi*) T(*erra*) L(*ewis*) / TITVS CLODIVS / MODESTVS ET / BLESIDIENA MAR/CELLA P(*ater*) ET M(*ater*) FILIO / PISSIMO F(*aciendum*) C(*uraverunt*)

TRADUÇÃO

Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Marco Clódio Juliano, de 21 (ou 22) anos. Que a terra te seja leve. Tito Clódio Modesto e Blesidiena Marcela, pai e mãe, mandaram fazer para o filho, modelo de piedade.

Nº 5	Herdade do Almeida
-------------	--------------------

LEITURA INTERPRETADA

M(*arci*) L(*icinii?*) MAX/VMI (*annorum*) LXX (*septuaginta*) / PVIV HEV / [...]MA / [...]

TRADUÇÃO

De Marco Licínio (?) Máximo, de setenta anos.

Nº 6	Herdade de D. Miguel?
-------------	-----------------------

LEITURA INTERPRETADA

SECVNDYTIV/S VICTORIN[NVS E] [?] / [...ENSIBVS?] / [PRO SALVTE SVA?] / V(*otum*) A(*nimo*) L(*ibens*) S(*olvit*)

Nº 7	Herdade de Fontalva
-------------	---------------------

LEITURA INTERPRETADA

D(*is*) M(*anibus*) / ATILIA · [MAXI]/MA · AN(*orum*) XX[...] / L(*ucia*) CVR(*ia*) ATILI[ANA] / MATER · ET · [PATER] [?] / SERVATV[S] [FIL(*iae*)] / PIAE F(*aciendum*) C(*uraverunt*)

TRADUÇÃO

Aos deuses Manes. Atília Máxima, de [...] anos. Lúcia Cúria Atiliana, a mãe, e o pai Servato à filha piedosa mandaram fazer.

Nº 8	Santa Catarina
-------------	----------------

LEITURA INTERPRETADA

VALGIVS/ MARCI F(*ilius*) / ARAM BE/LLONAE/ DE VOTO [POS]V[I]T [?]

TRADUÇÃO

Válgio, filho de Marco, colocou o altar a Belona, por voto.

Nº 9-A	Herdade da Camugem
---------------	--------------------

LEITURA INTERPRETADA

CALAETICA (*hedera*) LVCI (*hedera*) F(*ilia*) (*hedera*) SEVERA (*hedera*) ANN(*orum*) XV (*quindecim*) (*hedera*) H(*ic*) S(*ita*) E(*st*) S(*it*) T(*ibi*) T(*erra*) L(*evis*) / Q(*uintus*) (*hedera*) CORNELIVS.. / VITVLVS CONIVGI/ SVAE (*hedera*) D(*edicavit*) P(*onendum*). C(*uravit*) (*hedera*)

TRADUÇÃO

Aqui jaz Calética Severa, filha de Lúcio, de quinze anos. Que a terra te seja leve. Quinto Cornélio Vitulo dedicou à sua mulher e mandou colocar.

Nº 9-B	Herdade da Camugem
---------------	--------------------

LEITURA INTERPRETADA

MAXSVMA / MAXSVMI F(*ilia*) AN(*orum*) / XXV (*viginti quinque*) H(*ic*) S(*ita*) T(*ibi*) MODESTA GEMINI / F(*ilia*) MATER F(*aciendum*) C(*uravit*).

TRADUÇÃO

Aqui jaz Máxima, filha de Máximo, de vinte e cinco anos. Que a terra te seja leve. A mãe, Modesta, filha de Gémeo, mandou fazer.

Nº 9-C	Herdade da Camugem
---------------	--------------------

LEITURA INTERPRETADA

SEX(*to*) SOIO / QVARTIONI ET/ CATINIAE / MAXSVMA<E> / ALBANVS F(*ilius*) P(*onendum*) C(*uravit*)

TRADUÇÃO

A Sexto Soio Quartião e a Catínia Máxima – Albano, o filho, mandou colocar.

Nº 9-D	Herdade da Camugem
---------------	--------------------

LEITURA INTERPRETADA

CN(*aeo*) MARCIO NASO/NI COMINIA M(*arci*) F(*ilia*) MAXSVMA VXSOR / ET FILI(*i*) P(*osuerunt*)

TRADUÇÃO

A Gneu Márcio Nasão – a mulher, Comínia Máxima, filha de Marcos, e os filhos erigiriam.

Nº 9-E	Herdade da Camugem
---------------	--------------------

LEITURA INTERPRETADA

FALIIA [*sic*] AVITA AN(*orum*) / XXX (*triginta*) H(*ic*) S(*ita*) E(*st*) S(*it*) T(*ibi*) T(*erra*) L(*evis*) / L(*ucius*) T(*erentius*?) RVFINVS / MARITE SVE / FECIT CVRA/VITT [*sic*]

TRADUÇÃO

Aqui jaz Falcia (?) Avita, de trinta anos. Que a terra te seja leve. Lúcio Terêncio (?) Rufino mandou fazer para a sua mulher.

Nº 10-A	Monte da Nora INÉDITO
---------	--------------------------

LEITURA INTERPRETADA

Ilegível

Nº 10-B	Monte da Nora? INÉDITO
---------	---------------------------

LEITURA INTERPRETADA

[M]AXVMA (...) E(*est*) E(*sit*) · S(*it*) T(*ibi*) T(*erra*) L(*evis*)

TRADUÇÃO

Aqui jaz Máxima (...) Que a terra te seja leve (...)

Nº 11	Herdade de Valbom
-------	-------------------

LEITURA INTERPRETADA

LVCRETIVS CATV[...] / CILI D[...] [L]VCRETI LI[...] / [...] IRA II PR[...] / [...] [A?]L CVPIS [...] / [...] VI IV [...] / [...] X [...]

Nº 12-A	Vila Boim
---------	-----------

LEITURA INTERPRETADA

[...]VS / [...] H(*ic*) S(*itus*) [E(*st*?) / [...] C(*aii*?) F(*ilius*) / [...] / ET T[...]A/ [...]A / FILIO PISSIMO / F(*aciendum*) C(*uraverunt*)

Nº 12-B	Vila Boim
---------	-----------

LEITURA INTERPRETADA

[...] [C]JORNELIVS / [... F(*ilius*) P]AP(*iria tribu*) GALLVS / AN(*orum*) LXXV (*septuaginta quinque*) / [...] EGO [...]Q[· · ·] / [...] VIII F(*aciendum*) C(*uravit*)

TRADUÇÃO

... Cornélio Galo, ... da tribo Papíria, de setenta e cinco anos. ... mandou fazer.

Nº 13	Sítio de Varche
-------	-----------------

LEITURA INTERPRETADA

ELVIA M(*arci*) f(*ilia*) VIA AN

TRADUÇÃO

Élvia..., filha de Marco, ...

Nº 14	Monte do Falcato
-------	------------------

LEITURA INTERPRETADA

COMINIA (*hedera*) M(*arci*) F(*ilia*) AVITA / ANNOR(*um*) (*avicula*) (*hedera*) (*avicula*) VIII (*novem*) / H(*ic*) S(*ita*) E(*st*) T(*e*) R(*ogo*) (*hedera*) P(*raeteriens*) (*hedera*) D(*ic*) (*hedera*) S(*it*) T(*ibi*) T(*erra*) L(*evis*) / M(*arcus*) COMINIVS CLEMENS / VIBIA M(*arci*) F(*ilia*) AVITA / FILIAE FACIENDVM CVRAR(*unt*)

TRADUÇÃO

Aqui jaz Comínia Avita, filha de Marco, de nove anos. Rogo-te, ó passante, que digas «A terra te seja leve». Marco Comínio Clemente, Víbia Avita, filha de Marco, mandaram fazer à filha.

Nº 15	Herdade das Alpedreiras/Albufeiras INÉDITO
LEITURA INTERPRETADA DII[S] MANIBVS	
TRADUÇÃO Aos Deuses Manes (...)	
Nº 16	Herdade do Correio-Mor
LEITURA INTERPRETADA S / IP / SER / AVG / PARE / STT	
Nº 17	Herdade das Caldeiras
LEITURA INTERPRETADA D(is) M(anibus) S(acrum) / FESTIVO / MARITO BENEME-/ RENTI / HELPIS F(ecit) / H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(erra) L(evis) / ANORVN (sic) LV (quinque et quingenta)	
TRADUÇÃO Consagrado aos deuses Manes. Helpis fez a Festivo, marido digno de merecimento, de cinquenta e cinco anos. Aqui jaz. Que a terra (te) seja leve.	
Nº 18-A	Herdade da Fonte Branca
LEITURA INTERPRETADA DEAE PROSER/PINAE [...] / RVSTRI V(otum) L(ibens) A(nimo) S(olvit)	
TRADUÇÃO A deusa Prosérpina. ..., filho de Rustro (?), cumpriu o voto de boa vontade.	
Nº 18-B	Herdade da Fonte Branca
LEITURA INTERPRETADA PROSERP(inae) / TONCIVS / [...] / [...]	
TRADUÇÃO A Prosérpina. Tôncio...	
Nº 19	Nossa Senhora da Graça
LEITURA INTERPRETADA D(is) M(anibus) S(acrum) / IVLIA AMOENA / ANN(orum) XXXII(triginta duorum) / H(ic) S(ita) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) // G(aius) POMPONIVS / MAXVMVS MARI/TVS CONIVGI / CARISSIMAE F(aciendum) C(uravit)	
TRADUÇÃO Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Júlia Amena, de trinta e dois anos. Que a terra te seja leve. Pompónio Máximo, o marido, mandou fazer para a mulher muito amada.	
Nº 20	Monte do Paço
LEITURA INTERPRETADA APONIA NARCISSA / H(ic) S(ita) T(ibi) · T(erra) L(evis)[...] B [...] N [A]R [C]ISSO [?] / [...] [...] OS [?] [...]	
TRADUÇÃO Aqui jaz Apónia Narcissa. Que a terra te seja leve... Narcisso...	

Nº 21

Sítio dos Papulos

LEITURA INTERPRETADA

D(is) M(anibus) S(acrum) / SCRIBONIA / PATERNI FIL(ia) / M[AXIMA AN]/NORVM XV (*quindecim*) / [...]IA MATER /FILIE -'PIENTIS/SIME FECIT / PISSIME F(*aciendum*) C(*uravit*)

TRADUÇÃO

Consagrado aos deuses Manes. Escribónia Máxima, filha de Paterno, de quinze anos. ..., a mãe, fez para a filha, modelo de piedade. Com extremos de piedade mandou fazer.

Nº 22

Herdade da Silveira

LEITURA INTERPRETADA

Não se conhece o texto.

Modelo de ficha de inventário – as inscrições no Museu Municipal de Elvas

Nota: As fichas que se seguem foram cedidas pela Arqueóloga do Município de Elvas, Dra. Isabel Pinto.

MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

Ref.^a 4744

DENOMINAÇÃO: LÁPIDE SEPUCRAL

DESCRIÇÃO: Em mármore branco com a seguinte inscrição: (ver verso).
Medidas - 46 cm x 38 cm aprox.

DATAÇÃO: Romana.

ORIGEM/PROVENIENCIA: Herdade da Camugem em Vila Boim.

ESTUDOS E PERITAGEM:

OBSERVAÇÕES: Oferta de Francisco Marques da Silveira Pinto em 1906.
Está na Biblioteca.

- DESCRIÇÃO: CN MARCIO NAS^o.
NICOMINIA MF
MAXUMA MXM
E. T. FILII-//// P

Figura 41 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem

MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

Ref.^a 4746

DENOMINAÇÃO: LÁPIDE SEPUCRAL

DESCRIÇÃO: Em mármore branco, homenagem a " MARCIA TUSCA ".
Alt. Máx. - 42 cm aprox.
Comp. - 54 cm aprox.

DATAÇÃO: Romana

ORIGEM/PROVENIENCIA: Casa da Rua de Olivença n° 24 em Elvas.

ESTUDOS E PERITAGEM:

OBSERVAÇÕES: Oferta em 1880 do Sr. António Fausto Namorado.
Está na Biblioteca.

Figura 42 – Placa funerária encontrada na rua de Olivença, nº24 em Elvas

MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

Ref.^a 4747

DENOMINAÇÃO: LÁPIDE SEPUCRAL

DESCRIÇÃO: Refere-se a " Cominia Avita " em mármore branco.
Medidas - 90 cm x 58 cm aprox.

DATAÇÃO: Romana.

ORIGEM/PROVENIENCIA: Herdade do Falcato ou herdade do Escrivão, Freguesia de S. Ildefons

ESTUDOS E PERITAGEM:

OBSERVAÇÕES: Oferta de João Joaquim Bagulho.
Está na parede da Biblioteca.

Figura 43 – Placa funerária encontrada na Herdade do Falcato

MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

Ref.ª

DENOMINAÇÃO: LÁPIDE SEPUCRAL

DESCRIÇÃO: Em mármore com a seguinte inscrição: (ver verso).
Medidas - 57 cm x 43 cm aprox.

DATAÇÃO:

ORIGEM/PROVENIENCIA:

ESTUDOS E PERITAGEM:

OBSERVAÇÕES: Está na parede da Biblioteca.

- DESCRIÇÃO: " FALLIIM VITAN
XXX. H. S. E. S. T. T. L.
LTR VFI NV
FECITCVRA
VITT ".

Figura 44 – Placa funerária encontrada em Elvas

MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

Ref.^a 4941

DENOMINAÇÃO: LÁPIDE SEPUCRAL

DESCRIÇÃO: Epigrafada em mármore branco com a seguinte inscrição, (ver verso).

DATAÇÃO: Romana

ORIGEM / PROVENIENCIA:

ESTUDOS E PERITAGEM:

OBSERVAÇÕES: Está na parede do pátio da Biblioteca.

- DESCRIÇÃO: " SEX. SOIO
Q VARTIO NI ET
CATINIA E
MAXSUMA
AL BA NVS. F. P. "

Figura 45 – Placa funerária encontrada em Elvas

MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

Ref.^a 4899

DENOMINAÇÃO: LÁPIDE

DESCRIÇÃO: Em mármore branco com a seguinte inscrição: " CIVI ----- ENDIS
LXX
----- LIA PRIMA
----- PATRON
----- D. F. C. "

Medidas - 68 cm x 53 cm aprox.

DATAÇÃO:

ORIGEM/PROVENIENCIA:

ESTUDOS E PERITAGEM:

OBSERVAÇÕES: Partida em 4 fragmentos.
Está no pátio da Biblioteca.

Figura 46 – Placa funerária encontrada na rua de São Lourenço em Elvas

MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

Ref.^a 4689

DENOMINAÇÃO: LÁPIDE SEPUCRAL

DESCRIÇÃO: Em mármore branco, a inscrição refere-se " MAXUMA ".
Medidas - 44 cm x 34,5 cm aprox.

DATAÇÃO: Romana.

ORIGEM/PROVENIENCIA: Descoberta na herdade da Camuge) Freguesia de Vila Boim, Concelho de Elvas.

ESTUDOS E PERITAGEM:

OBSERVAÇÕES: Oferecida em 1906 ao Museu pelo Sr. Francisco Marques de Silveira Pinto
Está na entrada da Biblioteca.

Figura 47 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem

MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

Ref.^a 694!

DENOMINAÇÃO: LÁPIDE ROMANA

DESCRIÇÃO: Lápide funerária, de mármore branco tipo Estremoz/Vila Viçosa.
Medidas - 49,5cm x 68 cm x 6,5 cm aprox.
Campo epigráfico - 33 cm x 51 cm aprox. Ver Verso

DATAÇÃO: Período Romano

ORIGEM/PROVENIENCIA: Herdade da Camugem - Vila Boim (recolhida em 1986)

ESTUDOS E PERITAGEM: " Epitáfio de Calaética de Vila Boim " José d'Encarnação

OBSERVAÇÕES: Separa de Facheiro Epigráfico nº 25 de 1988
Edição especial do Instituto de Arqueologia - Fac. Letras de C.
para a Câmara Municipal de Elvas

DESCRIÇÃO - Tradução do campo epigráfico: " Aqui jaz Calética ^{Severo,} ~~Tilha~~ de Lúcio, de
quinze anos. Que a terra te seja leve.
Quinto Cornélio Vitulo dedicou à sua
mulher e mandou colocar.

Figura 48 – Placa funerária encontrada na Herdade da Camugem

MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

Ref.^a 4691

DENOMINAÇÃO: LÁPIDE SEPUCRAL

DESCRIÇÃO: Em mármore branco com a seguinte inscrição: (ver verso).

Larg. Máx; - 1,24 m aprox.

Alt. - 69 cm aprox.

DATAÇÃO: Romana.

ORIGEM/PROVENIENCIA: Igreja da herdade de Alentisca do Caia, St^a Eulália, Concelho de Elvas.

ESTUDOS E PERITAGEM: Na Igreja Paroquial costumavam assentar o púlpito nos dias de festas solenes, sobre um pedestral que era nada menos que uma memória do tempo dos romanos. É a peça principal d'um Mansolen construido em honra de Marco Clodio Juliano, (ver verso).

OBSERVAÇÕES:

Entrou no Museu em 1880.

Está na entrada da Biblioteca.

- DESCRIÇÃO: D. M. S.

M. CLODIUS IULI...

NVS. ANN. XXI...

H. S. E. S. T. T. L.

TITUS. CLODIUS

MODESTUS. ET.

BLESIDIENA. MAR

CELLA. P. E. T. M. FILIO

PLISSIMO. F. C.

- ESTUDOS E PERITAGEM: de 20 e tantos annos d'idade, por seus pais Tito Clodio Mc Blesidiena Marcella. Tem na face esquerda um prefericulo, reita uma pátera, ambas figuras em relevo, coforme a expli Sr. Francisco Raphael da Paz Furtado, que estava exercendo go de tabellião em Elvas, quando este monumento foi para a portado. Esta melhoria foi denunciada à Câmara D'Elvas pelo Prior de Santa Eulália, Joaquim José Antunes Namorado, hoje guardada na secção de Arqueológica e histórica da Bit para onde veio em 1880 in dicionário Victorino de Almada I folhas

Figura 49 – Ara funerária encontrada na Alentisca do Caia

ANEXOS III - FICHAS DE SÍTIO

Nota: As fichas que se seguem são relativas aos sítios nos quais foram identificadas ou recolhidas os monumentos epigráficos identificados no concelho de Elvas.

Fichas de sítios

TOPÓNIMO	<u>ELVAS</u>	Nº INV. 1
		CNS: ----
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	----	
TIPOLOGIA	Epigrafia-funerária Epigrafia-votiva	

DESCRIÇÃO

O topónimo urbano Elvas surge como uma referência coletiva, englobando todos os monumentos epigráficos cuja proveniência exata é desconhecida ou ainda que foram identificados fora do seu contexto original, referidos comumente como provenientes do “aro, arredores ou subúrbio de Elvas”.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida, 2000:nº44; Encarnação, 1984:631-666; IADMME (2015)

TOPÓNIMO	<u>HERDADE DAS CASAS VELHAS</u>	Nº INV. 2
		CNS: ----
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Barbacena e Vila Fernando	
TIPOLOGIA	Epigrafia-funerária (INÉDITO)	

DESCRIÇÃO

Sítio que recebeu ao longo dos anos diversos topónimos como Casa das Neves e Paço de D. Cristovão. Situa-se na estrada de Elvas para Vila Fernando, no cruzamento para Vila Boim. A quinta fica do lado esquerdo da estrada e o monte do lado direito. O sítio foi descoberto na ocasião da abertura do ramal para Vila Boim onde se encontrou potes, telhas e abundante cerâmica. Estes materiais foram encontrados em diversos locais da freguesia (Louro, 1966:4-5).

A própria toponímia de Casas Velhas indica a presença de um local com elevado valor arqueológico (Jesuino, 2016:103). Segundo Thomaz Pires (Pires, 1931:48) “o Paço já não

existe mas apareceram as suas fundações quando ha três annos o ex.^{mo} Sr. Francisco Marques da Silveira Pinto, actual dono da herdade, nella mandou proceder a trabalhos para a construção de um bom edificio. E, pelos materiais encontrados nas excavações, muitos de fino marmore, se conheceu ter sido o Paço obra grandiosa”. Em 1906 foi encontrado pelo proprietário uma base de um pedestal de uma antiga coluna.

Segundo Rui Jesuíno “O paço era uma antiga *villa* romana descrita pelo proprietário no início do século XX como luxuosa, «finos mármore»” descoberta durante a construção da atual Quinta das Casas Velhas (Jesuino,2016:104).

Deu entrada no Museu Municipal de Elvas duas inscrições funerárias com inscrição latina, encontradas por Francisco Marques da Silveira Pinto (IADMME, 2015), porém, desconhece-se o texto e o seu atual paradeiro. Foi ainda oferecido para a mesma Instituição um dado em barro vermelho com os pontos de 1 a 6 gravados na face e uma base de uma antiga coluna

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Jesuino, 2016:103-104; Louro, 1966: 4-5; IADMME,2015; Pires, 1931:48-49.

TOPÓNIMO	<u>HERDADE DA COUTADA</u>	Nº INV. 3
		CNS: 5729
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Barbacena e Vila Fernando	
TIPOLOGIA	Casal Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

Situa-se na estrada de Barbacena para Monforte pela Ribeira da Coutada.

No decurso de trabalhos de prospeção realizados em 1999 foi possível identificar uma área de dispersão de vestígios aproximadamente de 96000m² de cerâmica de construção e cerâmica comum. Também foi encontrada uma inscrição funerária, com datação paleográfica do século I (IRCP, 1984:581), aproximadamente a 200m de uma ponte possivelmente reconstruída numa antecessora romana. Relativamente à estrutura referida, Maria José de Almeida afirma que “não foram observados quaisquer traços distintos a nível de técnicas de construção que possam confirmar a cronologia apontada”(Almeida, 2000:69).

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida,2000: nº3; IRCP,1984:581; Jesuíno, 2016: 129; Louro,1970: 106.

TOPÓNIMO	<u>ALENTISCA DO CAIA</u>	Nº INV. 4
		CNS: 5720
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Santa Eulália	
TIPOLOGIA	Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

O sítio foi primeiramente denominado como Herdade do Lentisco (aroeira) ou da Lentisca e que pelo processo popular antepor-se-ia o A a esse vocábulo (Pires, 1931:9).

Victorino d' Almada (Almada, 1888, Tomo I: 278) descreve a herdade: “compõem-se d’um pedaço de mato d’azinho, e de casas d’habitação (...) assim como d’uma capella demolida ou em ruínas, e terras de sementeira”. O mesmo autor (Almada, Tomo I:279) acrescenta “quando havia a igreja parochial costumava assentar o púlpito, nos dias de festas solemnes, sobre um pedestral, que era nada menos que uma memoria do tempo dos romanos”. Esta memória foi transmitida à Câmara Municipal de Elvas pelo prior de Santa Eulália Joaquim José Antunes Namorado. A peça referida diz respeito à ara funerária, de mármore branco, que deu entrada para Museu de Arqueologia no ano de 1880.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almada, Tomo I:278; Almeida, 2000:2; IRCP, 1984:582; Jesuíno, 2016:20; Louro, 1969:7; Pires, 1901: 212; Pires, 1931: 9.

TOPÓNIMO	<u>HERDADE DO ALMEIDA</u>	Nº INV. 5
		CNS: 25945
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Santa Eulália	
TIPOLOGIA	Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

A propriedade localiza-se na direção de Santa Eulália-Campo Maior, próximo da Herdade da Alentisca (nº4).

No século XIX (1887) foi encontrado uma inscrição funerária por Francisco da Silva Lobão Rasquilha e pelo mesmo oferecida ao Museu de Elvas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida, 2000:1; IRCP, 1984:589; Pires, 1901, p. 10 (nº28); Pires, 1931:10-11.

TOPÓNIMO	<u>HERDADE D. MIGUEL</u>	Nº INV. 6
		CNS: 768
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Santa Eulália	
TIPOLOGIA	Epigrafia-votiva (?)	

DESCRIÇÃO

Situa-se na estrada de Santa Eulália para Monforte, no limite do concelho.

O sítio arqueológico foi conhecido pela descoberta de uma ara romana que deu entrada para o Museu Municipal de Elvas. O Padre Henrique Louro regista também esta descoberta na monografia de *Santa Eulália*: “próximo da herdade de D. Miguel foi achada uma ara dedicada à Deusa Vitória” (Louro,1969:7). André Carneiro (Carneiro,2010:251-252) coloca a ténue hipótese da inscrição encontrada de se tratar da mesma epígrafe que Mário Saa (Saa,1956:195) encontrou entre “Esquilas e S.ta Eulália, não longe do M.te de D.Miguel” de onde “apareceu uma ara consagrada à deusa Victoria”. André Carneiro acrescenta que “as dúvidas são ainda mais amplas, estendendo-se o conteúdo: é possível que se trate de uma epígrafe dedicada por um *Victorinus* a um teónimo indeterminado” (Carneiro, 2010:252).

No estudo de José de Encarnação (IRCP, 1984: 575) regista-se a dúvida sobre a proveniência da peça ao território de Elvas, contudo, considerado a hipótese apresentada por André Carneiro e a referência bibliográfica de Mário Saa, poderemos considerar ser esta a inscrição encontrada na herdade à época da descrição feita pelo autor, tendo sido posteriormente recolhida para o Museu Municipal de Elvas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Carneiro, 2010:251-252; IRCP, 1984:575; Pires, 1931: 49-50; Saa, 1956:195.

TOPÓNIMO	<u>HERDADE DA FONTALVA</u>	Nº INV. 7
		CNS: 4151
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Santa Eulália	
TIPOLOGIA	Necrópole Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

Vasta herdade situada no início da estrada de Barbacena para Santa Eulália, à esquerda.

Apresenta em termos cronológicos uma ampla amplitude testemunhada pela presença de inúmeros materiais pertencentes a diferentes civilizações. Foi publicada recentemente por Mónica Rolo e José d'Encarnação uma placa funerária (FE,2017, nº592).

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida, 2000:5; Carneiro, 2014, vol.II: 08.01; Ferreira,1951 e 1966; *Ficheiro Epigráfico*, 2017:592; Jesuíno, 2016: 173; Paço e Veiga, 1951:5-14; Paço e Veiga, 129- 131; Ferreira e Viana, 1957:113-133; Pires, 1931: 55; Sepúlveda e Carvalho,1998.

TOPÓNIMO	<u>SANTA CATARINA</u>	Nº INV. 8
		CNS: ----
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Santa Eulália	
TIPOLOGIA	Epigrafia-votiva Casal (?)	

DESCRIÇÃO

Localiza-se no limite do concelho de Elvas e da freguesia de Santa Eulália, na estrada de Elvas-Campo Maior. O sítio foi denominado como Santa Catarina da Alentisca do Caia e corresponde à atual Herdade e Monte do Rocha, nome de um antigo proprietário, onde se situa a casa e a Ermida de Santa Catarina, ocupa grande parte de uma península banhada pelas águas da Albufeira do Caia.

Em 1993 foi encontrado no leito seco do pântano do Caia, entre as pedras que serviram de base no altar em ruínas da antiga capela de Santa Catarina (desde o séc. XVIII) uma inscrição votiva. Este elemento epigráfico tem sido atribuído a Santa Eulália, contudo, foi no local da antiga capela da invocação a Santa Catarina que foi encontrado (Maciel e Encarnação: 1994). A igreja está possivelmente assente sobre construções romanas (Louro, 1996:6).

Para além de estruturas habitacionais e de uma área de necrópole, existem ainda notícias sobre uma ponte antiga que permitia a travessia do antigo curso de água, mas que hoje naturalmente estará submersa” (Carneiro,2014, vol.II:08.09). Atendendo aos materiais encontrados, André Carneiro (Carneiro, 2010:251) alega que “não é no entanto possível perceber a que tipologia este sítio pertencerá embora, pela ampla área de vestígios, possamos estar perante um povoado e não uma *villa*”.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Carneiro, 2010:251; Carneiro, 2014, vol.II:08.09; *Ficheiro Epigráfico*,1994, nº207; Jesuíno, 2016: 319,328-329; Louro, 1966:6; Pires, 1931:93-94.

TOPÓNIMO	<u>HERDADE DA CAMUGEM</u>	Nº INV. 9
		CNS: 5701
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Terrugem e Vila Boim	
TIPOLOGIA	Necrópole Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

Situa-se a Sul de Vila Boim, praticamente no limite do concelho de Elvas. A herdade no século XVI foi denominada como Herdade de Arrelvados e Monte Velho, atualmente é conhecida como Herdade da Camugem.

Francisco Marques da Silveira Pinto descobriu em 1906 duas lápides funerárias, de mármore branco, com inscrições latinas e com molduras, tendo-as oferecido ao Museu Municipal de Elvas.

Em Junho de 1949, o Dr. Manuel Baguinho, informou Dias de Deus sobre o aparecimento de uma sepultura, descoberta no decurso de trabalhos agrícolas. Em Junho do mesmo ano, foram identificados dois esqueletos colocados, ossos danificados e alguns dentes conservados. Nesta necrópole de inumação foram “intervencionadas somente três sepulturas de planta sub-retangular constituída por lajes de mármore, uma delas continha dois esqueletos colocadas a par e outra um esqueleto completo e um crânio isolado. Todas eram cobertas por lajes grosseiras, exceto uma sobre cuja cabeceira havia uma lápide (Deus, Louro, Viana, 1953: 571). Posteriormente, António Dias de Deus encontrou mais duas inscrições funerárias no local, sendo estas os elementos reaproveitados numa das inumações uma vez que a inscrição está voltada para dentro, formando a parede de topo e outra a servir como uma laje de cobertura (Almeida, 2000: 122). Segundo, Maria José de Almeida “o reaproveitamento das lápides do séc. I nas sepulturas de inumação mais tardias pode corresponder a um fenómeno de ruptura “sócio-religiosa” (Almeida, 2000:56).

Em resumo, foram encontradas cinco epígrafes funerárias, retangulares, de mármore branco com molduras. Todas estas peças encontram-se na reserva museológica do antigo Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas António Thomaz Pires.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida, 2000:56; Carneiro, 2014, vol. II: 08:48; Deus e Louro, 1953: 571; IRCP, 1894: 585, 592, 594, 597; *Ficheiro Epigráfico*, 1988: 116; ; Jesuíno, 2016: 87; Louro, 1961: 9-11; Pires, 1931: 33; Viana, 1950: 313-315; Saa, 1956: 131-132.

TOPÓNIMO	<u>MONTE DA NORA</u>	Nº INV. 10
		CNS: 11667
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Terrugem e Vila Boim	
TIPOLOGIA	<i>Vicus</i> (?) Epigrafia-funerária (INÉDITO)	

DESCRIÇÃO

Fica situado na estrada de Vila Boim para a Terrugem. Este local apresenta diversas fases de povoamento. No âmbito do Estudos de Impacte Ambiental foi intervencionado a área que seria afetada pela construção da estrada (A6), o condiciona a informação disponível e a leitura do sítio. Trata-se de um sítio com uma amplitude cronológica muito elevada.

O atual proprietário do Monte da Serra do Bispo Januário Sequeira (sobrinho de um antigo proprietário do Monte da Nora) recolheu em 1980 algumas peças no local e guarda-as na sua propriedade como é o caso de duas inscrições, uma funerária.

Apresenta-se como um modelo de povoamento muito curioso e que merece um estudo mais aprofundado, além disso, localiza-se numa área predominantemente de *villae*.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida, 2000: 52; Carneiro, 2014, vol. II: 08.31.

TOPÓNIMO	<u>HERDADE DE VALBOM</u>	Nº INV. 11
		CNS: 7561; 5703
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Terrugem e Vila Boim	
TIPOLOGIA	Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

Localiza-se a Oeste de Vila Boim, próximo da Herdade das Terras Brancas.

O sítio é conhecido pelo registo de A. Viana e Dias de Deus (Deus, Louro, Viana 1953: 574) que terão identificado “ruínas de edifícios, tendo-se achado um triente de Tulga”.

No âmbito dos trabalhos de realocização realizados por Maria José de Almeida (Almeida, 2000:54) não foi possível a identificação das referências legadas pelos pioneiros, porém, foi observado uma área de dispersão de materiais com cerca de 14 000 m², predominando cerâmicas de construção (tégulas, imbrices e blocos de *opus signinum*). Foi ainda encontrada uma placa funerária, bastante fragmentada.

No âmbito da construção da A6 foi reconhecido o local, apesar do elevado grau de destruição. De um modo geral, as descrições do local e dos materiais são bons “indicadores de uma *villa*,

com presença visigótica e área sepulcral associada elementos que seguramente foram destruídos” pela construção da estrada (Carneiro, 2014, vol. II: 08.27).

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida, 2000: 54; Carneiro, 2014, vol. II: 08.27; Deus, Louro, Viana, 1953: 574; IRCP, 1984: 590; Jesuino, 2016:403; Louro, 1961: 9.

TOPÓNIMO	<u>VILA BOIM</u>	Nº INV. 12
		CNS: ----
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Terrugem e Vila Boim	
TIPOLOGIA	Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

O sítio é denominado de Vila Boim foi registado por ter sido encontrado duas inscrições funerárias nesta atual freguesia do concelho de Elvas. Não é conhecido as condições dos achados e a proveniência precisa das inscrições, o que na opinião de Maria José de Almeida (Almeida, 2000:55) pode referir-se “à atual povoação de Vila Boim, quer a qualquer outro lugar nas suas imediações de um povoamento romano de tipo indeterminado”.

Relativamente às inscrições uma deu entrada no século XIX (1897) para o Museu Municipal de Elvas com a proveniência genérica de “Vila Boim” gravada em mármore, fragmentada na sua metade superior e apresenta inscrição latina tendo sido indicada à Câmara Municipal de Elvas pelo viajante inglês Eduardo Spencer Dogson. Apenas conhecemos o texto da segunda inscrição tendo esta sido encontrada na Igreja de S. João Baptista.

REFERÊNCIAS

Almeida, 2000:55; IRCP, 1984: 599; IADMME, 2015; Louro: 1966, Louro, 1961: 9-10; Pires,1901, p. 9 (nº25)

TOPÓNIMO	<u>SÍTIO DE VARCHE</u>	Nº INV. 13
		CNS: 5705
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	São Brás e São Lourenço	
TIPOLOGIA	Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

Foi encontrado um fragmento de uma inscrição, contudo, não se conhece o contexto do achado e a proveniência exata. Conhece-se apenas a transcrição do texto (IRCP, 1984:587). Sabe-se apenas que foi encontrada numa sepultura.

REFERÊNCIAS

Almeida, 2000: 58; Almeida, 2017:134; IRCP,1984:587.

TOPÓNIMO	<u>HERDADE DO FALCATO</u>	Nº INV. 14 CNS: 5692
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	
TIPOLOGIA	Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

O local situa-se na direção de Elvas para Ajuda e Juromenha. Numa parede do monte desta herdade estava embutida uma inscrição funerária, de mármore branco, com inscrição latina e com moldura. Esta epígrafe foi oferecida por João Joaquim Bagulho, antigo proprietário da herdade, ao Museu Municipal no final do século XIX. A inscrição foi reaproveitada na construção do monte.

Nunca houve trabalhos de prospeção no local e com efeito, torna-se difícil determinar se a inscrição funerária era proveniente da herdade ou de outro local nas imediações. Porém, poderá existir uma área de necrópole dado o achado da inscrição descrita, juntamente com outras, no decurso de trabalhos agrícolas (*O Elvense*, 25 de Dezembro de 1880), muito possivelmente relacionado com a *villa* da Algramassa que se localiza nas imediações.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida, 2000:65; IRCP, 1984:583; Jesuíno, 2016:161-162; Pires, 1901:nº21; Pires, 1931: 52-53; *O Elvense*, 25 Dezembro de 1880.

TOPÓNIMO	<u>HERDADE DAS ALPEDREIRAS/ ALBUFEIRAS</u>	Nº INV. 15 CNS: ----
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Caia, São Pedro e Alcáçova	
TIPOLOGIA	Epigrafia-votiva (INÉDITO) Necrópole Pedreira (?)	

DESCRIÇÃO

Situa-se na estrada com direção de Elvas-Badajoz, próximo do ribeiro com o mesmo topónimo e atravessa os terrenos de Úveda.

Victorino d'Almada (1888-1891, Tomo I:338-339) descreve que o sítio do Alpedrede se trata de uma “antiquíssima esta denominação em Elvas, e sem dúvida já no tempo dos mouros era assim conhecido o lugar. Aqui tiveram os romanos algumas construções, naturalmente estabelecimentos industriais, que utilizavam as águas recolhidas nas albufeiras”. Na ata de 1803, descreveu-se que por ocasião de movimentos de terras, mandados executar em 1803 pelo proprietário Ezequiel do Espírito-Santo da Costa Teixeira, para a plantação de uma bacelada, foi encontrado três sepulturas romanas, apenas uma continha espólio. Foram encontradas mais sepulturas, constituídas por tijolo e telha.

A primeira sepultura continha seis peças de mármore branco bem polido, “servindo uma de sôlo, outra de tampa, duas dos lados, e outras duas de fundo e cabeceira”. No interior desta sepultura identificou-se “a ossada, que se destruiu, d’um corpo humano, achando-se junto á cabeceira uma garrafa de vidro que se quebrou, uma taça de vidro que existe inteira, com a singularidade de ter no mesmo vidro as cinco cabeças dos dedos aprofundadas”. Também se encontrou na mesma sepultura “um cachimbo de peças de madeira pesada e torneada, de que ainda existem duas peças”, junto aos pés encontrou-se “uma câdea com tampa e um perfumador de barro cosido, sendo aquella inteiriça”. As outras sepulturas apresentavam a mesma arquitetura, contudo, apenas se encontrou ossos, que se “mostravam ser de corpos maior grandeza” (Almada, 1888-1891, Tomo I:338-339).

Considerando ainda as referências bibliográficas legadas de Victorino d’ Almada (Almada, 1888-1891, Tomo I:338-339) “não longe d’este sitio foram tambem achadas recentemente duas pedras pequenas, com letreiros que não se podem traduzir satisfatoriamente”. Atendendo à descrição, podemos colocar a hipótese de se tratar de alguma inscrição? É importante referir que foi oferecido em 1904 por António da Nazaré Lopes ao Museu Municipal de Elvas uma inscrição latina encontrada na Herdade das Albufeiras com as seguintes letras: “DII[S] MANIBVS”. Nestas circunstâncias, poderemos colocar a probabilidade desta peça ser uma das descritas por Victorino d’Almada? O mesmo autor declara que o povo transformou o vocábulo Alpedredre em Alpedreira, tendo sido denominada a partir de 1626 como Albufeiras.

Neste local existem duas albufeiras, uma grande pedreira que terá sido utilizada desde a época romana até ao século XIX (Jesuíno, 2016:14).

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almada, 1888-1891, Tomo I:338-339; Jesuíno, 2016: 14 e 26, Pires, 1931:11.

TOPÓNIMO	<u>HERDADE DO CORREIO-MOR</u>	Nº INV. 16
		CNS: 5712
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Caia, São Pedro e Alcáçova	
TIPOLOGIA	<i>Villa</i> Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

Fica localizado à direita da estrada com direção Elvas-Campo Maior, a Norte da ribeira da Caiola.

O local foi outrora conhecido como Amoreirinha dos Arcos. O topónimo “deve este nome a uns arcos, que alli existem, de construção antiquissima, como de aqueducto que derivasse (para qualquer uso agricola ou industrial) parte da agua de uma ribeira que lhes corre junto. Proximo dos arcos descobriram-se ultimamente, por effeito de escavações, umas ruínas romanas dignas de estudo, e, entre ellas, restos de um chão de mosaico polychromico, aparecendo tambem uma urna cinenaria de barro cinzeto, um grande pedaço de canalisação de chumbo, capiteis de mármore, e outros objectos de cerâmica, e de pedra, pela maior parte fragmentados, e que fiz recolher no museu archeologico elvense” (Pires, 1931: 13-14).

O sítio localiza-se ligeiramente a jusante do monte, tem associado três estruturas: aqueducto, tanque e barragem. Atualmente observa-se uma profunda destruição derivado às práticas agrícolas de carácter intensivo e pela própria erosão climática.

O local foi identificado primeiramente em 1889 por António Thomaz Pires tendo encontrado um “verticilo de barro” (IADMME, 2015). O mesmo autor acrescenta “parece ter havido naquelle local um importante estabelecimento metallurgico, pois que tambem se encontraram escorias de ferro e vestígios de fornalhas de fundição (Pires, 1931:13).

Do monte do Correio-Mor para Fangueiros, do lado direito do caminho, temos seis núcleos de estruturas.

Foi encontrada uma parte de uma pequena inscrição funerária, de inscrição latina, com as seguintes letras: D IP SER AVG PARE STT. Esta peça deu entrada no antigo Museu Arqueológico de Elvas, porém, desconhece-se o seu atual paradeiro.

Os pavimentos de mosaicos, atualmente soterrados, ficaram em diversos momentos no decurso de trabalhos agrícolas visíveis, segundo informações orais transmitidas a Maria José de Almeida (Almeida, 2000:29).

Este sítio trata-se inquestionavelmente de uma enorme *villa* que conserva estruturas de aprovisionamento e circulação de água, o que revelam uma vocação agropecuária do local.

PRINCIPAIS, REFERÊNCIAS

Almada, 1888-1891; Almeida, 2000: 29; Carneiro, 2014, vol. II: 08.40; Jesuíno, 2016, 126; Pires, 1931:13-15, 41; Quintela, Cardoso, Mascarenhas, 1986: 67-70; Maciel e Maciel, 1985a, nº65.

TOPÓNIMO	<u>HERDADE DAS CALDEIRAS</u>	Nº INV. 17
		CNS: 5696
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Caia, São Pedro e Alcáçova	
TIPOLOGIA	Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

Situa-se na direção de Elvas-Ajuda, antes de chegar à ponte da Ajuda.

O sítio é registado mediante o achado de uma árula funerária encontrado em 1982 pelo Engenheiro Manuel da Luz Claudino no decurso de uma terraplanagem, tendo sido ofertada pelo mesmo senhor ao Museu Municipal de Elvas. A peça foi encontrada nas proximidades do “actual caminho que se dirige para o rio, do lado esquerdo, a cerca de duzentos metros da ponte soterrada nos arrozais do Caia” (Maciel, 1985: nº66). Maria José de Almeida (Almeida, 2017:34) acrescenta que as condições de achamento da inscrição funerária, vem reforçar a ideia da existência de uma necrópole junto à via. Acrescentando que a epÍgrafe estaria *in situ*, tendo sido identificada no decurso dos trabalhos acima descritos.

Relativamente à estrutura interpretada pelos autores (Maciel e Maciel, 1985, nº66) como “ponte”, os mesmos descrevem que “só se conseguem ver, do lado jusante, algumas aduelas de um arco e sinais de outro”, características que presumivelmente fazem supor que se trataria de uma obra originalmente romana.

Atualmente não se encontram vestígios das referências registadas. Porém, Maria J. de Almeida (Almeida, 2017:34) acrescenta que as intensas alterações de topografia e paisagem do sítio, resultantes da mecanização agrícola e da própria irregularidade dos cursos dos rios (Caia e Guadiana), terão contribuído para a destruição da ponte e outros vestígios de ocupação romana no local, porém, todas as referências parecem indiciar um local de atravessamento do rio, situado num itinerário principal. Segundo a mesma autora (Almeida,2000:49-a) “a proximidade com a *villa* da Alfarófia faz pensar que estaremos em presença de dois sítios relacionados”.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida, 2000:49-a; Almeida, 2017:34; Jesuíno, 2016: 72; Maciel e Maciel, 1985: nº66; Pires, 1931:30.

TOPÓNIMO	<u>HERDADE DA FONTE BRANCA</u>	Nº INV. 18
		CNS: 5695
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Caia, São Pedro e Alcáçova	
TIPOLOGIA	Epigrafia-votiva / Santuário (?)	

DESCRIÇÃO

Situa-se do lado direito da estrada de direção Elvas-Badajoz, no cruzamento com a estrada que vem da zona industrial. Na nota de António Thomaz Pires (Pires,1931:18) lê-se: “Atalião, sítio do, freguesia de S. Pedro, ao lado direito da estrada que conduz a Badajoz. Deu-lhe o nome uma atalaia, que se denominou de Fonte Branca e de que ha apenas uns restos de parede, tendo sido destruída em 1663 pelo exercito de D. João d’Austria. Em 1503 se chamava este sítio do *Torrejão*”. Atualmente ainda se encontra vestígios da atalaia no local, localizada num ponto relativamente próximo à estrada de Badajoz, junto à Quinta da Fonte Branca (Jesuíno, 2016:174), que se encontra em ruínas.

O local torna-se conhecido pela descoberta de duas aras votivas dedicadas à deusa Prosérpina, materiais que deram entrada no Museu Municipal de Elvas. É pertinente referir que em depósito do Paço de Vila Viçosa foi encontrado mais três aras dedicadas à mesma deusa, provenientes do termo de Elvas, sem menção ao sítio exato do achado.

O sítio poderá tratar-se eventualmente de um santuário dada a carga religiosa perceptível na epigrafia votiva encontrada no local. Além disso, apresenta uma relação espacial e visual com o itinerário viário, tratando-se possivelmente da via XII que cruzaria o Guadiana um pouco mais a Este, próximo de Alfarófia (Carneiro,2014, vol. II:08.44).

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida, 2000: 40; Almeida, 2017:37; Carneiro,2014, vol. II:08.44; IRCP, 1984:573-574; Jesuíno, 2016: 42, 174-175; Pires, 1931:18.

TOPÓNIMO	<u>NOSSA SENHORA DA GRAÇA</u>	Nº INV. 19
		CNS: 5709
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Caia, São Pedro e Alcáçova	
TIPOLOGIA	Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

A Serra de Nossa Sra. da Graça é referida desde o no século XVII e localiza-se a 1 km a Norte de Elvas, sendo um dos pontos mais elevados da cidade. Sendo o Forte da Graça ou de Conde de Lippe uma construção da segunda metade do século XVIII, a colina onde se implementa tem uma ocupação humana mais remota.

Sabe-se que em 1370, Catarina Mendes, esposa de Estevão Vaz da Gama, bisavós do navegador Vasco da Gama, patrocina a construção neste local da Ermida de Nossa Sra. da Graça que seria uma interessante igreja gótica com um complexo que incluía claustro, cisterna e alguns alojamentos (Lavadinho, 1939, 24). O edifício religioso deve ter perdurado até à construção do Forte da Graça, tendo esta ter contribuído para o desaparecimento dos vestígios anteriores no Monte da Serra da Graça. No século XVII foi encontrado uma ara funerária da qual apenas se conhece a transcrição do texto e de que estaria na Ermida da Graça servindo para se encostar à porta.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almada, 1888-1891; Almeida, 2000: 43; IRCP, 1984: 588; Jesuíno, 2016:196-197; Lavadinho, 1939:24.

TOPÓNIMO	<u>MONTE DO PAÇO</u>	Nº INV. 20
		CNS: 5713
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Caia, São Pedro e Alcáçova	
TIPOLOGIA	Villa Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

Situa-se entre o Monte dos Fangueiros e o Monte das Barrancas, na antiga Paróquia do Caia. A propriedade foi conhecida também como herdade do Paço de Caiola ou como herdade dos Paços Velhos (em 1597). Só em 1770 é que passa a ser denominada apenas de Paço (Pires,1931: 78).

O sítio localiza-se numa área plana em suave declive para a nascente em direção à linha de água. Foi descoberto por ocasião da construção de uma conduta de água do sistema do Caia, tendo sido objeto de um parecer por M. Farinha dos Santos (15 de Março, 1968). Nesta ocasião foi recolhido um numeroso e interessante conjunto de espólio como cerâmica de construção comum e de construção, uma mó, uma base de coluna e placas de mármore lavradas”, fragmento de *terra sigillata*, moedas do século IV, sendo uma delas de Constatinus I Maximus (306-337 d.C.) e um tijolo.

Maria J. de Almeida (Almeida, 2000:31) coloca a possibilidade de se tratar de uma área de necrópole, considerando a descoberta (a 2m de profundidade) de grandes vasilhas inteiras (potes), “fornos” com cinzas e ossos queimados e um punhal”, para além, de “uma escada de

tijolo, de que se destaparam três degraus”. André Carneiro (Carneiro, 2014, vol. II: 08.41) coloca a possibilidade de que “talvez seja deste ponto que provém uma epígrafe funerária” O fragmento de placa funerária foi encontrado no Monte do Paço, pertencente à freguesia de Caia, São Pedro e Alcáçova e não no “Monte do Passo” tal como foi publicado no *Ficheiro Epigráfico* (Maciel e Maciel, 1985a) porque este sítio pertence à freguesia de Barbacena e Vila Fernando. Neste seguimento, José de Encarnação (Encarnação, 1986:106-107), publica nos *Trabalhos da Arqueologia do Sul*, a “ficha de epigrafia” da peça recolhida, referindo-a como proveniente ao “Monte do Passo, Caia e S. Pedro”. Para além da epígrafe funerária descrita, foi encontrada um cipo anepígrafo em granito, blocos de granito em cantaria, placas de revestimento de mármore e *terra sigillata* (Maciel e Maciel, 1985a:65).

Em 2006 o local foi alvo de trabalhos de intervenção de emergência no âmbito da Rede de Distribuição de Gás natural no concelho de Elvas, numa vala com 59 metros de extensão. Apesar da curta duração que os trabalhos foram realizados, foi possível a identificação de alguns vestígios de estruturas (tanques, um de *opus signinum*, muros, forno em tijolo, pisos e um buraco de poste) e de grande abundância cerâmica de construção, na sua maioria telhas. Trata-se de uma extensa *villa* constituída por estruturas robustas e com materiais resistentes (pedra de pequena e média dimensão, tijolos e argamassa). Resultante da intervenção realizada em 2006 foi possível a recolha de um significativo e interessante conjunto de espólio, incluindo 44 fragmentos de *dolium* (um com marca MAX.F), diversas cerâmicas comuns e de paredes finas, *terra sigillata*, lucernas, uma lâmina em ferro, uma anel (completo), fragmentos de vidro e uma mó em granito (Carneiro,2014, vol. II:08.41).

No âmbito de trabalhos de realocização realizados por André Carneiro (Carneiro, 2014, vol. II:08.41) foi possível constatar que os vestígios arqueológicos se estendem para além da área de implementação do monte, tendo estes sido “muito danificados pela construção de casas e de um canal de rega que o atravessa em cheio”. O autor dos trabalhos referidos identificou um grande conjunto de cerâmica de construção (diversa e alguma com argamassa), ânforas, *dolium*, e *terra sigillata* (hispanica e hispanica tardia). Junto à casa encontram-se dez silhares de grandes dimensões, de granito claro de grão fino. Um deles parece ter sido convertido em sarcófago (Carneiro,2014, vol. II:08.41), o que confirma a ideia da existência de uma área sepulcral no local.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida, 2000:31; Carneiro,2014, vol. II :08.41; Encarnação,1986:106-107; Jesuíno, 2016: 274; Maciel e Maciel, 1985a: nº65; Louro, 1961:10; Louro, 1966: 5; Pires, 1931:78.

TOPÓNIMO	<u>SÍTIO DE PAPULOS</u>	Nº INV. 21
		CNS: 5708
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	Caia, São Pedro e Alcáçova	
TIPOLOGIA	Necrópole Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

O sítio dos Papulos ocupava um espaço que se estendia desde a Horta do Moreno, passando por Gil Vaz até à Estação de Melhoramento de Plantas, próximo da estrada real de Elvas em direção a Campo Maior. O local foi descoberto em 1897 pela ocasião da reconstrução da estrada municipal denominada de Gil Vaz.

Foram descobertos diversos vestígios arqueológicos por António José Torres de Carvalho. No topo de duas sepulturas de lajes brutas, à profundidade de meio metro, foi encontrado uma árula funerária, de mármore branco do tipo Estremoz-Vila Viçosa, trabalhada em quatro faces. No interior das sepulturas, e ao longo delas, foi encontrado “dois *anuli* ou *inaures* de cobre ou bronze” (anéis), restos osteológicos (dez dentes humanos e alguns ossos humanos “quasi todos do craneo”), um prego de ferro, dois anéis em bronze ou cobre e cerâmica comum (“um pequeno vaso vermelho”, medindo na altura 0^m,12 e no bojo 0^m, 28). No mesmo local, e dentro de outra sepultura feita de tijolos foi encontrado “alguns ossos e dentes molares humanos, uma lucerna de barro alvadio, partida em dois pedaços, tendo no disco um busto em relevo”. Tanto a epígrafe como o restante espólio foram oferecidos por Torres de Carvalho ao Museu Municipal de Elvas (Pires, 1901:17; Pires,1931:80).

Na prospeção efetuada em 2010 no âmbito do Projeto de conservação corrente por contrato 2010/2013 – Distrito de Portalegre não foi possível localizar o sítio dado a intensa urbanização do mesmo.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida, 2000:45; Almeida, 2017:125; IRCP, 1984: 596; Jesuíno, 2016: 278; Pires, 1901, p.7 (nº20) p.14 (º41-42) p. 17 (nº67-71); Pires, 1931:80; Nolen, 1985.

TOPÓNIMO	<u>MONTE DA SILVEIRA</u>	Nº INV. 22
		CNS: 7520 ; 7560
LOCALIZAÇÃO (freguesia)	São Vicente e Ventosa	
TIPOLOGIA	<i>Villa</i> Epigrafia-funerária	

DESCRIÇÃO

Localiza-se a Leste da igreja da Ventosa e próximo de São Pedro.

Junto ao atual monte foi encontrado um fragmento de fuste de coluna em mármore e um peso de lagar que, segundo informações orais, terão sido aí depositados após terem sido removidos do seu local original, por ocasião de trabalhos agrícolas (Almeida, 2000:16).

Foi encontrada uma lápide funerária “em mármore ricamente ornado” reaproveitada na soleira de uma porta (Saa, 1956:197). A descoberta da inscrição funerária pode comprovar a existência de uma área de necrópole associada provavelmente ao sítio de S. Pedro onde também foi encontrado três sarcófagos em granito (Almeida, 2000:16; Pires, 1931:106).

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Almeida, 2000:16; Carneiro,2014, vol. II:08.11; Jesuíno, 2016: 386; Pires, 1901: 234; Pires, 1931: 106; Saa, 1956: 197.

ANEXOS IV – TRATAMENTO DE DADOS

TABELAS

Tabela 6 - Diretores da Biblioteca Municipal e do Museu Arqueológico e Etnográfico de Elvas

NOME	PERIODO DE DIREÇÃO DO MUSEU/BIBLIOTECA
António R. Margalho	3 de Julho de 1888
Fernando Anselmo Pires	6 Abril 1880– 29 Setembro 1888
Manuel Joaquim das Torres	15 de Abril 1889 – 14 junho de 1897 ou 1907?
António Thomaz Pires	1912 – 3 Agosto 1913
António José Torres de Carvalho	13 ou 23 Agosto 1913 – 13 de Março de 1940
Domingos Lavadinho	Abril 1937 – auxiliar 1940 – 1953 - oficialmente
Alexandre Carvalho Costa	1 Abril 1955 – 2 Outubro 1962
Eurico Gama	1 Abril 1963 – 1969
Maria Eduarda Barradas Calvo	1970 - 1974
Eurico Gama	1974 – 1977 (5 de junho)
Alberto de Oliveira Marinho	Desde 3 de Janeiro de 1984 - ?
Jaime Pinheiro	Gabinete no Museu – assessor da Cultura em 1889/1990

Tabela 7 – Processo de incorporação das inscrições no Museu Municipal de Elvas

Nº INV	ANO ACHADO	COLETOR / ACHADOR / DEPOSITANTE	FORMA DE AQUISIÇÃO	ANO ENTRADA	ATUAL PARADEIRO NO MAE-AT
1	----	----	----	----	Desaparecida
1-B	1904	João Carlos Rodrigues da Costa	Oferta	----	Desaparecida
1-C	----	António Fausto Namorado	----	1880	Existente
1-D	----	----	----	----	Existente
1-E	----	Victorino D'Almada/ Major João A., de Sousa Nobre	Oferta	----	Existente
1-F	----	----	----	----	Existente
1-G	1903	Joaquim José de Assunção Guerra	Oferta	----	Existente
1-N	----	----	----	----	Existente

2 - A 2 -B	----	Francisco Marques da Silveira Pinto	Oferta	----	Desaparecidas
4	1880	Joaquim José Antunes Namorado	Oferta	----	Existente
5	1887	Com. Francisco da S. Lobão Rasquilha	Oferta	----	Existente
6	----	Mário Sá	----	----	Existente
9-A	1986	Caetano Mello Beirão	Oferta	----	Existente
9-B	1906	Francisco Marques da Silveira Pinto	Oferta	----	Existente
9-C	----	António Dias de Deus	----	----	Existente
9-D	1906	Francisco Marques da Silveira Pinto	Oferta	----	Existente
9-E	----	António Dias de Deus	----	----	Existente
12-A	----	Francisco Marques da Silveira Pinto	Oferta	----	Existente
14	----	João Joaquim Bagulho	Oferta	----	Existente
15	----	António da Nazaré Lopes	Oferta	1904	Desaparecida
18-A	1886	Luís Lúcio Lopes do Couto	----	10-11- 1903	Existente
18-B	1886	Luís Lúcio Lopes do Couto	----	10-11- 1903	Existente
21	1897	António José Torres de Carvalho	Oferta	----	Existente

Tabela 8 – Corpus epigráfico em análise

Nº INV	TIPOLOGIA DA INSCRIÇÃO	SUPORTE	MATÉRIA-PRIMA	CONTEXTO ARQUEOLÓGICO
1	Funerária	Placa	Mármore do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Desconhecido
1-A	Funerária	Desconhecido	Desconhecida	Encontrada em Elvas na casa de um nobre
1-B	Funerária	Árula	Mármore branco	Encontrada em Junho de 1904 junto ao antigo edifício do Castelo de Elvas
1-C	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Encontrada durante o procedimento de demolição de uma antiga casa cujas ruínas se edificou o prédio nº24 a rua de João de Olivença
1-D	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Desconhecido
1-E	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Estava a cobrir um cano de águas no quintal do prédio nº11 da rua de São Lourenço
1-F	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Desconhecido
1-G	Votiva	Árula	Mármore creme do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Encontrada na casa nº5 em Dezembro de 1903 aquando a abertura do vão para uma janela na rua de João de Olivença
1-H	Votiva	Desconhecido	Desconhecida	Desconhecido
1-I	Votiva	Desconhecido	Desconhecida	Desconhecido
1-J	Funerária	Desconhecido	Desconhecida	Antiga porta dos Santos (Arco da Alcáçova) ¹⁴⁸
1-L	Funerária	Desconhecido	Desconhecida	Desconhecido
1-M	Votiva	Desconhecido	Desconhecida	Desconhecido
1-N	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Desconhecido

¹⁴⁸ Atualmente o sítio é denominado de Porta de Alcáçova (Arco do Miradeiro).

2-A (INÉDITO)	Funerária	Desconhecido	Desconhecida	No âmbito de uma escavação que se realizou na Herdade das Casas Velhas
2-B (INÉDITO)	Funerária	Desconhecido	Desconhecida	No âmbito de uma escavação que se realizou na Herdade das Casas Velhas
3	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Encontrada nas proximidades de uma ponte possivelmente reconstruída sob uma antecessora romana
4	Funerária	Ara	Mármore branco de Pardais	Igreja paroquial da Alentisca do Caia
5	Funerária	Estela	Granito	Desconhecido
6	Votiva	Ara	Granito	Desconhecido
7	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Na sequência de trabalhos agrícolas realizados nos terrenos que se estendem no sentido sul-norte pela zona do Torrão e ao longo da ribeira da Murteira
8	Votiva	Ara	Granito	Encontrada no leito seco da barragem do Caia no meio das pedras que serviam de base no altar em ruínas da antiga capela de invocação a Santa Catarina
9-A	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Encontrada numa sepultura já destruída da qual se recolheu restos osteológicos
9-B	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Desconhecido
9-C	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Sepultura
9-D	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Desconhecido
9-E	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Sepultura
10-A (INÉDITO)	Indeterminada	Placa	Mármore (?)	Desconhecido
10-B (INÉDITO)	Funerária	Placa	Mármore (?)	Desconhecido

11	Funerária	Placa	Mármore do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Desconhecido
12-A	Funerária	Ara	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Desconhecido
12-B	Funerária	Placa	Desconhecida	Desconhecido
13	Funerária	Desconhecido	Desconhecida	Desconhecido
14	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Encontrada por lavradores na herdade, juntamente com outras e posteriormente embutida numa parede do Monte do Falcato
15 (INÉDITO)	Funerária	Ara (?)	Desconhecida	Desconhecido
16	Funerária	Desconhecido	Desconhecida	Desconhecido
17	Funerária	Ara	Mármore	Encontrada no decurso de uma terraplanagem
18-A	Votiva	Ara	Granito	Encontrada por ocasião da surriba para a plantação de vinha em 1886
18-B	Votiva	Ara	Granito	Encontrada por ocasião da surriba para a plantação de vinha em 1886
19	Funerária	Ara (?)	Desconhecida	Encontrada na ermida de Nossa Senhora da Graça
20	Funerária	Placa	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	Encontrada no terreno junto ao canal de irrigação do Caia, juntamente com um cipo anepígrafo em granito
21	Funerária	Árula	Mármore branco do tipo Estremoz / Vila Viçosa	No interior de duas sepulturas à profundidade de meio metro por ocasião da reconstrução da estrada real de Campo Maior que conduzia à Ponte das Hortas
22	Funerária	Desconhecido	Desconhecida	Desconhecido

Tabela 9 – Onomástica e Sociedade

EPÍGRAFE			CRONO	NOMES ¹⁴⁹			DEFUNTO			DEDICANTES			
Nº CAT	PROV	TIPO	SÉCULO d.C	PRAENOME N	NOMEN	COGNOMEN	GÉN.	QUA.	IDADE	RELAÇÃO SOCIAL (DEDICATÓRIAS)	NOME DEDICANTE		
											PRAENOME N	NOMEN	COGNOMEN
1	Área de Elvas/ Évora	FUN	I 1ª met.	<i>Caius</i>	<i>Iulius</i>	<i>Proculus</i>	H	1	35 anos	Pai para filho	Não é referido		
1 - A	Elvas	FUN	I	<i>Caius</i>	<i>Axonius</i>		H	2	S. M	Irmãos	-		
1 - B	Elvas	FUN	?		<i>Flavia</i>	<i>Severa</i>	M	1	Desc.	Desc.	Desc.		
1 - C	Elvas	FUN	I		<i>Marcia</i>	<i>Tusca</i>	M	2	20 anos (filha)	Pai para filhos?	<i>Lucius</i>	<i>Marcus</i>	
					?	?	?		30 (filho?)			-	
1 - D	Aro de Elvas	FUN	I	<i>Quintus</i>	<i>Attius</i>	<i>Rusticus</i>	H	1	S. M	Esposa para marido		<i>Numitoria</i>	<i>Maxuma</i>
1 - E	Elvas	FUN	II 1ª met.	<i>Gaius</i>	<i>Iulius</i>	<i>Gallus</i>	H	1	70 anos	Esposa para marido		<i>Iulia</i>	<i>Prima</i>
1 - F	Aro de Elvas?	FUN	I-II	<i>Lucius</i>	<i>Pomponius</i>	<i>Celer?</i>	H	1	Desc.	Irmã para irmão		<i>Pomponia</i>	<i>Celerina</i>
1 - G	Elvas	VOT	?				H	-	S. M	-	<i>Quintus</i>	<i>Iulius</i>	<i>Emeritus</i>
1 - H	Aro de Elvas	VOT	?				H	-	S. M	Pela esposa	<i>Caius</i>	<i>Vettus</i>	<i>Silvinus</i>
1 - I	Aro de Elvas	VOT	?				H	-	S. M	-	<i>Quintus</i>	<i>Helvius</i>	<i>Silvanus</i>
1 - J	Elvas	FUN	?			<i>Severus</i>	H	-	"AN"	Desc.	-		

¹⁴⁹ Os nomes apresentam-se conforme os casos latinos de origem.

1 - L	Elvas	IND	?			<i>Proculus?</i>		-	-	-	Desc.		
1 - M	Aro de Elvas	VOT	?				H	-	S. M	-	<i>Gaius</i>	<i>Iulius</i>	<i>Parthenopaeus?</i>
1- N	Elvas ?	FUN	?	-	-	-	?	-	-	-	Desc.		
2- A	Herd. das Casas Velhas	FUN	?	-	-	-	?	?	-	-	Desc.		
2- B	Herd. das Casas Velhas	FUN	?	-	-	-	?	?	-	-	Desc.		
3	Herd. da Coutada	FUN	I	<i>Marcus</i>	<i>Bovius?</i>				-	-		<i>Valeria</i>	
4	Alentisca do Caia	FUN	II	<i>Marcus</i>	<i>Clodius</i>	<i>Iulianus</i>	H	1	21 ou 22 anos?	Pais ao filho	<i>Titus</i>	<i>Clodius</i>	<i>Modestus</i>
												<i>Blesidiana</i>	<i>Marcella</i>
5	Herd. do Almeida	FUN	I	<i>Marci</i>	<i>Licinii</i>	<i>Maxumi</i>	H	1	70 anos	Desc. (fratura na inscrição)	Desc.		
6	Herd. de D. Miguel?	VOT	?				H	-	-	-			<i>Victorinus?</i>
7	Herd. da Fontalva	FUN	I		<i>Atilia</i>	<i>Máxima</i>	M	1	"NA"	Pais para a filha	<i>Lucia</i>	<i>Curia</i>	<i>Atiliana</i>
													<i>Servatus</i>
8	Monte da Rocha	VOT	I				H	-	S. M	-			<i>Valgius?</i>
9 - A	Herd. da Camugem	FUN	I 2ªmet.		<i>Calaetica</i>	<i>Severa</i>	M	1	15 anos ou 45?	Marido para a esposa	<i>Quintus</i>	<i>Cornelius</i>	<i>Vitulus</i>
9- B	Herd. da Camugem	FUN	I			<i>Maxuma</i>	M	1	25 anos	Mãe para filha			<i>Modesta</i>

9 - C	Herd. da Camugem	FUN	I	<i>Sexto</i>	<i>Soio</i>	<i>Quartio</i>	H + M	2	S. M	Filho para pais			<i>Albanus</i>
					<i>Catinia</i>	<i>Maxuma</i>							
9 - D	Herd. da Camugem	FUN	I	<i>Cnaeus</i>	<i>Marcius</i>	<i>Naso</i>	H	1	S. M	Esposa e filhos		<i>Cominia</i>	<i>Maxuma</i>
9 - E	Herd. da Camugem	FUN	I 2ªmet.		<i>Faliia</i>	<i>Avita</i>	M	1	30 anos	Marido para esposa	<i>Lucius</i>	<i>Terentius</i>	<i>Rufinus</i>
10 - A	Monte da Nora	IND	?	-	-	-	-	-	-	Desc. (texto ilegível)	Desc.		
10 - B	Monte da Nora?	FUN	?			<i>Maxuma</i>	M	?	Desc.	Desc. (fratura na inscrição)	Desc.		
11	Herd. de Valbom	FUN	?		<i>Lucretius</i>		H	1	Desc.	Desc.	<i>Cattulus?</i> (Cognome)		
12 - A	Vila Boim	FUN	II (finais)	-	-	-	M?	1	Desc.	Desc. (estado de conservação)	Desc.		
12 - B	Vila Boim	FUN	I		<i>Cornelius</i>	<i>Gallus</i>	H	1	75 anos	Desc.	Desc.		
13	Sítio de Varche	FUN ?	?		<i>Elvia</i>		M	1	“AN”	Desc.	Desc.		
14	Herd. do Falcato	FUN	I		<i>Cominia</i>	<i>Avita</i>	M	1	9 anos	Pais para a filha	<i>Marcus</i>	<i>Cominus</i>	<i>Clemens</i>
											<i>Vibia</i>	<i>Avita</i>	
15	Herd. das Alpedreiras	FUN	?	-	-	-	-	-	-	Desc.	Desc.		
16	Herd. das Caldeiras	FUN	II – III			<i>Festivo</i>	H	1	55 anos	Esposa para marido			<i>Helpis</i>
17	Herd. do Correio-Mor	FUN	?	-	-	-		?	Desc.	Desc.	Desc.		

18 - A	Herd. da Fonte Branca	VOT	?	-	-	-		-	Desc.	Desc.	Desc.		
18 - B	Herd. da Fonte Branca	VOT	?				H	-	Desc.	Desc.	<i>Toncius</i>		
19	N. Sra. da Graça	FUN	II - III		<i>Ivlia</i>	<i>Amoena</i>			32 anos	Marido para esposa	<i>Gaius</i>	<i>Pomponius</i>	<i>Maxumus</i>
20	Monte do Paço	FUN	I		<i>Aponia</i>	<i>Narcissa</i>	M	1	Desc.	Desc.	Desc.		
21	Sítio dos Papulos	FUN	II 2ªmet.		<i>Scribonia</i>	<i>Maxima</i>	M	1	15 anos	Mãe para a filha	Desc.		
22	Herd. da Silveira	FUN	?	-	-	-	-	-	-	-	Desc.		

Legenda:

Tipo. = Tipologia (V.= votiva; F= funerária; I= indeterminada)

Crono. = Cronologia

Met. = Metade

Desc.= Desconhecido

Herd. = Herdade

Tabela 10 – Menção da morte por grupos etários

GRUPOS ETÁRIOS (anos)	Nº INVENTÁRIO	IDADE EXATA INTERPRETADA	GÉNERO			TOTAL INDIVÍDUOS
			MASCULINO	FEMININO	INDEFINIDO	
0 – 9	14	9		X		1
10 – 19	9-A	15		X		2
	21	15		X		
20 – 29	1-C	20		X		3
	4	21 ou 22	X			
	9-B	25		X		
30 - 39	1-C	30			X	4
	9-E	30		X		
	19	32		X		
	1	35	X			
40 - 49	-	-	-	-	-	0
50 - 59	17	55	X			1
60 - 69	-	-	-	-	-	0
70 – 79	1-E	70	X			3
	5	70	X			
	12-B	75	X			
TOTAL GÉNERO			6	7	1	14

Tabela 11 – Relação social expressa no conjunto epigráfico

Nº DE INVENTÁRIO	PROVENIÊNCIA	RELAÇÃO SOCIAL (Dedicatórias)						
		MARIDO E FILHOS - MARIDO	MULHER - MARIDO	MARIDO-MULHER	MÃE - FILHOS(AS)	PAIS-FILHOS(AS)	FILHOS - PAIS	IRMÃOS
1	Área de Elvas-Évora					X		
1-A	Elvas							X
1-C	Elvas (Rua de João de Olivença)					X		
1-D	Aro de Elvas		X					
1-E	Elvas (Rua de São Lourenço)		X					
1-F	Aro de Elvas?							X
1-H	Aro de Elvas			X				
4	Alentisca do Caia					X		
7	Herdade da Fontalva					X		
9-A	Herdade da Camugem			X				
9-B	Herdade da Camugem				X			
9- D	Herdade da Camugem	X						
32-C	Herdade da Camugem						X	
9-E	Herdade da Camugem			X				
14	Herdade do Falcato					X		
17	Herdade das Caldeiras		X					
19	Nossa Senhora da Graça			X				
21	Sítio dos Papulos				X			

GRÁFICOS

Figura 50 – Tipologia do conjunto epigráfico em análise

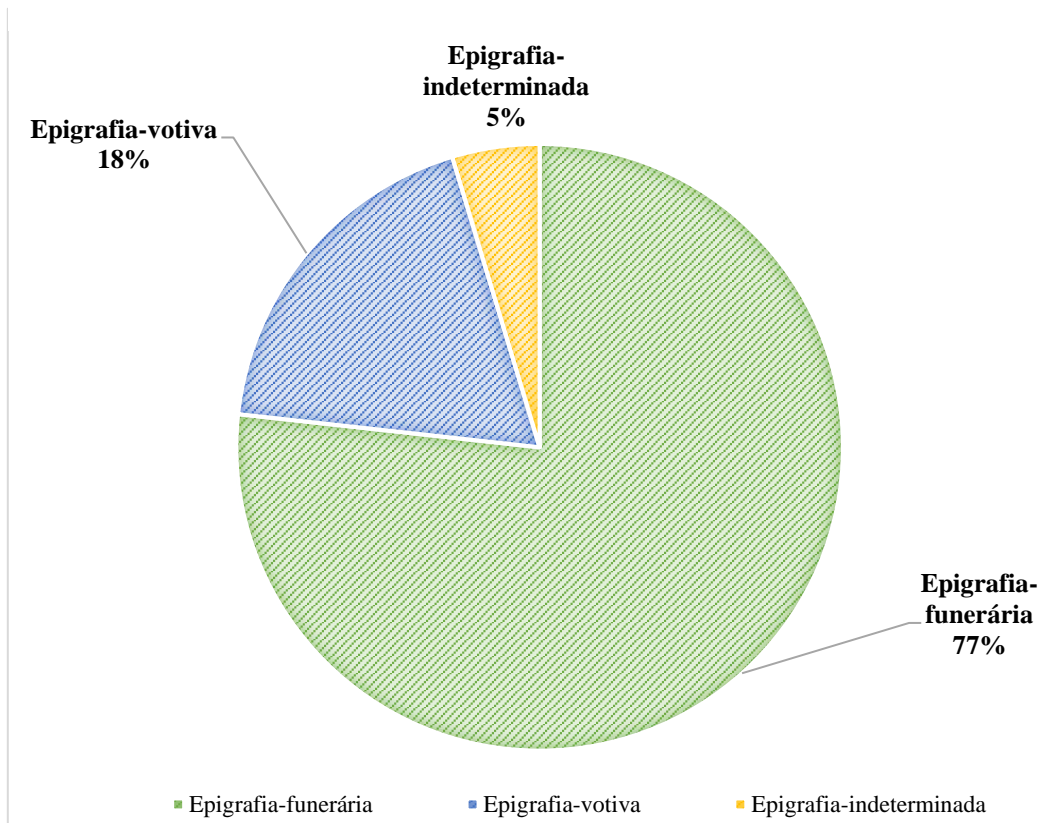


Figura 51 – Contexto arqueológico

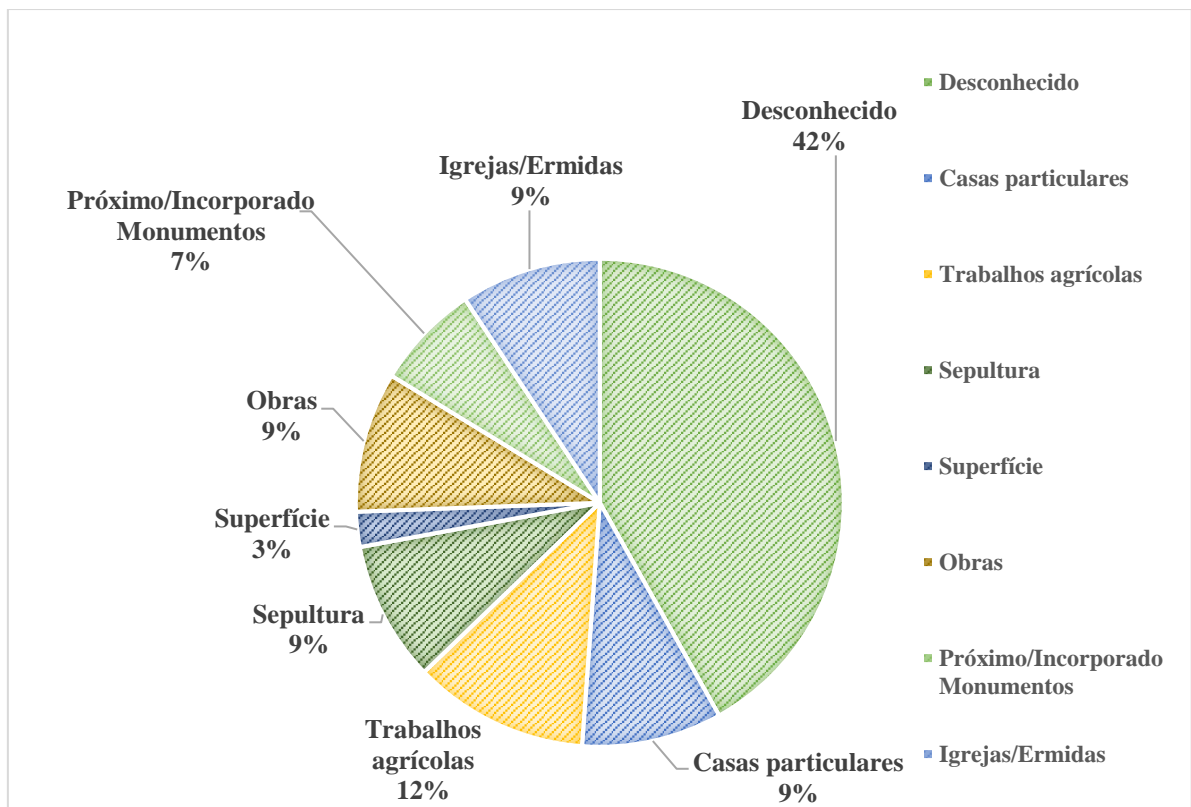


Figura 52 – Tipologia dos sítios de proveniência das inscrições

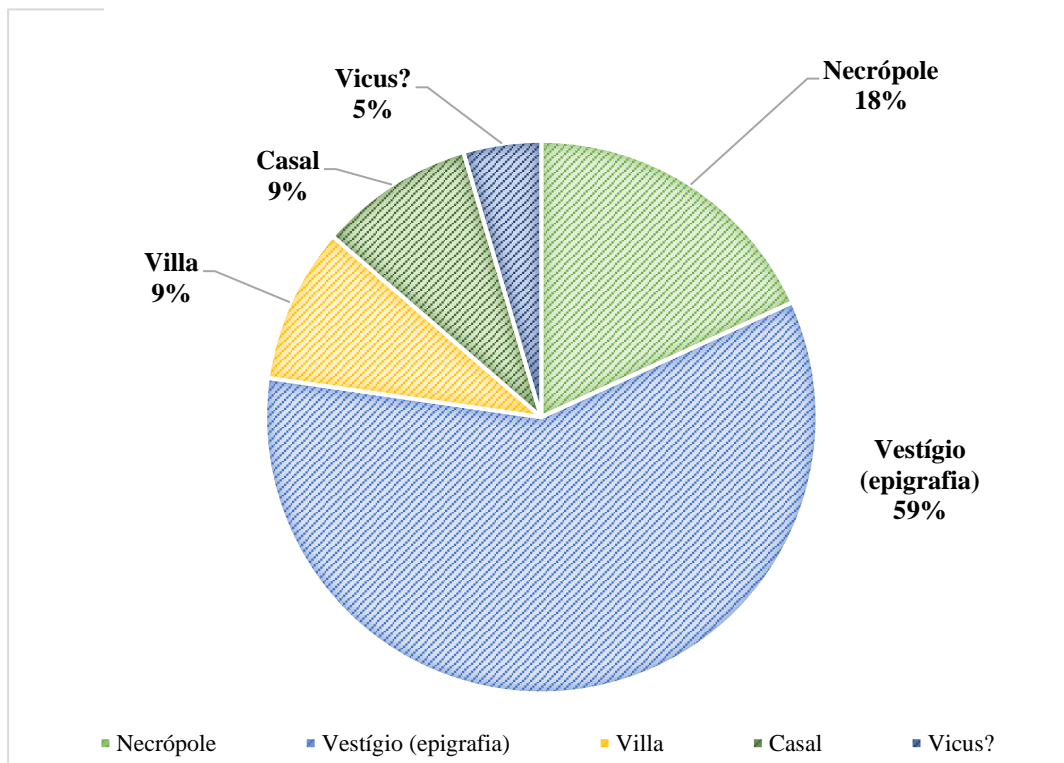


Figura 53 – Levantamento quantitativo das inscrições por sítios

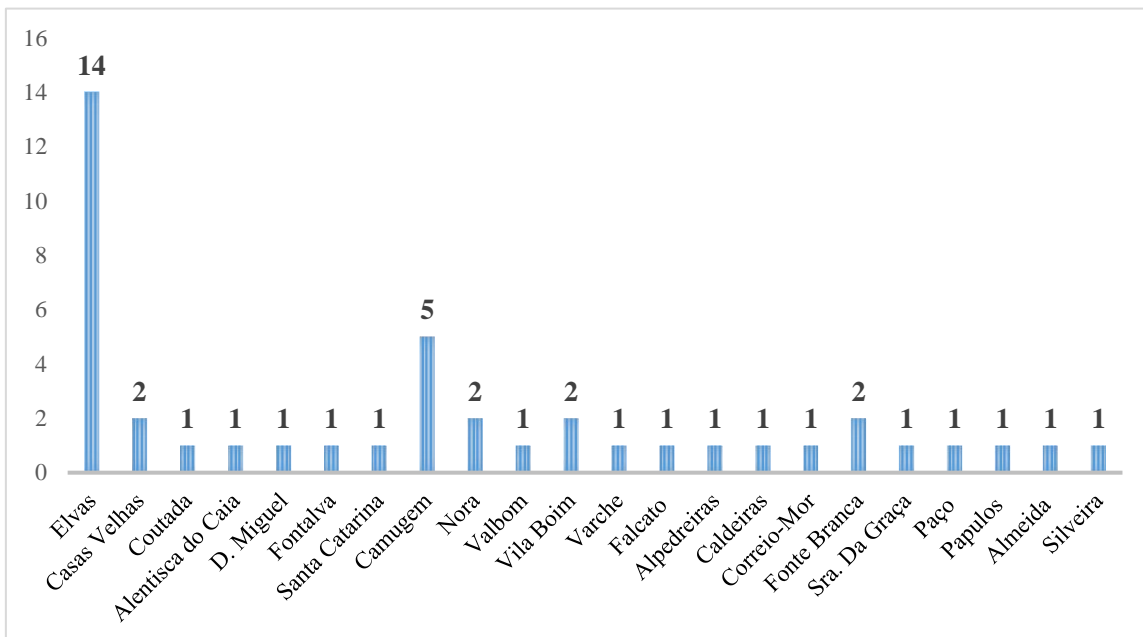


Figura 54 – Distribuição das inscrições por divisões administrativas no concelho de Elvas

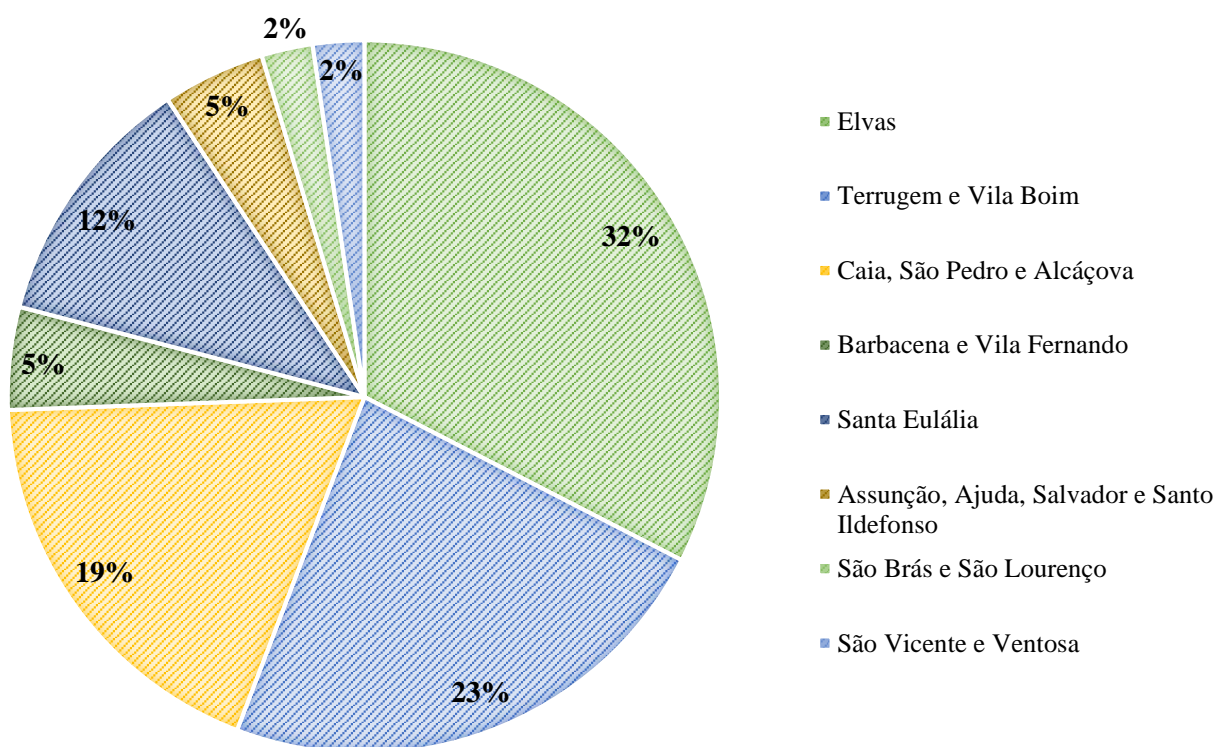


Figura 55 – Inscrições funerárias e tipologias de sítios

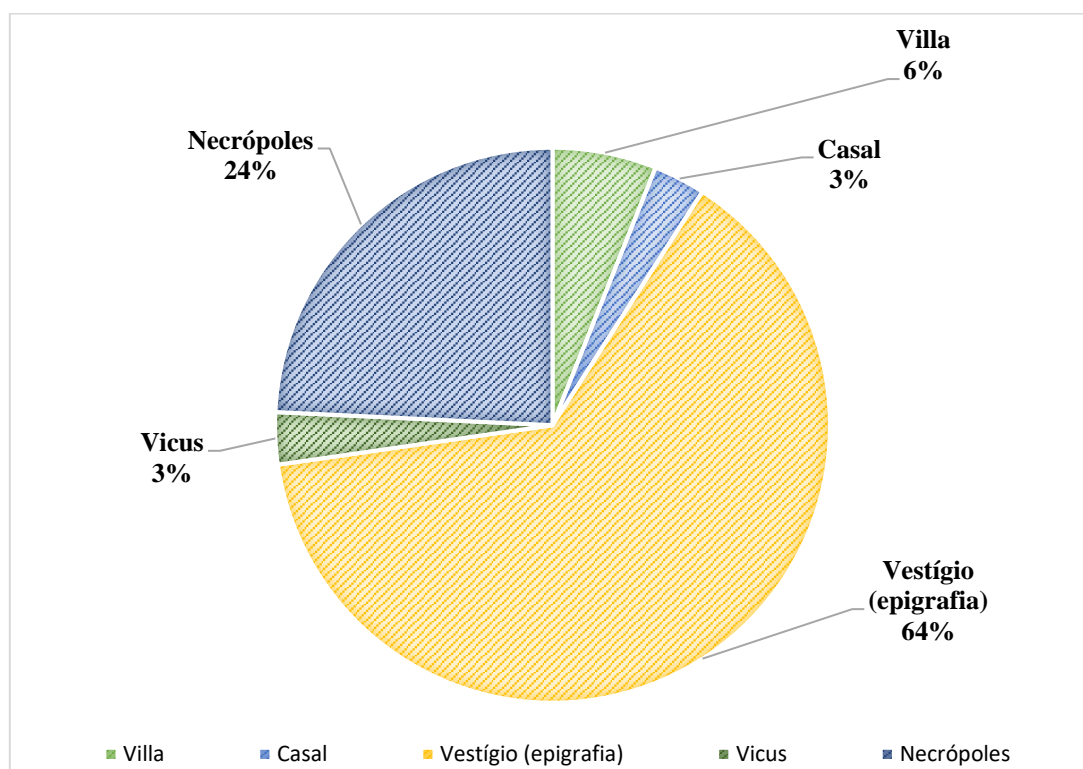


Figura 56 – Inscrições votivas e as tipologias de sítio

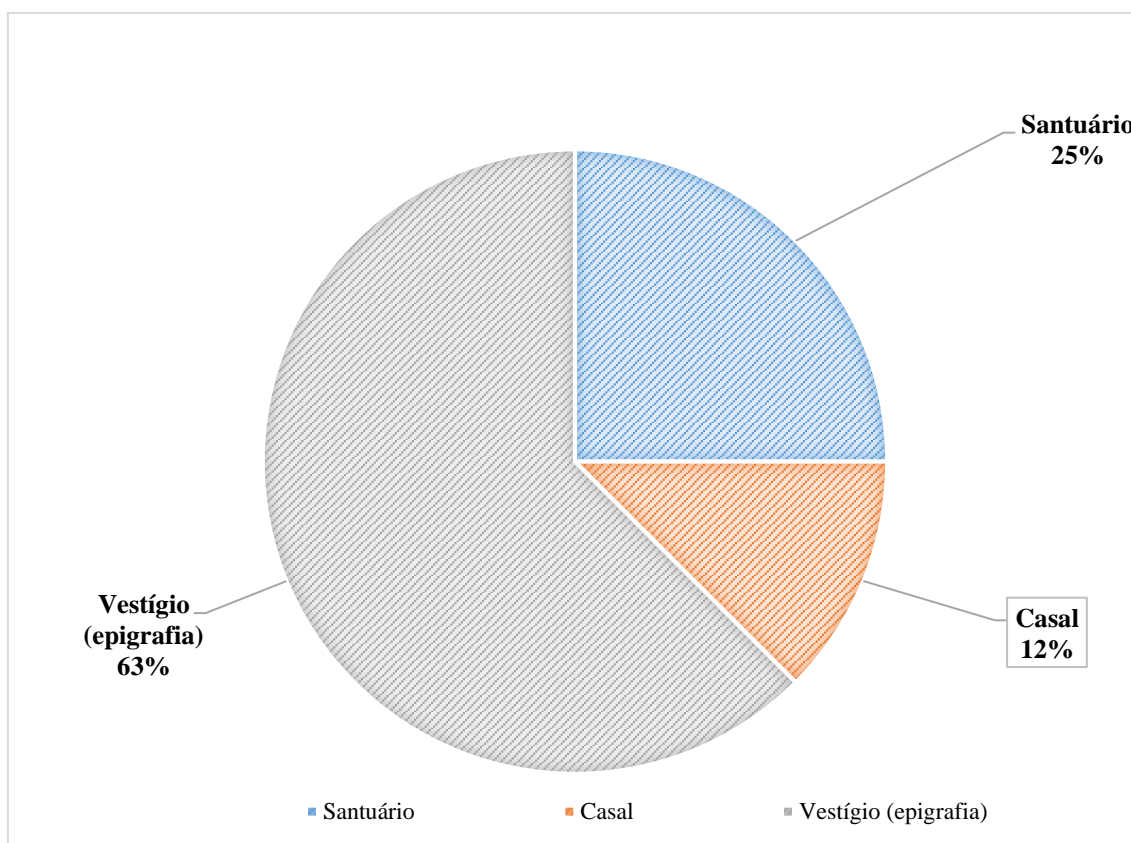


Figura 57 – Matéria-prima utilizada nas gravações epigráficas

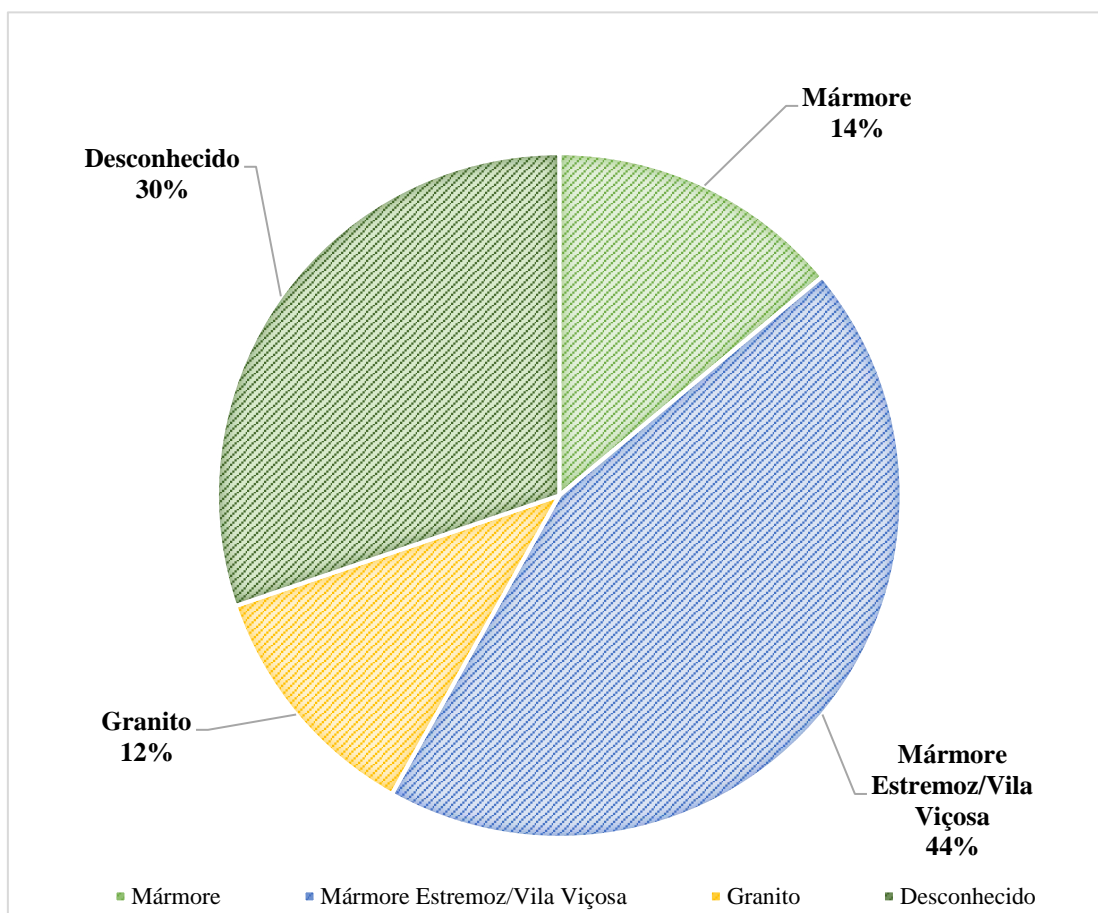


Figura 58 – Relação entre matéria-prima e tipologia de inscrições

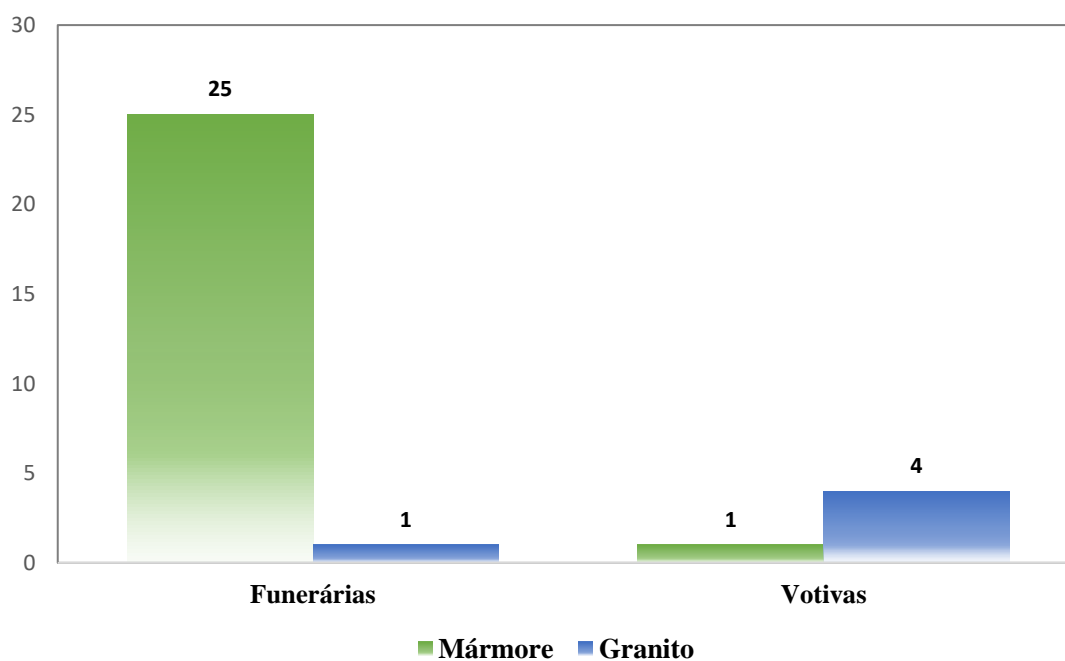


Figura 59 – Tipos de suporte utilizados nas inscrições

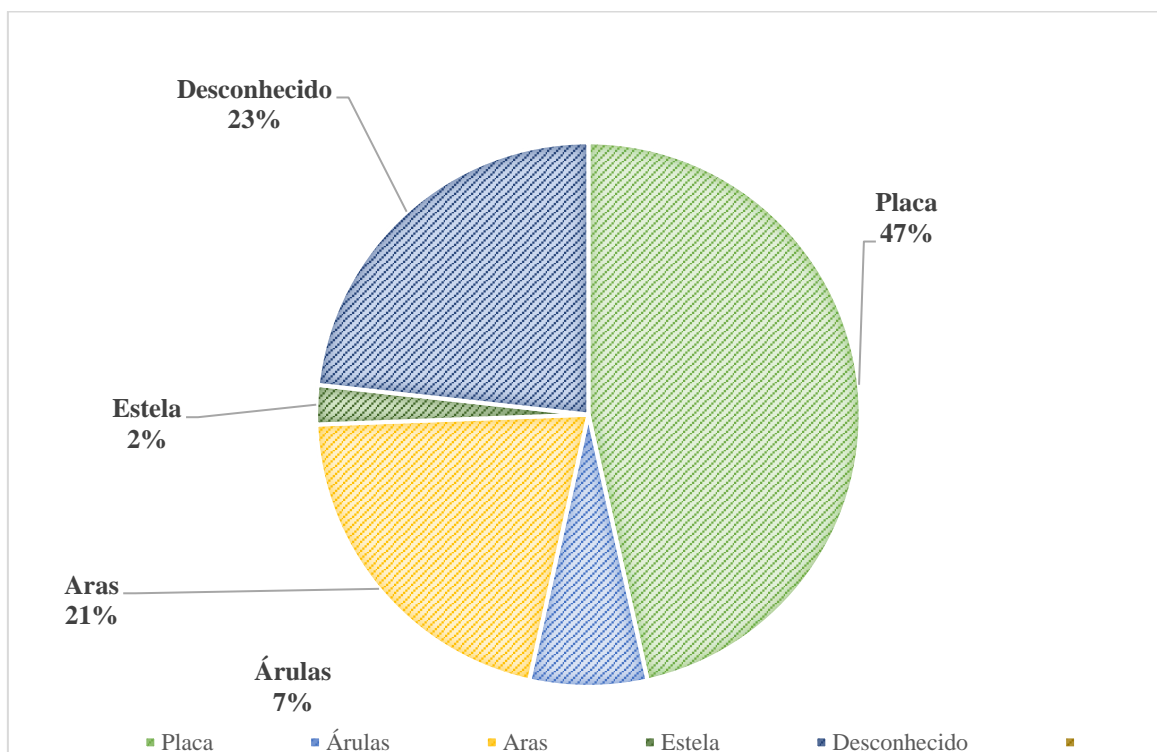


Figura 60 – Cronologia proposta do conjunto epigráfico em análise

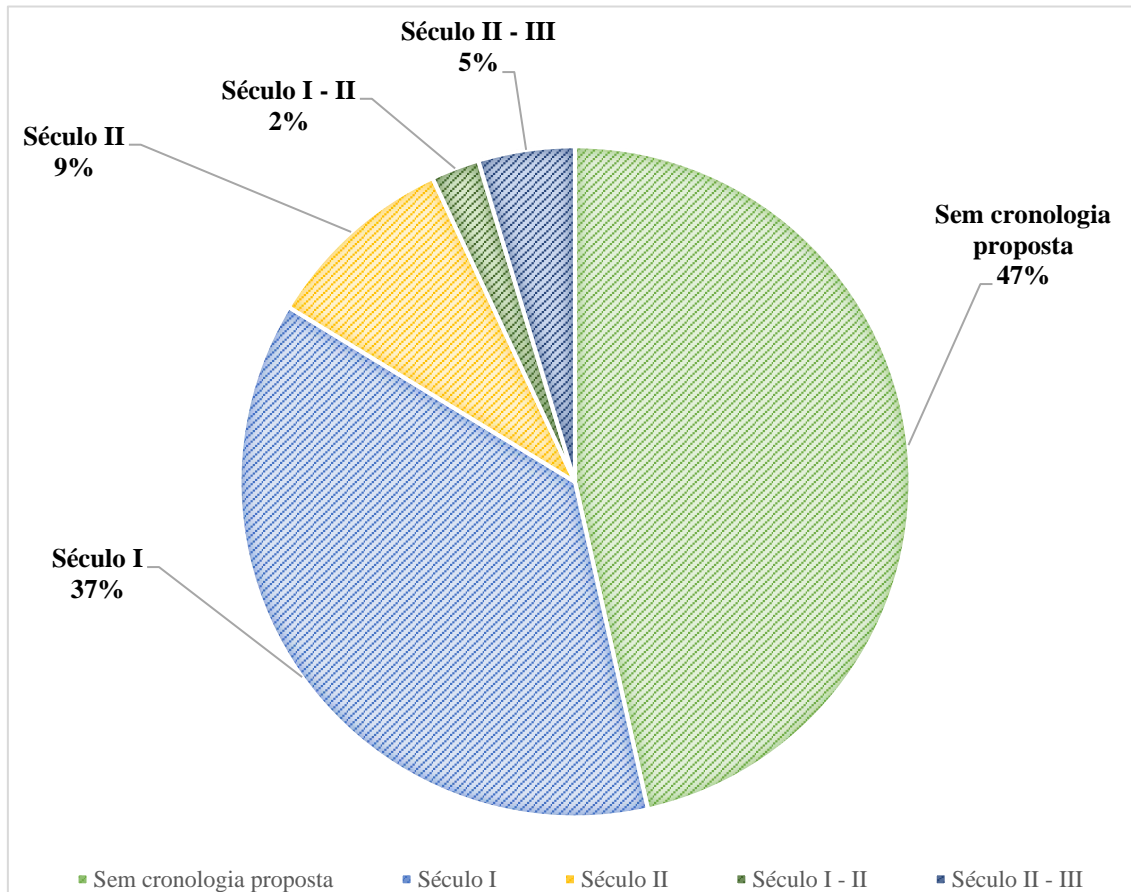


Figura 61 – A onomástica

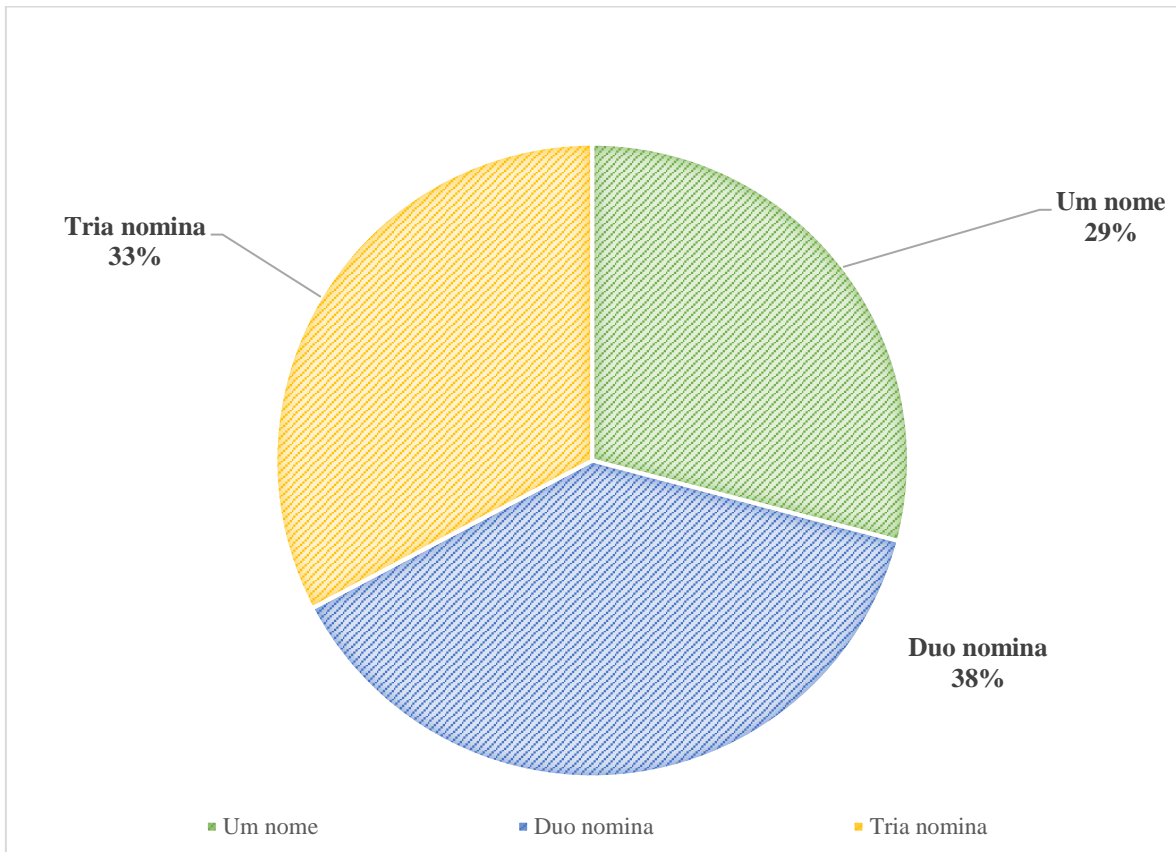


Figura 62 – Relação social

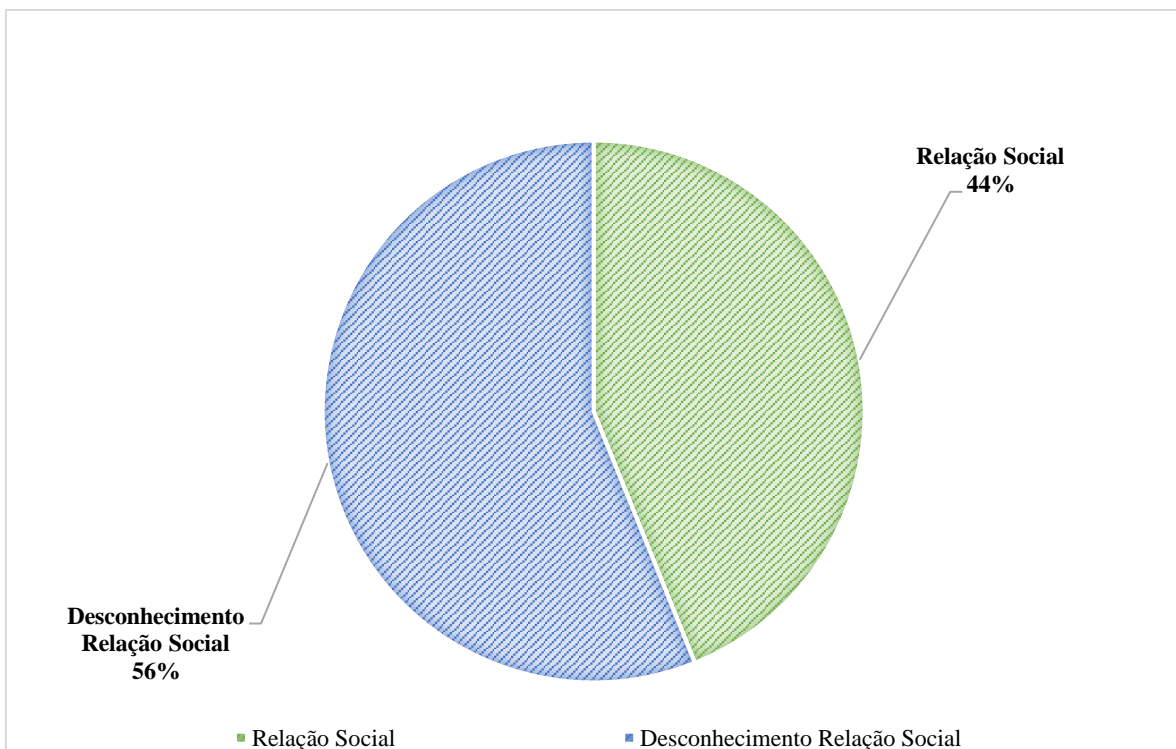


Figura 63 – Relação social expressa nas inscrições

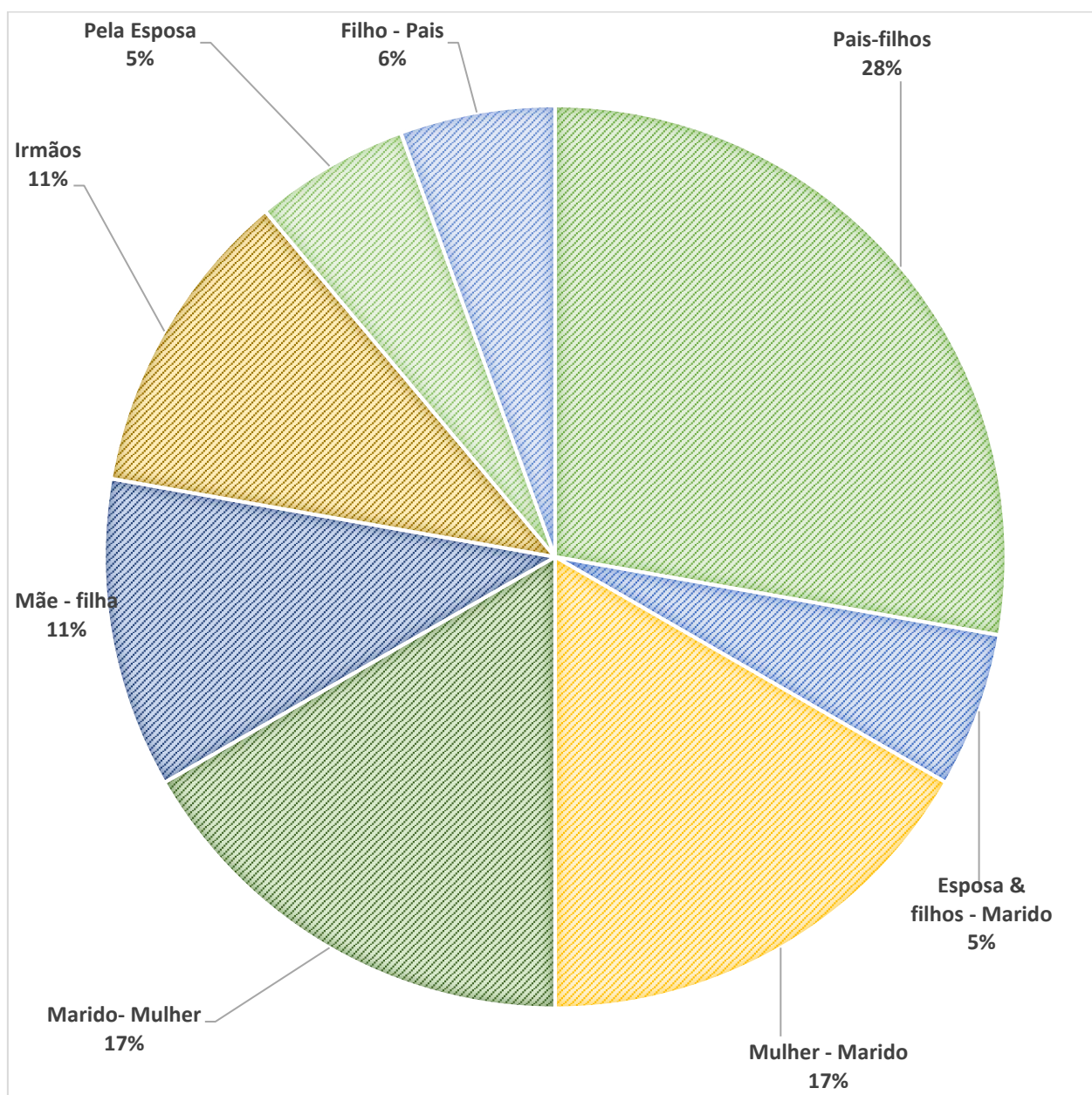


Figura 64 – Menção da morte expressa em múltiplos de cinco e idades concretas

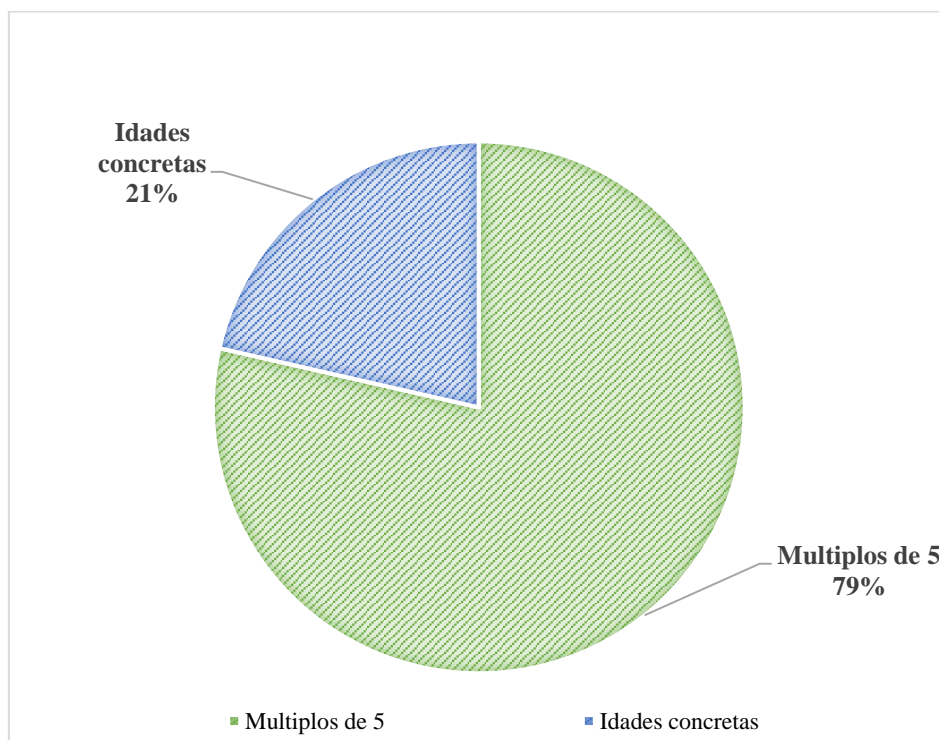


Figura 65 – Menção da idade da morte por grupos etários

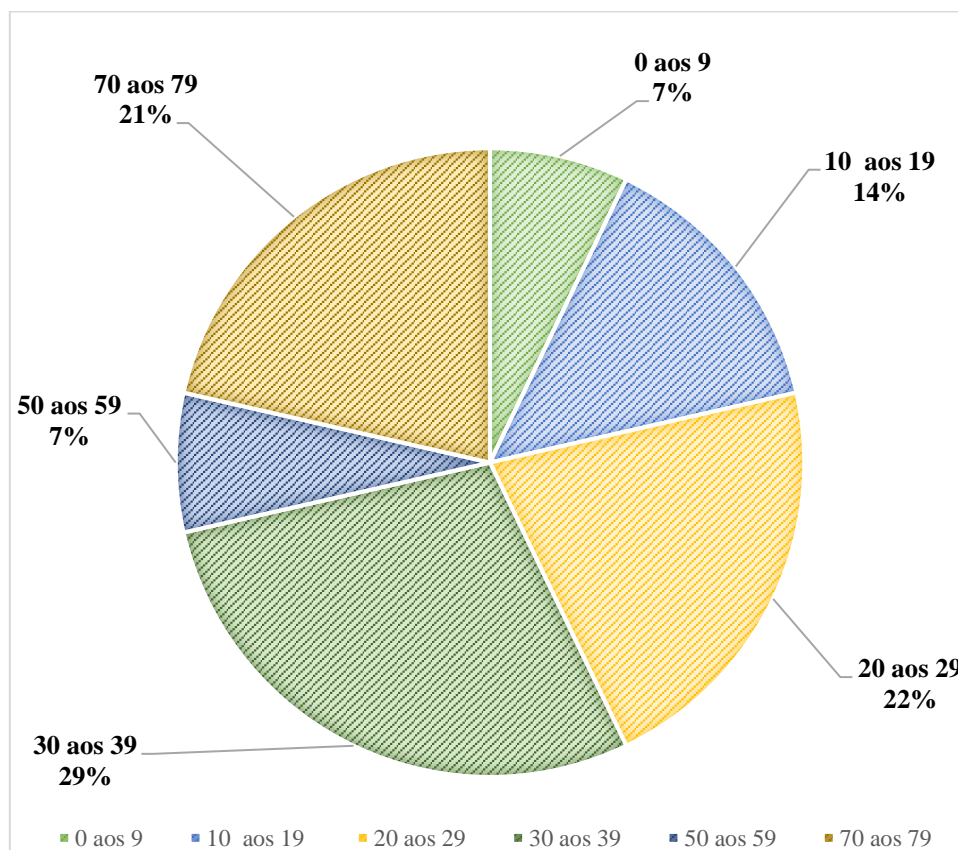


Figura 66 – Distribuição por géneros nas inscrições funerárias

